



Edson Nascimento Campos

# TEXTO SÃO EM MENTE SÃ: UM PROJETO DE LEITOR

A prática da leitura na revista *Era uma vez...*:  
o Brasil da era Vargas – os anos 40

Este livro, apresentado inicialmente sob a forma de uma tese de Doutorado, em 1995, representa uma das mais significativas contribuições ao conjunto dos trabalhos pioneiros em uma área de pesquisa e estudos que só a partir dos anos 90 vem se desenvolvendo de maneira sistemática no Brasil: a história da leitura, ou, mais especificamente, a história das práticas sociais de leitura. Cresce o pioneirismo, a relevância e originalidade deste estudo se se considera que o autor privilegia a história de práticas de leitura de crianças e jovens, tema ainda muito pouco explorado e de fundamental importância tanto para o campo de estudos de literatura infantil quanto para a produção de conhecimentos sobre os processos de formação do leitor. Ainda outra singularidade deste estudo é que ele se faz sobre um portador de texto que só muito recentemente vem sendo reconhecido como objeto cultural socialmente significativo: a revista, neste caso, a revista infantil-juvenil. Recuperando e analisando a que foi talvez a primeira experiência de comunicação de massa destinada a crianças e jovens, a produção da revista *Brum* vem em Minas Gerais, nos 40, o autor analisa essa proposta de leitura infantil-juvenil focando as facetas que mais significam para o entendimento da inserção de crianças e jovens no mundo da

# **TEXTO SÃO EM MENTE SÃ: UM PROJETO DE LEITOR**

A prática da leitura na revista *Era uma vez...*:  
o Brasil da era Vargas – os anos 40

Edson Nascimento Campos

# **TEXTO SÃO EM MENTE SÃ: UM PROJETO DE LEITOR**

A prática da leitura na revista *Era uma vez...*:  
o Brasil da era Vargas – os anos 40

BELO HORIZONTE  
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
2001

Copyright © 2001 by Edson Nascimento Campos

Capa, Projeto Gráfico e Editoração:  
Marco Antônio e Alda Durães

C198t

Campos, Edson Nascimento

Texto são em mente sã : um projeto de leitor : a prática da leitura na revista *Era uma vez* – : o Brasil da era Vargas – os anos 40 / Edson Nascimento Campos. – Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG , 2001. 308 p.

ISBN: 85-87470-18-3

1. A produção social do leitor. 2. Estratégias textuais de leitura. 3. Leitura e produção de textos. 4. Periódicos - Pesquisa. 5. Leitura infanto-juvenil. 6. Análise semio-lingüística do texto. 7. Ler e escrever: ação. 8. Era uma vez (Periódicos). I. Título.

CDD : 372.4

### Ilustração da capa

*Os Aforismas do Direito, segundo o Livro das instituições justinianas (Aphorismi juris ad Institutiones justinianas)*, de Alexandre Pagenstecher (1659-1716), jurista de origem alemã, professor em diversas cidades universitárias dos Países-Baixos. A página de guarda (...) é uma composição barroca, tomada à reedição de 1746 publicada em Harderwijk.(LEGENDRE, 1983)

O medalhão do frontispício, em pleno peito do Imperador coroado Justiniano é uma representação pictural do Livro jurídico: o olho-que-vê-tudo fala da crença na onipotência do legislador proposto pelo mito romano ocidental. É a figura idealizada de um pai onisciente, mas bastante retocada sob a influência da tradição cristã. Esse olho universal representa o que é portador e garante das últimas verdades...: a imagem transcreve uma versão do Pai-pontífice. Vale lembrar: "*Ele tem todos os arquivos em seu peito.*" (LEGENDRE, 1983)

*Dedico este livro a Maria Antonieta, Henrique e Rachel*

# Agradecimentos

a Acy Ferreira França, Ana Elizabeth Porto da Rocha, Ana Maria Casasanta Peixoto, Ana Maria Pimenta, Antonio Carlos de Abreu e Souza, à família de Brasil Ferreira, à CAPES/PICD, Carlos Maurício de Senna Botelho, Carlos Roberto Jamil Cury, Celina Kuniyoshi, Celso Fernando Favaretto, Cira Guimarães, aos colegas do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/USP (Carlos Luiz Goncalves, Luiz Fernando Klein, Maria de Fátima Abdala, Marlene de Oliveira Lobo Faleiro, Maria Ornélia da Silva Marques, Regina Maria Gonçalves Pereira Lopes, Sandra Azzi), aos colegas do Setor de Letras (Colégio Técnico/UFGM), Eldi Guimarães, Eneida Maria de Souza, Efraim da Silva Lima, Euder Airon Moraes, Frederico Martins Machado, José Silvério Baía Horta, Laura Mousinho Gomes Carvalho Silva, Maria Ângela de Andrade Paraizo, Maria do Carmo Lanna Figueiredo, Maria Teresa Lemos Nascimento Rosso, Maria Thereza Rocco Fraga, Maria Zilda Ferreira Cury, Nancy Maria Mendes, Olga Brites, aos professores do Departamento de Sociologia (FFLCH/USP) e da Faculdade de Educação (USP) que, mais diretamente, contribuíram na constituição da produção deste livro, Rizza de Castro D'Ávila, Selma Garrido Pimenta, Teresa Cristina de Santa Cecília Massa, Vera Guimarães Correa, Verli Guimarães, Yasmim Assrauy, Zila Guimarães Lanza.

## O AMANHECER

São cinco horas. O galo canta despertando todas as galinhas que ainda se acham no poleiro, e os operários que pegam o serviço cedo. Os pássaros voam numa gritaria, procurando alimento para seus filhotinhos e acordando as pessoas que ainda se acham dormindo. De repente, eis que surgem iluminando o espaço os primeiros raios do Astro-Rei. Os trabalhadores acordam mais descansados, fortes, e mais dispostos para o trabalho, na sua faina diária. Jornaleiros apregoam os primeiros jornais da manhã. Escolares dirigem-se às escolas para mais tarde tornarem-se cidadãos dignos do Brasil!

Era uma vez..., 15/04/40, Histórias que os netinhos contam, Dantas Ribeiro Jota.

## DESCRIÇÃO DA MANHÃ

Quando o dia amanhece é muito bonito. Apontam no céu os primeiros raios de sol. As aves começam com o seu canto e vão em busca de alimentos para os seus filhotes. Os trabalhadores saem de suas casas e vão alegres para a roça. Todos nós devemos levantar cedo e ver o dia amanhecer.

Era uma vez..., 15/04/40, Histórias que os netinhos contam, Maria de Lourdes Carvalho.

## A MANHÃ

Ainda não apareceu o sol, embora os galos, pelos quintais, se alternam a cantar. De súbito surge atrás das árvores, na encosta das serras, e vai subindo, com a majestade de um rei, o sol triunfal! Rebrilham os telhados das igrejas, das casas, e as folhas verdes das árvores... Aos beijos quentes e vivificantes descidos das altas serras, vão-se abrindo as corolas, rosas e lírios, violetas e dalias e toda a variedade matizada de flores que adornam os jardins, com as pétalas irizadas, como se as gotas de orvalho as tivessem transformado em pedras preciosas. Eu gosto tanto de apreciar as lindas manhãs! Como são belas!

Era uma vez..., 15/05/40, *Histórias que os netinhos contam*, Maria Bernadete Sobral de Jesus, 4º ano – 14 anos – Escolas Reunidas de São Brás do Suassuí – Profa. Maria Celeste de Souza.

## O AMANHECER

Surgia a manhã alegre e saudável. As nuvens cor de rosa faziam que a aurora fosse mais alegre.

Os galhos das árvores baloiçavam com o brando sopro da aragem do amanhecer. A passarada despertava com seus trinados alegres, parecendo saudar os raios saudosos do astro-rei. Os bois mugiam. Os caçadores saíam com seus cachorros para a caça; os pescadores pobres saíam com suas redes para buscar a provisão de peixes para o almoço. O campo verde jade estava molhado pelo orvalho da manhã.

Toda a natureza despertava-se saudando o astro rei que aparecia entre as nuvens, deixando cair sobre toda a terra os seus primeiros raios.

Era uma vez..., 15/09/40, *Histórias que os netinhos contam*, Vera Bueno Bruzzi – 12 anos – Escola Particular de Presidente Vargas – Profa. Hígina Bueno Bruzzi.

“O direito canônico organiza ‘uma simbólica onde transparece o objeto’ de amor. O Pontífice, único e soberano, ocupa nessa simbólica um lugar central. Ele é o Ausente:’ mostra-se no lugar de um outro; é autenticamente apresentado para representar o Ausente. Recebeu o encargo inumano de comandar de cima a baixo. Conserva chaves místicas. Sua sentença declara a Lei e mantém a sacrossanta Igreja. É o portador do direito canônico: ‘Se ele é senhor, é para transmiti-lo; é o porta-voz da instituição.’ E segundo Pierre Legendre, ‘o poder pontifício forneceria, de certo modo, a chave para o Estado moderno.’ ”

CHÂTELET, 1990.

“– Vovô Felício, com licença.

– Pois não, João Bolinha. Que você quer perguntar?

– Eu quero saber o que é cometa.

– Eu sei. Disse Maria Angelina.

– Então diga, minha neta.

– Cometa é uma estrela de rabo luminoso.

– Sim, Maria Angelina. É o que parece. E essa definição serve muito bem para vocês, agora. Mais tarde, quando crescerem, procurarão saber cientificamente o que é um cometa. Apenas, para que vocês compreendam porque o aparecimento de um cometa é coisa rara, o cometa é um corpo celeste que se movimenta em torno do Sol, mas em forma elíptica, isto é, passa perto do Sol e depois vai até bem longe. Só muitos anos depois ele volta e torna a passar bem perto do Astro-Rei.

Vovô Felício pegou um lápis e, num pedaço de papel, desenhou o giro do cometa ao redor do Sol. Mostrou o desenho aos netinhos e continuou:...”

GUIMARÃES, 1976.

O Presidente Getúlio Vargas e as crianças de Minas Gerais



Fonte: Era uma vez....: Revista de Vovô Felício para os seus netinhos, 15 de maio de 1940.

Vovô Felício recebido pelas alunas do Colégio Santa Maria



Fonte: Era uma vez....: Revista de Vovô Felício para os seus netinhos, 15 de maio de 1940.

# Sumário

Introdução . . . . .	17
1. A imagem do empírico . . . . .	29
2. Dos fios teóricos . . . . .	43
2.1. Modernidade: estudos . . . . .	45
2.2. A narrativa e o narrador: estudos . . . . .	57
3. Dos fios teóricos e empíricos . . . . .	67
3.1. A correspondência de Vovô Felício . . . . .	69
3.2. Palestra de Vovô Felício . . . . .	108
3.3. A modernização conservadora . . . . .	152
Conclusão . . . . .	275
Bibliografia . . . . .	303

# INTRODUÇÃO

Este trabalho, que tem o título de Texto São em Mente Sã: Um Projeto de Leitor tem como objeto de estudo, o autor-modelo e o leitor-modelo que deveria ser incorporado na leitura de crianças e de jovens que se situam na década de 1940 e que são, predominantemente, objeto das ações educativas do Estado Novo em Minas Gerais. Esses leitores fazem parte, como leitor-empírico do suporte que se chama Era uma vez..., Revista de Vovô Felício para os seus netinhos: periódico mineiro que circula, com a fisionomia de sua primeira fase editorial, de 1940 a 1947. Nesse período ela é editada por Vicente Guimarães, que veste, basicamente a roupa ficcional de Vovô Felício, autor-modelo/leitor-modelo e avô da figura ficcional dos muitos netinhos e netinhas que lêem a Revista, vestindo os trajes do par autor-modelo/leitor-modelo

Ainda que tais leitores possam ser vistos como leitores empíricos, e todo leitor participa dessa condição, o interesse do estudo está na relação intersubjetiva que caracteriza a leitura: o sistema simétrico formado pelo par autor-ideal/leitor-ideal. Dizendo de outro jeito, o que se propõe estudar é o horizonte de expectativas dentro do qual ficam determinadas a leitura ou as ações da relação autor-ideal/leitor-ideal.

Para trabalhar com esse horizonte, duas perguntas básicas, com suas respostas respectivas foram levantadas e serviram de chaves metodológicas para a abertura do teórico e do empírico.

Primeira pergunta: Em que consiste a atividade de leitura? Consiste em fazer uma paráfrase do texto.

Segunda pergunta: Em que consistem as ações do par autor-ideal/leitor-ideal? Consistem na reprodução dos significados do texto.

Para se fazer o estudo, com tais chaves metodológicas, partiu-se do pressuposto de que a linguagem teria de manipular o empírico na sua imediaticidade sem contudo deixá-lo em tal nível. A partir desse nível, o teórico deveria ali estabelecer relações que pudessem fazer algum deslocamento ainda que embrionariamente compreensivo. E, a partir desse deslocamento inicial, com as estruturas parciais de compreensão obtidas,

o estudo passaria a estruturar sínteses mais compreensivas do objeto. Nessa fase, o objeto estaria mais perto da estrutura que preside a sua compreensão.

Com o pressuposto metodológico da aproximação e do afastamento do objeto empírico, articulando o empírico e o teórico no sentido de sua compreensão, procurou-se utilizar as técnicas de linguagem identificadas por intertextualidade e por bricolagem. E, aí, procurou-se orientá-las para um tratamento que privilegiasse, simultaneamente, o eixo das similaridades e o eixo das diferenças.

Além disso, na investigação da Leitura e do Leitor através da paráfrase, procurou-se perguntar pelo sentido político-ideológico das atividades e das ações que envolvem a linguagem de forma a se poder perguntar e responder sobre o sentido da Leitura, do Leitor, do Texto. Essa pergunta é, então, a terceira chave que articularia o movimento das outras duas chaves anteriores.

Com relação ao objeto empírico, o suporte Revista Era uma vez..., Revista de Vovô para os seus netinhos, pode-se dizer que ele é tratado como fonte primária e, por esse tratamento metodológico, o material de investigação e de pesquisa traz as marcas de algo primário: de algo que é pensado aparentemente como bruto, puro, íntegro, porque é pensado, ainda, como algo relacional. Por esse atributo, tal objeto é, metodologicamente, colocado como disponível para o trabalho pressuposto pela investigação e pesquisa. Tal trabalho consiste em se fazer infiltrar nele a rede teórica, que, articulando o empírico, procura descobrir a direção particular dos significados que lhe dão uma certa fisionomia de compreensão.

Já com relação ao recorte do suporte, do objeto empírico, pode-se dizer que ele é orientado pela seguinte opção: uma vez que 1940 é o ano de implantação oficial do projeto, esse período é fundamental para se compreender a sua direção, a sua orientação editorial. Em 1943, ele entra na sua fase de expansão: fica claro que até então estariam sendo lançadas as suas bases de fixação, posteriores à fase inicial de implantação. Eis o que diz o Vovô Felício à página 21 da Revista Era uma vez... em 15 de agosto de 1943:

Já temos três mil e tantos assinantes, completaremos as dez mil assinaturas se cada assinante enviar, no mínimo, duas novas assinaturas. Vocês querem trabalhar para isto? Vovô Felício vai dar um bonito livro de presente a todos os netinhos que enviarem

duas novas assinaturas, isto é, para cada duas novas assinaturas, um livro de presente. O netinho que arranjar dez assinaturas ganhará cinco livros de presente. Não está bom? Vamos ver quem manda mais assinaturas. Conto com vocês.

E, dentro do ano de 1940, o recorte foi orientado para trabalhar com o seguinte material: os doze números que circularam nesse ano. E aí, especificamente, o estudo centrou o seu interesse no seguinte material recortado: a *Correspondência de Vovô Felício*, as *Palestras de Vovô Felício* e as *Histórias que os netinhos contam*.

E esse recorte, na *Correspondência*, se justifica pelo caráter de intimidade do Editor com o Leitor, o que daria uma certa imagem visível do empírico aberto ao teórico: a relação autor/leitor empírico e a relação embrionária do par autor/leitor ideal. No caso das *Palestras*, a escolha se justifica pela oportunidade que esse material oferece para se observar o delineamento de constituição da relação autor ideal/leitor ideal, confirmando-se, ou não, as direções conferidas à correspondência. E por último, no caso das *Histórias que os netinhos contam*, ficaria caracterizada a concretização da experiência do par que se relaciona: o autor ideal/o leitor ideal.

A partir do exposto pode-se dizer que o primeiro capítulo procura fazer uma caracterização do objeto empírico, mostrando uma pouco de sua fisionomia material e, além disso, procura lançar algumas pequenas luzes que emitam sinais para algumas pistas de compreensão do sentido editorial da Revista: especificamente o projeto de autor e leitor.

No segundo capítulo, procura-se fazer o levantamento e a caracterização teórica de algumas chaves que possam oferecer uma compreensão mais organizada do fenômeno da modernidade ainda que tais linhas da teoria apareçam discretamente rabiscadas sobre o papel. Por exemplo, procura-se caracterizar a modernidade como divisão e, daí, empenha-se em caracterizá-la como objeto contraditório uma vez que a realidade é marcada pelo movimento do um e do outro: as classes em relação. Ainda nesse capítulo, procura-se fazer uma caracterização, ainda que incipiente e provisória, das ações do Narrador numa perspectiva da modernização conservadora em comparação com as ações do Narrador num horizonte de Pós-Modernidade.

O terceiro capítulo já começa fazer algumas articulações teóricas, lançando algumas luzes que ajudam a ver, por exemplo, o sentido das

cartas que os netinhos trocam com o Vovô e vai ficando claro o sentido da forte diretividade que o editor mantém com o leitor empírico. Nesse capítulo, ainda, objetiva-se fazer, também, algumas articulações teóricas que trabalhem o sentido das orientações que saem das Palestras do Vovô Felício. Em ambos os capítulos lançam-se algumas estruturas compreensivas que já começam a esboçar o caminho que delinea a estruturação que aparece no quarto capítulo.

Nesse último capítulo, a partir de novas orientações teóricas, que confirmam e ampliam as anteriores, chega-se à compreensão do sentido da narrativa do Vovô Felício com os seus netinhos, pois as direções desse capítulo oferecem base teórica e empírica para se compreender a experiência editorial mineira como um instrumento a mais, utilizado pelo Estado Novo, no serviço da conquista político-ideológica de manutenção da experiência capitalista, ou da própria organização do Estado.

Enfim, este é um trabalho sobre Leitura e sobre Leitor, sobre Texto e sobre Moralização e Modernização. Trata-se da abordagem de uma experiência de linguagem, historicamente configurada, na estrutura de espera de um certo momento e estuda a questão lingüística e semiológica das relações político-ideológicas que atravessam o leitor empírico quando se estrutura, de modo sistemático, a experiência de constituição de um autor-ideal e de um leitor-ideal para o serviço da manutenção e da expansão da sociedade nos trilhos de uma experiência social, alimentada pela ambição de universalidade inerente à conquista de uma certa hegemonia. É a hegemonia de uma certa tradição identificada com a modernização proposta pelo Estado Novo a partir dos marcos oficiais, cronológicos, de 1937. Este é, pois, um trabalho sobre Leitura e sobre Leitor: trata-se de uma atividade e de um agente historicamente considerados na experiência que mobiliza, predominantemente, a relação de simetria, materializada na interação de um editor e seus leitores e concretizada com o uso predominante da modalidade escrita de realização da Língua Portuguesa.

Este trabalho, que objetiva, em síntese, delinear o autor ideal e o leitor-ideal do projeto de uma Revista infanto-juvenil, assim apresentado, até então, faz ressonância com um outro trabalho em que se reflete sobre as condições de produção do texto escrito realizado sob as condições da escola de primeiro grau em Minas Gerais. Aqui, esse texto é produzido, em parte, de acordo, com a fala e a voz de adolescentes de segundo grau,

que, sob a ação da memória, reconstroem a sua experiência de escrever como produto lingüístico-semiológico esperado pelas séries iniciais do primeiro grau, segundo a influência do processo pedagógico que o orienta. Tal trabalho, apresentado como Dissertação de Mestrado à Faculdade de Educação (UFMG), em 1988, inédito, aparece com o título de Memória e Escola – A Produção do Sentido na Redação. Todos esses trabalhos, por sua vez, acabam sendo articulados como ressonâncias em atividades de estudo que vêm sendo produzidas, na relação com alunos que venho encontrando na disciplina, Tópicos especiais em Leitura: Língua Portuguesa – a produção do leitor, nestes últimos anos, na Faculdade de Letras (UFMG).

# ERA UMA VEZ

REVISTA DE VÔVÓ FELÍCIO PARA OS SEUS NETINHOS

## O SEGREDO

HISTÓRIA DE  
VICENTE GUIMARÃES  
DESENHOS DE RODOLFO



**M**IRENINHA, a linda menina do castelo vermelho, era muito meiga e caridosa. Tão boa, tão carinhosa e tão linda, que todos a chamavam princesinha.

Gostava imensamente dos animais e tinha grande prazer em ficar ouvindo o canto dos passarinhos.

Tudo que lhe acontecia, contava a sua mãezinha.

Só agora a linda princesinha tinha um segredo que não dizia a ninguém. Nem à mamãe podia contar, estava proibida.

Que lindo segredo era o seu? Só ela sabia. Só ela.

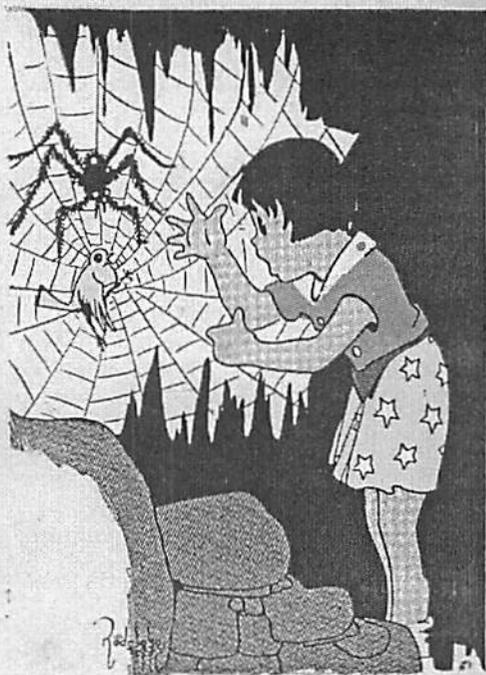
Mireninha estava muito alegre. Seu contentamento já era percebido por todos do castelo.

Sua mãe lhe perguntou:

— Que tem você, minha filha, que está tão alegre?

— Nada, mãezinha, é a vida que é muito boa, respondeu a princesa, assustada, supondo que desconfiavam de seu segredo.

— E por que não faz mais



as suas travessuras?

— Ora, mãezinha, já estou ficando moça, e moça não faz travessuras.

A mãe de Mireninha sorriu e foi cuidar de seus afazeres.

A menina correu até o po-

mar do castelo, onde costumava ficar algumas horas todas as manhãs.

No pomar do castelo vermelho passava um riacho, e na sua margem direita havia uma grande pedreira.

— Continua na pag. 3 —

## CRIANÇA ESTUDIOSA

AQUI TENDES TRES AMIGOS:

### A ESCOLA DÁ ALEGRIA



O CALÇADO **BRISTOL**  
DÁ CONFORTO



OS LIVROS DA **REX**  
ILUMINAM O CÉREBRO



**PRAÇA 7** NO CORAÇÃO  
DA CIDADE

## Banco da Lavoura de Minas Gerais

Séde: BELO HORIZONTE — Av. Afonso Pena, 726 — Caixa Postal, 144

CAPITAL 20.000.000\$000

Filial: Rio de Janeiro, Rua Candelaria, 4 — Caixa Postal, 1679 — Phone 43-1643

Depósitos a prazo fixo: 12 meses ou mais 7% aa. — 6 meses 6% aa.

### Diretoria

Presidente — DR. JOSE' BERNARDINO ALVES JUNIOR  
Diretores — DR. CLEMENTE DE FARIA  
JOSE' MAGALHAES PINTO  
CEL. FRANCISCO MOREIRA DA CUNHA

### AGÊNCIAS:

Afonso  
Bom Sucesso  
Cabe Verde  
Campanha  
Campos Gerais  
Cristina  
Cunha  
Cunha Lafaete  
Diamantina  
Divinópolis  
Itabrito  
Itauna  
Jate de Fôra

Lima Duarte  
Machado  
Muzambinho  
Nova Lima  
Oliveira  
Ouro Fino  
Ouro Preto  
Pará de Minas  
Paracipolis  
Passos  
Patos  
Pecanha  
Peidões  
Pouso Alegre

Santa Barbara  
Santa Rita do Sapucaí  
S. Gonçalo do Sapucaí  
S. Sebastião do Paraíso  
Serra  
Silvianópolis  
Tres Pontas

### ESCRITÓRIOS:

Bom Despacho  
Borda da Mata  
Cachoeiras  
Carmo da Mata

Corinto  
Divisa Nova  
Entre Rios de Minas  
Guanhães  
Imperatriz  
Mariana  
Pedra Branca  
Piranga  
S. Antonio do Amparo  
S. Antonio do Monte  
Santa Catarina - Minas  
S. João Evangelista  
Tupac

### Tabela de juros

Em es. es. POPULAR (limite de 10:000\$000) .. 6% aa  
Em es. es. LIMITADA (limite de 50:000\$000) .. 5% aa  
Em es. ca. MOVIMENTO (sem limite) . . . . . 3% aa

## O SEGREDO

— CONTINUAÇÃO —

Quasi nunca Mirezinha ia à margem direita do riacho. Precisava atravessar uma pontezinha de taboa e a menina tinha medo.

Uma vez, antes de Mirezinha ser dona do segredo, estava brincando na margem esquerda, num trecho em que o riacho era bem estreito, ouviu o piar triste e aflito de um passarinho.

Parecia urgente pedido de socorro. Era do outro lado. Mirezinha perdeu o medo, atravessou a pontezinha de taboa e foi acudir a avezinha aflita.

Havia uma caverna na paredeira. Uma pedra muito grande tapava quasi toda a entrada, só deixando pequena fresta, por onde penetrava um pouco de luz.

A menina procurou o passarinho e foi encontrá-lo preso numa grossa teia de aranha. Estava cansado de tanto bater com uma das asinhas. A outra asa emaranhara-se nos fios da teia.

Mirezinha ainda precisava subir um pouco para chegar onde piava o passarinho, e a aranha, uma aranha muito grande, preta e feia, já vinha voltando, ansiosa por comer a sua presa.

A princesinha do castelo vermelho compreendeu o perigo. Pegou uma pedra e a atirou na aranha.

O bicho, ferido, deu um rugido forte e saiu cambaleando, fugindo por cima da pedreira.

O passarinho estava desfalecido, tal foi o susto que levou com a aproximação da aranha.

Com mais alguns passos, chegou a menina onde estava a avezinha, rebentou a teia de aranha e livrou o pobre prisioneiro, levando-o, a seguir, até a beira do rio, onde lhe banhou a cabeça com água fria para que voltasse do desmaio.

Assim que o passarinho voltou a si e compreendeu o que havia acontecido, bateu as asinhas e voou em direção à caverna, entrando pela fresta já desimpedida da teia.

Mirezinha disse consigo mesma: — Que bobo e ingrato! Teve medo de mim que só o tem lhe desejo.

Mal havia acabado de dizer essas palavras, sua atenção foi despertada por um bando de passarinhos, lindos passarinhos que saíam de dentro da caverna. Eram de todas as cores e cantavam alegremente.

Quando já formava uma grande quantidade do lado de fora, oito passarinhos maiores pegaram numa corda e com ela envolveram a pedra que tapava a entrada da caverna.

Depois, cada um firmou o bico na corda, e puxaram todos, com força.

A pedra perdeu o equilíbrio e rolou pelo barranco abaixo.

Em seguida, apareceu um lindo carro todo de ouro, puxado por 27 parelhas de cavatinhos amarelos, cabecinha de fogo.

Dentro da pequena carruagem vinha uma linda moça, tendo a seu lado o passarinho que havia caído preso na teia da aranha.

O carro parou perto da

## ERA UMA VEZ...

NUM. 1 — ANO I

13 DE ABRIL DE 1940

DIREÇÃO DE

VICENTE GUMARÃES

PROPRIEDADE DA

GRÁFICA QUEIROZ DREYER LTDA.

NÚMERO AVULSO .. 15000

NÚMERO ATRAZADO 15000

ASSINATURAS:

Posto simples — 12 meses 265000

Posto simples — 6 meses 135000

Registada — 12 meses 335000

Registada — 6 meses 165000

REDAÇÃO:

Av. Cláudio Calmon, 92 - Fone. 2-0406

OFICINAS:

Av. Af. Pina, 351-Tel. 2-1933-Sala Híndale

Espe suas assinaturas pelo telefone 2-0406, que será imediatamente atendida.



ROUPINHAS  
PARA MENINOS

Preços baratíssimos  
Sempre novidades

VENDAS  
A DINHEIRO E A CREDITO

CASA

GUANABARA

— Continua na página seguinte —

princesinha do castelo vermelho, e a moça desceu. Era uma encantadora Fada, a protetora dos passarinhos. Ela havia ficado prisioneira da aranha, que mandara tapar a porta da caverna com a pedra grande e fizera uma grossa teia na fresta, por onde penetrava a luz.

A teia era uma armadilha para apanhar os passarinhos que tentassem fugir.

No momento em que a pedra tapou a gruta, a Fada estava em reunião com grande número de protegidos seus, inclusive o príncipe dos passarinhos, que era justamente aquele que Mireninha havia salvo.

A Fada não pôde sair da prisão, pois não tinha poder de desfazer os atos da aranha, que era uma feiticeira antiga e muito má.

Várias vezes os passarinhos enfrentaram a teia que estava tecida na fresta, mas todos que tentavam passar ficavam presos e eram devorados pela aranha maldita.

Finalmente, depois de já haver perdido alguns companheiros, o príncipe dos passarinhos resolveu ir pessoalmente tentar a passagem.

Também, como os outros, caiu na armadilha da feiticeira. Se não fosse o bom coração da princesinha do castelo vermelho, que acudiu a seu chamado, teria sido papado pela aranha.

A Fada se dirigiu à Mireninha e foi dizendo:

— Bom dia, linda menina. Seu nobre coração nos salvou. Ferindo a aranha negra e desfazendo a sua teia, você nos deu a liberdade.

— Como estou contente!

respondeu Mireninha. Procurei apenas socorrer um passarinho que pedia auxílio.

— E, no entanto, você nos salvou. Agora, minha boa menina, precisa ter muito cuidado com a aranha preta; ela é vingativa e poderosa.

— Que devo fazer? interrogou Mireninha, já com medo.

— Ser sempre boazinha. A feiticeira só lhe poderá fazer algum mal, se você praticar más ações. Só você caindo em falta, poderá a aranha vingar-se.

— Mas se eu for sempre boazinha...

— Se você for sempre boazinha, nada lhe acontecerá. Mas, se estiver em algum perigo, chame por mim e pelos passarinhos. Vou dar-lhe, boa menina, um poder que nenhuma outra pessoa já teve. De hoje em diante você entenderá a linguagem de todos os bichos e poderá conversar com os passarinhos. Só com os passarinhos você poderá conversar. Mas é preciso guardar segredo. Ninguém pode saber disto.

— Nem a mamãe? perguntou Mireninha.

— Nem a mamãe. Se você contar a alguém, nunca mais voltará a compreender os animais e a falar com os passarinhos.

A Fada tocou sua varinha de condão na menina, que prometeu guardar aquele segredo.

Desde esse momento, Mireninha pôde comunicar-se com os passarinhos que estavam ali perto.

O príncipe dos passarinhos se aproximou e agradeceu à menina o benefício que ela lhe havia feito.

A princesinha do castelo vermelho não cabia em si de contente. Conversou mais um pouco com os companheiros e despediu-se. Estava na hora do almoço.

A cosinheira já vinha chamá-la.

Mireninha atravessou depressa a ponte de táboas e foi correndo encontrar-se com a cosinheira.

Estava radiante com o seu segredo. Não podia contá-lo a ninguém. Nem a mamãezinha.

## "EDUCANDO"

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DE MINAS GERAIS

Sob a direção da Prof. MARIETA LEITE

"EDUCANDO" é a revista das professoras.  
Revista de orientação técnica-pedagógica

Assinatura anual . . . . .	24\$000
Assinatura especial para sócios da Associação . . . . .	18\$000
Número avulso . . . . .	2\$500

Toda professora, em seu próprio benefício, deve ler "EDUCANDO", a revista da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais.

# A IMAGEM DO EMPÍRICO

## 1. A IMAGEM DO EMPÍRICO

O empírico selecionado para objeto de estudo, o seu objeto empírico, circunscreve-se ao periódico *Era uma vez...*; *Revista de Vouê Felício para os seus netinhos*, que aparece em Minas Gerais, no dia 15 de abril de 1940 e vai, na sua primeira fase, até meados do ano de 1947. Trata-se de uma publicação de propriedade da Gráfica Queiroz Breyner, de Belo Horizonte, sob a direção editorial de Vicente Guimarães. Trata-se, ainda, de uma publicação quinzenal com uma periodicidade bastante regular, perfazendo, ao longo desses sete primeiros anos de editoração, um total de, aproximadamente, 180 números, ou volumes.

Mas dois fatos entram no percurso editorial dessa revista: primeiro, a ida de Vicente Guimarães para o Rio de Janeiro, ao assumir a chefia do Serviço de Orientação e Recreação da Infância do SESI e a direção do mensário *Sesinbo* (1947-1960); segundo, a passagem dessa revista que dirigia em Minas Gerais para a propriedade dos Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, de Belo Horizonte. E, aí, fica ela sob a direção de José Neves de Queiroz, tendo como redator-chefe, Zulmira de Queiroz Breiner, colaboradora da antiga revista que, agora, passa a se chamar *Era uma vez... A revista infanto-juvenil mais bonita do Brasil*. Nessa segunda fase, o periódico circula por todo o final dos anos de 1940 e vai pelos anos de 1950 afora, e completa, por exemplo, quinze anos de circulação, contando-se as duas fases da editoração, em 15 de abril de 1955.

O objeto de estudo, contudo, está localizado nos volumes que formam a primeira fase da editoração de *Era uma vez...* e está presente em torno dos doze números que formam o conjunto editado no período que se localiza entre 15 de abril de 1940 a 1 de outubro do mesmo ano.

De posse desses dados preliminares, articulados com o intuito de procurar deslindar algumas linhas confusas que obscureceriam a fisionomia do objeto, pode-se aprofundar um pouco a especificidade do periódico, desenhando alguns traços que façam, por exemplo, a

identidade do editor, pois ao falar dele, fala-se do locutor que dirige a produção da Leitura e fala-se da imagem que a direção produz para o Leitor.

“Guimarães nasceu em Cordisburgo, MG, no dia 23 de maio de 1906, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, aos 4 de junho de 1981. Formou-se como Professor Primário, sendo pouco depois nomeado Inspetor Federal de Ensino, cargo que ocupou até a aposentadoria por idade (1976). Publicou as primeiras narrativas infantis em *Caretinha*, periódico editado de outubro de 1935 a março de 1940. Fundou o Suplemento Infantil de *O Diário*, matutino católico de Belo Horizonte, em 1940, criando no mesmo ano a revista *Era uma vez...*, que editou de abril de 1940 a agosto de 1947. Dirigiu o ‘Lar dos Meninos’ de Belo Horizonte, depois conhecido como ‘Fundação Don Orione’, de assistência a ‘meninos abandonados e delinquentes’, e a Biblioteca Infantil ‘Caio Martins’, do Minas Tênis Clube. Transferiu-se em 1947 para o Rio de Janeiro, passando a chefiar o Serviço de Orientação e Recreação da Infância do SESI e a dirigir o mensário *Sesinho* ao longo de toda a sua existência. Com o fim dessa revista, editou ainda o periódico *Histórias Coloridas*, a partir de 1961, e colaborou nos periódicos *Vida Infantil* e *Vida Juvenil*. Escreveu e dirigiu programas na Rádio Belo Horizonte (Belo Horizonte, MG, em 1938), na Rádio Clube do Brasil e na Rádio do Ministério da Educação (Rio de Janeiro, DF, 1954/1955). Também escreveu para a TV Tupi (Rio de Janeiro, DF, 1958) e para a TV Itacolomi (Belo Horizonte, MG, 1959). Através do ‘Rotary Club’, criou 18 Bibliotecas Infantis, com um acervo de 110 livros”. (BRITES, 1992).

Lá pelos meados de 40, Vicente Guimarães já havia, pois, colaborado em diversos periódicos e dirigido outros e já, além disso, havia publicado várias obras de Literatura Infantil.

Na caracterização da Revista *Era uma vez...*, Vicente Guimarães, diz, no sub-título, que ela é do Vovô Felício e se destina a seus netinhos. Assim dizendo, ele lança mão do recurso ficcional do pseudônimo e estabelece, aí, traços com que procura orientar a direção da Leitura do periódico e da ação com o Leitor. E esclarece:

“Na década de 40, fiz um concurso entre as crianças que liam as minhas histórias, para saber qual nome elas gostariam de adotar

para aquele que contava e escrevia casos para elas. O primeiro nome foi vovô, escolhido unanimemente por todos. Já o Felício nasceu de uma carta que recebi de uma criança de Guiricema, na Zona da Mata mineira. O menino justificava o nome Felício porque, para ele, significava felicidade e por ser o nome de seu avô, que tinha falecido quinze dias antes de escrever-me. O seu avô gostava muito de lhe contar histórias. Assim nasceu 'Vovô Felício', o contador de casos para meninada.' (BRITES, 1992)

É essa imagem do contador de histórias o que faz lembrar a aproximação entre Vicente Guimarães e Monteiro Lobato ainda que outros aspectos também possam ser evocados na comparação que se faz entre ambos no estabelecimento das semelhanças e das diferenças: a aproximação está na "figura do Vovô Felício, homem idoso, simpático, solícito, comparável a Dona Benta em termos de experiência, bondade e sabedoria." (BRITES, 1992)

Mas a

"aproximação entre Lobato e Guimarães pode e deve ser nuançada. Por um lado, a estudiosa de Literatura Infantil Nelly Novaes Coelho caracterizou o último como representante de perspectivas políticas conservadoras, até associáveis à Pedagogia autoritária do Estado Novo, identificando Lobato, em contrapartida, a causas progressistas. Por outro lado, analisando Lobato em perspectiva histórica, há quem aponte (CAMPOS, 1986) seus compromissos com a racionalização da economia e do trabalho a partir de padrões tayloristas e fordistas.

Semelhanças e divergências existem entre ambos: não são meramente redutíveis um ao outro, pois em Lobato, há maior alegria e soltura do mundo infantil, enquanto prevalecem, em Guimarães, disciplina, vigilância e o binômio prêmio-castigo. O primeiro escreveu boa parte de sua obra em plena ditadura estado-novista, enquanto o outro produziu a maior parcela de seus textos (e, especificamente, dirigiu *Sesinho*) no período chamado 'redemocratizado' da História brasileira, o que sugere disseminação no social de disciplina, controle e possibilidades críticas nos dois contextos políticos." (BRITES, 1992)

João Bolinha se assemelha a Emília: um boneco cheio de vida cujo surgimento

“se deu em discurso do escritor como Paraninfo no Jardim de Infância ‘Buena Brandão’, de Belo Horizonte. Auxiliado por um desenhista, inspirado em publicidade alemã, onde pastilhas derramadas de vidro formavam corpo humano, ele apresentou àquelas crianças o boneco. Guimarães justificou tal escolha para a personagem ‘porque com bonecos a criança não sofre tanto quanto com gente’.” (BRITES, 1992)

### Por outro lado João Bolinha se diferencia

“de Emília, que era muito mais crítica em relação aos adultos, como se observa no livro *A chave do tamanbo*, onde ela questionou o tempo que vivia (anos 40, Segunda Guerra Mundial), revertendo substancialmente as relações de poder, atribuindo maior capacidade transformadora do mundo às crianças, cujo poder não passava pelos valores adultos. João Bolinha, apesar de molecagens, submetia-se aos projetos dos adultos.

A correspondência de Lobato a Guimarães, lote de 10 cartas entre 1935 e 1947, evidencia a postura do primeiro como Autor consagrado de vasta obra, assumindo posição de guia e conselheiro intelectual do outro que, por sua vez, ainda se consolidava como escritor e enviava materiais ao intelectual mais experiente, pedindo-lhe sugestões e adotando personagem do mesmo – caso de Emília.

Há uma carta de 24 de março de 1938 que evidencia o interesse de Lobato em participar, via União Jornalística Brasileira (agência de notícias e publicidade, de que era sócio) de estrutura oficial de propaganda estadonovista, fato que convida a nuançar suas relações com o regime.

‘Esteja de olho aí na criação do serviço oficial de propaganda para entrarmos com o nosso jogo quando for tempo oportuno. Outro ponto de programa é tornar a UJB a agência de publicidade de Minas.’

Noutra carta, não datada, designou Guimarães como ‘discípulo amado’, criticando, todavia, sua forte submissão à Igreja e Escola oficial.

‘És, não há dúvida, o discípulo amado. O teu livro está lindo. Minha neta Joyce devorou-o dum trago – e eu também. Infelizmente o meio aí te impede de fazer o que eu fiz, isto é, de te libertares da padaria e da mentalidade pedagoga oficial. No dia em que você puder escrever para dizer unicamente o que pensa, sente ou quer dizer, nesse dia você firma-se como um

grande valor novo. Mas noto que ainda te preocupas muito em dizer o que eles querem que digas’.

São exemplos que sugerem o caráter mais polêmico e tenso do escritor paulista, embora compromissado com projetos racionalizadores da sociedade, e a maior sujeição de Guimarães a espaços institucionais.” (BRITES, 1992)

Se novas luzes foram lançadas sobre a figura do editor, propiciando entrever a fisionomia da Leitura e do Leitor, alguns focos de luz podem ser lançados sobre o periódico.

O projeto de *Era uma vez...* não privilegia um tratamento quadrinizado da Leitura. O Leitor, ao encontrar, aí, textos de quadrinhos depara com ambiente, com assunto e com personagens nacionais. Isso ocorre num momento em que a produção estrangeira atua agressiva no mercado brasileiro:

“a partir de 1934, os quadrinhos internacionais – principalmente norte-americanos – começaram a ser difundidos sistematicamente no Brasil, com a publicação do *Suplemento Juvenil*. Antes disso, já havia produções quadrinizadas brasileiras ao menos desde o final do século XIX, com Ângelo Agostini, passando pela revista infantil *O Tico-Tico*, lançada em 1905, e abrangendo criações de J. Carlos, Luís Sá e muitos outros nas décadas seguintes.

Nos anos do período de 1940, quando *Sesinbo* surgiu, havia um contexto de renovação da Imprensa que pode ser exemplificado pela revista *O Cruzeiro*, onde foram veiculados materiais de Péricles Maranhão, Millôr Fernandes, Carlos Estevão e, já na década seguinte, Ziraldo.” (BRITES, 1992)

Tomando como referência a produção quadrinizada veiculada no Brasil na fase posterior a 1934,

“*Era uma vez...* foi a primeira revista a divulgar produção exclusivamente nacional com duração mais prolongada (1940/1954). Antes da revista mineira, a *Edição Extra do Correio* circulou em 1937 e 1938 e *Dick Peter* só durou um ano – 1938. *Jornalzinho* surgiu em 1942 e só teve a publicação suspensa em 1970. Após *Sesinbo*, apareceu *Capitão Atlas* – 1951/1953. A maior parte dos quadrinhos editados no Brasil era (e continua ser) estrangeira: em 1940, uma única publicação nacional – *Era uma vez...* –

convivia com nove estrangeiras; em 1947, quando *Sesinho* foi lançado, a proporção era de dois periódicos brasileiros para nove estrangeiros." (BRITES, 1992)

Esses traços ligeiros que formam um pequeno painel do contexto de manifestação da literatura infanto-juvenil no mercado brasileiro, circunscrito, sobretudo, às décadas de 1930, 1940 e 1950, revelam a convivência do nacional com o estrangeiro. E essa convivência não é harmoniosa. No número 7 de *Era uma vez...*, em 15 de julho de 1940, na seção da Palestra de Vovô Felício, com o título de 'Com a palavra um jornalista', vêm a público as palavras do Vovô, avaliando e dirigindo a utilização das palavras do jornalista que assina O.B.:

"Hoje, meus caros netinhos, vamos transcrever aqui trecho de um artigo publicado no 'Jornal do Comércio', sobre revistas infantis. Leiam o que escreve o jornalista e mostrem a seus pais e suas professoras:

'E multiplicam-se as revistas infantis. É' preciso atentar na qualidade dessa literatura que os prelos nacionais fornecem em catadupas à sede de leitura parece que sempre crescente das crianças e dos jovens. Os livros são em maioria traduções ou adaptações. Os jornais infantis são feitos cada vez mais de clichês importados da Norte América. Livros e revistas quase que só dão a ler aventuras de heróis louros, historietas do Texas e de Chicago, novelas em série, estandarizadas, vindas de fora em telhas de estereotipia. É uma espécie de 'dumping' com que uma indústria abarota os mercados longínquos e estrangula qualquer veleidade de produção nativa. Os editores de publicações infantis no Brasil alegam que os 'copyrights' são baratíssimos. Não precisam de pagar escritores e desenhistas nacionais, nem fazer despesas de 'clichês, desde que recebem a preços de 'dumping' a produção estrangeira, dando margem a lucros fatais e enormes. Até certo ponto temos que nos conformar. O lucro é o objeto natural de todo negócio. Mas não é alarmante que continuemos a ver nossa literatura infantil quase de todo fechada a escritores e artistas nacionais, e todas as publicações dadas a ler aos meninos e aos jovens compostas quase exclusivamente (exclusivamente no caso de alguns jornais) de 'clichês' importados e traduções de histórias estrangeiras?'

Leiam e meditem sobre isto. Enquanto não se tomam outras providências, vocês mesmos podem reagir.

Vocês não querem ser patriotas ?

Patriotismo é isto: amar as nossas cousas; preferir o que é nosso; prestigiar a nossa gente.

As publicações de que fala o articulista, não só impingem em vocês uma literatura internacionalista e cheia de maus exemplos, manchando suas almazinhas e povoando seus pequeninos cérebros de absurdos horíveis e de crimes pavorosos, como também fazem concorrência desleal em preço, proibindo a quem de boa vontade e altruísmo deseje trabalhar em prol da sadia literatura infantil brasileira de que tanto vocês precisam.

Sim, meus netinhos, vocês, as crianças do Brasil, precisam de mais publicações infantis que lhes estimulem o gosto pela leitura e não a ansiedade pelo enredo em quadrinhos."

Esse trecho acaba por fazer sintonia com um outro pequeno trecho que assinala a participação de Vicente Guimarães na trincheira de resistência contra a internacionalização do produto e do processo de produção da Leitura e do Leitor infanto-juvenil brasileiros:

"Lá pelos idos de 1937/38, Vicente era inspetor de ensino. Contato com as crianças nas escolas era o que não faltava, mas havia também uma certa apreensão pelo derrame de histórias em quadrinhos de gangsters, criminosos, FBI." (BRITES, 1992)

E na sintonia com esses dois últimos trechos, pode-se fazer a aproximação de um outro trecho publicado em 1950, na revista *Serviço Social*, que "foi criada em 1940, originando-se do grupo de Ação Social, católico, atuante no Rio de Janeiro desde 1936, voltado para intervir nos problemas sociais brasileiros a partir da Doutrina Social da Igreja." (BRITES, 1992) Em tal trecho fica patente o tom alarmante na caracterização, e no combate, da literatura infantil considerada de má qualidade por sujeitar a criança à ação poderosa do mal – sob a forma de revistas – que atenta contra a sua saúde espiritual ou contra a integridade de sua personalidade e que, por ser objeto de uma direção mal orientada, produz elementos que são inúteis, ou nocivos, à sociedade.

"Nada de revistas com monstros, assassinos, 'gangsters', raptos, explosões, incêndios, sangüeiras. Nada de 'super-homens', 'de vingadores' ou coisas parecidas. Essas publicações não só enfermam o espírito da criança, como a despersonalizam. O

cérebro do menor vive em constante agitação, em busca de emoções estranhas num mundo que não é seu, isto é, aquele mundo ameno da meninice, onde tudo é simples e sincero. A leitura de revistas policiais especializadas cria no pequeno leitor o complexo do crime, o desejo da violência, da luta com seus companheiros, enfim pode provocar a demência precoce ou uma desintegração da personalidade que só será corrigida muito tarde, com boas leituras e quiçá com a intervenção da própria medicina. É' como um outro 'eu' que nasce na criança, um ser feroz, completamente diferente daquele que existiria se o seu desenvolvimento decorresse normalmente. Mais uma vez pode-se considerar crime a literatura infantil mal orientada porque cria um sem número de degenerados, idiotas e demais elementos nocivos à sociedade." (BRITES, 1992)

De texto em texto, o que se pode ver, em linhas gerais, é que a Revista *Era uma vez...* faz parte de um contexto de produção dividido por orientações divergentes quanto ao sentido da literatura infanto-juvenil para a atividade de Leitura ou para a ação do Leitor brasileiro. Em outras palavras, a divergência parece se situar no pólo de um certo capitalismo nacional que se opõe ao pólo de um capitalismo internacional, fortemente marcado pela presença norte-americana, quando se defrontam com o território da produção, da circulação e da recepção da cultura literária infanto-juvenil brasileira.

A um pólo pertence a negatividade que promove a desintegração do jovem que lê: é a literatura estrangeira, nociva à saúde do espírito, ou da personalidade. A outro pólo pertence a positividade de uma literatura nacional que respeitaria os limites da integração do leitor, propiciando-lhe uma experiência sadia de leitura.

Se por um lado a leitura é pensada como atividade que promove a desintegração, por outro lado é vista como atividade que propicia a integração e, por isso, é, ainda, pensada como atividade que teria, como a Medicina, uma ação curativa, o que não exclui a sua ação preventiva.

"Tal preocupação com a leitura infantil demonstra que a Igreja Católica assumiu importante papel nesse controle, integrando-o em seu projeto de Assistência Social, encarando a produção cultural voltada para crianças como espaço problemático, a ser saneado por uma produção alternativa." ( BRITES, 1992)

Amparada nesses termos, *Era uma vez...* objetiva ser uma alternativa de textos sadios para mentes sãs. Por isso, ela não é uma revista que tenha a fisionomia das histórias em quadrinhos estrangeiras de seu tempo, ainda que, nela, haja uma pequena produção quadrinizada que convive com muitos e variados objetos para a Leitura e o Leitor.

Para a formação social das crianças e dos jovens, a linguagem da propaganda promove não só objetos, mas atitudes, práticas, hábitos, ações, crenças que se mostram quando se faz a promoção de programas radiofônicos infanto-juvenis, agentes e instituições financeiros, livros para a criança e para o jovem, escola, calçados, livraria, suco, guaraná, bala, fogos de artifício, papelaria e gráfica, açúcar, açougue, serviços médicos, revistas especializadas na formação da criança e do educador, talco, conta bancária infantil, investimento em apólices de seguros, poupança financeira, assinatura de revista infanto-juvenil: *Era uma vez...*, consumo de revista, uso do serviço de correios e telégrafos, cinema, filme de desenho animado infantil, concurso de prêmios, tirar retratos, fotos, plano para a compra de casa e de lote, plantio de árvore, de horta, casa de adubos, flores e sementes, remédios, textos de conhecimentos gerais, máquina de escrever, romance em séries, desenho de aventuras, escovação de dentes, serviço odontológico, pasta dental, sabonete, banho, biscoito, farmácia, bazar, casa de perfumes, roupas, clube, agente de assinaturas de revista, casa especializada em uniforme e enxovais, formação de biblioteca particular, hora de leitura, compra de livros, uso de selos, farinha, parque de diversões, imagem do bom menino, jornal dos leitores, escrever carta, colaboração para a revista, redação de pequenos textos, jornal escolar, clubes de leitura, grêmio literário, notícias, prática de educação física.

Para as diversas atividades e ações da Leitura e do Leitor, entre mercadorias como talco, revista, fotos, ou escrever cartas, circulam *textos* que formam as histórias de capa sob a forma de imagens de vultos e eventos históricos ou sob a forma de fábulas e pequenos contos moralizantes. Ou, ainda, os *textos* das tiras de quadrinhos, dos problemas matemáticos, das curiosidades e dos conhecimentos gerais, das atas dos eventos escolares (auditórios, reuniões), das cartas da correspondência de Vovô Felício, das histórias que os netinhos contam, das histórias do Pai João, das Palestras do Vovô Felício, do pequeno agricultor, das histórias de D. Matemática, das visitas de Vovô Felício, das lendas infantis, das armas

e bandeiras das nações americanas, de narrativa infantil em versos, dos poemas, textos de crítica do leitor sobre livros de Literatura Infantil. Além desses *textos*, há estes outros: textos de resumo de livros de Literatura Infantil, de narrativas moralizantes (bons hábitos, virtudes), texto e foto de visitas do Vovô Felício aos colégios e grupos escolares, de participação do Vovô em eventos públicos (nas escolas, ou nos clubes) e particulares (na casa de netinhos), texto de narrativa de sentido religioso, ou texto sobre os grandes vultos brasileiros, sobre os patronos dos grupos escolares, informações da agricultura, hábitos de poupança financeira, ou sobre fatos da história do Brasil. E, por fim, os *textos* das notícias sobre recebimento de presente, inauguração de gabinete dentário particular, trabalho de divulgação da revista *Era uma vez...*, recebimento de publicações sobre Grêmios Literários e Clubes de Leitura, atividades sociais e festas cívico-escolares, sobre premiação de concurso, concurso de vitrine, homenagem ao Vovô Felício.

Para a formação social da infância, sob o ângulo de práticas que promovem instantes lúdicos de lazer, de diversão, de conhecimento, tem-se um conjunto de itens que podem ser reunidos nas seguintes rubricas: fatos engraçados e anedotas, desenhos para colorir, charadas e perguntas. E mais: pequenas tiras de quadrinhos, cartas enigmáticas, problemas, historietas, tabuada ilustrada, erros de linguagem, palavras cruzadas, objeto para montar, perguntas e respostas, gravura-problema, passatempo, curiosidades técnico-científicas.

E para manter ou conquistar, sedutoramente, as crianças e os jovens, fazendo com que eles se prendam às linhas da revista, *Era uma vez...*, há a prática dos concursos de fotografias, de contos, de redações, do riso, dos milionários, do nome para a boneca de uma personagem literária, distribuindo prêmios como livros, caderneta de poupança, mobiliário pessoal de biblioteca infantil, acompanhados de balas, de refrigerantes. E há, ainda, a prática sedutora de trocar cartas com o Vovô Felício e de vê-las publicadas na revista. Como há também a prática de publicação, em *Era uma vez...*, das fotos dos leitores e a prática de seu registro no livros dos “adorados netinhos” do Vovô Felício.

De todos esses objetos que fazem a referência para as atividades de Leitura e as ações do Leitor, três grandes *objetos empíricos* foram escolhidos para o estudo que originou esse trabalho.

A *Correspondência de Vovô Felício* foi escolhida por ser um objeto que trata da articulação, ou arremimentação, dos leitores para a relação

editorial com o projeto de Vicente Guimarães e, por isso, teria tal objeto detalhes importantes a oferecer sobre a especificidade do Leitor – o Leitor-modelo e o Autor-modelo – e da Leitura.

A *Palestra do Vovô Felício* seria um objeto importante por oferecer referências axiológicas na caracterização do projeto de *Era uma vez...* por se tratar de um espaço em que circula, mais direta e formalmente, a linha editorial do periódico e, especificamente, a direção que se dá aos significados de Leitura e de Leitor (Leitor-modelo e autor-modelo). Nisso está a razão de sua escolha.

Por fim, os textos das *histórias que os netinhos contam*, na qualidade de produção dos leitores de *Era uma vez...*, constituem um objeto privilegiado de estudo por serem uma produção modelar, ou exemplar, uma vez que resultam de uma recepção e de uma produção articulada nos limites valorativos dos textos editados pelo projeto da revista. Por ser um objeto que articula, pois, o ler com o escrever na perspectiva de formar um texto que desenha as operações ou estratégias textuais que o leitor empírico executaria, escrevendo textos modelares para novos leitores, tem-se, aí, um objeto privilegiado para a caracterização da figura ideal das atividades de Leitura e das ações do Leitor.

Enfim, as atividades de Leitura e as ações do Leitor estarão sendo consideradas, com tais objetos, sob o ângulo do sentido da Modernidade que forma a narrativa de *Era uma vez...*

# DOS FIOS TEÓRICOS

## 2. DOS FIOS TEÓRICOS

### 2.1. Modernidade: estudos

#### *Modernidade e divisão*

(As raízes da modernidade brotam do solo epistêmico da divisão.)

A modernidade, no Ocidente industrial, constitui-se como fenômeno de cultura que começa a se manifestar no século XIX, trazendo, nas suas manifestações, o sentido da divisão.

Na análise da sociedade burguesa, Marx, por exemplo, postula, como específico do objeto, sociedade, a divisão em classes sociais. E é, com a divisão na Psicanálise, o que postula Freud ao considerar o sujeito como objeto dividido em mais de um centro.

No bojo do sentido de divisão, desdobra-se, pois, o sentido de *outro*, pois *uma* classe só se constitui na relação com *outra* classe assim como o lugar freudiano da consciência, no sujeito, constitui-se na relação com o *outro* lugar: o inconsciente.

Logo, a relação, perpassada pelo sentido de divisão, é o espaço em que o *um* e *outro* se constituem.

E especificamente, sob a modernidade, a linguagem do poema é atravessada por um diálogo tenso em que se opera a divisão entre a aceitação e a rejeição da tradição. Ou seja, o texto poético é a relação dialógica em que *um* texto se articula criticamente com *outro* texto, constituindo-se a intertextualidade como prática poética de escrita. Sob um outro ângulo, o texto poético da modernidade é, também, um diálogo tenso em que o poema, o *produto* da ação de escrever do poeta, entra em relação com o pensamento do processo que reflete sobre as condições de fazer do próprio poema. É um caso de metalinguagem na medida em

que *uma* linguagem reflexivamente se articula com *outra* linguagem. Em outros termos, a linguagem do *processo* objetiva explicar a produção do *produto*. Isso, contraditoriamente, ocorre sob a modernidade, quando mais e mais os objetos culturais são postos em circulação como meros objetos de *consumo*. E quando, mais e mais, a produção do poeta é marcada pelo sentido da inutilidade ou da falta de lugar para a poesia. Mas, na consciência do *não-lugar*, o poeta moderno escreve as marcas do seu *lugar*.

Em poucas palavras, a prática da escrita moderna postula para o escritor o papel de operador de linguagens: usar *uma* linguagem é sempre articular um espaço tenso em que se opera a *divisão* constitutiva com a *outra* linguagem: jogam-se as linguagens da afirmação e da negação da tradição; do processo e do produto da escrita; do lugar e do não-lugar do poeta; da produção e do consumo de objetos culturais.

## Modernidade e dualidade

(A dualidade na *alegoria* conflitua com a unidade no *símbolo*.)

Sob a modernidade, a divisão opera rupturas e se instaura a dualidade.

A escrita poética, pensada sob a ótica do *símbolo*, estabelece para o poeta o lugar de oráculo. E, nessa posição, o que ele escreve é profecia, cabendo a si o decifrar dos enigmas uma vez que apenas o poeta, no lugar de *um*, detém, pretensamente, o controle das chaves do mistério. Essa é a postura da fusão poética, pois o *um* não reconhece o *outro* e, por isso, reina, na ilusão do absoluto, com a prática da unidade do *símbolo*.

Mas a escrita moderna, ao romper a simbiose em torno do *um*, articula, por exemplo, a prática poética em torno de metáforas que se abrem para a *alegoria*. Tal ruptura faz o nascimento do *outro* e, nisso, a prática de escrever rompe com as metáforas que se abrem para o símbolo.

É, assim, que se verifica o destronamento do poeta oráculo: a ruptura da fusão, que forma o ninho poético, instaura a dualidade. E onde se articulava o monólogo do oráculo a decifrar enigmas passa a se articular a prática dialógica: com a ruptura, o locutor, ou o que decifra enigmas, abre espaço para a prática intertextual dos interlocutores – surge um outro escritor, aquele que cifra. E surge um outro leitor: aquele que recifra.

É, pois, na dualidade constitutiva da relação do escritor com o leitor que passa a se articular a vigência da modernidade: a prática intertextual que os aproxima, fazendo-os partícipes do espaço do *um*, é, também, a prática que os distancia, fazendo-os integrantes do espaço do *outro*.

Ora, se a ruptura, nas práticas de linguagem, forma a dualidade constitutiva do escritor e do leitor, tal fenômeno se expressa na dualidade de outras dimensões. As práticas de produção, como práticas de escrita são constituídas pela determinação das práticas de recepção: leitura. Em outras palavras, articulam-se, reciprocamente, as práticas de recepção e de produção. Além do mais, o que se escreve, ou lê, no tempo *presente* dialoga com o *passado*; e o *passado* dialoga com o *futuro*. O que se escreve, ou lê, *aqui* dialoga com um outro lugar: *lá*. E o *lá* pode dialogar com o *acolá*.

Enfim, o *um* que se articula, dialeticamente, na relação com o *outro*, forma pois, a dualidade constitutiva da escrita: escrever e ler; produzir e receber; cifrar e recifrar; o escritor e o leitor. Forma, ainda, a dualidade constitutiva do tempo e do espaço: *um* tempo, *outro* tempo; *um* lugar, *outro* lugar.

Diante disso, a escrita, ou a fala, o tempo e o espaço são realizações constitutivamente marcadas pelas dimensões de estabilidade e de instabilidade. E esses atributos formam a fisionomia das metáforas que se abrem, com a modernidade, para a alegoria.

## Modernidade e alteridade

(O *outro*, sob a modernidade, constitui-se na fraternidade com o *um*.)

Entendendo que a modernidade possa ser um fenômeno cultural em que *um* e *outro* se constituem, a prática semiológica, ou de produção de significados, reproduz este jogo constitutivo.

É nesta direção que se entende a alegoria como uma figura de produção de pensamentos, ou significados, em que o espaço semiológico faz, constitutivamente, a articulação de *um* com o *outro*: o que se projeta como *um*, no instante da projeção, projeta, obrigatória e necessariamente, o *outro*.

O que se põe obriga assumir-se, contudo, que a produção de pensamento, ou de significados, sob a alegoria, passa pelo jogo de

dominação semiológica, o que se manifesta na luta pela coagulação das metáforas alegóricas. Nisso, a produção semiológica objetiva a prevalência do *um* sobre o *outro*. E, aí, as metáforas que se articulam tendem para a monovalência dos significados: o uso da alegoria vai cedendo espaço para as metáforas do símbolo, ou para o domínio semiológico do *um*, ainda que tal domínio não seja absoluto.

Ainda que, por exemplo, sob a civilização burguesa, a justiça tenha, na representação liberal que a inspira, o sentido da imparcialidade, com o símbolo dos olhos vendados, para todos os indivíduos a serem julgados, este jogo acaba por ser criticado com a afirmação irônica que vem do lugar do *outro*. A justiça, que teria, sob a venda, os olhos estrábicos voltados na direção favorável das classes dominantes, acaba por ser *uma* justiça: a representação da prática de justiça que se faz sob a dominação burguesa. E isso evidencia, de novo, sob a alegoria, a riqueza da polivalência das metáforas alegóricas. Donde resulta o seguinte: o real não se esgota na representação do símbolo, do lugar do *um*, mas se expressa na representação inesgotável da alegoria, ou no jogo contraditório, e aberto, com o *outro*.

É, nesses termos, que talvez se possa dizer que os fenômenos de cultura, na modernidade, possam ser mais ricamente explicados pela divisão contraditória, constitutiva do *um* e do *outro*, presente na alegoria como figura semiológica de produção do pensamento. A alegoria seria, assim, uma categoria explicativa e constitutiva da cultura sob a modernidade.

## Modernidade e contradição

(Um e outro vivem por contradição.)

Uma vez que se entende a modernidade como dualidade, ou como convivência em que se articula o duplo dos contrários, o moderno se caracteriza por dimensões que se articulam por oposição.

Com a modernidade, as máquinas que produzem a *riqueza*, simultaneamente produzem a *pobreza*. A riqueza que se expressa na *propriedade* das máquinas, ou dos meios-de-produção, produz a pobreza, que se expressa na *não-propriedade* de tais meios. Por isso, os homens, pela produção econômica, são divididos em classes que se opõem: a dos *proprietários* e a dos *não-proprietários* dos meios-de-produção. Mas o

*proprietário* dos meios-de-produção *não é proprietário* da força-de-trabalho: aquele que se coloca como *um* na relação abriga, constitutivamente, o seu contrário: o *outro*.

E é nessa dualidade que se explica a lógica do *lucro*: como a riqueza se faz pela extração do lucro, nesta extração faz-se a produção do *prejuízo*. Nesse sentido, a riqueza de *um* advém da produção da pobreza do *outro*, o que significa dizer que o prejuízo e o lucro são fiéis concorrentes, o que não significa dizer que o lucro seja sempre o *vencedor*, pois o *vencido* é a figura circunstancial que nasce da *negação* do lucro, ou quando ocorre a *afirmação* do prejuízo. Por isso, nada mais *contingente* do que o lucro, ou o prejuízo; mas nada mais *eterno* que a contradição, ainda que a *maximização* do lucro e a *minimização* do prejuízo possam aparecer como contrários habituais na esperança da solidariedade para todo o sempre.

Mas como o lucro é *relativo*, a *estabilidade* que paira sobre a harmonia das relações de produção é ameaçada pela *instabilidade* que advém do prejuízo. E se o prejuízo penetra a produção e se instala com a ameaça da *estabilidade* do que pretende ser *absoluto* e permanente, nada mais saudável, para a equibração do sistema econômico, do que a *destruição* de suas raízes e a *construção* de novas raízes de lucro. Por isso, é comum dizer-se que sob a modernidade tudo que é *sólido*, é, também, *frágil*.

Esta é uma bandeira que sinaliza a modernidade industrial. E está presente naquele material que aparece como emblema da era moderna: o ferro e o vidro. Companheiros da arquitetura moderna, trazem eles os sentidos do que é *sólido* e *frágil*; *opaco* e *transparente*; *indeavassável* e *devassável*.

Enfim, a bandeira da modernidade é: o que é sólido não é eterno, pois tudo que é sólido e estável se volatiliza.

## Modernidade e controle

(A divisão pressupõe o controle.)

A divisão, ou ruptura, de um conjunto implica o estabelecimento de um todo integrado por constituintes que, na separação, se individualizam.

Ao se individualizarem como *um* e *outro*, os componentes passam a ser marcados pelos sinais da *diferença* e da *semelhança*.

E, nisso, está presente, a oposição que engendra os constituintes. É a oposição o que inviabiliza a *paralisia* dos contrários na posição de *um* e de *outro*, pois, em face dos movimentos de um para fazer o outro semelhante a si, há a possibilidade de movimentação do outro no sentido de fazer a manutenção de sua especificidade. Ou seja, defendendo a manutenção da diferença, no sentido de alterar a especificidade do um, o outro luta pela alteração da semelhança com que este um se identifica.

Nesse movimento, que é, também, o constituinte da relação, a luta pela manutenção do um, nos limites de sua especificidade, significa a luta pela negação da diferença. Ou seja, o movimento implica o controle da relação no esforço de fazer reinar o sinal da mesmidade: o objetivo é, pois, fazer o outro sinônimo do um.

A luta entre a diferença e a mesmidade é, historicamente, coordenada pelo controle do Estado, usando daqueles expedientes clássicos: a repressão e a persuasão.

Com o advento da modernidade, sob o comando da ação burguesa, o Estado, que até então arrancava a mesmidade com a repressão, passa à prática gradual de controle pela ação prevalecente do esforço de persuasão. E, nessa prática, já não é dominante o exercício da lei; é, predominante o império da norma.

É com a norma que se explica, por exemplo, o caráter regulador, e preventivo, da ação do Estado na alteração qualitativa da forma das cidades coloniais – amplas avenidas passam a ser a norma urbanística que substitui as vielas estreitas de tais cidades uma vez que o Estado, como o detetive dos romances policiais, precisa vigiar, ou olhar, as multidões. Nestas multidões que se movimentam pelas cidades está o *desconhecido*, o *diferente*.

Assim, com a visibilidade aberta para o amplo, o Estado exerce o controle preventivo do *conhecido* e do *desconhecido* e, com isso, tende a exercer a visibilidade fechada para o restrito limite de seus interesses, que se resumem na conservação da posição do *um*, ou do reino da *mesmidade*, pela persuasão do *diferente*.

## Modernidade e Estado

(O diferente precisa ser submetido à ação preventiva das normas de controle.)

O outro, como o *diferente* é o agente que ameaça a saúde, ou a força, do *semelhante*: o que ocupa a posição de um.

As imagens de saúde, ou vigor, e debilidade podem caracterizar os sentidos de *equilíbrio* e *desequilíbrio* a que está sujeito o corpo social. São imagens que indiciam a *precariedade* do corpo, ou a *contingência* da debilidade e que apontam para a *relatividade* e a *instabilidade* que nascem com a produção burguesa do mundo moderno.

Se a debilidade é uma contingência que desequilibra a vida social, a prevenção da saúde, ou da força, constitui-se como urgência a ser praticada pelas ações de controle e regulação do Estado moderno.

Alterando o caráter de auto-suficiência e automanutenção da família-estado patriarcal, o Estado burguês nascente vai fazendo dela uma agência social. E, ao constituí-la como agência, vai cabendo à família moderna a disseminação da norma e nessa tarefa o Estado vai inaugurando a sua face de aparelho ideológico e reduzindo a ação de sua face repressiva.

Pela ação persuasiva do aparelho ideológico do Estado, os saberes e práticas da Medicina, por exemplo, vão regulando e controlando o corpo social: vai-se enformando o cidadão com as normas constitutivas do receituário, ou ideário, do bom burguês. Faz-se, assim, a higienização da sociedade pela ação dos saberes e práticas de Medicina, incidindo esta ação sobre a família.

O olhar de Deus, o olhar do padre vão sendo substituídos pelo olhar panóptico do Estado, pelo olhar do médico. E, aos poucos, o olhar centralizador do Estado penetra pela família com os saberes e práticas da Educação. Com isso, multiplica-se e se amplia a circulação da norma. Faz-se a politização dos atos médicos, dos atos pedagógicos ou a medicalização e a pedagogização dos atos políticos. Ou seja, a ação política do Estado vai sendo multiplicada pela ação crescente da ideologia ainda que o controle do corpo social pela repressão e pela lei conviva, de forma desigual em extensão e intensidade, com a ideologia.

Enfim, o advento da modernidade pode ser expresso pela crescente presença do Estado como órgão que atua como mediador das relações sociais. E, nessa mediação, cabe à higienização médica; ou pedagógica,

o sentido de saberes e práticas de conquista do cidadão na direção da semelhança que dá forma à hegemonia burguesa.

## Modernidade e olhar

(O olhar do Estado é múltiplo.)

Se o olhar da Ciência é expresso pelo olhar laico do Estado, será que o olhar religioso desaparece? O olhar de Deus desaparece?

Ainda que a Ciência, ou os saberes e práticas da ciência experimental sejam difundidos pela higienização da Medicina, pela higienização da Psicologia, os saberes e práticas tradicionais mantêm a sua vigência. Ainda que a ciência terrena do leigo penetre, com suas normas médicas e pedagógicas, na família, sob o controle centralizador do olhar do Estado burguês, não continuaria o Estado moderno sob a ação prevalecente da ideologia, da norma e da persuasão articuladas pelo olhar religioso?

Ainda que a ação da ideologia, da norma, da persuasão esteja corporificada em saberes e práticas de educação, é de se perguntar se a ação da repressão, da lei, da punição não seria a manifestação que fica *latente* nas relações familiares e escolares. E, se isso ocorre, no bojo do *manifesto* fica, em vigência, a ação da ideologia. E qual? A ideologia científica? A ideologia religiosa?

Ora, se a modernidade, com a burguesia, opera uma divisão, ou ruptura, que separa as ações em *conscientes* e *inconscientes*, é possível que o Estado burguês guarde, na sua fisionomia, a ambigüidade do controle religioso e científico. Ou seja, mantém ele a divisão entre *a ação que se propala* e *a ação que se efetiva*.

E, nisso, *a ação que se efetiva*, na Educação, é orientada pela prática *latente* da repressão e pela prática *manifesta* da ideologia religiosa e científica. Com isso, o olhar de Deus e o olhar da Ciência, como olhar do Estado, acabam por se multiplicar e a Metafísica que controla a Educação, distribuindo a lei, de modo manifesto e latente, articula-se com a Ciência, que a controla, distribuindo a norma de modo manifesto e latente.

O Estado brasileiro não é esse amálgama em que se cruzam repressão e ideologia sob a ação *prevalecente* da repressão religiosa *latente*, legitimada por uma ideologização dessa repressão e, ainda, sob a ação *periférica* da ideologia científica *manifesta*?

É, acredito, o que se pode hipotetizar sobre o olhar múltiplo do Estado: a Metafísica, forma velha de explicar e dominar o mundo dos homens dá as mãos à Ciência, forma nova de explicação e dominação. E se se produz um Estado que pretende o controle repressivo e ideológico, o que se pretende, com a lei e a norma, é a desarticulação redobrada do *diferente*, ou do que não faz o jogo do *semelhante*, pois a sua ação, na posição de *outro*, expressa a negação do Estado moderno como lugar ocupado pela posição onipotente de *um*.

### Modernidade e semiologia

(O semelhante e o diferente são os eixos em que se articulam os significados.)

Os significados circulam pelos eixos da tradição e da modernidade.

Circulando pelo eixo da tradição, os significantes abrem-se para a conservação dos significados do pólo do *um*, pois este espaço é socialmente tecido como sendo a *realidade* ao invés de se pensar a realidade como sendo *um espaço de representação* historicamente constituído. Por não se objetivar, ideologicamente, a distinção entre *realidade* e *representação da realidade*, as representações semiológicas são passadas como sendo naturais. É “natural” a representação que se faz da realidade a despeito de se admitir um fosso entre a realidade e a representação: sabe-se que a linguagem não é o real, mas o imita, tecendo com linguagem, ou com imagens, o produto que é chamado de realidade. Neste caso, a imitação, no uso da linguagem, objetiva a produção e a recepção de significados instalados, ou produtos coagulados com o ar de vida eterna: tem-se aqui, a prática de linguagem, ou de semiologia, que se pode chamar de *mimese da representação*.

Mas, ao circular pelo eixo da modernidade, os significantes da tradição instalada entram em crise: a ruptura divide-os em significantes para o *um* e o *outro* – questiona-se a tradição, o que significa dizer que o questionamento da modernidade pode ser lido como uma expressão dialética da luta entre as representações, ou significados que, socialmente, atravessam os canais do significante. A despeito de se pretender ideologizar a luta como sendo uma crise natural de crescimento, ou como um conflito psicológico de gerações, a crise que se instala com a

modernidade não concebe as representações como sendo a realidade: são imagens, ou representações, que são produzidas e de que resulta um produto que são outras representações marcadas pelo sentido de eternidade *relativa* e de contingência *absoluta*. Neste caso, tem-se uma prática de linguagem, ou de semiologia, que se denomina *mimese da produção*.

Assim, o semelhante e o diferente, o velho e o novo, o um e o outro abraçam-se, contraditoriamente, na mimese da produção: aí, o presente articula, semiologicamente, as ruínas do passado e, de lá, levanta as representações, ou significados, que, esquecidos, podem entrar na composição de um futuro. Uma nova tradição é, então, articulada em representações que adiam para o futuro a promessa de realização de um outro que aí se gesta como possível presente.

## Modernidade e narrador

(O camponês e o marinheiro deslocam o velho e o novo.)

Se o presente é uma *composição em decomposição*, em ruínas, e se o passado é uma *composição* que guarda os sinais do presente *decomposto, arruinado*, de onde o futuro surgiria?

Surgiria das representações que o velho camponês conta: por ter ficado junto a seu espaço, ao solo molhado pelo suor dos saberes e práticas experimentados, o velho conta histórias/estórias que são o registro sucessivo das suas experiências ao longo do tempo. O velho desloca-se no *tempo*.

Surgiria, ainda, o futuro, das representações do jovem marinheiro: por ter deixado o seu solo, o viajante conta histórias/estórias que formam a narrativa das representações trazidas dos diversos portos que formam o solo das experiências estrangeiras. O jovem desloca-se no *espaço*.

O futuro não nasce da prática de contar "Era uma vez..." com o propósito de fazer o passado ser eterno, pois o imperfeito é o tempo da memória que dura, ou da lembrança que insiste em ficar *eterna* ainda que a própria marca da nostalgia coloque, aí, limites neste sentido de eternidade. Exatamente por indiciar o sentido do impossível retorno completo, o eterno, no movimento contraditório que daí surge, faz abrir

os significantes e nisso os novos significados expressam o reconhecimento do contingente nas representações do passado.

O futuro não nasce, pois, do imperfeito de “Era uma vez...”, nem do pretérito perfeito do indicativo, que contaria histórias/estórias dizendo: “Foi uma vez... O futuro não nasce do inconcluso, nem do concluso. Não nasce, também, do presente do indicativo como se o tempo das ações habituais, que resume em “É assim..., é assim..., é assim..., pudesse ser o tempo eterno com os sentidos aliados de inconcluso e concluso.

É com o sentido de fechar e abrir o presente que se mostra em *decomposição*, em *ruínas*, que o futuro começa a nascer: questiona-se a tradição das representações instaladas no presente, e, deslocando-as para as representações inconclusas e conclusas do passado, projetam-se representações para o futuro indiciando o deslocamento do presente nesta direção.

É assim que o narrador moderno atua: deslocando-se nos tempos e nos espaços da experiência, sob o influxo do movimento contraditório que respira, abre ele as perspectivas de constituição de um novo eterno e de uma nova contingência.

## Modernidade e didática

(A teoria e a prática da relação pedagógica constituem-se como alegoria.)

A Didática, que tem, como objeto, a relação pedagógica na qualidade de teoria e prática que se pretende crítica, pode ser dimensionada pela abordagem semiológica do conceito de alegoria.

Entendendo que a relação pedagógica, no interior da Educação formal e informal, atua como mediação na produção da sociedade, fica caracterizada, de início, a relação de determinação recíproca entre as esferas da estrutura social. Assim sendo, a Didática como teoria e prática da relação pedagógica, é determinada por uma outra esfera. Há o lugar de *um* que explica a determinação específica da estrutura cultural ou educacional: a estrutura econômica da sociedade. E como a determinação econômica é determinada pela ação educacional, lugar do *outro*, tem-se a alegoria como uma categoria semiológica capaz de articular a relação contraditória dessas esferas fundamentais da vida social.

Pensando a Leitura como uma atividade em que se articula a determinação recíproca da relação escritor/leitor, quem lê e quem escreve constituem-se como *um* e *outro*: o pólo da leitura esfera da *recepção* é, simultaneamente, a esfera da *produção*, pois o leitor, ao receber *um* texto, faz, até certo ponto, um *outro* texto. Assim pensando, tem-se a leitura como um objeto passível de ser caracterizado pela construção conceitual da alegoria, o que reproduz, ou espelha, o tratamento crítico do conceito de Didática.

Se a Didática e a Leitura podem ser concebidas teoricamente pelo tratamento conceitual da alegoria, a Metodologia da Pesquisa, na área da Educação das Letras, ou na Didática da Leitura, poderá espelhar, ou refletir, este tratamento conceitual, o que, na realidade significa aderir à abordagem conceitual da Modernidade nos limites da *mimese da produção*: trata-se do jogo dialético das representações, ou significados, articulados pelo jogo alegórico.

E diante do objeto empírico que se denomina *Era uma vez ...*, *Revista de Vouô Felício para os seus netinhos*? O que significa dizer ao se afirmar que o texto e o leitor fazem parte editorial da bandeira, "Texto são em mente sã"?

Ao se postular a *saúde* dos textos e do leitor, o que se pretende é defender, ideologicamente, a articulação social do texto e do leitor em torno da hegemonia do Estado burguês, atacando a *debilidade* que estaria na diferença, ou negação, em relação ao projeto político do Estado. Diante disso, o projeto editorial da prática de leitura postula a afirmação semiológica do *um* com a conseqüente negação do *outro*, o que significa dizer que postula ele a defesa da tradição articulada em torno da semelhança. O projeto editorial da Revista, portanto, faz parte da defesa da modernização conservadora do Estado burguês e, por isso, o conceito que explica o seu projeto está centrado na prática semiológica do Símbolo ou seja, ler é articular representações que estão instaladas em torno da semelhança que se situa no lugar social do *um*. E isso é feito com o silenciamento do lugar social do *outro*. Por isso, ler é articular os significados cuja instalação é presidida, ou determinada, pela mimese da representação.

Em face da especificidade do projeto editorial da revista *Era uma vez...*, o que se pode postular, nos termos teóricos da análise semiológica esboçada neste texto, é o tratamento crítico do projeto semiológico que

respira pelas páginas do periódico. Tal crítica significa assumir uma posição que contraria o seu projeto: ao usar da alegoria como conceito que o explora, criticamente, o que se verifica é o seu redimensionamento histórico. Assim, uma vez que a memória no objeto empírico é afirmada como lembrança que suscita a obediência, a submissão, a fidelidade, é preciso negá-la. A lembrança deve ceder lugar à face mnêmica do esquecimento, o que suscita a desobediência, a insubmissão, a infidelidade. É esse tratamento dialético da memória enquanto jogo do *um* (lembrança) com o *outro* (esquecimento) que introduz a crítica da eternidade do símbolo, instaurando a transitoriedade que indicia a negação do instalado.

É essa desinstalação garantida pelo tratamento crítico-dialético da alegoria que possibilita caracterizar, na dimensão petrificada da ideologia, ou da norma, nos limites da constituição do Estado burguês brasileiro, a constituição do texto e do leitor das páginas de *Era uma vez...* pelos idos de 1940.

A Didática, a Leitura, a Didática da Leitura, a Metodologia da Pesquisa em Didática, o objeto empírico particular para a investigação na Pesquisa em Didática da Leitura são, pois, páginas a serem manuseadas criticamente: nas palavras em que se pretende velar a presença do Estado, pode-se desvelar, alegoricamente, o que se pretende ocultar: a manifestação da constituição ativa do Estado.

## 2.2. A narrativa e o narrador: estudos

### Estudo 1

A narrativa do velho camponês e do jovem marinheiro, fundada na prática artesanal de comunicação, com o advento da modernidade, ganha uma dimensão de contingente que aparece materializada como transformações econômico-sociais do sistema industrial a nível da produção da cultura.

A narrativa artesanal se funda na relação de comunicação do narrador com os seus interlocutores numa perspectiva de troca de experiências. Essa troca ganha a dimensão de utilidade, pois as experiências narradas fazem parte do saber acumulado com o sabor de coisa vivida: as experiências, adquirindo este sabor de vivido, ou experimentado, alcançam o sentido de sabedoria. E se esta sabedoria se reveste do caráter de utilidade,

o narrador, ao contar as suas histórias, não faz um relato de informação, mas distribui, ou dissemina, conselhos.

Narrar é, pois, trocar experiências, sabedoria, conselhos: coisas úteis.

Com o sistema industrial, a dimensão de troca de experiências entra em crise: destroem-se as relações fundadas na reciprocidade da troca na medida em que se dividem os homens no trabalho para a produção. E, nesta divisão, os homens se distribuem pelos lugares marcados pela dualidade dos lugares da produção: *um* e *outro* encontram-se no trabalho como categorias que operam a transformação da natureza para a produção. E, assim, aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção ocupam, no processo de trabalho, a posição de *um*; os que detêm, apenas, a propriedade da força de trabalho ocupam a posição do *outro*. Com esta divisão, que implica a separação dos homens para a exploração, as experiências, a sabedoria, os conselhos, as coisas úteis entram no circuito das forças de dominação. E, por isso, este material constitutivo da coisa narrada ganha a dimensão de coisa legítima se faz sintonia com o sentido dominante daquelas forças que pretendem o controle hegemônico da sociedade: as forças que se organizam em *um*. E ganha a dimensão de coisa “marginal”, aos olhos hegemônicos, se as experiências, a sabedoria, os conselhos, as coisas úteis são o tecido que têm origem no lugar relativo que é negação do lugar que se pretende dominante: o *outro*.

Neste sentido, dizer que a narração artesanal entra em crise, o que se diz, com outras palavras, é que as ruínas expressam a reestruturação das relações de troca de experiências, o redimensionamento do sentido de utilidade e a relatividade do sentido de sabedoria e de conselho. Ou seja, na medida em que uns homens, na produção, precisam ocupar o lugar do *um*, ou o lugar do *pensar*, do *conceber*, do *planejar*, do *administrar* e do *mandar* para dominar e explorar, outros homens precisam ocupar o lugar do dominado, do explorado: o lugar do *outro*, ou o lugar do *fazer a execução*, do *seguir as instruções* e do *obedecer as ordens*. Neste quadro de relações sociais de trabalho, não há o sentido da reciprocidade prevista pela troca artesanal de coisas narráveis sob o signo do intercâmbio de experiências, utilidade, sabedoria, conselhos.

Ora, admitir que este sistema de troca de coisas narráveis entra em crise não significa admitir, contudo, a morte da experiência, da sabedoria, da utilidade, do conselho. Seria esta a face *eterna* do humano: aquela face da moeda que agora circula com o nome de modernidade e que é a

expressão cultural do sistema capitalista enquanto sistema industrial de produção de mercadorias. A outra face da moeda seria a face *contingente*: seria a relatividade do sentido da experiência, da coisa útil, da sabedoria, do conselho sob a determinação de tal sistema ainda que este sistema invista na absolutização das regras de sua constituição com vistas à eternização de seus móveis constitutivos.

## Estudo 2

Ora, ... se na prática artesanal da relação comunicativa, a troca de experiências traz as marcas da reciprocidade, pode-se dizer que o lugar do mestre não é fixo: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

Se, no sistema artesanal, o lugar do aprendiz é, circunstancialmente, o lugar do mestre, no sistema industrial, por outro lado, a relação comunicativa entre os interlocutores da narrativa tem outros fundamentos: *ela se funda sob o primado da* dominação do mestre para o ensino-aprendizagem dos saberes e práticas marcados pelo lugar pessoal previsto pela produção (este é o fundamento que a dominação objetiva legitima para garantir a exploração: o aprendiz nada sabe, logo o mestre sempre ensina). Neste caso, mestre e aprendiz atuariam movidos para a conservação das experiências, da utilidade, da sabedoria, dos conselhos. Atuariam movidos, enfim, pela absolutização do material que constitui a coisa narrada. Mas, atuariam movidos, ainda, por uma relação comunicativa que *se funda sob o primado da* negação crítica da dominação que se pretende vigente. Com isso, se entende que os lugares dos interlocutores na narrativa são pontos de vista com que se tecem as experiências, a utilidade, a sabedoria, o conselho: relativo é o sentido do material constitutivo da coisa narrada e, por isso, o narrador, na relação com os seus interlocutores, não é aquele que tudo sabe e, por isso, não será aquele que tudo prevê. O narrador, ao contar a história, do lugar do mestre, sabe que o seu interlocutor também sabe: o mestre sabe que as suas experiências, a utilidade de seu saber, a sua sabedoria, os seus conselhos trazem as marcas constitutivas do limite da diferença que atravessa a relação socialmente dual dos constituintes modernos da civilização industrial: *o um e o outro*. É, por isso, que o mestre, ao falar, ou contar as suas histórias, acaba por calar o interlocutor: ao falar, o narrador cala o

interlocutor ainda que no falar seja claro que se fala aquilo que o interlocutor falou, o que não rompe com os limites impostos pela relação fundada na diferença, pois todo falar será constitutivamente contraditório: o narrador e o interlocutor de suas histórias acabam por se constituírem com a alma, o olhar e as mãos que tecem signos contraditórios: cada um fala, e não fala o que o outro falou; cada um conta experiências, coisas úteis, sabedoria, conselhos que mobilizam os elementos da relação. Por isso, todo mestre é constitutivamente um aprendiz. E todo aprendiz, em contrário, tem o seu lugar reservado de mestre: toda fala que conta, contando, é um espaço móvel, ambíguo, fluido, flexível de signos constitutivamente disponíveis às falas dos diversos lugares – daqueles lugares que falam e daqueles lugares que calam enquanto o outro fala, o que faz da narrativa uma prática em que aquele que conta um conto aumenta um ponto.

O narrador clássico do sistema artesanal continua, então, presente na vida moderna: a troca de experiências, de coisas úteis, de sabedoria, de conselhos continua *eterna* ainda que marcada pelo significado *contingente* da contradição que, constitutivamente, figura a nível das histórias narradas, a formação histórica do projeto burguês de domínio do mundo.

### Estudo 3

A comunicabilidade, sob o sistema artesanal, está fundada *na troca de experiências*: os homens, reunidos na produção, separam entre si as tarefas de realização do trabalho, mas acabam por se *somarem* e se *multiplicarem* pelo fato de deterem o controle do processo de trabalho, dos meios de produção, do produto do trabalho, da circulação dos produtos... Os homens, entre si, diretamente controlam a troca de experiências pela *comunicação direta*: os olhos, os ouvidos, as mãos, o pensamento entram *na relação direta* dos corpos com os outros corpos e, nisso, as experiências, as coisas úteis, a sabedoria, os conselhos são compartilhados no circuito da *proximidade íntima* dos contactos da narração.

A comunicabilidade, sob o sistema capitalista, especificamente sob o sistema industrial, está fundada *na subordinação de experiências*: os homens, reunidos na produção, *separam* entre si as tarefas de realização

do trabalho e acabam por se *subtraírem* e se *dividirem*, pois uns detêm a propriedade dos meios de produção e os outros a propriedade da força de trabalho. E entre estes – uns e outros – há os que *mandam fazer* e os que *fazem a execução*; entre os que mandam fazer, há os que *pensam, concebem, planejam a execução* e há os que *administram a execução*... Os homens, entre si, indiretamente controlam, pois, as experiências pela *comunicação indireta*: os olhos, os ouvidos, as mãos, o pensamento entram em relação, indiretamente, como corpos que produzem e recebem *informação* sobre as experiências. Com isso, as experiências, as coisas úteis, a sabedoria, os conselhos, tudo isso é atravessado por um limite que faz o circuito da narração, na qualidade de *relação indireta*, ser marcado pelo sentido da *proximidade estranha*. Ou seja, na *comunicação indireta*, a relação dos corpos entre si, é fortemente marcada pela *informação* que vem tecnicizada pelos recursos gráficos, ou de impressão, telefônicos, fotográficos, cinematográficos, televisivos, informatizados ou computadorizados. Diante disso, as experiências, as coisas úteis, a sabedoria, os conselhos, na modernidade, com a contingência da força atuante da informação e de todos os recursos técnicos articuladores da informação, não perdem, de forma absoluta, a dimensão da eternidade, que caracteriza a força da tradição da narrativa artesanal.

Se na prática artesanal, a relação direta do corpo-a-corpo da narração possibilita a troca viva das experiências, sob a prática industrial, a relação indireta dos corpos, pela via da informação, possibilita uma subordinação problematizante das experiências dos homens entre si: as experiências que são narradas constituem o registro da informação que *um*, por exemplo, conta como histórias verbalizadas pelos limites da informação que ele tem sobre as experiências vividas pelo *outro*. Ou seja, a narrativa moderna, ainda que possa ser a narrativa da reprodução das experiências, coisas úteis, sabedoria, conselhos pela relação indireta da informação, poderá ser ela a narrativa da contradição. Neste caso, a relação indireta do narrador com os seus interlocutores, é aquele espaço da relação que se aproxima, distanciando-se, da relação direta que a troca de experiência possibilita nos limites da tradição clássica do narrador artesão. E, enfrentando a mobilidade que reside nos fundamentos da narrativa moderna, pode-se dizer que a modernidade pode se ver enfrentada, criticamente, na sua constituição: a narrativa pós-moderna seria, então, a contra-face crítica da narrativa moderna, que, pela prática mediadora da informação, enfrenta a contradição que em si respira.

Por outro lado, uma outra prática de narrar, com o uso da informação, articula uma prática de mediação a serviço dos canais de reprodução para absolutizar as experiências, as coisas úteis, os saberes, os conselhos, objetivando, assim, a eternização da contingência que se institui como ordem capitalista industrial.

Enfim, sob a determinação do sistema industrial de produção de mercadorias, ainda que a prática viva da relação direta do narrador clássico possa marginalmente atuar, a relação indireta do narrador, pela via da informação tecnicizada, com os seus interlocutores passa a conviver com a reprodução e a contradição que perpassam a subordinação das experiências narradas: quem conta um conto pode fazê-lo, ou na direção da conservação social, ou na direção da negação crítica da conservação social que, para tanto, precisa fazer-se hegemônica. Num caso tem-se, na conservação para a reprodução social, a narrativa moderna; noutro, na negação crítica da conservação para a explicitação da contradição que alimenta a transformação social, tem-se a narrativa pós-moderna.

#### *Estudo 4*

Há, na prática de relação narrativa, sentidos diferentes para a subordinação.

De um lado, o narrador do sistema artesanal mantém com o aprendiz uma relação fundada na troca de experiências, pois ambos se encontram reunidos para a produção, ou na produção, numa relação em que a alma, os olhos, as mãos tecem diretamente a subordinação recíproca das situações de ensino e de aprendizagem.

Já no sistema industrial, o narrador é o mestre que se relaciona com o aprendiz numa relação em que se dividem para a subordinação do aprendiz às informações sobre as experiências, as coisas úteis, a sabedoria, os conselhos que fazem parte do universo de ação que o mestre defende como o lugar do um, ou a posição a ser conservada pela prática da reprodução. Nesta prática, o aprendiz e o mestre estão separados por um fosso que os distancia, cabendo ao aprendiz aproximar-se do lugar ideal, ou legítimo, em que se situa a verdadeira, ou absoluta, experiência narrada: nesta orientação, o narrador é o agente que sempre ensina; o aprendiz é o agente que sempre aprende. Em outras palavras, o narrador é o mestre que conforma a prática de subordinação conservadora do aprendiz à

informação sobre as experiências narradas para a reprodução da ordem que se objetiva vigente: forma-se, aqui, a narrativa que defende a afirmação da modernidade pela via da conservação social.

Por outro lado, ainda dentro da ordem industrial, ainda que mestre e aprendiz estejam atravessados por um fosso que os distancia, o mestre, consciente da divisão que o separa do aprendiz, ao contar as histórias, não o faz para subordinar o aprendiz a si, unilateralmente. Nesta posição, a experiência do aprendiz é a experiência do outro e a experiência do narrador traz as marcas de uma outra posição, ainda que esta seja a afirmação, ou negação crítica, do lugar do um. Ou seja, a experiência do aprendiz é constitutiva do lugar do outro como interlocutor de experiências constitutivas das histórias contadas a partir do lugar do um, posição do narrador. Por isso, o narrador, ao contar as experiências que envolvem as ações de seus interlocutores, através de informações sobre tais experiências, está sendo subordinado criticamente a um universo de ação sobre o qual fala e simultaneamente não fala, pois o universo vivido pelo outro é sempre perpassado por lacunas que escapam à voz do narrador: o narrador, por mais que fale sobre o vivido das experiências do outro, falando, na posição de falar sobre, com o material caracterizado como informação, acaba calando, em parte, este vivido. Por isso, o narrador, ao falar, por mais que possibilite que o interlocutor fale, calando a sua voz de contador de histórias, enfrenta a posição de depender do outro numa postura de subordinar-se criticamente às informações sobre as experiências deste outro. O mestre, ainda que tenha experiências a ensinar, o que conta, como experiência do outro, é sempre um material que o obriga a constituir-se como aprendiz, pois o limite de sua experiência é a experiência diferente, vivida pelo outro. E o que se atribui à sua posição de narrador também se aplica à posição de aprendiz: por mais que o aprendiz tenha experiências que sejam legítimas, a relatividade crítica que perpassa a relação com o narrador, faz do mestre não só um locutor que também aprende como do aprendiz um interlocutor que também ensina. Dizendo de outro jeito, o narrador é o mestre que se conforma à prática de subordinação crítica à informação sobre as experiências narradas oriundas do aprendiz, enfrentando os limites da contradição constituinte da linguagem moderna, o que seria uma outra forma de ser da narrativa: a narrativa pós-moderna como prática que enfrenta, criticamente, a dualidade contraditória do moderno.

## Estudo 5

Na narrativa do sistema artesanal, a troca de experiências se faz pela relação direta da alma, dos olhos, das mãos que tecem histórias.

Na narrativa do sistema industrial o que ocorre é a subordinação de experiências pela relação indireta da alma, dos olhos, das mãos que tecem histórias como registro indireto de tais experiências, por serem o registro do olhar e da observação materializados em informação que perpassa a relação do narrador com os seus interlocutores: a personagem e o leitor.

Ainda que a relação indireta, pela via da informação, perpassasse as narrativas moderna e pós-moderna, há posições distintas com relação ao sentido da subordinação que se estabelece entre narrador, personagem e leitor em tais práticas de narrar.

Na narrativa moderna, por ser uma prática que se afirma como conquista, o narrador objetiva subordinar a personagem e o leitor à informação sobre as experiências narradas fazendo-as circular como coisas úteis, sabedoria, conselhos e, nesta subordinação, a coisa narrada precisa passar como se não houvesse diferença entre a experiência e a informação sobre a experiência: entre estas dimensões da narrativa reinaria a semelhança. Por isso, o mestre, ao conquistar o aprendiz, faz aquilo que a modernidade prevê: estabelece uma relação comunicativa como experiência de domínio.

Nestes termos, a relação do narrador com a personagem e o leitor traz as marcas de uma vitória e de uma derrota: há a figura do vencedor, ou do subordinante; há a figura do vencido, ou do subordinado. Daí, o sentido da subordinação: subordina-se para a afirmação do domínio que objetiva a reprodução, ou conservação, da ordem que se vai conquistando. Nesta ótica de subordinação, faz sentido a caracterização do narrador como *o sol*, o subordinante, que objetiva manter a personagem e o leitor na posição dependente do subordinado, fiel, submisso, obediente, ou *o cometa*, uma vez que o projeto moderno prevê a afirmação do semelhante pelo esforço da negação da diferença que acenaria a outros projetos caracterizados como insubordinados, infiéis, insubmissos, desobedientes.

Na narrativa pós-moderna, por ser uma prática de contar histórias que não se afirma como a marca da conquista, não há a subordinação do narrador à personagem e ao leitor com o sentido da luta entre vencedor e vencido. O narrador, ao contar histórias, criticamente manipula a

diferença entre a experiência vivida e a informação sobre a experiência vivida e, além disso, controla a diferença entre a sua experiência de narrador e a experiência da personagem e do leitor. Isto significa dizer que o narrador, ao contar histórias, está consciente da impossibilidade comunicativa da troca absoluta de experiências uma vez que, entre ele e os seus interlocutores, a relação indireta, que se estabelece com a mediação da informação, obriga a se usar criticamente a semelhança uma vez que a prática da informação não anula a diferença constituintemente viva na relação. Nestes termos, o narrador está subordinado ao universo de experiências da personagem e do leitor na posição de *planta* que se tonifica com os raios revitalizantes do *sol*.

Em outros termos, a subordinação do narrador à personagem e ao leitor, não traz o sentido de movimento que opera a cristalização dos lugares de subordinante e subordinado, pois o que mobiliza a prática de contar histórias não é o fechamento dos interlocutores em torno da hegemonia de um projeto de dominação, ou de uma conquista, mas a abertura à diferença, ao outro, ainda que se defenda a verdade da semelhança naquilo que nela haja de relativo, o que significa dizer que a subordinação, sob a pós-modernidade, traz, em seu íntimo, o movimento tonificante da contradição que mobiliza o narrador, a personagem e o leitor em torno da pluralidade dos diversos, outros, projetos socializantes.

# DOS FIOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

### 3. DOS FIOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

#### 3.1. A correspondência de Vovô Felício

Um pacto pressupõe relação.

"Vovô Felício pegou um lápis e, num pedaço de papel, desenhou o giro do cometa ao redor do Sol. Mostrou o desenho aos netinhos e continuou..."

(Vicente Guimarães)

Todo pacto pressupõe relação. Toda relação pressupõe um certo lugar relativo para os agentes do pacto e todo lugar implica uma figura de uma certa ordenação que é a expressão do desenho, ou do molde, que regula as ações dos agentes do pacto. Isso tudo pode ser entrevisto num pequeno trecho:

"A dedicação e os sacrifícios de D. Júlia para a educação dos filhos eram sem limites. O caso que vou contar demonstra isso muito bem. Quando pelos céus brasileiros passou o *Cometta Halley*, todo mundo tencionava vê-lo. Em Diamantina, de onde o cometa seria visto, o fato tornou-se assunto obrigatório. Lá, ele somente poderia ser divisado das quatro às cinco horas da madrugada. D. Júlia, mãe e professora, na hora exata, levantou-se e acordou o filho. Tinha este, na ocasião, oito anos apenas, mas sua mãe queria que ele testemunhasse o fato e estivesse preparado para os comentários locais, sem fazer feio.

- Vovô Felício, com licença.
- Pois não, João Bolinha. Que você quer perguntar?
- Eu quero saber o que é cometa.
- Eu sei. Disse Maria Angelina.
- Então diga, minha neta.
- Cometa é uma estrela de rabo luminoso.
- Sim, Maria Angelina. É o que parece. E essa definição serve muito bem para vocês, agora. Mais tarde, quando crescerem,

procurarão saber cientificamente o que é um cometa. Apenas, para que vocês compreendam porque o aparecimento de um cometa é coisa rara, o cometa é um corpo celeste que se movimenta em torno do Sol, mas em forma elíptica, isto é, passa perto do Sol e depois vai até bem longe. Só muitos anos depois ele volta e torna a passar bem perto do Astro-Rei.

Vovô Felício pegou um lápis e, num pedaço de papel, desenhou o giro do cometa ao redor do Sol. Mostrou o desenho aos netinhos e continuou:

O *Cometa Halley*, por exemplo, leva setenta e dois anos para aproximar-se novamente do Sol, depois de seu passeio pelo espaço. Assim, este cometa, tendo passado pela terra em 1910, quando o menino Juscelino o viu, somente em 1982 voltará a ser visto por aqui, isto é, setenta e dois anos depois.

– Em 1982, eu estarei com vinte e dois anos e Maria Angelina com vinte.

– Muito bem, Dedete. Você faz conta ligeiro.

– Eu sou o contrário do Menino de Diamantina. A matéria que gosto mais é matemática.

– Vovô Felício, deixe esses comentários com o Dedete e continue a história do pequeno Juscelino.

– Pois não, João Bolinha. Diamantina era uma cidade muito religiosa e comemorava com procissões datas diversas do calendário cristão. Juscelino era coroinha e assistia a quase todas, mesmo que não fosse de sua igreja, pois tinha sempre de acompanhar a sua mãe. Ele achava aquelas procissões muito monótonas e algumas o deixavam bem triste. As maiores atrações das procissões eram a banda de música e os foguetes. As crianças, corriam na direção dos foguetes para pegar as varetas, que caíam. Juscelino, porém, nunca correu em busca de uma.” (GUIMARÃES, 1976)

Vovô Felício e os netinhos estão na posição de contar e ouvir histórias: ele conta o que sabe e os netinhos ouvem o que não sabem. Nesta posição, é possível até que algum netinho saiba algo que o Vovô sabe, mas este algo pertence ao caráter precário da sabedoria infantil, provisória, enquanto não vem o saber que o Vovô detém: o saber correto, ou saber científico, caracterizado por uma linguagem que distancia o narrador dos netinhos. Enquanto da boca da netinha saem as palavras do saber espontâneo na linguagem cotidiana – “é uma estrela de rabo luminoso” – da boca de Vovô saem as palavras do saber sistemático na linguagem técnico-científica: “é um corpo celeste que se movimenta em torno do Sol...” Em poucas palavras, quem fala, ou quem está com a palavra, sabe,

isto é, procura deter o controle do saber e, por isso, assume o lugar de quem procura decidir sobre o valor do que se fala, sabe. Por outro lado, de acordo com a proposta de tal orientação, quem não sabe, cala, ou fica no lugar de quem não está com a palavra correta. Por isso, aquele que não sabe está na dependência de quem sabe, ou seja, movimenta-se nos riscos traçados pelos círculos do saber. Ou seja, de acordo com as expectativas dessa orientação, quem sabe e quem não sabe são agentes de uma relação cuja direção é determinada pela posição de Vovô, a quem se subordina a posição de netinhos, constituindo, em outras palavras, uma relação cuja diretividade é centralizada nas mãos de quem sabe. Enfim, se quem sabe é o Sol e se quem não sabe são os cometas, Vovô e netinhos são agentes de uma pacto cuja relação tem a diretividade caracterizada pela figura que Vovô desenha:

“Vovô Felício pegou um lápis e, num pedaço de papel, desenhou o giro do cometa ao redor do Sol. Mostrou o desenho aos netinhos e continuou:...”

Vovô fala, os netinhos ouvem; ele escreve, os netinhos lêem.

Os netinhos escrevem cartas e o Vovô as lê. E as cartas que o Vovô escreve em resposta a seus netinhos, com a expectativa de que eles, em retorno, leiam, formam, dentro da revista, (Era uma vez... revista de Vovô Felício para seus netinhos) a seção da *Correspondência de Vovô Felício*. Correspondência tem, pois, o sentido de “Troca de cartas...”. (HOLANDA FERREIRA, 1975)

Mas correspondência tem, ainda, o sentido de “conforme” presente em relação de correspondência ou relação de conformidade. E tem também o sentido de “regra por meio da qual se associam a cada elemento de um conjunto um ou mais elementos do outro”. (HOLANDA FERREIRA, 1975) Logo, o sentido geral da *Correspondência de Vovô Felício* está no jogo que se pretende jogar com as cartas, ou seja, a multiplicação, ou associação multiplicada de agentes, netinhos, que ajam conforme o sentido ou direção dos significados editoriais presididos pela figura do Vovô, Editor da revista. O Vovô é o agente que pretende articular o movimento dos agentes (netinhos): pretende ser o Sol em torno de quem giram os cometas, netinhos-leitores de uma revista que ele escreve, edita.

Como quem escreve não é quem lê, ou como quem fala não é quem ouve, o que se tem é um fosso que distancia os lugares da escrita e da

leitura, ou da fala e da audição, e isso levanta a necessidade do exercício do controle comunicativo dos agentes que ocupam esses lugares. Quem escreve, ou fala, precisa fazer com que o que se comunica seja lido, ou ouvido, pelo receptor dentro dos limites esperados pela sua posição de emissor, ainda que o emissor reconheça, ou os fatos o levem a reconhecer, os limites dessa ambição. Com essa condição comunicativa, pode-se desenhar uma diretividade possível que reserva ao emissor o lugar de *quem sabe* e aos receptores o lugar de *quem não sabe*, o que tornaria possível, dentro da relação emissor/receptor, o desdobramento de posições que atuariam no interior da diretividade da prática de comunicação: as posições de *quem decide* e de *quem não decide*. É isto que faz o emissor exercer, ambiciosamente, do lugar de *quem sabe* e com a crença na força de seu poder e de seu saber, o lugar de *quem decide* sobre a produção da mensagem: quem detém o saber decide e, assim, detém não só o controle de sua produção, como o controle de sua circulação e de sua recepção, ainda que tal controle seja colocado em questão na relação comunicativa. É o que faz o Vovô: com a correspondência, ele objetiva controlar, por meio da Revista, a produção, a circulação e a recepção do próprio periódico. Neste caso, os significados da linguagem das cartas são orientados basicamente pela função de informar, ou dar referências, e pela função apelativa, ou de exercer influências: são funções que se explicam pela diretividade constitutiva do pacto de leitura que articula o Vovô e os seus netinhos, interlocutores principais da Revista, na medida em que as direções, ou prescrições, em tal diretividade, fazem parte das ordens que regulam a ação dos agentes no pacto de leitura que se estabelece.

Pode-se dizer que, nos limites dos significados das cartas, Vovô Felício prescritivamente,

1. indica ao leitor os procedimentos ou os canais de acesso à Revista, aos livros etc.:

*ISABEL RABELO DE SOUZA (João Pinheiro)*

“Recebi sua cartinha com as soluções dos concursos. As revistas de junho foram mandadas para o correio, só não chegaram por deficiência de endereço. Já regularizei o endereço.” (9, 15/08/40)

*JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA (Porto Real)*

“Recebi sua cartinha encomendendo um “Campeão de Futebol”. Muito obrigado. O livro segue sob registro postal.” (9, 15/08/40)

*LUCI DE PAULA TOLEDO (Lagoa Santa)*

“A Barraca’, uma de suas colaborações, foi publicada no número oito. ‘O Pequeno Pedestre’ custa 1\$500 e o ‘Campeão de Futebol’ custa 4\$000. Ambos encomendados a Vovô Felício, seguem com porte por minha conta.” (9,15/08/40)

*JOSÉ BERTOLA (S. Paulo)*

“Recebi o vale postal de 5\$000 para pagamento de um exemplar do ‘Campeão de Futebol’ e um exemplar de ‘O Pequeno Pedestre’. Muito obrigado.(1,15/04/40)

*RENATO GOMIDE LEITE (Formiga)*

“Recebi sua atenciosa cartinha e os 20\$000 que você mandou para a assinatura de ‘Era uma vez...’. Espero que você consiga muitas assinaturas para a nossa revista. Quer ser nosso representante aí ? “ (1, 15/04/40)

*JOÃO DE MELO MATOS FILHO (Itaguara)*

“Pelo correio, sob registro já enviei a você um exemplar do ‘Campeão de Futebol’ para cuja aquisição mandou o netinho 4\$000 em selos, junto de sua atenciosa carta. Muito obrigado.” (1, 15/04/40)

*MIRTES e LENI CALDAS (Recife - Pernambuco)*

“Recebi os selos para a compra dos livros que já seguiram sob registrado. Estou sempre às ordens das netinhas e tenho muito prazer em atender os seus pedidos. Conto com o apoio de vocês aí em Recife e peço que propaguem a nossa revista. Vocês querem ser agentes de assinaturas de ‘Era uma vez...’ ou podem indicar um agente aí para mim ? Escrevam-me neste sentido. Ficarei muito grato por tudo que fizerem por nossa revista.” (1,15/04/40)

*ALUNOS DO 3º ANO DA PROFESSORA D. ETELVINA ALVES DE OLIVEIRA – DO GRUPO ESCOLAR DR. “AVELINO DE QUEIROZ”*

“Recebi a meiga e encantadora cartinha comunicando-me a fundação do clube de leitura “Vovô Felício”. Muito obrigado, meus netinhos. A notícia vai em outro local. Pelo correio, sob registro, enviei uns livros para a biblioteca do novo clube de leitura.” (1,15/04/40)

*MARIA DE LOURDES CHIARADIA (Brazópolis)*

“Tenho grande prazer em registrá-la como netinha de Vovô Felício. ‘Campeão de Futebol não é revista, é um livro de histórias e custa 4\$000. O porte correrá por conta de Vovô Felício. A assinatura de ‘Era uma vez...’ custa 20\$000 por ano. Se você quiser, pode mandar no mesmo vale postal o dinheiro da revista e do livro.” (2, 01/05/40)

*MARIA JOSÉ DINIZ BRAGA (Capital)*

“Recebi sua cartinha. Pode vir em minha casa buscar o livro para a biblioteca; de preferência pela manhã.” (2,01/05/40)

*ANAIVA SEBASTIANA (Guiricema)*

“Se você não pode assinar a revista, junte-se com suas coleguinhas e tome uma assinatura para a classe, assim terão sempre notícias de Vovô Felício. Tocaré muito pouco para cada uma. A professora também pode ajudar. (3,15/05/40)

*IOLANDA DA SILVA VIEIRA (Brás Pires)*

“Recebi a cartinha que você me escreve dos 3º e 4º anos. Muito obrigado pelos elogios que fazem à revista. Diz em sua carta que mandou 40\$000 para duas assinaturas. Naturalmente resolveram mandar o dinheiro de outra forma, não? Na carta nada veio. Escreva-me sobre o assunto. Fiquei apreensivo.” (3, 15/05/40)

*EMANUEL DOS SANTOS (Ribeirão Vermelho)*

“Recebi o dinheiro e já mandei a revista. Estou confiante em seu trabalho. Espero contar com grande número de assinaturas aí. Mande notícias sempre.” (8, 01/08/40)

*INEZITA RIBEIRO (Saudade de Zélia)*

“Há dias recebi um telefonema do Rubens comunicando-me que você havia escrito dizendo que alguns assinantes não têm recebido a revista. Quem sabe por deficiência de endereço ? Por exemplo: Nei Fiche – Prainha. Temos mandado essa assinatura para a Estação de João Ribeiro. É bom você me mandar novamente os nomes e os endereços completos, dando sempre a estação ferroviária em que desembarca a correspondência. Quando houver qualquer falta, você me escreva diretamente. Quero que todos os assinantes recebam a revista. Recebi as soluções dos concursos que você e o Jackson enviaram. (8, 01/08/40)

*MARIA JOSÉ VIEIRA (Barbacena)*

“Recebi seu bilhetinho agradecendo o livro que você ganhou no concurso.” (8,01/08/40)

*NEUSA DAMASCENO (Lavras)*

“Recebi sua cartinha acusando a chegada do livro que você ganhou em concurso.” (9, 15/08/40)

*IRMÃ ANTOINETTE (Asilo de órfãos de Barbacena)*

“Recebi os dois pedidos de assinatura e a lista dos livros. Os prêmios do ‘Concurso dos Milionários’ seguem ainda esta semana. (9, 15/08/40)

2. estabelece para o leitor as condições, sob a forma de atitudes, atos, ações, favoráveis à editoração da Revista:

*D. MARIA DO ESPÍRITO SANTO SILVA: professora. (Coluna)*

“Recebi sua atenciosa carta enviando 20\$000 para assinatura anual de ‘Era uma vez...’. Fico imensamente feliz por saber que seus alunos são muito amiguinhos de Vovô Felício, e aguardam, com ansiedade o aparecimento de nossa revista. Ela aqui está. Ainda é bem pequenina, mas se contarmos com a cooperação das professoras primárias de Minas Gerais, em breve, a nossa revista poderá fornecer ótimo material para a instrução.” (1, 15/04/40)

*LUIZ GONZAGA DE MACEDO (Itabira)*

“Recebi sua cartinha agradecendo os livros que remeti para a biblioteca do Clube de Leitura ‘Vicente Guimarães’. Espero que vocês gostem muito de ‘Era uma vez...’ A nossa revista precisa de um agente aí para fazer assinaturas; você quer sê-lo? (2, 01/05/40)

*IRIS LOBATO CUNHA*

*(Colégio Nossa Senhora das Dores - São João del-Rei)*

“Tinha absoluta certeza de que minha revista seria muito bem recebida por vocês. A amizade que vocês têm por Vovô Felício só pode ser paga com muita dedicação. Recebi sua cartinha comunicando-me a eleição da nova diretoria do Grêmio ‘Vicente Guimarães’, e enviando-me um cheque de 100\$000 em pagamento de 5 assinaturas. Muito obrigado. Vou providenciar quando à numeração das páginas da revista.” (3, 15/05/40)

*ANTONIO PAULO DE BRITO (Sto. Antonio do Monte)*

“Recebi sua cartinha e fiquei contente em saber que ‘Era uma vez...’ está sendo apreciada pelos alunos de d. Zilá. Nós estamos precisando de um agente de assinaturas aí; você quer o lugar? Escreva-me sobre o assunto, enviando-me uma carta de autorização de seu pai. Precisamos fazer muitas assinaturas em Santo Antonio do Monte, onde as crianças gostam muito de boas leituras.(8, 01/08/40)

*CESAR DE SOUZA (Santo Antonio do Monte)*

“Fiquei ciente de que você e seus colegas estão gostando muito de ‘Era uma vez...’ e lêem em classe uma revista emprestada pelo Antonio Paulo de Brito. Agradeço também os votos de prosperidade desejados à revista. Mas para ‘Era uma vez...’ progredir e ser sempre uma revista apreciada pelas crianças, precisa ter muitas assinaturas. Você e seus colegas devem assinar ‘Era uma vez...’. Custa tão barato! E é um dinheiro tão bem empregado. Você não reconhece que as crianças precisam de uma revista assim? Peça à D. Zilá para se interessar pela divulgação de nossa revista. (8, 01/08/40)

*PROF. CECI MOREIRA (Pirapora)*

“Recebi a importância para a reforma da assinatura. Muito obrigado. Agradeço, também, os dizeres de sua carta. Tomei a liberdade de publicar um trecho de sua carta numa circular que estou fazendo às professoras.” (9, 15/08/40)

*PROF. JOAQUIM BAHIA DE CARVALHO (Cachoeiras)*

“Recebi seu pedido de assinatura. Muito obrigado. Espero que o senhor me ajude a divulgar ‘Era uma vez...’ entre as crianças dessa localidade.” (9,15/08/40)

*JACKSON e INEZITA (Saudades de Zélia)*

“Estou entusiasmado com a carta de Inezita. Se todos os netinhos prometerem e fizerem 10 assinaturas para a nossa revista, ‘Era uma vez...’ será a revista mais bonita do mundo. E isto é fácil. A assinatura de ‘Era uma vez...’ custa menos de 55 réis por dia. Vocês economizando um tostão por dia, pagam a revista e ainda ficam com muito dinheiro. Para vocês, um apertado abraço do Vovô Felício.” (1, 15/04/40)

*ELZA QUINTÃO ARAUJO, EDER DE ARAUJO REIS (Dionísio)*

“Recebi o pedido de assinatura para o Clube de Leitura ‘Esio Garcia’. Muito obrigado. Faço votos para que todos os Clubes de Leitura sigam o exemplo de vocês. A notícia da sessão do Clube sairá no próximo número.” (3, 15/05/40)

*MAGDA RIBEIRO (Santa Rosa)*

“Recebi suas cartas (2) e as listas de assinantes obtidos. Muito obrigado. Deus a proteja. Não sei como agradecer-lhe tanta bondade. Confio no seu apoio. Se todas as professoras trabalhassem assim por nossa revista, ‘Era uma vez...’ seria também, materialmente, a melhor revista infantil do mundo. Muito obrigado. (3, 15/05/40)

*MILTON RIBEIRO TOLEDO (Guiricema)*

“Recebi sua atenciosa cartinha. Conto você entre os meus netinhos e quero ver seu nome também entre os assinantes de ‘Era uma vez...’. Estamos numa grande campanha de assinaturas. O nosso trabalho, felizmente, tem agradado, mas precisamos contar com o apoio material de nossos apreciadores. Os elogios muito nos envaidecem, mas precisamos contar também com a parte material. Só poderemos fazer boa revista se tivermos muitos assinantes. O trabalho é árduo e custa muito caro.” (8, 01/08/40)

*NORMA SOARES (Formiga)*

“Recebi sua cartinha, da qual vou transcrever um trecho: ‘Vovô Felício, no dia de meu aniversário ganhei muitos presentes, e o que mais gostei foi a assinatura de sua linda revista ‘Era uma vez...’. Quem me deu foi meu querido mano Roberto.’ Muito bem. Que o exemplo seja seguido. De fato, uma assinatura de ‘Era uma vez...’ é ótimo presente de aniversário para as crianças. É um presente que dura o ano inteiro. Estou esperando o seu retratinho.” (8, 01/08/40)

*ANA GONÇALVES COELHO, MARIA DE LOURDES SILVA, GERALDO J. DA SILVA, JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO, VILMA GARCIA FURTADO, JANDIRA REZENDE DIAS, TEREZINHA TEIXEIRA DE RESENDE, DIVA TEIXEIRA CARNEIRO, LEDA CORREIA GARCIA, RITA AUGUSTA DINIZ, CARMEM MALAQUIAS DO COUTO, ANTONIO RESENDE DIAS, MARIA AUXILIADORA DE MELO MALAQUIAS e GRIVALDA GONÇALVES COELHO, de Itapeçerica*

“Recebi as cartinhas que vocês mandaram com as soluções dos concursos. Estimo que vocês estejam gostando muito de ‘Era

uma vez...'. Você precisam de uma revista assim, mas devem também auxiliar Vovô Felício, tomando assinaturas. Que bonito se todos vocês fossem assinantes! 'Era uma vez...' poderia melhorar muito mais. Sejam amigos de 'Era uma vez...' e tomem assinaturas individuais. Custa apenas 24\$000 por ano, não é uma fortuna." (8, 01/08/40)

*ALUNOS DO 4º ANO DAS ESCOLAS REUNIDAS DE GUIA LOPES*

"Recebi a importância para a assinatura de um ano de 'Era uma vez...'. Muito obrigado. Espero que, mais tarde, todos os alunos possam tomar assinaturas individuais. Agradeça por mim a sua professora, o interesse tomado pela revista." (8, 01/08/40)

*MAGDA RIBEIRO (Santa Rosa-São Paulo)*

"Mais uma vez tenho a oportunidade de agradecer-lhe o que tem feito por nossa revista. Infelizmente, nem todos compreendem o seu valor e o sacrifício que fazemos para mantê-la neste início de vida. Alguns se limitam a elogiá-la, esquecendo-se de que é indispensável o apoio material, sem o qual não poderemos progredir. Se todos fizessem como a senhora, estaríamos muito bem. Muito obrigado." (8, 01/08/40)

3. comunica a seus interlocutores as disposições favoráveis do leitor orientadas na direção do editor da Revista:

*ANA ZAGO (Guaxima)*

"Sua carta não foi surpresa para mim, já estou habituado a essas atenções de minhas netinhas de Guaxima. Recebi os 60\$000 que me mandaram para três assinaturas de 'Era uma vez...'. Conto com as bondosas netinhas para o êxito de nossa revista." (1, 15/04/40)

*MARIA DA GLORIA ESBERARD (Colégio Jacobina - Rio de Janeiro)*

"Recebi sua cartinha e as soluções dos concursos. Muito agradeço o interesse que você e suas coleguinhas tiveram por 'Era uma vez...' Vovô Felício está muito contente por ver que de

todo o Brasil recebe netinhos. Continue sempre muito amiguinha nossa." (3, 15/05/40)

*MARIA MADALENA GUIMARÃES SIMÕES (Paraopeba)*

"Recebi sua cartinha e o pedido de assinatura. Muito obrigado. Terei grande prazer em mandar-lhe o meu retrato, mas, no momento não tenho nenhum. Já acabaram todos. Vou tirar e depois remeterei. Espero e desejo que você consiga muitos assinantes para 'Era uma vez...' Recomendações à D. Maria Amélia e ao pai dela, meu velho amigo.(3, 15/05/40)

*IRMÃ MARGARIDA MACHADO (Barbacena)*

"Seu cartão muito me confortou. Com as bênçãos de Deus, tudo farei em prol da boa literatura infantil." (3, 15/05/40)

*FLORA RAILE (Guaxima)*

"Agradeço-lhe e peço a você para fazer chegar a suas mestras e colegas o meu muito obrigado pela gentileza com que sempre me tratam. De coração, agradeço tantas demonstrações de amizade. Se eu pudesse, já teria ido aí conhecer vocês todos. Faço a idéia como esteve bonita a festa do 1º aniversário do Grêmio. As notícias vão publicadas em outro local.guardo a fotografia." (8, 01/08/40)

*RAIMUNDO BERNARDO ALMEIDA*

*(Grupo Escolar "Interventor Valadares" – Carangola)*

"Recebi sua cartinha comunicando-me a fundação do Clube de Leitura 'Vicente Guimarães'. Vovô Felício agradece a atenção que tiveram para com o diretor de 'Era uma vez...'. Em registrado postal, já seguiram alguns livros para a biblioteca do novo clube. Quanto ao retrato, fico devendo. Devo tirá-lo breve e remeterei um a vocês. Mande-me a diretoria do Clube para eu publicar, bem assim notícias das sessões." (8,01/08/40)

*PROF. EDITE ALVIM TORRES (Barbacena)*

“Recebi mais um pedido de assinatura, e o seu cartãozinho agradecendo os livros que enviei às crianças. Eu é quem agradeço a bondade sua e das irmãs, e a carinhosa amizade dos netinhos de Vovô Felício.” (8, 01/08/40)

*IVAN GUALTER CARNEIRO GOMES (Rio Casca)*

“Recebi sua cartinha e fiquei ciente do atraso que tem sofrido a entrega da revista. Vou providenciar para evitar isto. Agradeço e retribuo as recomendações e lembranças de seus colegas.” (8, 01/08/40)

*LOURDES CATANE (Guaxima)*

“Muito obrigado pela valsa que você me ofereceu na ‘Hora da Saudade’, da Rádio Difusora de São Paulo. Estava muito bonita, foi a última que tocaram.” (1, 15/04/40)

4. comunica a seus interlocutores as disposições favoráveis do editor da Revista na direção de seus leitores:

*MAGDA RIBEIRO (Santa Rosa – S. Paulo)*

“Você, minha neta grande, foi das mais animadoras para a criação desta revista. Suas cartas me traziam muito conforto e cada vez mais me entusiasmavam. Tenho absoluta confiança na sua cooperação. Precisamos de muitas assinaturas para garantir a existência de nossa revista. Muito obrigado pelos 40\$000 que você mandou para duas assinaturas.” (1, 15/04/40)

*IRENE LIMA (Santa Bárbara)*

“Recebi sua encantadora cartinha prometendo o seu apoio para o maior êxito de nossa revista. Muito obrigado. Seus irmãozinhos Joana d’Arc e Jarbas já foram registrados como netinhos do vovô Felício.” (1, 15/04/40)

*DÉA SELMA (Leandro Ferreira)*

“Conforme os dizeres de sua cartinha, já registrei no livro de netinhos de Vovô Felício as suas irmãzinhas Léa Selma e Cléa Selma. Aguardo com prazer a sua visita. Meu endereço é: Av. Cristovão Colombo, 92. Quando você vier a Belo Horizonte, não deixe de vir a minha casa.” (1, 15/04/40)

*MARIA DE LOURDES MAGALHÃES (Matias Barbosa)*

“Fico muito contente em saber que você vai ser nossa correspondente. Aguardo a colaboração de sua mãe. Fico esperando a sua visita. O material para assinatura seguiu pelo correio, e bem assim as condições em carta que lhe mandei.” (2, 01/05/40)

*ALUNOS DO 3º ANO DAS ESCOLAS REUNIDAS  
de São Brás de Suassuí*

“Anotei o nome de vocês. Agradeço o interesse que tiveram por nossa revista. Recomendações à D. Maria Paixão e Souza. Agradeçam a ela por mim a assinatura que mandou.” (3, 15/05/40)

*CLEIDE INÊS CASSIMIRO (Belo Horizonte)*

“Rosinha agradece o nome que você mandou para a boneca. Fiquei muito contente em ter você entre minhas netinhas. Você precisa ajudar Vovô Felício na divulgação de ‘Era uma vez...’ aqui na Capital. Ficarei muito grato por tudo que você fizer por nossa revista.” (3,15/05/40)

*FLORA RAILE (Guaxima)*

“Agradeço-lhe e peço a você para fazer chegar a suas mestras e colegas o meu muito obrigado pela gentileza com que sempre me tratam. De coração, agradeço tantas demonstrações de amizade. Se eu pudesse, já teria ido aí conhecer vocês todos. Faço a idéia como esteve bonita a festa do 1º aniversário do Grêmio. As notícias vão publicadas em outro local. Aguardo a fotografia.” (8, 01/08/40)

*DORINHA FIGUEIREDO MARTINS (Itabira)*

“Recebi sua cartinha e registrei seu nome entre os netinhos de Vovô Felício. Quero contá-la, também, entre os assinantes de ‘Era uma vez...’. Dê o seu apoio à nossa revista, tomando sua assinatura. Você não deseja a prosperidade de ‘Era uma vez...?’ ” (8, 01/08/40)

*ROMULO MONTANARI JUNIOR (Capital)*

“Recebi sua linda cartinha e fico contente em saber que você está gostando muito de ‘Era uma vez...’. Eu moro aqui na Av. Cristovão Colombo, 92, e tenho muito prazer em recebê-lo. Estou sempre em casa pela manhã e à noite. Escreva algumas histórias para a revista. Publicarei com prazer.” (8, 01/08/40)

*NETINHAS DO ORFANATO SANTO ANTONIO (Capital)*

“Recebi a carta que me escreveram, agradecendo as revistas que mando. Terei muito prazer em fazer uma visita a vocês, quando quiserem.” (8,01/08/40)

*ALDO MIRANDA RIBEIRO (Belo Horizonte)*

“Recebi seu retratinho, que será publicado. Peço-lhe mandar uma reportagem sobre o clube de Leitura S. Tarcísio com o nome dos componentes de sua Diretoria.” (9, 15/08/40)

*INEZITA (Saudade de Zélia)*

“Recebi sua cartinha com uma relação de mais 10 assinantes. Muito obrigado. Não recebi os 20\$000 que você diz seguir junto da carta. O Rubens há dias que não me aparece. Recomendações a todos daí. Para você e o Jackson, um apertado abraço do Vovô Felício.” (9, 15/08/40)

*RUTE NOGUEIRA (Jequeri)*

“Recebi sua cartinha. Vou publicá-la. Está muito bonita. As revistas pedidas já seguiram.” (9, 15/08/40)

*CORDÉLIA FONTAINHA SETA (Belo Horizonte)*

"Recebi sua interessante cartinha comunicando-me haver terminado seu curso de datilografia, obtendo o diploma com distinção. Meus parabéns. Vovô Felício fica muito satisfeito em ver que seus netinhos são estudiosos e aplicados." (9, 15/08/40)

5. informa ao leitor sobre características da Revista:

*RENATO COMIDE LEITE (Formiga)*

"Recebi sua atenciosa cartinha e os 20\$000 que você mandou para a assinatura de 'Era uma vez...'. Muito obrigado,..." (1,15/04/40)

*JONAS FERREIRA GUEDES (Herval)*

"Recebi sua cartinha acusando o recebimento do livro de sua encomenda. Quanto a assinatura da revista, o mínimo que fazemos é 6 meses. Do contrário seria muito trabalhoso." (1, 15/04/40)

*MARIA DE LOURDES CHIARADIA (Brasópolis)*

"Tenho grande prazer em registrá-la como netinha de Vovô Felício. 'Campeão de Futebol' não é revista, é um livro de histórias e custa 4\$000. O porte correrá por conta de Vovô Felício. A assinatura de 'Era uma vez...' custa 20\$000 por ano. Se você quiser, pode mandar no mesmo vale postal o dinheiro da revista e do livro." (2, 01/05/40)

*DECIO ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA (João Ribeiro)*

"Recebi sua cartinha avisando que vai assinar a revista. Muito obrigado. 'Era uma vez...' será ótima distração para você. Escreva uma história bonita e mande para eu publicar." (2, 01/05/40)

*TEREZINHA, MARIA FLAVIA, ELZA, BEATRIZ MARIA e  
DIVA VIANA MACEDO (Pirapora)*

"Recebi a cartinha que vocês mandaram votando no nome da boneca de Rosinha. Muito obrigado pela cooperação. Vocês

disseram que a nossa revista é boa, mas é cara. De fato, minhas netinhas, 'Era uma vez...' custa um pouco mais que as outras publicações destinadas às crianças. Mas vocês mesmas reconhecem que é uma revista boa. Naturalmente uma coisa boa custa um pouco mais que uma coisa menos boa. E depois, 2\$000 por mês, ou 20\$000 por ano, não é muito. No próximo número, vamos escrever sobre o preço de nossa revista." (2, 01/05/40)

*VASCONCELOS DE OLIVEIRA (?)*

"Uma briguinha: quando você escrever, date sua carta e escreva o nome do lugar. A nossa revista é quinzenal. Sai nos dias 1 e 15 de cada mês. Aguardo seu pedido de assinatura." (2, 15/05/40)

*LUIZ GONZAGA e FELÍCIO COUTINHO (Rio)*

"Recebi as cartinhas que vocês me escreveram, mandando as soluções dos concursos. Quanto aos números atrasados, só posso arranjar o 5. O 2º já se esgotou. O 5º seguiu pelo correio." (8, 01/08/40)

*ANA GONÇALVES COELHO, MARIA DE LOURDES SILVA, GERALDO J. DA SILVA, JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO, VILMA GARCIA FURTADO, JANDIRA REZENDE DIAS, TEREZINHA TEIXEIRA DE RESENDE, DIVA TEIXEIRA CARNEIRO, LEDA CORREIA GARCIA, RITA AUGUSTA DINIZ, CARMEM MALAQUIAS DO COUTO, ANTONIO RESENDE DIAS, MARIA AUXILIADORA DE MELO MALAQUIAS E GRIVALDA GONÇALVES COELHO, de Itapeperica.*

"Recebi as cartinhas que vocês mandaram, com as soluções dos concursos. Estimo que vocês estejam gostando muito de 'Era uma vez...'. Vocês precisam de uma revista assim, mas devem também auxiliar Vovô Felício, tomando assinaturas. Que bonito se todos vocês fossem assinantes! 'Era uma vez...' poderia melhorar muito mais. Sejam amigos de 'Era uma vez...' e tomem assinaturas individuais. Custa apenas 24\$000 por ano, não é uma fortuna." (8, 01/08/40)

*VENINA GALHARDO (Além Paraíba)*

"Seguem as revistas pedidas. O nº 2, infelizmente, já se esgotou. Alguns exemplares estão um pouco sujos ou estragados porque

estiveram expostos nas bancas de venda avulsa. Foram os únicos que ainda pude arranjar. Agradeço e peço o seu apoio no sentido de obter muitas assinaturas para 'Era uma vez...'. (8, 01/08/40)

*MARIA DAS MERCÊS MIRANDA SALES (Januária)*

"Recebi a importância para a assinatura. Muito obrigado. Quanto aos números atrasados, vou remeter-lhe do 5º em diante, pois os outros estão esgotados. (9, 15/08/40)

*SEBASTIÃO ANSELMO DE FIGUEIREDO (Paraopeba)*

"Vou transcrever sua cartinha, que é ótima opinião sobre a revista: "Querido Vovô Felício. Atenciosas saudações. Há muito tenho vontade de escrever uma cartinha para o senhor, pois conheço aqui no Grupo a sua revista 'Era uma vez...' e muito a aprecio. Em nossa Biblioteca Infantil temos a assinatura dela. No dia de tirar livros os meninos até brigam para tirá-la. É preciso sortear. Veja como é apreciada em nosso meio. Gostamos muito da página que traz trabalhos de meninos de outros Grupos. Por isso vimos oferecer-lhe nossa primeira colaboração, que é um trabalho da colega Maria Custódia, sobre a vida de D. Silvério. Esta carta, Vovô Felício, é em nome dos colegas do 3º ano, da classe de D. Edir Moreira Diniz, do Grupo Escolar de Paraopeba." (11, 15/09/40)

*PROF. DIVA MATOS (Nova Lima)*

"Tomo a liberdade de transcrever um trecho de sua amável carta: 'Era uma vez...' veio constituir um estímulo poderoso à leitura em classe e motivar boa parte dos trabalhos de linguagem e escrita, atividades especialmente necessárias. Todos os alunos se prontificaram em fazer alguma colaboração para o Vovô Felício. Dirijo uma escola particular para crianças inglesas e tenho lutado sempre com a falta de material interessante, do agrado das crianças; nestas condições, só poderei felicitá-lo, agradecendo-lhe ao mesmo tempo, pois 'Era uma vez...' satisfaz plenamente."

Muito agradeço suas palavras, que são para mim grande estímulo na continuação da jornada que iniciei." (11, 15/09/40)

*MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR (Professora do Grupo Escolar  
"Dr. Sabino Barroso" – Sabinópolis)*

"Recebi a sua carta e tomo a liberdade de transcrever um trecho: "... da sua revista 'Era uma vez...' que tanto tem beneficiado as nossas escolas. Posso-lhe assegurar que nenhuma outra professora tem louvado tanto o aparecimento desta revista, e, por conseguinte, quero dizer-lhe da sua prodigiosidade em minha classe. Imagina que recebi uma turma de crianças repetentes, completamente retardadas. Nos 3 primeiros meses lancei mão de todos os meios para fixar a atenção destas crianças, do que dependia o progresso da classe, e tudo inutilmente. Meios intuitivos, jogos, prêmios e quaisquer outros estímulos eram recebidos com o maior descaso. Pensava em apresentar-lhes a sua preciosa revista, porém, receiava novas decepções; pois as crianças tinham aversão aos livros. Certo dia enchi-me de coragem e apresentei-lhes os números existentes no Grupo... E foi, então, que eu encontrei a saída, que há tanto tempo vinha procurando. Começamos a trabalhar, mas só com a revista de Vovô Felício, porque nada mais aceitam, e dentro de pouco tempo operou-se na minha classe verdadeiro milagre, posso assim dizer. Consegui grande interesse pela leitura, escrita, linguagem, aritmética e desenho, disciplinas estas que eram encaradas com olhares de cego. Agora as crianças já apreciam a leitura para ter oportunidade de lerem as revistas. As aulas de linguagem são sempre prorrogadas porque todos querem fazer um trabalho para a revista. Em se tratando de aritmética, estamos sempre fazendo cálculos de compras e vendas de revistas, sobre o que se gasta com a correspondência e sobre tudo que se relaciona com as mesmas. Já copiam com asseio, acerto e boa letra, desde que se lhes dêem cópia de um trecho da revista. Procuram desenhar com gosto artístico e fazer composições alusivas ao desenho para oferecerem ao Vovô Felício. E assim as nossas aulas têm sido de franca atividade, graças a 'Era uma vez...' que as crianças aguardam com ansiedade." (12, 01/10/40)

6. fixa a sessão, Correspondência de Vovô Felício, como espaço para a troca de cartas:

*MARIA IMACULADA PIRAMO (São Brás do Suassuí)*

"Recebi a sua cartinha, comunicando-me a fundação do Clube de Leitura 'Vicente Guimarães'. A notícia vai em outro local." (1, 15/04/40)

*MARIA DE LOURDES MAGALHÃES (Matias Barbosa)*

“Recebi a sua cartinha com os nomes para a revista. Muito obrigado. Aguardo sua colaboração e de sua mãe, o que me dará muito prazer. A nossa revista precisa de agentes aí em Matias Barbosa, você quer se interessar pelo assunto? Escreva-me.” (1, 15/04/40)

*JOSÉ GONTIJO DE MELO (Tiros)*

“Recebi seu pedido de assinatura. Muito obrigado. Consiga aí outros assinantes para nossa revista. Você quer ser nosso representante? Escreva-me sobre este assunto.” (3, 15/05/40)

*MARGARIDA LARA e TEREZINHA MELO (Boa Esperança)*

“Recebi a cartinha que me escreveram dando opinião sobre a revista. As notícias sobre os Clubes de Leitura chegaram um pouco tarde, motivo por que ficaram para o próximo número.” (3, 15/05/40)

*RENATO GOMIDE LEITE (Formiga)*

“Vou responder-lhe em carta.” (3,15/05/40)

*EURIDES LEAL DIANA (Barbacena)*

“Recebi sua cartinha, contando-me a festa que fizeram no dia 21 de abril. Senti não estar aí para assisti-la. Tenho muitas saudades dos dias que passei aí com vocês. Um grande abraço para todas. Rosinha agradece os nomes que mandaram para boneca. (3, 15/05/40)

*ALICE RESENDE*

*(Colégio Nossa Senhora das Dores, de S. João del-Rei)*

“Está comigo sua cartinha acusando o recebimento das revistas. Façam sempre assim; quando extraviar algum número, me escrevam. Como vai o Grêmio? Mande notícias.” (8,01/08/40)

*ANA MARIA RIBEIRO (Santa Rosa-São Paulo)*

“Recebi sua cartinha com a solução do concurso. Os retratinhos não saíram muito bem porque eram muito pequenos e estavam um pouco apagados. Mande-me o seu.” (8,01/08/40)

*MARTA MENDES (Lavras)*

“Recebi sua cartinha. Infelizmente não posso atender o seu pedido; não temos mais a secção de aniversários. Diga a suas amiguinhas para escrever histórias, que serão publicadas com muito prazer.” (9, 15/08/40)

*MARCIO GERALDO DE AZEREDO HORTA (Belo Horizonte)*

“Recebi sua cartinha e o retrato. Muito obrigado. Seu retratinho será publicado no próximo número.” (9,15/08/40)

*RUTE NOGUEIRA (Jequeri)*

“Recebi sua cartinha. Vou publicá-la. Está muito bonita. As revistas pedidas seguiram.” (9,15/08/40)

*LLA DINIZ GRAGA (Belo Horizonte)*

“Sua carta vai ser publicada entre as opiniões sobre ‘Era uma vez...’.” (9, 15/08/40)

7. determina o uso de canais para o controle da circulação da Revista, dos livros:

*REINALDO TOLEDO DE AGUIAR (Guiricema)*

“Não mandei a revista porque não tinha seu nome registrado. Atendi seu pedido. O 1º número seguiu pelo correio. Espero que você assine a revista. (3,15/05/40)

*VERINHA BUENO BRUZZI (Presidente Vargas)*

“Recebi sua cartinha e o pedido de assinatura. Muito obrigado. Sua colaboração deve ser publicada neste número. (3,15/05/40)

*LUIZ GONZAGA DE MACEDO (Itabira)*

“Recebi as duas assinaturas que você mandou. Muito obrigado. Já contava com você.” (3, 15/05/40)

*JOSÉ DA CUNHA REZENDE (Santa Juliana)*

"Pelo correio, sob registrado, estou mandando a você o material necessário para os representantes da revista. Espero que você consiga muitas assinaturas." (3, 15/05/40)

*DIVA RIBEIRO DA SILVA (Corinto)*

"Tenho comigo 4 cartinhas suas. A 1ª mandando 20\$000 para uma assinatura anual. A 2ª enviando o nome para a boneca de Rosinha. A 3ª mandando mais 900 réis para completar a assinatura e a 4ª reclamando que ainda não tinha recebido a revista. Agradeço a assinatura que você tomou. Rosinha agradece o nome mandado. Os 900 réis vieram a mais. O que saiu na revista foi um pequeno engano tipográfico. A revista já havia seguido, mas, em todo caso, enviei outro exemplar. Você certamente receberá dois. Mande-me avisar se recebeu." (3,15/05/40)

*ZENITE RIBEIRO (Corinto)*

"Mande a revista. Aguardo a assinatura prometida." (3,15/05/40)

*MARIA MARTA MACHADO MAIA (São Brás do Suassuí)*

"Atendendo o seu pedido, já remeti-lhe o nº 6 da revista." (8, 01/08/40)

*ALICE RESENDE*

*(Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei)*

"Está comigo sua cartinha acusando o recebimento das revistas. Façam sempre assim; quando extraviar algum número, me escrevam. Como vai o Grêmio? Mande notícias." (8, 01/08/40)

*IRANILDA DA SILVA (Lavras)*

"O livro seguiu pelo correio. Caso você ainda não o tenha recebido, avise-me para reclamar." (8,01/08/40)

*OSVALDINA BORGES SANTANA (Guaxima)*

“Recebi sua cartinha agradecendo o livro que você ganhou em sorteio de palavras cruzadas.” (8, 01/08/40)

*MARIA JOSÉ VIEIRA (Barbacena)*

“Recebi seu bilhetezinho agradecendo o livro que você ganhou no concurso.” (8,01/08/40)

*LOURDES MACEDO (Luz)*

“Recebi sua cartinha e vou atender seu pedido. O livro segue sob registro postal.” (9, 15/08/40)

*DOMINGOS SOBRAL CAETANO (Uberaba)*

“O número foi mandado pelo correio. Infelizmente, o nosso serviço postal ainda permite constantes extravios. Vou mandar novo exemplar.” (10, 01/09/40)

*WANDA MARIA SILVA (Capital)*

“Vou providenciar para que seja entregue pessoalmente a revista nº 8, que o Correio não entregou.” (10,01/09/40)

*Alunos da classe de D. MARIA SANTIAGO (Alpinópolis)*

“Recebi os 10\$000 para passar a assinatura de vocês para registrada. Sinto haverem extraviados alguns exemplares. Já os mandei novamente, sob registro. Agradeço o interesse que demonstraram por ‘Era uma vez...’ ” (10, 01/09/40)

8. indica o tipo de colaboração, estabelece condições para a produção de colaborações:

*JOSÉ LUIZ FURTADO DE MENDONÇA (Brasópolis)*

“Recebi sua cartinha e a história que você mandou. Tomei a liberdade de resumir um pouco a sua história para mostrar a você

como é fácil resumir. Você, naturalmente, tem aí o original. Compare um com o outro e observe. É assim que se aprende.” (1, 15/04/40)

*ANTONIO SEBASTIÃO DE BARROS FERREIRA (Onça)*

“A fábula que você mandou está bem escrita, mas já é bastante conhecida. Prefiro que você envie uma composição sua, inventada por você.” (1, 15/04/40)

*MARIA NAZARÉ ROMEU (Buenópolis)*

“Vovô Felício já tem você registrada como netinha. Espero que você tome uma assinatura de ‘Era uma vez...’ e consiga outras assinaturas aí. Mande alguma história inventada por você, para ser publicada.” (1, 15/04/40)

*DÉCIO ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA (João Ribeiro)*

“Recebi sua cartinha avisando que vai assinar a revista. Muito obrigado. ‘Era uma vez...’ será ótima distração para você. Escreva uma história bonita e mande para eu publicar.” (1, 15/04/40)

ALUNOS DO 4º ANO DAS CLASSES ANEXAS –  
ESCOLA NORMAL (Dores do Indaiá)

“Recebi a cartinha que me escreveu a Letícia Guimarães Machado, remetendo o pedido de uma assinatura para a classe. Muito obrigado. A revista é dos netinhos. Todos podem colaborar. Só peço que as histórias sejam curtas.” (3, 15/05/40)

*EDITE ALVIM TORRES (Prof.) – (Barbacena)*

“Agradeço os termos de seu cartão e ficarei satisfeito em receber qualquer colaboração sua.” (3, 15/05/40)

*JOSÉ DE CASTRO (Capital)*

“É um assunto que eu não entendo muito, o futebol. Em todo caso vou ver se consigo escrever alguma coisa a respeito para atender o seu pedido. Se você quiser, pode escrever. Quem sabe

sairá cousa melhor? A revista é de vocês. Mande colaborações.”  
(8, 01/08/40)

*MARIA DE LOURDES MAGALHÃES (Matias Barbosa)*

“Faço votos para que sua mãe esteja completamente restabelecida. A poesia não pode ser publicada porque é muito grande, também prefiro cousa original. A cançoneta está incluída neste último caso, não é original, e faz propaganda de outra revista. Nonô não sou eu, é um colaborador da revista que reside em Sabará. A assinatura de 'Era uma vez' passou a custar 24\$000 por ano. Aguardo o resultado de seu trabalho. Precisamos de muitos assinantes aí. Só com muitos assinantes a nossa revista poderá viver e melhorar.” (8, 01/08/40)

*BENONE ANTUNES COURA (S. Gotardo)*

“Sua poesia é muito bonita, mas não posso publicá-la. A nossa revista não cogita da guerra européia e não toma partidos. Escreva sobre outro assunto, e poesias pequenas.” (8, 01/08/40)

*JOAQUIM ALVES DE ANDRADE (Abaeté)*

“Sua história não pode ser publicada porque é sobre a guerra e com partidatismo. Escreva sobre outro assunto e mande.”  
(9, 15/08/40)

*CLÓVIS ALVES DE OLIVEIRA (Francisco Sá)*

“Recebi sua cartinha, o jornal e os trabalhos. A Revista é de todos os netinhos de Vovô Felício. Espero que vocês colaborem sempre. Gostei muito de “O Estudante” e agradeço as referências feitas a mim e a 'Era uma vez...' Recomendações a D. Tereza de Jesus Ribeiro e um abraço para você e seus coleguinhas.” (9, 15/08/40)

*LOURDES CATANE (Guaxima)*

“Envie-me, depois, uma reportagem da festa que vão fazer dia 15 de agosto. Agradeço e retribuo as recomendações de D. Eudóxia.” (9, 15/08/40)

*DORA FRANCO (Santo Antonio do Monte)*

"Sua letra até que é muito bonitinha. Vou publicar a pergunta. Mande-me sempre charadas e perguntas." (11, 15/09/40)

*JOHN DICKINSON (Morro Velho)*

"Vou publicar as charadas que você mandou. Muito obrigado." (11, 15/09/40)

*HAROLDO RIBEIRO PAULA*

"Suas colaborações serão publicadas. Infelizmente devido o grande número de colaborações, não podemos atender o dia certo para as publicações. Depende da ordem de chegada." (11, 15/09/40)

*ANTONIO MIRANDA (Luz)*

"Mande uma reportagem completa da fundação do clube de leitura, com o nome, a diretoria, etc.. (12, 1/10/40)

*PAULO MIRANDA (Sabinópolis)*

"Não perca tempo em fazer versos. Mande suas colaborações em prosa. Invente uma história bem bonita e mande." (12,1/10/40)

*JOSÉ CAMILO e FRANCISCO ABREU (Belo Horizonte)*

"Recebi a cartinha que vocês me mandaram. Os concursos devem ser enviados para Vovô Felício. Concursos e charadas podem vir no mesmo envelope, mas em papéis separados." (12, 1/10/40)

9. faz circular expedientes para ativar a propagação da Revista:

*MARÍLLA BUSTAMONTE (Pedra Branca)*

"Recebi sua cartinha escrita em nome dos alunos do 2º ano. Rosinha agradece os nomes enviados para a boneca. Aguardo o pedido de assinatura." (3, 15/05/40)

*DORA FRANCO (Santo Antonio do Monte)*

“Está comigo sua cartinha tomando uma assinatura da revista. Recebi o dinheiro, não precisa temer extravio. Rosinha manda agradecer o nome para a boneca. Você precisa trabalhar muito para o engrandecimento de nossa revista.” (3, 15/05/40)

*LEILA FARIA (Patos)*

“Recebi sua cartinha e o nome para a boneca de Rosinha.guardo o seu pedido de assinatura da revista.” (3, 15/05/40)

*CLEIDE INÊS CASSIMIRO (Belo Horizonte)*

“Rosinha agradece o nome que você mandou para a boneca. Fiquei muito contente em ter você entre minhas netinhas. Você precisa ajudar Vovô Felício na divulgação de ‘Era uma vez...’ aqui na Capital. Ficarei muito grato por tudo que você fizer por nossa revista.” (3, 15/05/40)

*TEREZINHA FERRAZ (Capital)*

“Recebi as soluções dos concursos. Agradeço as felicitações pelo êxito alcançado até aqui por ‘Era uma vez...’” (8,01/08/40)

*LUCI EDMUNDO ROCHA (Paraopeba)*

“Tenho muito prazer em publicar sua colaboração. Quero, em breve, ver seu nome entre as assinaturas de ‘Era uma vez...’. Apóie a nossa revista, tomando uma assinatura pessoal.” (8, 01/08/40)

*DORA FRANCO (Santo Antonio do Monte)*

“Recebi sua cartinha e as charadas. Rosinha agradece os parabéns.” (8, 01/08/40)

*ISABEL COUTINHO (Caratinga)*

“Recebi sua carta acusando a chegada do prêmio que você ganhou. Espero merecer o seu apoio para a revista, não só tomando uma assinatura pessoal, como conseguindo outras entre suas amiguinhas.” (8,01/08/40)

*ANA MARIA RIBEIRO (Santa Rosa – S. Paulo)*

“Recebi sua cartinha com a solução do concurso. Os retratinhos não saíram muito bem porque eram muito pequenos e estavam um pouco apagados. Mande-me o seu.” (8, 01/08/40)

*MOACIR PÍRAMO (Belo Horizonte)*

“Recebi as charadas que você mandou. A segunda vai ser publicada. Você precisa aparecer para dar uma prosa com o Vovô Felício.” (9, 15/08/40)

*VERA BUENO BRUZZI (Presidente Vargas)*

“Recebi as decifrações dos concursos e a composição que será publicada.” (9, 15/08/40)

*NILO MAURÍCIO T. FIGUEIREDO (Lagoa Santa)*

“Recebi sua carta acusando a chegada do livro ganho no concurso. Diga a Stela Dalva para continuar concorrendo que um dia será sorteada também.” (9, 15/08/40)

*IRACEMA DE FARIA GUIMARÃES (Dores do Indaiá)*

“Recebi sua cartinha e aguardo com ansiedade o primeiro número de “O Infantil”. Também, espero, com prazer os trabalhos que promete enviar-me. Recomendações à D. Alda Carneiro, e um grande abraço para você e seus colegas.” (9, 15/08/40)

*JOSÉ LOPES DE ABREU FILHO (Capital)*

“Recebi os concursos e já inscrevi você entre os netos de Vovô Felício. (9, 15/08/40)

*MARCIO GERALDO DE AZEREDO HORTA (Belo Horizonte)*

“Recebi sua cartinha e o retrato. Muito obrigado. Seu retratinho será publicado no próximo número.” (9, 15/08/40)

*LEDA TORRES (Belo Horizonte)*

“Agradeço a remessa de seu retrato. Sua cartinha vai ser publicada entre as opiniões sobre a revista ‘Era uma vez...’.” (9,15/08/40)

*ZENITE RIBEIRO (Corinto)*

“Pode sim, minha netinha. Todas as crianças, mesmo que não sejam assinantes da revista, podem tomar parte em seus concursos.” (10, 1/09/40)

*IEDA DE PAULA GOMES (Sete Lagoas)*

“Dentro de poucos dias você receberá sua caderneta de depósito, com o prêmio que ganhou no concurso dos milionários.” (11, 15/09/40)

*MARIA DA CONCEIÇÃO (São Brás do Suassuí)*

“Recebi a cartinha que você e seus colegas me enviaram. Agradeço o interesse que têm tido pela revista. Já registrei todos como netinhos de Vovô Felício. Podem mandar colaborações.” (12, 1/10/40)

Qual é, em poucas palavras, a direção que os significados tomam no interior da relação comunicativa do editor da revista com os seus leitores através da troca de cartas?

Originados na relação Vovô-netinhos, pelas cartas passam os significados que emanam de um emissor, o Vovô, que apesar de se colocar na posição instalada de dirigente ou de Sol, tem esta posição, nos limites de tais cartas, ameaçada pelo caráter incipiente, precário, ou reduzido da posição dos leitores, ou dos cometas. É o que se pode detectar em uma carta de Vovô Felício a uma professora, publicada logo no primeiro ano de circulação da revista. Pelos termos utilizados nessa carta, sugerem eles o envolvimento dominante do editor nesta fase inicial de publicação do periódico com a constituição da relação comunicativa que possibilitaria o estabelecimento do pacto de leitura:

MAGDA RIBEIRO (*Santa Rosa – S. Paulo*)

“Mais uma vez tenho a oportunidade de agradecer-lhe o que tem feito por nossa revista. Infelizmente, nem todos compreendem o seu valor e o sacrifício que fazemos para mantê-la neste início de vida. Alguns se limitam a elogiá-la, esquecendo-se de que é indispensável o apoio material, sem o qual não poderemos progredir. Se todos fizessem como a senhora, estaríamos muito bem. Muito obrigado.” (8, 01/08/40)

Isso explica o esforço principal do emissor em constituir, por exemplo, o seu interlocutor, o leitor assinante de *Era uma vez...*, pois a sua constituição como editor de tal revista está na dependência daquela constituição, o que coloca condições para tal prática, isto é, seus interlocutores, netinhos, precisam responder a exigências fixadas pela editoração do periódico, ou seja, para ser netinho, ou cometa, é preciso responder a certas exigências provenientes do esforço do vovô, do Sol.

Nesse esforço de constituição da relação comunicativa, tendo em vista a garantia da recepção do periódico, o emissor, na posição de dirigente ou de editor, procura orientar a utilização dos canais que garantam a circulação da revista a partir das condições requeridas pela produção. É o que explica as ações do Vovô-editor em informar, corrigir, esclarecer, agradecer, solicitar, sugerir, retificar, estimular, dar referências e o expediente de se valer da intermediação das cartas, dos bilhetes, dos serviços de correio, dos agentes ou representantes para a assinatura da revista, dos portadores individuais, das ações do próprio editor, ou das referências de estações ferroviárias.

E no esforço para garantir a produção da revista, o Vovô-editor procura atuar na multiplicação dos recebedores pela prática da disseminação, ou inculcação, de uma imagem positiva do periódico e de uma ação positiva voltada para a tomada de assinaturas grupais ou, preferencialmente, individuais; ou, ainda, pela prática da disseminação do expediente positivo de formação das listas de assinantes.

Por outro lado, no esforço de constituir, ou de consolidar, o vínculo da relação comunicativa com os seus interlocutores principais, os seus netinhos-leitores, o Vovô-editor procura disseminar um conjunto de manifestações favoráveis que partiriam da recepção para a produção do periódico, em que essa aparece personificada na figura do Vovô-editor. É o que ocorre com as manifestações presentes nas palavras, ou nos gestos,

dos leitores no momento em que eles se dirigem ao editor, comunicando-lhe o que ele toma como sendo a atenção, a amizade, o conforto, a gentileza, a bondade, as recomendações de seus interlocutores através de uma carta, bilhete, cartinha, cartão e através, por exemplo, do pedido de um retrato do Vovô ou da oferta de uma música que a ele se dedica.

Ainda com a perspectiva de consolidar a relação comunicativa, o Vovô-editor se esforça na procura de controlar a recepção, fortalecendo-lhe o vínculo com a produção através de expedientes de valorização de seus interlocutores, o que se verifica, em linhas gerais, no uso da função expressiva, ou emotiva, da linguagem. Com tal função, ao se fazer a valorização do receptor, ou interlocutor, o que o emissor pretende é atrairlo com a intenção de mantê-lo cativo nos limites da editoração da revista. É assim que se entendem as palavras sedutoras do Vovô para os seus leitores, ao reconhecer na ação de cada um ou de cada grupo, o conforto e o entusiasmo proporcionados a si, ou no reconhecimento de que as suas experiências de satisfação como emissor têm origem na positividade das ações de cada um ou de cada grupo de interlocutores. Mas existem outras fontes de reconhecimento da importância ou da valorização do outro como leitor do periódico: é o reconhecimento de seu encantamento com as cartas de apoio à editoração; de sua confiança na cooperação do outro em prol das assinaturas; de seu contentamento com a perspectiva do outro como correspondente; é o reconhecimento do outro como eleito, ou escolhido, na condição de pessoa que tem o seu nome registrado, ou que tem o lugar de netinho nos livros do Vovô, ou que figura como assinante da revista; é o reconhecimento da importância do outro ao lhe fazer o agradecimento individualizado pela colaboração, pelo apoio, pelo trabalho feito em prol da revista, pela gentileza, pela amizade, e, ainda, ao lhe pedir retratinhos ou colaborações a serem publicados. Além disso, a importância do outro está no reconhecimento que o emissor produz através da prática de publicação personalizada das respostas às cartas recebidas e, nelas, a notícia dos cumprimentos pelos sucessos obtidos nos estudos; está, ainda, na comunicação do prazer que a visita do outro causaria; na veiculação da intimidade dos abraços que circulam com as cartas; está no reconhecimento da beleza dos trabalhos e das festas promovidos pelo outro, ou está no contentamento com a manifestação do interesse e do gosto pela revista revelados pelo leitor.

Há ainda um outro esforço: é o de tentar garantir a circulação da revista, apresentando referências precisas sobre ela ou opiniões que tratam

de qualidades positivas que lhe sejam peculiares. Ou seja, é o esforço que se alimenta do princípio de que a prática de informar e de opinar sobre um objeto têm efeito sobre a sua propagação, influenciando na sua recepção e na sua produção. Isso se verifica quando o editor, por exemplo, apresenta informações relativas a preço, periodicidade, disponibilidade de exemplares; quando distingue revista e livro; quando aborda a questão do acesso ao periódico através de vendas avulsas e de assinaturas; quando elege a prática da assinatura individual como expediente de multiplicação de leitores e de estímulo à produção do periódico. Além disso, o mesmo princípio ocorre quando o editor faz circular informações e opiniões que tratam da positividade do periódico a despeito de resistências particulares a ele: é o que ocorre quando se pensa a revista como boa apesar de cara. A despeito dessa resistência, a revista, em obediência ao mesmo princípio comunicativo, é positivamente qualificada quando é indicada como ótima fonte de distração; quando atende aos interesses das crianças dos grupos escolares; ou quando atende aos interesses das professoras primárias como material didático-pedagógico que tem a característica de recurso motivacional ótimo para as mudanças de atitudes no ensino-aprendizagem de leitura, escrita, matemática, desenho, suprimindo as carências reconhecidas de então.

Olhando o significado das cartas pelo ângulo do expediente da carta como um canal, pode-se dizer que o Vovô-editor se esforça em fixar a carta como um canal que articula de modo incisivo o contacto da recepção com a produção ao atuar direta e pessoalmente sobre a recepção, procurando, assim, interferir intensivamente sobre a circulação do periódico, tendo em vista a busca de sua multiplicação. É assim que se entende as cartas que vão e vêm, circulando comunicados de pedidos de assinaturas, ou de assinantes; de solicitação de agentes, ou representantes; comunicados de expectativas de colaborações como as soluções dos concursos, ou as histórias; de emissão de opiniões sobre a revista; de expectativas de resposta às cartas enviadas; ou comunicados que apresentam explicações sobre notícias, sobre a ocorrência de festas, sobre o recebimento de livros, de revistas, sobre o extravio de revistas; ou comunicados de agradecimentos por colaborações, assinaturas; de solicitação de notícias, de retratos; de justificativas pela impossibilidade de publicação de retratos ou de atendimento do leitor; ou, ainda, comunicados sobre a remessa de revistas ou sobre a publicação de retratos.

É no esforço de controlar o funcionamento adequado dos canais que estabelecem o contacto da recepção com a produção que se pode entender o privilégio das cartas uma vez que o uso desse canal possibilita uma ação direta, pessoal e incisiva na relação comunicativa, o que explica o constante empenho do Vovô-editor em se informar e dar informações a seus leitores sobre a circulação de objetos no circuito que mantém com eles. É o que se observa, por exemplo, quando ele informa sobre a precariedade do canal correio ao noticiar seus netinhos dos constantes extravios de revistas. Uma vez que existe aí insegurança no uso do canal correio – isso motiva o uso do porte registrado em detrimento do porte simples na circulação de livros e revistas – as cartas, na revista, circulam como canal de maior confiabilidade, ou segurança, na relação comunicativa. E uma vez que as cartas do Vovô, em resposta às cartinhas de seus netinhos, circulam impressas na segurança do interior da revista, a troca de cartas acaba por alcançar o propósito de incidir intensivamente no consumo da própria revista, pois nesse caso ela é um canal para as cartas que, por sua vez, são um canal para a revista. É utilizando a segurança da revista como espaço, ou canal, de resposta às cartas de seus netinhos que o editor faz circular referências que tratam do controle da recepção ou remessa das publicações, das colaborações, das assinaturas, do material para a representação dos agentes, das soluções dos concursos, da expedição de revistas e de livros, das reclamações, dos novos exemplares, dos pedidos. É articulando contactos, ou cimentando vínculos, que as cartas na revista, ou as revistas e as cartas, vão tecendo a relação comunicativa que constitui a editoração do periódico: da recepção ou da remessa de cartas ou revistas e livros, por exemplo, as cartas falam, mas falam também dos bilhetinhos que agradecem livros, dos agradecimentos que se enviam, dos pedidos de resposta às cartas, das recomendações sobre os extravios, dos apelos para as assinaturas.

Ao abrir para a recepção a possibilidade de atuar na produção do periódico, o Vovô-editor se esforça em qualificar, ou caracterizar, a figura da matéria que constitui a colaboração de seus interlocutores. E assim fazendo está ele estimulando a multiplicação de interlocutores do periódico, pois aquele que colabora, trabalha na mesma obra, ou coopera na sua editoração é mais um agente que desdobra a relação comunicativa de tal editoração. Mas, para isso, a colaboração dos netinhos passa pelas restrições da produção quando o editor interfere, disciplinando a extensão

das matérias pela fixação da prática das histórias curtas ou condensadas; incentivando a expressão das histórias pessoais, inventadas; estimulando a expressão de textos sobre assuntos familiares; incentivando a expressão de poemas curtos e originais e inibindo a produção de textos que tratem de assuntos sob restrição ou com partidarismo político ou que tratem de matérias que divulguem revistas concorrentes; encorajando o uso da prosa em caso de ocorrência de produção de versos de qualidade duvidosa. Além disso, o editor incentiva a prática das reportagens, do jornal escolar, das perguntas, das charadas, da participação em concursos.

Ainda no esforço de estimular a recepção do periódico com reflexos evidentes sobre a sua produção, o Vovô-editor ativa expedientes que possam chamar, sedutoramente, a atenção dos netinhos para a prática de uso da revista. É assim que se vê pelas cartas aqueles trechos em que se faz referência aos concursos de nomes ou de sorteio com prêmios; ou referência à recepção dos retratinhos, das charadas, das composições, das cartinhas; ao registro dos leitores como netinhos, à publicação dos retratinhos; ou referência aos prêmios dos concursos: livros, cadernetas de depósito.

Em poucas palavras, o emissor, pelas cartas, utilizando-as como canal que articula a produção, a recepção e a circulação do periódico, atua especificamente sobre essas dimensões da editoração, fortalecendo o vínculo emissor-recebedor ao fazer circular os significados da positividade manifesta ora do emissor para o receptor, ora do receptor para o emissor; disciplinando a circulação pela orientação no uso de canais considerados adequados; fortalecendo o vínculo com o objeto da mensagem, o periódico, ao lhe ressaltar a imagem de positividade que se origina na recepção; incentivando o controle da circulação do periódico e de outros objetos pela prática da troca de cartas; procurando fortalecer e aprimorar a editoração do periódico pela ação conjunta dos canais correio, carta e revista, com reflexos sobre a multiplicação dos receptores. Além disso, a atuação sobre a editoração do periódico ocorre pela prática de incentivar a participação dos interlocutores a agirem como colaboradores, o que serve de estímulo à propagação da revista. E além desse estímulo há aqueles outros que acenam para os netinhos com a promessa de prêmios, recompensas, vantagens, vitórias, reconhecimento, louvor que atuam como estímulo ao consumo da revista e que, em outras palavras, querem dizer que o Vovô-editor, na condição de dirigente dos movimentos

de seus netinhos-leitores, faz, com outras práticas, o esforço de constituição da relação de produção da revista, dos seus leitores, de si próprio...

Em outras palavras, o editor se constitui ao constituir o outro, os seus leitores, e estes são constituídos no instante em que o editor se constitui ainda que o editor, como o leitor, operem com resistências nesta constituição recíproca, pois há aspectos que passam pela rejeição dos agentes constituintes.

E aqui estão as resistências: no trabalho de fazer a produção, a circulação e a recepção do periódico existe uma sombra que paira sobre a editoração e que, em tal condição, atua como um interlocutor a incidir sobre tal processo: existe a concorrência de outras revistas que entram na disputa pelo público infantil. É o que explica a contra-réplica de vovô a um grupo de netinhos que havia feito, em réplica, a observação de que *Era uma vez...* seria uma revista boa mas seria cara:

TEREZINHA, MARIA FLAVIA, ELZA, BEATRIZ MARIA e  
DIVA VIANA MACEDO – Pirapora

(...)

“Vocês disseram que a nossa revista é boa, mas é cara. De fato, minhas netinhas, ‘Era uma vez...’ custa um pouco mais que as outras publicações destinadas às crianças. Mas vocês mesmas reconhecem que é uma revista boa. Naturalmente uma coisa boa custa um pouco mais que uma coisa menos boa. E depois, 2\$000 por mês, ou 20\$000 por ano, não é muito. No próximo número, vamos escrever sobre o preço de nossa revista.” (2, 01/05/40)

Além disso, existe o caráter de nacional, ou de brasileiro, que tipifica positivamente *Era uma vez...* e, por extensão, atribui o caráter de negativo a quase tudo aquilo que recebe a designação de internacional, ou de estrangeiro, principalmente os produtos para a leitura. Nesses termos, *Era uma vez...* é uma revista boa por ser tipicamente brasileira e destinada a todos os netinhos brasileiros. O editorial do jornalzinho, O Porta-Voz, órgão oficial dos netinhos do Vovô Felício, e que aparece como encarte no interior da revista, *Era uma vez...*, sob a responsabilidade do diretor, Bibinha da Anunciação Carapuça, assim se expressa:

## “REVISTAS INFANTIS

Vamos, hoje, como prometemos, falar sobre as revistas infantis. É assunto muito importante, a que vocês devem prestar muita atenção.

Aqui no Brasil são poucas as revistas destinadas à infância que merecem o nosso apoio. A maioria delas é quase que exclusivamente composta de histórias de quadrinhos, sobre crimes e monstruosidades absurdas, importadas do estrangeiro, sem outra finalidade que buscar o níquel da criança.

É um absurdo. Vocês não acham? Parece que no Brasil ninguém sabe escrever para criança e ninguém sabe desenhar.

Além de ser uma falta de patriotismo apoiarmos essas publicações estrangeiras que não aceitam a colaboração de patrícos nossos, é uma vergonha comprarmos essas revistas que só servem para corromper os nossos corações com suas histórias de roubos e assassínios.

Enquanto as pessoas que deviam proibir a circulação dessas revistas em nossa terra não tomam providências, façamos nós um protesto firme: “O nosso tostão não auxiliará a propagação dessas revistas estrangeiras em nossa querida pátria.”

Ser patriota é saber distinguir essas cousas; é preferir o produto nacional, principalmente quando ele é superior ao que nos vem do estrangeiro.

Atenção, pois, queridos companheiros. Muito cuidado na escolha de suas revistas. BIBINHA DA ANUNCIAÇÃO CARAPUÇA” (11,01/09/40)

É essa sombra do internacional, ou do estrangeiro, pairando na editoração da revista, como um outro interlocutor, ou uma outra voz, que explica a contra-réplica de Vovô a um netinho que, em réplica, reclama de sua condição de discriminado pelo Vovô por ser estrangeiro, por ser italiano:

“– O senhor pensa que não sou seu netinho, por quê? Porque sou italiano? Mas agora moro no Brasil tão bonito e posso ser seu netinho, ou o senhor não quer netinho italiano?” (5, 15/06/40)

Na contra-réplica, Vovô o aceita como netinho ao qualificá-lo como um estrangeiro que vive no Brasil e como criança que ama a nossa pátria. No desdobramento da contra-réplica, explica-se o sentido da aceitação do italianinho praticado pelo Vovô com a sua carta-resposta:

VICENTE DI MINGO (Guiricema)

“Agora que você já é meu netinho, queira tomar uma assinatura de 'Era uma vez...'. O José Rodrigues Silva (Zezinho) é nosso agente em Guiricema.” (8, 01/08/40).

É, ainda, a voz de réplica do internacional, ou estrangeiro, sobre a editoração da revista *Era uma vez...* que dá sentido à voz da contra-réplica de Bibinha da Anunciação Carapuça, Diretor do jornalzinho, O Porta-Voz, quando assina o editorial, O Plano, no número 9 de tal revista, com a data de 15/08/40.

### “O PLANO

Cá estou novamente, meus companheiros. Vamos formar o “Exército da Boa Leitura”. Vovô Felício será o nosso general. O nosso combate terá duas ações: ataque e defesa.

A defesa se resume num item apenas: “Não ler maus livros nem revistas escandalosas, de crimes e sensações absurdas”.

O ataque obedecerá à seguinte ordem de comando:

1ª - Propagar entre os amigos os bons livros e as boas revistas;

2ª - Combater os maus livros e as revistas más, mostrando aos colegas a inconveniência de suas leituras;

3ª - Não permitir que os maus livros e as revistas más penetrem nos Grupos Escolares.

Aí está, meus companheiros, como nós, tão pequenos ainda, poderemos trabalhar em favor da Pátria, formando bons brasileiros para o futuro.

Alistemo-nos no “Exército da Boa Leitura”. Formemo-nos ao lado do Vovô Felício. Ele é um grande amigo nosso, é patriota e só deseja o nosso bem. No próximo número, falarei sobre as boas e as más revistas. Leiam o que vou escrever e meditem. A infância brasileira não pode ser ludibriada.”

Entendendo que existe, com base nos dois editoriais d'O Porta-Voz – Revistas Infantis e O Plano – uma linha que, maniqueisticamente divide as publicações em boas e más e que reconhece as internacionais como más e que reconhece, entre as boas publicações nacionais, a revista *Era uma vez...*, é que se entende o significado do caráter de apelo presente no sentido de ataque, através da propagação da positividade dessa revista, nos “slogans” publicitários dentro da própria revista:

“Assinar ‘Era uma vez...’ é proteger a boa leitura das crianças.”

“Assinar ‘Era uma vez...’ é contribuir para a vitória da boa leitura da criança.”

“Assinar ‘Era uma vez...’ é contribuir para a boa leitura das crianças.”

É a partir da explicitação desse jogo de réplicas e contra-réplicas que se pode entender a Correspondência de Vovô Felício como troca de cartas que pretende articular a sua voz no domínio da produção, da circulação e da recepção de uma revista que pretende firmar-se, ou afirmar-se, como dominante na luta pela conquista da cultura infanto-juvenil do seu momento histórico. Neste sentido, entende-se o caráter moralizante que perpassa, de forma mais ou menos velada, os significados das cartas, pois aqueles que trocam cartas com o Vovô precisam e devem agir conforme as linhas editoriais da revista, não lendo o que não se deve ler, ou seja, histórias de monstrosidades, de crimes pavorosos, de sensações absurdas, de absurdos planetários, do mal, ou isso e tudo aquilo mais que forma a literatura infantil considera má. As cartas, em parte, pretendem formar os leitores que não só ajam em conformidade com as linhas que sustentam a boa literatura como, pretendem formar uma associação multiplicada, ou ampliada de leitores, que estejam a serviço da luta pela boa leitura. É o que pode ler nesta pequena nota de Vovô Felício em resposta a um cartão:

*IRMÃ MARGARIDA MACHADO (Barbacena)*

“Seu cartão muito me confortou. Com as bênçãos de Deus, tudo farei em prol da boa literatura infantil.” (3, 15/05/40)

É pensando nessas réplicas que estão no fundo dos significados das cartas que se pode entender o caráter de articulação, ou de arrematamento, que perpassa o plano de constituição multiplicada da associação de leitores que se denominam netinhos e netinhas de Vovô Felício. E a constituição dessa associação múltipla de leitores ganha o seu sentido explícito com a finalidade que preside a contra-réplica do jornalzinho, O Porta Voz, no número 12 da revista, *Era uma vez...*, de 01/10/40, no texto do editorial assinado por Bibinha da Anunciação Carapuça:

## “CRUZADA JUVENIL DA BOA IMPRENSA

Meus companheiros.

Estive uma semana no Rio de Janeiro em companhia de Vovô Felício. Fui como seu secretário. Estava linda a Cidade Maravilhosa. Gostei muito do passeio.

Trouxe uma grande novidade para vocês: lá no Rio cuidam também seriamente da imprensa juvenil. Essas publicações importadas que são traduzidas para nossa língua e espalhadas pelo Brasil inteiro, começam a ser observadas com mais atenção pelos educadores que já percebem o mal causado por elas.

Cuidam mesmo de fundar uma CRUZADA JUVENIL DA BOA IMPRENSA que terá por fim difundir, por todos os meios, a boa literatura, isto é, aquela que trace às gerações sadios rumos espirituais, cívicos e morais, bem como os princípios de defesa da saúde, alicerce do revigoramento da raça.

Vejam só! Tudo de acordo com o que tanto deseja o Vovô Felício, e com aquilo que já escrevemos a alguns números atrás.

Mãos a obra, companheiros, o assunto é importantíssimo e o momento bastante oportuno. Chega de tanta inércia. Não podemos continuar a receber de braços cruzados essas histórias de “gangsters” e de aventuras baratas. Breve a CRUZADA JUVENIL DA BOA IMPRENSA virá até Minas. Vovô Felício vai trabalhar por ela e conta com o apoio de todos nós.”

BIBINHA DA ANUNCIAÇÃO CARAPUÇA

Enfim, a *Correspondência de Vovô Felício* é a sessão do periódico, *Era uma vez...*, que objetiva, através da troca de cartas, a constituição dos leitores – netinhos, cometas – que ajam conforme o sentido editorial da revista, fixado a nível mais imediato pelo editor – o Vovô, o Sol. Tal constituição significa, simultaneamente, a constituição do próprio periódico, que na luta com outras publicações do seu momento histórico, precisa afirmar-se como vitoriosa, o que pressupõe a associação ampliada, ou multiplicada, de netinhos-leitores como força de combate contra o mal em favor do bem, ou de uma literatura que seja constituída de textos sãos para mentes sãs.

### 3.2. Palestra de Vovô Felício

Palestra: conversa, conferência, discussão, editorial, lugar da prática dos exercícios ginásticos.

Qual é o sentido de palestra?

As palestras de Vovô Felício têm aquele sentido de “conversa” que ele mantém com os seus netinhos pelo tom que procura imprimir às suas palavras: o tom da informalidade atravessada pelos afetos de proximidade, ou simpatia, que unem um avô aos seus netos. Mas além do sentido de conversa têm elas, ainda, o sentido de “conferência ou discussão sobre assunto cultural.” (HOLANDA FERREIRA, 1975). Neste caso, o tom se afasta para o lado da formalidade de um avô que imprime o ar sério de quem ensina, ou de quem concorda ou discorda daquilo que circula como ensinamento, nas palavras que escreve para os interlocutores principais de sua escrita. Mas é necessário pensar que a conversa, a conferência, a discussão podem ter, e devem, uma orientação, ou direção, que também imprime especificidade ao que se escreve, ou fala. Constitui a opinião, ou linha, que atravessa a produção com a qual o emissor procura persuadir a recepção, ou dentro da qual o vovô procura prescritivamente orientar os netinhos. Logo, os sentidos de conversa, de conferência e de discussão dentro da palavra palestra ganham, aqui, o sentido de editorial. Editorial seria o “artigo que exprime a opinião do órgão, em geral escrito pelo redator-chefe, e publicado com destaque; artigo de fundo” (HOLANDA FERREIRA, 1975). Logo, nas páginas que destacam a palestra como página específica, ou privativa, de quem conversa, de quem faz conferência e de quem discute, a fisionomia do editorial dá a elas o caráter de peça de destaque e como tal passam a ser um lugar, ou mais um lugar, em que vovô exerce o caráter expressivo, referencial e conativo de uma linguagem que procura disciplinar os netinhos, articulando-os na direção das linhas ou dos movimentos que formam o seu projeto de leitura. É por isso que se pode dar a palestra, não só o sentido de editorial, de conversa, de conferência, de discussão, mas, ainda, o seguinte sentido: “na Grécia e na Roma antigas, lugar onde se faziam exercícios ginásticos.” (HOLANDA FERREIRA, 1975) Diante disso, com outras palavras, é de se pensar que a Palestra de Vovô Felício seja aquela página, ou lugar, em que mais uma vez se evidencia o esforço de uma prática de escrita e de leitura que procura exercitar a articulação dos movimentos dos netinhos, ou dos cometas, em torno do Vovô, ou do Sol.

As palestras são marcadas pela função informativa, ou referencial, pois é intenção do emissor ser útil na orientação de seus leitores, o que explica a presença constante de sinais, ou guias, na linguagem das palestras. Além disso, o emissor, não só informa como procura fazer uma valorização do objeto que circula com a linguagem: a função expressiva, ou emotiva, estaria aí a serviço da inculcação de uma imagem positiva do objeto. Por fim, o emissor informa, opina e procura convencer, ou persuadir, a seus interlocutores de que o objeto corporificado na mensagem é melhor que os outros objetos: com isso fica evidente, nas palestras, a marca da função apelativa, ou conativa, da linguagem, pois o emissor pratica o esforço de constituição do leitor de *Era uma vez...*, constituindo, assim, o próprio periódico através de marcas ou impressões que sinalizam a mudança de hábitos dos leitores na direção favorável a ele.

Na palestra número 1, de 15/04/40, com o título de “Nossa Revista”, Vovô Felício, dirigindo-se a seus interlocutores principais, os seus “adorados netinhos”, coloca-os como participantes de um projeto coletivo de editoração a despeito de ser este um projeto particular do editor. Desse modo, ele tenta persuadir a seus interlocutores, colocando-os numa posição desejada, ou esperada, pela editoração como se esta fosse a posição pessoal de cada um dos interlocutores. Fica evidente, pelo esforço de persuasão, que existe uma distância entre a revista e o leitor e que a prática da persuasão pretende reduzir essa distância, fazendo o periódico ser um objeto da intimidade do leitor. É esse o esforço do editor nesta fase inicial da editoração: a conquista do leitor com a sua adesão ao objeto. E para o reforço dessa adesão, o editor fixa para si e para os seus leitores as posições respectivas de Vovô e netinhos, no esforço persuasivo não só de aproximá-los de si, mas de mantê-los cativos através de uma relação atravessada pela afetividade que une editor e leitor como membros marcados pela afetividade e pela dependência próprias das relações de família. Talvez se possa questionar a dependência, fortemente marcada pela submissão, na voz do Vovô ao se dirigir a seus netinhos, mas talvez se explique esta posição pelo caráter incipiente da editoração do periódico e pela conseqüente dependência do editor à figura do leitor potencial. O que se verifica, então, é um certo desencontro entre a figura do avô de uma certa tradição familiar e ficcional e a figura ficcional de um Vovô que é fundamentalmente um editor: a dependência do editor-Vovô ao leitor-netinho inverte a posição que avô e neto têm nessa concepção de família

e de ficção. Mas tudo isso faz parte de um esforço que trabalha a adesão do leitor e nisso se observa o caráter de sedução do esforço executado: o uso da afetividade próxima e pessoal das relações de família numa situação de comunicação de massa constitutivamente marcada, de modo geral, pela distância e pela impessoalidade real e efetiva.

Com esse esforço de persuasão, o que se verifica, em outras palavras, é uma tentativa de se praticar a conquista e o controle das vozes sociais como se o sol estivesse trabalhando a articulação do movimento dos cometas em torno de si. Por exemplo:

“Contando, porém, com o apoio dos netinhos e o de suas professoras, tenho a certeza de que ‘Era uma vez...’ crescerá e chegará ainda a ser a revista de nosso sonho. Estamos começando. Hoje está sendo lançada a primeira pedra. Coragem e entusiasmo, meus netinhos.

Vovô Felício tudo fará para alegrar e distrair vocês. Aqui estarei sempre à disposição de meus amiguinhos, meus encantadores netinhos, que são a minha maior alegria, e vivem constantemente em meu pensamento.

Netinhos adorados de Vovô Felício, aqui está a nossa revista, façamos dela motivo de nosso orgulho.” (“Nossa revista” – 1, 15/04/40)

A conquista do controle das vozes sociais não se dissocia da prática de projetar uma identidade para o periódico: ao fixar para si a fisionomia de revista que atua no interior das escolas junto aos trabalhos que ali se desenvolvem, o periódico procura ganhar um certo público, o que lhe confere uma certa identidade. A conquista do público leitor se verifica, pois, pelo esforço persuasivo de traçar algumas linhas de identidade do periódico pela sua articulação com o trabalho da escola.

“ ‘Era uma vez...’ será o órgão oficial dos Grêmios Literários e Clubes de Leitura. Mandem notícias e reportagens.” (“Nossa Revista” – 1, 15/04/40)

Além de projetar alguns traços de uma identidade para a revista, o editor indicia que a revista precisa afirmar-se como tal, o que significa dizer que ela entra num mercado editorial dividido com outras revistas. É essa divisão o que se insinua com a ênfase no sentido de nacional que, por oposição, chama o sentido de internacional para o interior do cenário

editorial de revistas infanto-juvenis do momento. É como se a relação do sol com os cometas estivesse na busca de afirmação de um certo espaço para a sua ação.

“Graças a Deus, já podemos dizer que existe, no Brasil, uma revista infantil brasileira, feita especialmente para a infância de nossa terra. Em ‘Era uma vez...’, encontrarão os netinhos ambiente nacional e assunto nacional. Todas as histórias, todos os escritos desta revista foram feitos unicamente para vocês, crianças do Brasil.” (“Nossa Revista” – 1, 15/04/40)

Além de firmar a identidade da revista, estabelecendo a sua vinculação com a escola, o editor, ao indiciar para a revista o esforço de autoafirmação, acaba por fixar-lhe mais alguns traços de identidade: é uma revista que se opõe a internacional pela valorização do nacional no ambiente, no assunto, na produção e no público.

Mas é preciso que sejam levantadas algumas direções que dêem uma certa orientação ao material empírico que se observa. Por exemplo, a ação persuasiva tão evidente na relação do editor com os seus interlocutores, não estaria acenando para uma prática que passa a ser cara ao Estado que surge com a modernidade? Não seria a persuasão, dentro do periódico, um indício de prática da persuasão e da norma como conquistas relativas à modernidade do Estado burguês? Não seria a revista, ao usar do expediente de persuasão do Estado moderno, um espaço de ação pedagógica de tal Estado? Além disso, o sentido de divisão que marca o advento da modernidade não se insinuaria com a divisão que se indicia entre uma produção nacional e uma produção internacional de periódicos para o público infanto-juvenil? Não é tal divisão o fator que assinala uma certa tensão nas palavras que expressam a voz nacionalizante de autoafirmação do periódico? Se não há tensão, nem esforço na editoração de uma revista nacional, como explicar a participação de Deus em tal projeto? Se há uma certa tensão nas relações entre o nacional e o internacional, não seria este um lugar de contradição que atuaria como fonte de explicação para o sentido das vozes que falam pelo leitor e pela leitura?

Em sua palestra, “Nosso aparecimento”, (2, 01/05/40), Vovô trata das primeiras reações à revista como respostas positivas dos leitores, o que confere dimensão persuasiva à sua voz, pois a positividade alcançada reflui positivamente para o objeto e isto incide favoravelmente sobre a sua propagação.

Mas essa dimensão persuasiva fala como necessária porque fala, principalmente, de um mercado editorial que atua como fator de divisão das revistas e dos leitores. E tal divisão suscita o esforço de luta pela conquista do leitor, o que é feito pela prática persuasiva da construção imaginária de um leitor universal, positivo, figurado como criança brasileira em oposição a um leitor particular, que é a negação dessa criança. Aos primeiros é reconhecida a adesão a uma revista de leitura sadia; aos outros, por oposição uma revista de leitura não-sadia.

“As crianças compreenderam o meu esforço, o meu desejo de dar-lhes uma revista de leitura sadia. Há muito que vocês queriam uma revista assim, feita especialmente para vocês, sem histórias de roubos e assassinatos.

É uma injustica dizer-se que as crianças preferem as histórias de ‘gangsters’. Eu conheço bem os coraçõezinhos de vocês. Sei que eles são meigos e puros. Essas histórias importadas que andam por aí desenfreadas querem corromper suas almazinhas e destruir o gosto de vocês pelas boas leituras. Mas eu conheço a criança brasileira. Sei que vocês querem uma revista que lhes distraia com cousas leves e delicadas. Nada de crimes! A criança brasileira é carinhosa, tema, boa e amiga de seu próximo. A criança brasileira tem por modelo o menino Jesus, a perfeição do amor. A criança brasileira não pode preferir as histórias de crimes.” (“Nosso aparecimento” – 2, 01/05/40)

Ao tratar das respostas positivas ao aparecimento da revista ‘Era uma vez...’, o que se objetiva é, pois, através de uma elaboração persuasiva, a conquista de um leitor ideologizado para esta revista e de uma afirmação desse periódico no interior de um mercado que também é ocupado pela produção estrangeira e pelo leitor que procura essa produção.

Mas há outros objetos de conquista que se insinuam na imediatividade da conquista dos leitores e dos espaços de afirmação para a revista. Procura-se a construção de um leitor e de uma revista: procura-se a sua formação. Mas este momento do leitor e da revista é também o momento de formação da nação brasileira ainda frágil como a criança que lê e frágil como Era uma vez..., nestes seus primeiros números de vida.

Por conta dessa fragilidade constitutiva dos objetos é preciso que se cuide de sua saúde, pois a ameaça de doença está presente no corpo. Por exemplo, a ação das forças estrangeiras no mercado editorial infanto-

juvenil está ameaçando a saúde das crianças com a invasão de forças estranhas que aparecem como histórias de “gangsters”. Diante disso, é necessária a ação protetora de uma leitura sadia que tem por objeto a extirpação, ou o afastamento, do mal que corrompe a integridade do corpo. É essa a ação missionária a que se dedica Vovô Felício.

“As crianças compreenderam o meu esforço, o meu desejo de dar-lhes uma revista de leitura sadia. Há muito que vocês queriam uma revista assim, feita especialmente para vocês, sem histórias de roubos e assassinatos.” (“Nosso aparecimento” – 2, 01/05/40)

“Graças a Deus, já podemos dizer que existe, no Brasil, uma revista infantil brasileira, feita especialmente para a infância de nossa terra. Em ‘Era uma vez...’ encontrarão os netinhos ambiente nacional e assunto nacional. Todas as histórias, todos os escritos desta revista foram feitos unicamente para vocês, crianças do Brasil.” (“Nossa revista” – 1, 15/04/40).”

Ao dizer “nossa revista” o que se pretende dizer não é só a formação ou construção de um periódico nosso: brasileiro. Por trás disso, existe um projeto mais amplo: a criação do sentido de nacional pela ação do agente Estado. Uma vez que o nacional está em formação e considerando que a divisão atravessa a modernidade do Estado, é inevitável o esforço pela hegemonia, o que significa dizer que um projeto de leitura, como o de Era uma vez..., apresentando uma imagem de leitor com traços universalizantes, ou ideologizantes, nada mais faz do que exercer o jogo ambicioso pelo domínio do objeto de sua conquista com o esforço pela negação de outros objetos e do patrocínio de outros agentes. Na conquista pela articulação dos cometas há mais de um centro na posição de sol, ou de agente dessa conquista.

E é o que se manifesta mais abertamente em “Preço e qualidade” (3, 15/05/40). Se, em “Nossa revista” e “Nosso aparecimento”, os centros que pretendem articular as vozes dos cometas aparecem nas dobras, ou nos bastidores, do texto, deixando no palco alguns sinais discretos de sua presença, aqui em “Preço e qualidade” a manifestação de um desses centros ganha mais visibilidade. Se naquelas duas palestras, apesar de Vovô Felício se dirigir a seus netinhos, numa disposição de abertura para falar e ouvir, a presença desses interlocutores é apenas retórica, porque eles não respondem direta e abertamente. Ainda que a fala da resposta

possa ocorrer nos espaços do silêncio, esta manifestação já seria a expressão da resistência do outro ao projeto que um centro apresenta para si. E a fala de Vovô Felício, ao tender para a prática do monólogo, teria apenas o silêncio como interlocutor. Mas nessa última palestra, os traços do diálogo se manifestam quando o editor acusa a manifestação de netinhos que respondem diretamente a si. E ele faz a sua réplica:

“Alguns netinhos escreveram a Vovô Felício dizendo que a nossa revista é muito cara, pois compram outras por muito menos.

É verdade, meus netinhos. Existem outras publicações que custam menos dinheiro. Mas não podem ser comparadas com ‘Era uma vez...’.

Eu também poderia fazer uma revista para vender barato. Uma revista que não me desse trabalho algum e que visasse somente buscar o níquel da criança. Era só comprar das companhias norte-americanas essas histórias de crimes e de absurdos planetários que elas vendem.” (3, 15/04/40)

No jogo entre o mais barato, a que corresponde o objeto de pior qualidade, e o mais caro, a que corresponde o objeto de melhor qualidade está a divisão do mercado pela conquista dos leitores numa concorrência traçada pelo jogo defensivo que Vovô Felício trava com os seus concorrentes: “A minha concorrência não é em preço, é em qualidade. O que é bom custa sempre um pouco mais.” (3, 15/04/40)

Mas essa concorrência fala da disputa pelo controle dos movimentos dos leitores, e fala, ainda, da resistência de leitores ao projeto de *Era uma vez...* pela adesão a projetos alternativos de editoração, o que faz aparecer, na flor do texto, em outras palavras, a luta pela hegemonia de um projeto na réplica que Vovô Felício traça como resposta à contra-hegemonia viva na resposta dos netinhos.

Na réplica, considera ele, persuasivamente, a intimidade afetuosa cercada da sabedoria de quem estuda a criança como um fator que faz o relevo da qualidade de *Era uma vez...* Com outras palavras pode-se dizer que, na sua argumentação, as crianças estão nas boas mãos de Vovô Felício na medida em que ele representa além da atenção afetuosa de um avô, a sabedoria daquele que estuda e que por isso pode ocupar a posição de editor, ou de chefe, homem de razão, próximo daqueles que exercem a razão no controle dos negócios do Estado. Logo, os netinhos estão nas boas mãos de quem pode controlá-los como chefe por ser ele o portador

de bens que o credenciam para tal tarefa: afetividade, sabedoria, razão. É aqui que se pode entrever a mescla que se insinua entre a sabedoria e a razão do chefe na editoração de um periódico e a sabedoria e a razão do chefe como condutor dos destinos da nação, o que levanta a seguinte observação: a defesa de Vovô Felício para o seu projeto fundamenta-se em palavras de ordem que fazem a característica da sociedade e do Estado brasileiro de então.

Ainda na réplica de Vovô, a revista *Era uma vez...* e as revistas das companhias norte-americanas aparecem como pólos da hegemonia e da contra-hegemonia vigentes, o que significa dizer que o nacional e o internacional disputam não só a construção do leitor para as suas revistas, mas, em outro plano, a disputa pela construção da própria nacionalidade brasileira em formação, o que repõe historicamente os significados que vão sendo desafiados pela luta que se trava no interior da persuasão das palestras. É assim que se pode ver, em retorno, o jogo de temas que se associam: os temas da fragilidade da criança, da saúde da leitura, da positividade do nacional, da negatividade do internacional, o que faz pensar na questão da fragilidade da própria nação brasileira, da integridade do corpo da nação, da pureza do sentido de brasilidade, da impureza do sentido de estrangeiro.

Mas um outro aspecto se depreende da luta entre o nacional e o internacional pelo domínio hegemônico dos leitores. Por exemplo:

“Essas revistas que vocês compram mais barato são feitas para o mundo inteiro, vendidas em vários países, sem finalidade outra senão a comercial.

‘Era uma vez...’ é diferente. Ela é feita exclusivamente para vocês, meus netinhos do Brasil. Ela leva a vocês assuntos de nossa terra. Ela não propaga o mal, o crime.

Vocês, meus netinhos, que são inteligentes e que ainda têm os coraçõezinhos puros, cuidado com essas leituras baratas e vistosas. O mal se põe sempre mais facilmente ao nosso alcance que o bem.

A revista de Vovô Felício não pode ser vendida mais barato. O nosso papel é muito melhor, nossa revista é muito mais trabalhosa, nos custa muito mais dinheiro e é feita só para vocês.” (“Preço e qualidade” – 3, 15/05/40)

Neste exemplo, ou fragmento, não se tem apenas a oposição entre nacional e internacional e seus correlatos respectivos: caro e barato; superior e inferior; familiar e estranho; positivo e negativo; bem e mal. Tem-se de um lado a expressão do caro e do barato pela determinação sócio-econômica de fatores que dizem respeito à produção material dos periódicos: caro e barato dizem respeito a mais e menos custo na produção do produto. De outro lado, tem-se a produção das revistas pela ação dos agentes do bem e do mal, o que significa dizer que a explicação para a ação de tais agentes sai dos espaços onde se dão os conflitos econômicos da história e alcançam um território ideologizado que está acima dela: o território da metafísica. Logo, há uma ambigüidade na explicação do caro e do barato: há uma divisão entre a explicação sócio-econômica e a explicação metafísica a despeito de se tentar mascarar a primeira com a direção explicativa da segunda, mas a força dos determinantes econômicos parecem falar mais alto. Por exemplo, o apelo pela adesão dos netinhos costuma ser muito forte:

“Vinte mil réis por ano está ao alcance de todos, não é tanto dinheiro assim!

A minha concorrência não é em preço, é em qualidade. O que é bom custa sempre um pouco mais.

Conto com a compreensão e o apoio de vocês. Nossa revista precisa vencer.” (“Preço e qualidade” – 3, 15/05/40)

Para Vovô Felício, vinte mil réis por ano está ao alcance de todos. Isto porque a sua fala costuma não ouvir a condição do outro, o que faz a sua linguagem tender para o jogo da monologia e, nesse jogo, a estratégia em tratar como universal o que é particular faz parte do tratamento previsto na dominação pela ideologia. Mas a despeito da monologia de quem pretende dominar os espaços editoriais, para fazer aparecer “a melhor revista infantil do mundo”, a voz do outro aparece em resistência à ambição do editor e o obriga a exercer o jogo da dialogia:

“Alguns netinhos têm escrito a Vovô Felício dizendo da impossibilidade de assinarem a revista por não disporem de 20\$000. Podem fazer assinaturas semestrais ou mesmo, em último caso, trimestrais. Assinatura semestral custa 12\$000 e trimestral 6\$000. Esta última não fazia parte de nossos planos mas, para atender aos netinhos pobres, resolvemos aceitá-las.

Um outro modo existe para que todos possam ver a revista de Vovô Felício: é fazendo assinaturas coletivas nas classes. Todas as classes, e todos os clubes de leitura podem assinar 'Era uma vez...'; toca tão pouco para cada aluno!" ("A melhor revista infantil do mundo" – 4, 01/06/40)

Enfim, de um lado se manifesta o esforço de hegemonia exercido pelo editor ao exercer a fala de quem diz de modo particular o que vem camuflado com o sentido de universal. Por outro, se manifesta a expressão da contra-hegemonia de quem diz de modo particular aquilo que é expressão de sua condição específica. No primeiro caso, aquele que se manifesta como *um* tende a usar uma linguagem que fala de si para o outro sem falar do outro ainda que pretenda afirmar que fala da condição do outro, o que seria a manifestação do mesmo, do monólogo. E, semiologicamente, o que esse *um* fala precisa ser transmitido pelas regras da reprodução ou da paráfrase. No segundo caso, aquele que se coloca como *um* acaba tendo de incorporar naquilo que diz a fala que vem do *outro* de modo que a fala resultante é o resultado de linguagens que falam da diferença entre agentes que ocupam posições sócio-econômicas distintas. E aí se entra nos espaços da diferença no interior do diálogo: da dialogia. Semiologicamente, neste último caso, o cruzamento de linguagens expressa a vigência da contradição na prática da paródia.

Mas entre a semelhança e a diferença, entre o projeto do *um* e o projeto do *outro*, o domínio do *um* pressupõe a incorporação da posição do *outro* e a projeção, ou perspectiva, de cobrir todos os espaços de modo absoluto, como se fosse o rei, ou astro-rei, cercado de cometas por todos os lados. "A melhor revista infantil do mundo" é o desejo do sol para *Era uma vez...* Articular todos os cometas em torno de si é também o desejo de sol:

"Todas as classes, e todos os clubes de leitura podem assinar 'Era uma vez...'; toca tão pouco para cada aluno!

Leve esta notícia à sua professora e peça a ela para interessar-se pelo assunto, recolhendo as importâncias, e promovendo a assinatura.

No dia em que todas as classes dos Grupos e Escolas Primárias assinarem a nossa revista, ela será a revista infantil mais bonita do mundo." ("A melhor revista infantil do mundo" – 4, 01/06/40)

Mas há netinhos que não se sentem incluídos nesse projeto: há quem levante questões que trincam o discurso universalizante da hegemonia do projeto de *Era uma vez...* É o que podemos ler:

“O senhor pensa que não sou seu netinho, por quê? Porque sou italiano? Mas agora moro no Brasil tão bonito e posso ser seu netinho, ou o senhor não quer netinho italiano?” (“Os meus netinhos” – 5, 15/06/40)

A voz do netinho abre um espaço de dissonância no interior de projeto de *Era uma vez...* uma vez ela se opõe a brasileiro com a condição particular de voz estrangeira e, com isso, trinca a generalidade do universo dos netinhos ao atuar como força de resistência à dominação pela conquista do leitor: a resistência não surge apenas do interior do preço; surge também do interior da nacionalidade do leitor.

Essa voz dissonante, ou diferente, obriga a voz do semelhante a abrir espaço à sua expressão, e, assim fazendo, desorganiza o equilíbrio do todo, o que exige daquele que pretende ser o detentor da dominação o esforço pela recomposição desse todo. Ou seja, a voz dissonante do outro é aquela força, na qualidade de diferente ou de estranho, que exige uma reorientação do projeto de dominação exercido pela força do um na medida em que a expectativa do um é a de que as vozes que respondam ao projeto sejam apenas a dos porta-vozes que levam e trazem o sentido do semelhante. Em outros termos, o diferente abre uma fenda no espaço dos significados e põe a nu a dissonância e a consonância de vozes, que são a expressão semiológica da negação prevista pela paródia e da afirmação prevista pela paráfrase, na medida em que indiciam a manifestação predominante da diferença e da semelhança na relação dos interlocutores. Se o outro, como diferente, abre a fenda no espaço dos significados tecidos pelo projeto do um, cabe a esse um, no esforço pelo exercício da dominação, recompor a fenda pela articulação que integre esse outro ao projeto que o faça semelhante a despeito de conservar ele, ainda, as marcas de sua especificidade ou diferença.

Em outras palavras, o estrangeiro se percebe como o estranho no ninho dos netinhos: é a parte que desorganiza o equilíbrio do conjunto. Mas ele precisa fazer parte de tal conjunto segundo a perspectiva de quem procura exercer o jogo hegemônico: o diferente precisa ser integrado ao projeto do mesmo desde que o mesmo reorganize a sua linguagem para

incorporá-lo. É o que se observa quando o editor redimensiona o sentido de estrangeiro. Um dos sentidos está na visão integradora e ideologizada que une harmonicamente brasileiros e estrangeiros: a união pelo trabalho em prol do progresso do país que se soma à união pelo amor comum à pátria brasileira. Um outro sentido, divergente, está no estrangeiro como força de produção cultural do capitalismo internacional que utilizaria o país como alternativa de mercado para o consumo de literatura infanto-juvenil em prejuízo de uma produção cultural nativa.

É com o primeiro sentido de estrangeiro que se entende a resposta de Vovô a seu netinho italiano, Vicente Di Mingo:

“Quero netinhos italianos, portugueses, argentinos, franceses, alemães, ingleses e de todas as nações do mundo, desde que morem no Brasil e amem nossa terra como sua segunda pátria.

No Brasil, os estrangeiros que respeitam as nossas leis e trabalham para o progresso do país têm, praticamente, os mesmos direitos que os brasileiros.

Aqui, vivem e prosperam tanto o nacional como o estrangeiro. E nós, brasileiros, sentimos que, de fato, os estrangeiros que moram aqui estimam a nossa pátria e trabalham para o seu progresso. Brasileiros e estrangeiros trabalham felizes e em paz. Todos sentem garantidos os seus direitos.

E vocês, crianças de outras nacionalidades que moram no Brasil, principalmente vocês pertencem à nossa pátria tanto quanto as crianças brasileiras. Aqui, encontrarão amparo e instrução. Aqui, serão sempre estimadas e benquistas. Aqui, prosperarão e serão felizes desde que amem o Brasil, trabalhando para o seu progresso, estudando para a sua grandeza.” (“Os meus netinhos” – 5, 15/06/40)

A esse sentido de estrangeiro, que *reúne* nacional e internacional, soma-se, sem se integrar, o sentido de estrangeiro em que nacional se *separa* de internacional e forma, na relação com o primeiro sentido, aquela outra frente que disputa a hegemonia do mercado leitor. É o sentido de hegemonias em marcha que se nota na passagem que se segue:

“Quando digo que ‘Era uma vez...’ é uma revista infantil brasileira para as crianças do Brasil, quero apenas distingui-la dessas publicações de histórias importadas, onde não existem o trabalho nacional nem a preocupação de divulgar as cousas de nosso país.

São publicações mercantilizadas, sem outro intuito senão o lucro comercial.

'Era uma vez...' é diferente. Vovô Felício ama os seus netinhos e quer, antes de tudo, o bem deles." ("Os meus netinhos" – 5, 15/06/40)

Se de um lado, tem-se o pólo do nacional e do estrangeiro que se *reúnem* por uma visão de trabalho e amor pelo Brasil, nos termos do projeto de *Era uma vez...*; de outro lado, tem-se o pólo do estrangeiro, que se *separa* do nacional, previsto por Vovô Felício, por fazer parte de uma visão que nega o Brasil ao rejeitar o trabalho nacional e "as cousas de nosso país". A esses sentidos, acrescenta-se a positividade do "bem" para o primeiro pólo; para o segundo, acrescenta-se, por oposição, a negatividade do "mal". Com esse desdobramento, o conflito entre os pólos hegemônicos desliza-se para o terreno da metafísica e, assim, executa-se o esforço de velar a ação das forças históricas. E é também o que se faz com o território brasileiro: de espaço historicamente construído resvala-se para a construção de um lugar psicológico, situado acima dos agentes históricos, que se associa a um lugar de afetividade individualizada, a do bondoso Vovô, e onde se reúnem, harmonicamente, todos os que se identificam com o sentido do projeto de *Era uma vez...*, ou onde se reúnem as forças do "bem". Em outras palavras é o que se pode ler:

"Como o Brasil, onde cabem todos os estrangeiros de boa vontade, é o coração de Vovô Felício, que abriga, com carinho e amor, todas as crianças brasileiras ou não, que residem em nosso país." ("Os meus netinhos" – 5, 15/06/40)

Mas, na luta contra os estrangeiros "de má vontade", o Vovô-editor recomenda, a seus netinhos, a seus pais e a suas professoras, na palestra "Com a palavra um jornalista", a leitura de um trecho publicado no 'Jornal do Comércio':

"E multiplicam-se as revistas infantis. É preciso atentar na qualidade dessa literatura que os prelos nacionais fornecem em catadupas à sede de leitura parece que sempre crescente das crianças e dos jovens. Os livros são em maioria traduções ou adaptações. Os jornais infantis são feitos cada vez mais de clichês importados da Norte América. Livros e revistas quase que só dão

a ler aventuras de heróis louros, historietas do Texas e de Chicago, novelas em série, estandardizadas, vindas de fora em telhas de estereotípias. É uma espécie de 'dumping' com que uma indústria abarrotta os mercados longínquos e estrangula qualquer veleidade de produção nativa. Os editores de publicações infantis no Brasil alegam que os 'copyrights' são baratíssimos. Não precisam de pagar escritores e desenhistas nacionais, nem fazer despesas de 'clichés', desde que recebem a preços de 'dumping' a produção estrangeira, dando margem a lucros fatais e enormes. Até certo ponto temos que nos conformar. O lucro é o objeto natural de todo negócio. Mas não é alarmante que continuemos a ver nossa literatura infantil quase de todo fechada a escritores e artistas nacionais, e todas as publicações dadas a ler aos meninos e aos jovens compostas quase exclusivamente (exclusivamente no caso de alguns jornais) de 'clichés' importados e traduções de histórias estrangeiras?" ("Com a palavra um jornalista" – 7, 15/07/40)

Ainda que as forças hegemônicas possam ser vistas como forças do bem e do mal, num esforço de ideologizar o conflito econômico-social na produção da cultura, há momentos em que a objetividade material dessa luta trinca a superfície do tecido ideológico e explicita a posição dos agentes e as armas com que economicamente penetram, conquistam e dominam os espaços sociais. É de se supor que esta fase iniciante de penetração, conquista e domínio do mercado editorial, com a qual se envolve o projeto de *Era uma vez...*, obrigue o Vovô Felício a um esforço de explicitação que o leva a exhibir o jogo econômico-social dos estrangeiros "de má vontade". E isso é feito com o fim de construir não só os sentidos de nacional e de patriotismo como bandeiras que alimentam a direção do projeto de *Era uma vez...* mas, ainda, a direção do projeto de construção de uma Nação, de uma Pátria.

É por estimular a defesa de seu projeto que as palavras do jornalista precisam circular. E precisam circular porque o Vovô-editor confere a elas o poder de argumentos com que procura persuadir a netinhos, pais e professoras, o que significa dizer que tais argumentos são armas que se utilizam com o fim de tecer a resistência de uma hegemonia que articula o seu curso. Isso fica muito evidente na recomendação de Vovô para as palavras do jornalista:

"Leiam e meditem sobre isto. Enquanto não se tomam outras providências, vocês mesmos podem reagir.

Vocês não querem ser patriotas?

Patriotismo é isto: amar as nossas cousas; preferir o que é nosso; prestigiar a nossa gente.

As publicações de que fala o articulista, não só impingem em vocês uma literatura internacionalista e cheia de maus exemplos, manchando suas almazinhas e povoando seus pequeninos cérebros de absurdos horríveis e de crimes pavorosos, como também fazem concorrência desleal em preço, proibindo a quem de boa vontade e altruísmo deseje trabalhar em prol da sadia literatura infantil brasileira de que tanto vocês precisam.

Sim, meus netinhos, vocês, as crianças do Brasil, precisam de mais publicações infantis que lhes estimulem o gosto pela leitura e não a ansiedade pelo enredo em quadrinhos.

Vocês precisam de mais publicações infantis, mas merecem coisa melhor do que a maioria dessas que por aí anda espalhadas.

Os nossos aplausos ao articulista do 'Jornal do Comércio', que assina O.B." ("Com a palavra um jornalista" – 7, 15/07/40)

Vovô Felício aplaude as palavras do jornalista porque elas lhe servem de munição com a qual ele tece a persuasão que instrumenta a hegemonia de seu projeto. Nestes termos, elas reproduzem e explicitam o que ele vinha indiciando, até então, e constituem o jogo da paráfrase que arma o seu projeto: aquele que se coloca na posição de *um* precisa de quem fale o mesmo, ou de quem fale com outras palavras o quealaria, pois este é um aliado que fortalece a luta pela penetração, conquista e domínio do mercado, ou a luta pela afirmação daquilo que se chama nação, nacional, pátria.

Mas o Vovô não só aplaude palavras. Ele também as agradece em seu próprio nome e em nome de seus netinhos. E o faz quando apresenta as palavras de um telegrama que diz:

"AGRADEÇO-LHE REMESSA QUATRO PRIMEIROS NÚMEROS DESSA PROMISSORA REVISTA, CUJA SADIA ORIENTAÇÃO EDUCATIVA MERECE LOUVORES. CORDIAIS CUMPRIMENTOS. GUSTAVO CAPANEMA." ("Opinião Valiosa" – 6, 01/07/40)

O agradecimento se justifica porque as palavras do ministro, como as palavras do jornalista, estimulam favoravelmente o movimento hegemônico do projeto de *Era uma vez....* São palavras que, em ambas as falas, circulam como paráfrase por reproduzirem elas os significados

previstos pelo domínio do mesmo: de um lado por acenarem positivamente para os movimentos da revista do Vovô e de outro por acenarem negativamente contra as forças estrangeiras na produção de revistas infanto-juvenis. Além disso, aquele sentido de chefe, de editor, ou de avô que conduz ou dirige os movimentos de seus netinhos acaba por ser ampliado e reforçado, por contaminação, com o sentido de ministro. O ministro como homem de cultura, de sabedoria, está na posição de dirigente, ou chefe, exercendo a razão que lhe possibilita o controle dos negócios do Estado assim como Vovô Felício, sábio e estudioso, no exercício de sua razão, controla a editoração de *Era uma vez...*, dirigindo a leitura de seus netinhos. Enfim, as palavras do Ministro reforçam não só a direção dos significados do projeto, mas a posição do dirigente que o administra na medida em que a posição centralizadora e subordinante do sol que controla os movimentos dos cometas acaba sendo corporificada por um ministro que aparece delineado nas palavras do Vovô, o que significa dizer que tais palavras acabam por aproximarem ministro e Vovô ao ocuparem ambos o lugar de sol.

“O Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Brasil, homem culto e que se dedica com grande amor à causa da instrução em nossa terra, tem recebido todos os números de ‘Era uma vez...’ e tem acompanhado com atenção a vida de nossa revista.

Vocês querem ver como o Ministro da Educação, um homem muito importante e ocupado, se interessa pelas cousas que se relacionam com as crianças do Brasil? Leiam o telegrama que ele dirigiu ao Diretor de ‘Era uma vez...’ ” (“Opinião Valiosa” – 6, 01/07/40)

Se esta posição de sol reúne Vovô e ministro, na qualidade de forças subordinantes que se dedicam, respectivamente, à causa da revista e “à causa da instrução”, a posição de força subordinada ao ministro, por outro lado, fica evidente na palestra de Vovô ao reconhecer nas palavras de Gustavo Capanema a figura do aplauso. Com isso, reforça-se o significado de posição centralizadora projetada para o ministro, pois é nele que se localiza a fonte do reconhecimento que deverá influir positivamente sobre os movimentos de *Era uma vez...* Além disso, projeta-se para Vovô o significado de quem depende de tal fonte, o que o faz ocupar a posição dependente do cometa que, para circular, precisa dos estímulos ou

movimentos favoráveis do sol. Nesse aspecto é que se entende a passagem que se segue:

“Vovô Felício está muito contente e vocês também devem alegrar-se, pois a nossa revista vai melhorando cada vez mais e já está merecendo o aplauso de homens como o Ministro Gustavo Capanema.” (“Opinião Valiosa” – 6, 01/07/40)

Mas essa dependência do Vovô-editor ao ministro faz, contudo, parte do jogo de conquista, penetração e domínio da editoração uma vez que a opinião de quem é reconhecido como sol é valiosa por influir sobre os movimentos do periódico, uma vez que aí mora um efeito persuasivo: os atributos positivos reconhecidos em um objeto acabam por induzir a prática de seu uso principalmente se esse reconhecimento parte de pessoa com saber, poder, razão, chefia, direção. Aí está, pois, o sentido de opinião valiosa: é ela um reforço persuasivo de que depende o editor para ativar o movimento de conquista da hegemonia do projeto de *Era uma vez....*

A editoração da revista está em marcha como está em marcha a obra de construção de navios, o que significa dizer que o sentido de nacionalidade, ou o sentido de brasilidade, procura se afirmar pela manifestação de produtos que são produzidos no Brasil. Veja-se nesse aspecto o seguinte:

“Graças a Deus, já podemos dizer que existe, no Brasil, uma revista infantil brasileira, feita especialmente para a infância de nossa terra. Em ‘Era uma vez...’ encontrarão os netinhos ambiente nacional e assunto nacional. Todas as histórias, todos os escritos desta revista foram feitos unicamente para vocês, crianças do Brasil.” (“Nossa Revista” – 1, 15/04/40)

“Dia 20, meus netinhos, foi lançado ao mar o grande contratorpedeiro nacional, denominado ‘Marcílio Dias’, de construção brasileira.

Em nosso país já se constroem bons navios. O ‘Marcílio Dias’ é o nono construído em nossos estaleiros, depois de 1936. Foi o mais perfeito e o mais poderoso até hoje construído no Brasil. Seu lançamento ao mar constituiu acontecimento notável e foi comemorado com toda solenidade, tendo comparecido pessoalmente o Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas.” (“Marcílio Dias” – 8, 01/08/40)

Nos produtos está o sentido de nacionalidade ou o sentido de brasilidade como tons com que se procura entoar o hino de defesa da marcha do país numa certa direção que se pretende hegemônica: a marcha da revista, a marcha do navio é a marcha da construção de um sentido de Nação, de Brasil. E, diante da condição de país infante que caminha os seus primeiros passos de afirmação, é necessário que se cuide de sua armada para defender a sua integridade assim como se cuida de suas revistas.

“Discursando durante o ato do lançamento ao mar do grande navio, disse o Ministro da Marinha: ‘A Marinha vai cumprindo o seu dever nessa obra de reconstrução nacional e é oportuno reafirmarmos que, enquanto houver espaço e homens de boa vontade, bateremos quilhas para a construção de navios destinados à defesa do Brasil’. (“Marcílio Dias” – 8, 01/08/40)

Se por um lado há, na voz do ministro, o reconhecimento objetivo da materialidade bélica do navio como força potencial de um projeto coletivo, há outras vozes que procuram dissociar esse caráter coletivo pela atribuição efusiva de uma força heróica de caráter individual, ou particular, ao contra-torpedeiro. E há a dissociação ambígua do coletivo pela projeção que procura exaltar as ações psicológicas ou personificadas de um navio que atua individualmente ao lado do reconhecimento objetivo de seus serviços bélicos ainda que a guerra esteja a serviço de uma paz e de uma justiça que pairam acima dos homens, na qualidade de forças abstratas, ou ideologizadas. Enfim, as vozes que tratam do lançamento do contra-torpedeiro não são uníssonas no tom com que tratam o fato. Comparem-se nesse sentido as vozes de Vovô Felício e de Darci Vargas com a voz do Ministro já mencionada.

“O nome escolhido para o novo navio nacional recaiu justamente naquele heróico marinheiro que tanto se distinguiu na batalha do Riachuelo, quando o Brasil guerreava com o Paraguai.

Foi Marcílio Dias que teve o braço direito decepado pela espada inimiga, e continuou a lutar com sua arma segura pela mão esquerda.

É bem justa a homenagem que se presta a esse marinheiro – orgulho de nossa Marinha – dando seu nome ao maior navio até hoje construído no Brasil – orgulho de nossa esquadra.” (“Marcílio Dias” – 8, 01/08/40)

“A madrinha do contra-torpedeiro, que foi a Sra. Darci Vargas, esposa do Presidente da República, antes do batismo, pronunciou as seguintes palavras: ‘Marcílio Dias, para que em sua longa vida no serviço da Marinha seja sempre motivo de orgulho e garantia da grandeza do Brasil. Que seus canhões só falem pela causa da paz e da justiça’. (“Marcílio Dias” – 8, 01/08/40)

Mas, a despeito desse jogo meio ambíguo que se nota na materialização e na humanização do contra-torpedeiro, a voz que se insinua com realce tem aquele tom grandiloqüente do ufanismo patriótico. É o que diz o Vovô:

“Ao terminar estas linhas sobre o lançamento ao mar do grande navio brasileiro, quero que vocês, com suas vozes entusiásticas, ajudem-me, meus netinhos, a gritar por todo o Brasil:

VIVA O ‘MARCÍLIO DIAS’ ! (“Marcílio Dias” – 8, 01/08/40)

Se de um lado, a palestra de Vovô Felício assume a coloração ufanista ao tratar das realizações brasileiras; por outro lado, no pólo da negatividade com que vê o internacional, em oposição à positividade do nacional, aparece a manifestação insinuante do estrangeiro como intruso, ou invasor.

Isso se nota quando um netinho escreve a Vovô perguntando sobre os significados de *quilha* e de *batermos quilhas* que aparecem na fala do Ministro da Marinha, por ocasião do lançamento do navio Marcílio Dias. O Vovô responde, dizendo que a pergunta é muito justa e oportuna e se propõe a explicar. E didaticamente o faz:

“*Quilha*, meu netinho, é uma peça de madeira forte que vai da proa à popa do navio, envolvendo-o todo em sua parte inferior. É o que se chama, comumente de *costado*.

Você já acompanhou a construção de uma casa? Já notou que se faz festa quando se prega a cumeeira? É hábito antigo. Com a colocação da cumeeira a casa toma o seu formato completo.

O mesmo acontece com os navios. A *quilha* é para o navio o que a cumeeira é para a casa. Eis aí porque celebram com festividade o ato de pregar a *quilha*.” (“*Quilha*” – 9, 15/08/40)

Ao sair dessa caracterização generalizante do significado de *quilha*, Vovô, como pedagogo, conduz os netinhos, ou os seus leitores para o contexto semântico que particulariza tal significado:

“E no Brasil, meu netinho, muitas quilhas precisam ser batidas para a defesa de nossa Pátria. As costas marítimas do Brasil são extensas e precisam ser guardadas. Muito nos conforta ouvir do Sr. Ministro da Marinha o que ele nos disse em seu discurso pronunciado no dia do lançamento ao mar do ‘Marcello Dias’.

O Brasil é, por excelência, um país pacifista, mas isto não impede que cuidemos de nossa Marinha, e nos armemos devidamente para a garantia da integridade de nossa Pátria. Não queremos a guerra, mas não permitiremos a invasão de nossas terras.

O Brasil é e será dos brasileiros. Muitas quilhas serão batidas para a defesa do Brasil.” (“Quilha” – 9,15/08/40)

Tendo conduzido o netinho, ou os leitores, para esse contexto de ilustração semântica, a ação pedagógica de Vovô Felício incide no direcionamento ideológico do sentido de propriedade: o Brasil pertence a um coletivo, ou a um todo em que não se distinguem as divisões de classe. Com isso, procura-se camuflar o sentido de divisão e o sentido de luta interna, deslocando-a para a alternativa de uma luta contra o inimigo externo: o invasor de nossas terras. Pedagogicamente, o Vovô articula os netinhos em torno de um projeto de Brasil que vai sendo implantado no qual, por exemplo, ganha forte coloração essa defesa incontida do nacional e essa rejeição aguerrida do internacional. É, pois, a xenofobia manifesta em tais palavras o que explicita a oposição não só ao invasor de nossas terras, mas ao invasor do nosso mercado de revistas infanto-juvenis. Daí a importância de navios e revistas uma vez que tais objetos podem garantir a integridade do Brasil: de nossas terras, de nossas crianças, de nossos jovens. Em outras palavras, o aparecimento de uma revista e o lançamento de um contra-torpedeiro ganham o sentido de manifestação de forças emergentes de defesa contra a ação do domínio estrangeiro e a favor de um domínio nacional que assegure o Brasil para os brasileiros, visando a articulação de todos em torno desse ponto comum que, ideologicamente, procura desmobilizar as diferenças manifestas na luta e fortalecendo, aí, a união das semelhanças. Isso se manifesta no esforço ideológico, por isso persuasivo, do *um* em afirmar que a explicação dos significados de *quilha* assume importância semiológica coletiva: afirmar que tais significados fazem parte de um patrimônio coletivo constitui estratégia de dominação pela persuasão do *outro* na direção de normas a serem instauradas ou incorporadas.

“Aí está, meu netinho, a explicação do que seja a quilha, e o quanto significa para nós.” (“Quilha” – 9,15/08/40)

É com o sentido de norma, ou de princípio regulador da ação, que se entende a epígrafe que abre a palestra, "Semana da Pátria", quando nas palavras que anunciam a voz de Getúlio Vargas, se articula a relação entre o amor à Pátria e a realização de seu destino de grandeza no conjunto das nações, pois a vida afetiva passa a ser considerada matriz, ou motor, de mobilização do outro para a efetivação do projeto de construção da nacionalidade. Daí, a importância da família e da escola como instituições que, a serviço do Estado, passam a figurar, em tal projeto, como agências promotoras da aprendizagem afetiva do culto, ou veneração, daquele objeto em maiúscula que se chama Pátria: objeto abstrato, ou ideologizado, que suscitaria, como entidade, a reverência submissa de todos os brasileiros indistintamente. É isso que justifica a ênfase na força mobilizadora dos afetos de culto patriótico ao se construir o apelo de exortação para a introjeção de condutas com base em normas condizentes com o projeto de realização nacional. Eis, então, a epígrafe de Vargas na palestra de Vovô:

"Crianças!

Aprendendo, no lar e nas escolas, o culto da Pátria, trarei para a vida prática todas as probabilidades de êxito.

Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro." ("Semana da Pátria"— 10, 01/09/40)

A palestra de Vovô Felício articulada às palavras de Getúlio Vargas indicia a relação de sintonia entre o Estado e seus agentes. E isso se vê na vibração cívico-patriótica que é estimulada, ou induzida, por Vovô Felício ao fazer o apelo à disponibilidade afetiva dos netinhos ao Brasil, a seus símbolos, a suas festas.

"Passam marchando os soldados. Ruflam os tambores. A Bandeira Nacional tremula festivamente em todos os mastros. Fogos espoucam no ar. Vivas entoam-se por toda parte. Tudo é alegria. Tudo é entusiasmo. Tudo é encantamento.

O BRASIL está em festa. Comemoramos a 'SEMANA DA PÁTRIA'.

Criança patriota, vejo em seus olhinhos vivos o grande amor que você tem ao Brasil. Sei que você acha seu país o mais lindo do mundo. Sinto seu coraçãozinho pulsar mais forte quando passa

o pavilhão nacional entre as fileiras dos soldados. Ouço suas palmazinhas fracas, cheias de vibrações cívicas. Compreendo o seu orgulho. (“Semana da Pátria” – 10, 01/09/40)

É, pois, na articulação das vozes dos diversos agentes do Estado que a direção intelectual e moral de Vovô vai se insinuando como condutor das crianças e dos jovens.

“Mas...

Não basta você achar o Brasil bonito. Contemplar, extasiado, as suas matas, os seus rios caudalosos e seu céu pontilhado de estrelas.

Não basta você cantar suas belezas e riquezas.

Não basta você se orgulhar de seus antepassados que fizeram do Brasil essa nação livre e encantadora onde você vive.

É preciso que você mereça a pátria que tem.

É preciso que você também contribua para a grandeza do Brasil.

É preciso que você, filho querido desta pátria livre, faça jus à liberdade, à beleza e à riqueza desta terra.” (“Semana da Pátria” – 10, 01/09/40)

Ao dizer o que é insuficiente, conduzindo os corações e mentes, a ação pedagógica de Vovô Felício, que é ação do Estado que se moderniza, vai tecendo do alto o trabalho de domínio que, descendo e espraiando, pretende influir em todas as crianças e jovens, articulando-os, como se o Estado fosse o sol a controlar os movimentos de todos os cometas. Mas é saindo dessa linha da insuficiência e entrando na linha da necessidade que se percebe a exortação para a constituição da sociedade brasileira no apelo para a introjeção de certas normas. Veja-se:

“É preciso que você seja útil e proveitoso a sua pátria.

Útil você será se cultivar o solo brasileiro, dedicando-se à lavoura e tirando da terra boa e amiga a riqueza que eleva e dignifica, a riqueza que vem do trabalho.

Útil você será se cuidar do gado, fonte de renda segura que muito pesa na balança comercial do país.

Útil você será dedicando-se à indústria ou ao comércio; trabalhando no funcionalismo público, na organização da pátria; ou abraçando qualquer profissão liberal.

Útil você será se for soldado ou marinheiro, guardas fiéis e permanentes da nação.

Sim, criança patriota, você será útil ao torrão que foi seu berço trabalhando material ou intelectualmente, mas trabalhando com ideal, com elevação de espírito e com objetivo de beneficiar seus colegas, seus compatriotas.

Em todos os momentos, qualquer que seja a profissão, pode e deve o homem ser útil à pátria." ("Semana da Pátria" – 10, 01/09/40)

Nota-se nessa linha de utilidade, o esforço pedagógico de persuadir os leitores a se constituírem segundo os eixos das divisões econômico-sociais, o que significa considerar que o Estado, pedagogicamente, procura influir na formação da sociedade brasileira fundada nas normas do trabalho material e intelectual.

E nessa linha de formação da sociedade brasileira, a palestra de Vovô Felício reserva um espaço à questão da formação da infância ao lhe traçar uma perspectiva de presente que tende para um futuro: são palavras que constituem bandeiras pedagógicas de quem pretende organizar a educação da infância. É assim que se vê, no imediato dos fatos empíricos tecidos no texto da palestra, a ação do Estado na ação isolada e individual de um agente como o Vovô, o que camuflaria a ação das determinações econômico-sociais formadoras da sociedade e do Estado.

"Você e seus companheirinhos de infância precisam preparar-se para o Brasil de amanhã.

Estuda. Cumprindo seu dever na escola você está sendo útil.  
(...)

Orgulhe-se do Brasil, ame profundamente esta terra bendita e contribua com todo o esforço, com todo amor e com toda inteligência para a sua grandeza, para o seu progresso. Ainda se tem muito por fazer. Para frente, pois.

Inicia-se a marcha para Oeste. Novos bandeirantes surgirão.

O Brasil precisa de gente sadia, de braços fortes e inteligências cultas. Prepare-se, criança; é nobre a sua missão e grande a sua responsabilidade.

Com amor, com patriotismo você desempenhará facilmente seu dever.

O dever da infância é preparar-se para as lutas de amanhã."  
("Semana da Pátria" – 10, 01/09/40)

É pensando na questão da formação da sociedade brasileira através da formação da infância que fica evidente o determinismo presente e futuro que se reproduz nas relações da criança de hoje com o homem de amanhã ou do estudante do presente com o profissional do futuro. E essa linha do determinismo, mecanicamente traçada, é mobilizada pela linha das finalidades que articularia a todos: a grandeza do Brasil, o seu progresso, ou a prosperidade da pátria e a felicidade de seus habitantes. Falando de uma criança que se situa acima da história, a formação da infância é mobilizada por finalidades reais a despeito de serem elas abstraídas da história e, por isso, mobilizadoras de todos indistintamente, ainda que no plano das realizações históricas a satisfação de tais finalidades seja diferenciadamente efetivada.

Desistoricizando a infância, a sua trajetória de vida no tempo e as finalidades que mobilizam a direção das ações humanas, ganha em força ideológica o significado dos símbolos brasileiros. Por exemplo:

“Prometa, nesta SEMANA DA PÁTRIA, diante da Bandeira Nacional, o augusto pavilhão verde e amarelo, símbolo sagrado que nos empolga e nos fascina, prometa, criança de minha terra, ser forte, ser útil e tudo fazer para a grandeza do Brasil.” (“Semana da Pátria” – 10, 01/09/40)

A bandeira brasileira, como objeto de culto patriótico, reuniria universalmente a todos como se todos fossem iguais perante a lei, ou perante tais símbolos. Por isso, os apelos para atos de promessa são recursos de persuasão com que se pretende unir, sob o manto do mesmo símbolo, aqueles que historicamente são diferentes a despeito de serem tratados ideologicamente como semelhantes.

Além da bandeira como objeto que uniria universalmente a todos sob o manto da semelhança, é de se observar, também, o tratamento dado ao tempo e às convenções utilizadas para sinalizar a sua passagem, ou o seu ritmo, ao longo do ano.

“Como vocês sabem, o ano está dividido em 4 estações, que são: primavera, verão, outono, inverno.

O verão, que vai de 22 de dezembro a 21 de março, é a quadra do calor. O outono se caracteriza pelo aparecimento das frutas, e vai de 21 de março a 22 de junho. O inverno, que começa quando termina o outono, é conhecido pelo frio que

traz, e cede seu lugar à primavera. No dia 21 de setembro começa a estação das flores. Toda a natureza se enfeita e os pássaros são mais alegres nesse tempo.” (“A Primavera” – 11,15/09/40)

Se de um lado é reconhecido o caráter convencional das marcas ao se apontar para o sentido de divisão formal centrada em eventos da natureza, procura-se, de outro lado, dar um forte acento de divisão natural ao que é divisão formal, ou convencional. Nesse aspecto, é de se notar a tipificação de cada marca, ou estação, com a manifestação particular da natureza no momento.

E ainda que se reconheça uma certa especificidade no comportamento da passagem, ou do ritmo do tempo, o tratamento a isso resvala para uma generalização que acaba por absolutizar as convenções utilizadas para explicar tal ritmo.

“Aqui, no Brasil, as estações não são percebidas com tanta facilidade como na Europa ou na América do Norte. Não temos mesmo distintamente as quatro estações. No inverno não temos neve, e o nosso verão vai de setembro a maio. De fato, só conhecemos duas estações: seca e chuva, ou frio e calor que, comumente, chamamos de inverno e verão.

A estação das chuvas coincide com a entrada da primavera. Nessa época as árvores ficam mais viçosas, e aparecem as flores. É natural. Com as primeiras chuvas, as árvores, que estavam secas e amarelas, se alimentam melhor e ficam verdinhas.” (“Primavera!” – 11, 15/09/40)

Em outras palavras, a força do modelo de explicação é tão forte que acaba, por pressão do universal, a inverter o significado do que é familiar, dando a ele o sentido de incomum; e dando ao estranho o caráter de familiar, ou comum. Isto porque o saber universalizante é como sol que objetiva cobrir, absolutisticamente, todos os movimentos de todos seres, eventos, ou cometas. É, pois, o caso de se reconhecer, inversamente, como incomum os sentidos de seca e chuva, frio e calor; e como comum os significados de inverno e verão.

Nesse aspecto, a força do universal submete as explicações divergentes, conformando-as aos significados do interior de seu modelo explicativo. É isso que possibilita entender o tratamento que se dá ao fato histórico: o fato não é evento que é produzido pela ação dos homens entre

si nas lutas pela afirmação de seus interesses. O fato é acontecimento do passado que é celebrado recorrentemente, em cada data, no presente, por aqueles que não participaram de sua produção, e que, por isso, ficam submetidos, na celebração, à força desse passado que silenciaria as ações históricas do presente. Em outras palavras, é o que o modelo pensa e faz: é preciso submeter a história que está sendo feita à celebração cívico-patriótica de uma história de sabor ufanista, como se essa fosse a história, ou a participação na história. Com isso o fato da história assume o caráter de coisa pronta, ou coisa dada. Da mesma forma, o fato da natureza assume, também, esse caráter de algo que preexiste aos homens da mesma forma para sempre. Nesse sentido, os fatos da natureza e os fatos da história se reúnem por serem dimensões que escapariam às ações dos homens do presente uma vez que são dotadas de vida autônoma, cabendo a esses homens apenas a celebração da ocorrência desses fatos como perenes. É o que se pode ver, com nitidez, na Palestra da “Semana da Pátria” pelas citações que foram registradas anteriormente. E o que se retoma aqui, em “A Primavera”.

“Este mês de setembro é dos mais bonitos para nós. Na primeira quinzena celebramos a ‘SEMANA DA PÁTRIA’ e festejamos a data da independência do Brasil. Agora, na segunda, temos a festa da primavera, o dia da árvore.

(...)

A festa da primavera deve ser celebrada sempre com muito entusiasmo, pois a árvore é nossa grande amiga. Ela nos dá sombra, alimento, lenha, madeira para construções e para fabricar brinquedos, e abriga em seus galhos os passarinhos, esses alegres cantores da natureza, que dão tanta vida às nossas matas.”  
 (“Primavera” – 11, 15/09/40)

A celebração dos fatos, ou dos eventos, das pessoas, ou dos seres passa a ser, mais uma oportunidade em que se exercita o esforço de articulação dos interlocutores nas normas que fazem parte do projeto de hegemonia em curso. A infância, o interlocutor principal e manifesto de Vovô, é o alvo mais explícito dessas normas.

“Toda criança deve plantar uma árvore e dela cuidar com muito amor e carinho.” (“A Primavera” – 11, 15/09/40)

Em 12 de outubro, a palestra de Vovô Felício fixa as normas para a infância ao explicitar o eixo de tempo em que se localizam os significados para a criança.

“Escutem, crianças amigas: vocês são o passado, o presente e o futuro da pátria.

Representam o passado quando, estudando as páginas de nossa história, relembram os feitos das imortais figuras de nossa terra. Os heróis, sábios, apóstolos e todos os grandes vultos da nação revivem em suas memórias e vocês, fremindo de entusiasmo cívico, encarnam o passado do Brasil nos momentos de estudo. Por suas cabecinhas, louras ou morenas, passam, como numa tela de cinema, os feitos altruísticos de nossa gente. A história foi escrita para vocês.

Vocês são o presente glorioso da pátria. Tudo que se faz neste momento é para a criança de hoje. O trabalho construtivo do adulto mais que a ele vai ser proveitoso às crianças que vêm chegando. Toda a atenção atual do Brasil está voltada para a infância e juventude. A criança é a preocupação máxima do presente.

Crianças de um metro, um metro e pouco, são vocês de grande importância, de inestimável valor para a pátria.

Vocês são o Brasil de amanhã. O futuro de nossa terra será confiado a vocês, crianças de hoje, que preparadas intelectual e fisicamente, saberão elevar o Brasil aos altos destinos a que está reservado.” (“12 de outubro” – 12, 01/10/40)

Nestes termos, a criança nada faz a não ser reproduzir o que está pronto como passado, a exercitar o que se espera como futuro e o presente, para ela, se reduz a uma experiência que visa incorporar o que já foi e o que está por vir. Em outras palavras, a criança é prisioneira das ações dos adultos, que determinam, no presente, o desenvolvimento do passado e o desdobramento do futuro, não restando a ela, nos limites das normas que se pretende inculcar, a possibilidade de se manifestar como voz do presente a alterar as direções dos significados dos outros tempos. Logo, no presente, a criança já estaria pronta, cabendo-lhe apenas a submissão ao projeto que se tem para ela, como se ela fosse uma pequeno cometa dirigido pelos estímulos do sol ao lhe traçar a direção dos movimentos de sua órbita. Com isso, o que se percebe é que a criança não tem uma fisionomia que seja própria de sua condição sócio-econômica: não tem um lugar geográfico particular que seja próprio das atividades sócio-econômicas de sua família, não tem um significado de tempo que seja colido por tais direções sócio-econômicas, nem um tratamento educacional que seja marcado diferenciadamente pela determinação de tais direções: a

criança faz parte de um conjunto que assume o significado de universal e, por isso, ela é a mesma por todos os lugares, por todos os tempos; além disso, ela tem a mesma estatura, recebe o mesmo tratamento educacional e é alvo do mesmo projeto de educação. Isso significa dizer que as crianças estão sujeitas à ação de um projeto que pretende incorporá-las como objeto de dominação e que, para tanto, precisa afirmar-se com a persuasão das próprias crianças e dos adultos encarregados de sua educação: pais e professores. É por que as crianças são o alvo de um projeto de dominação é que se procura conquistar tanto a elas quanto a seus educadores com a circulação de significados universais como se tal universalidade pudesse ter a força de conquista dos objetos: usa-se da universalidade, dando-lhe a força de expressão da verdade, como se ela não abrigasse, em seu bojo, a particularidade, a especificidade, a diferença.

Ao falar de um centro de onde emana a universalidade da verdade e onde se nega a manifestação de outras verdades, a voz que fala sobre a educação das crianças, faz apelos com o sentido de exortação: procura direcioná-las na incorporação de linhas que traçam as normas para a sua conduta, ou ação.

"Preparem-se. O Brasil precisa de vocês. Não se descuidem da ginástica, do preparo físico para o fortalecimento da raça. O forte vencerá. A pátria quer filhos sadios e robustos.

Sejam fortes para dizer, com entusiasmo e confiança, diante da bandeira de nossa terra:

*Seremos nós, com devoção e amor,  
Sob este céu tão belo, cor de anil,  
No mar, no campo, onde preciso for  
A guarda permanente do Brasil."*

("12 de outubro" – 12, 01/10/40)

Com outras palavras, Vovô Felício faz a exortação de um modelo de criança que seja positivamente bem dotada tanto física quanto intelectualmente, pois existe o pressuposto de que a força física e a força intelectual formam o patrimônio de defesa na luta entre fortes e fracos, ou na luta da relação entre as nações ricas e pobres. Por outro lado, o cuidado com a força física fundamenta-se no pressuposto de que há raças superiores e inferiores, fortes e fracas, e de que a superioridade das raças é obtida com a prática

do exercício físico. Por isso, num contexto de dominação sócio-econômica, a luta que aí se trava, ou que se pretende travar, determina um reaparelhamento da dimensão física e intelectual das crianças e, nesse aspecto, o vigor físico que faz a criança ser superior, biológica e racialmente, é utilizado nessa luta em defesa do Brasil. É nessa linha de luta e defesa do país que se entende a militarização da criança, que será útil, segundo a proposta de Vovô Felício, “se for soldado ou marinheiro, guardas fiéis e permanentes da nação.” São essas algumas palavras que ressoam pela palestra “Semana da Pátria”, publicada na revista número 10, em 01/09/40. Tais palavras fazem eco com as palavras da palestra, “12 de outubro”, na revista número 12, de 01/10/40 ao sinalizarem para a criança a seguinte orientação: ser “com devoção e amor”, em qualquer lugar, a figura de “guarda permanente do Brasil.” Por isso, ao projetar como norma para a infância o cultivo do intelecto e do físico, infere-se que a leitura, por exemplo, seja importante: com ela se pretende a conquista, o domínio e o fortalecimento do intelecto, donde se pode entender que, diante de um texto são, se espera uma mente sã. E como se espera fazer com que a criança militarmente defenda o Brasil, surge, como norma de ação que se indicia, a expectativa de que ela se engaje numa cruzada militar pela defesa do território nacional: a criança seria um soldado na defesa da leitura nacional, sadia, contra a ação das forças estrangeiras que invadem o país com as leituras de outras terras, nocivas à saúde das crianças brasileiras. E como se espera, ainda, que estas ações para a criança sejam duradouras, ou que fiquem marcadas como lenda, ou legenda, a ser contada por muitos e muitos anos, a leitura precisa ser reunida num periódico que se chama “Era uma vez...; revista de Vovô Felício para os seus netinhos”.

As palestras de Vovô Felício revelam, pois, um traço dominante, situado na ambição de universalidade que orienta o seu projeto editorial: é assim que, no intuito de conquistar o leitor para a revista, *Era uma vez...*, não reconhece como legítima a submissão do espaço brasileiro de leitura à ação das revistas estrangeiras, nem como legítima a adesão de um leitor a tais revistas. Como o estrangeiro é o agente que não se sintoniza com o projeto de Vovô Felício, é ele a diferença que põe limites à semelhança que marca a fisionomia da universalidade pretendida. Nestes termos, entende-se o sentido da persuasão que atravessa as palestras: como são elas a materialização de uma luta que pretende a conquista da hegemonia de seu projeto editorial, tal luta implica o reconhecimento da diferença,

que se manifesta no seu oponente, e o esforço para a afirmação da semelhança, que reside no seu projeto, com a negação da diferença, manifesta em tudo aquilo que se distancia da semelhança reconhecida como legítima.

Por um outro lado, a ambição universalizante se aloja na intencionalidade do editor quando delinea para o projeto de editoração da revista uma intenção particular vestida com o significado generalizante da vontade coletiva, ou como se fosse vontade universal aquilo que é expressão de uma vontade particular.

Além do mais, a figura do leitor é sempre generalizada com a marca do plural: o leitor são os netinhos de um vovô, que resume, na sua forma de singular, os significados convencionados para uma certa imagem de avô que pretende o selo da universalidade. É assim que se pode dizer que o plural e o singular estão a serviço de uma relação marcada pela ambição de uma certa universalidade que negaria a singularidade e a diferença por defender a perspectiva de afirmação da semelhança.

Mas o selo do universal, afixado em netinhos e vovô, acaba, também, por ser colocado em *Era uma vez...* na medida em que se almeja para a revista o significado de periódico que estaria articulado com os trabalhos da escola: na ambição do projeto existe a intenção de conquista do espaço da instituição escola de forma tal que a revista possa estar presente onde quer que haja escola.

Além desse desejo de convivência universal da revista com a escola, as palestras de Vovô Felício fazem circular a dimensão universal da ação de Deus na produção da revista, centralizando tal produção na força unificante de um ser supremo situado acima dos homens, ainda que se possa pensar que os homens possam ser feitos à sua imagem e semelhança como se fossem o sol a administrar a vida dos cometas. É com o sentido de administrar, ou subordinar, a vida dos cometas, através da articulação de sua trajetória de leitor ao projeto de *Era uma vez...*, que se entende a universalização daquilo que é singular: a figura singular da revista e do leitor passam a ser concebidos como figuras únicas no sentido de objetos totalizantes, designados por termos de intenção generalizante.

“Graças a Deus já podemos dizer que existe, no Brasil, uma revista infantil brasileira, feita especialmente para a infância de nossa terra. Em *Era uma vez...* encontrarão os netinhos ambiente nacional e assunto nacional. Todas as histórias, todos os escritos

desta revista foram feitos unicamente para vocês, crianças do Brasil." ("Nossa Revista" – 1, 15/04/40)

Se totalizante é o significado de Deus, de revista e de leitor, a prática de leitura também ganha tal significado, pois no projeto ela aparece como positividade geral e irrestrita ao lado das restrições que emprestam negatividade ao projeto de leitura da literatura estrangeira a que se opõe.

"As crianças compreenderam o meu esforço, o meu desejo de dar-lhes uma revista de leitura sadia. Há muito que vocês queriam uma revista assim, feita especialmente para vocês, sem histórias de roubos e assassinatos." ("Nosso aparecimento" – 2, 01/05/40)

Mas é procurando espaço para a revista entre os leitores, ou procurando leitores para a revista, que se delineia de forma um pouco mais específica, ainda que universalizante, a fisionomia do leitor e o modelo em que se baseia a constituição dessa fisionomia.

Falar da infância brasileira o que se fala é uma injustiça: não se pode dizer que as crianças brasileiras preferem as histórias de "gangsters". Vovô Felício as conhece bem: elas têm os coraçõezinhos meigos e puros. E ele sabe que essas histórias importadas que andam por aí, desenfreadas, têm o seguinte propósito: querem corromper as almas dessas crianças e destruir o gosto que elas têm pelas boas leituras. Mas o Vovô conhece bem a criança brasileira. Sabe que elas querem uma revista que lhes distraia com cousas leves e delicadas. Nada de crimes! A criança brasileira é carinhosa, terna, boa e amiga de seu próximo. A criança brasileira tem por modelo o menino Jesus, a perfeição do amor. A criança brasileira não pode preferir as histórias de crimes.

Nessa procura do leitor ou do espaço para a revista, Vovô Felício exercita o jogo pela hegemonia da procura, mas enfrenta a objetividade econômica das leis do mercado de revistas que oferece uma produção a preço mais acessível: *Era uma vez...* aparece como revista mais cara que as revistas estrangeiras. Ainda que a materialidade dessa dimensão de preço seja reconhecida como fator da divisão do mercado, ou das revistas e dos leitores, um outro fator, determinante do imaginário dessa divisão, é apresentado como força explicativa de feição totalizante. São as forças metafísicas do bem e do mal: forças universalizantes que camuflariam a ação dos determinantes econômico-sociais da história. Esse jogo dos determinantes da produção das revistas fica claro nesta passagem:

“Essas revistas que vocês compram mais barato são feitas para o mundo inteiro, vendidas em vários países, sem finalidade outra senão a comercial.

‘Era uma vez...’ é diferente. Ela é feita exclusivamente para vocês, meus netinhos do Brasil. Ela leva a vocês assuntos de nossa terra. Ela não propaga o mal, o crime.

Vocês, meus netinhos, que são inteligentes e que ainda têm os coraçõezinhos puros, cuidado com essas leituras baratas e vistosas. O mal se põe sempre mais facilmente ao nosso alcance que o bem.

A revista de Vovô Felício não pode ser vendida mais barato. O nosso papel é muito melhor, nossa revista é muito mais trabalhosa, nos custa muito mais dinheiro e é feita só para vocês.” (“Preço e qualidade” – 3, 15/05/40)

Mas o preço faz parte da materialidade que fala mais alto aos leitores a despeito de Vovô Felício considerar o valor da assinatura de *Era uma vez...* como acessível a todos: por ser um valor que pretende ser de acesso universal acaba esbarrando com as resistências do particular. E diante da inevitabilidade da resposta do particular, Vovô Felício propõe expedientes ou arranjos que facilitem o seu acesso à revista, mantendo em mira o ideal de domínio universal dos leitores e das instituições em que eles se localizam o que, em conseqüência, conferirá ao periódico a posição de senhor único, ou absoluto, no reino da qualidade e da beleza. Isso fica claro no que se segue:

“Alguns netinhos vem escrevendo a Vovô Felício dizendo que está sendo impossível fazerem a assinatura da revista por não terem condição de desembolsar 20\$000. Só podem fazer assinaturas semestrais ou mesmo, em último caso, trimestrais. A assinatura semestral custa 12\$000 e a trimestral 6\$000. Esta última não fazia parte dos planos iniciais da editoração do periódico, mas para os netinhos pobres, a exceção foi aberta.

Mas existe um modo para que todos possam ver a revista de Vovô Felício: é fazendo assinaturas coletivas nas classes. Todas as classes, e todos os clubes de leitura podem assinar ‘Era uma vez...’: toca tão pouco para cada aluno!

Essa notícia precisa ser levada às professoras pelos netinhos. E eles devem pedir a elas que se interessem pelo assunto, recolhendo as importâncias e promovendo a assinatura.

No dia em que todas as classes dos Grupos e Escolas Primárias assinarem essa revista, que é de todas as crianças, de todas as escolas, de todas as professoras, ela será a revista infantil mais bonita do mundo.”

É com a perspectiva de reunir, universalmente, os netinhos sob a bandeira editorial de *Era uma vez...* que Vovô Felício procura aparar as resistências, ou dificuldades, relativas à forma de pagamento da assinatura e relativas ao significado de estrangeiro: todas as crianças estrangeiras serão bem recebidas pelo Vovô se ser estrangeiro tiver os significados de união com os brasileiros pelo trabalho em prol do país e pelo amor comum à pátria brasileira. Com esse significado, em que brasileiros e estrangeiros se reúnem por um propósito comum, forma-se o significado universalizante e ideologizado das forças do bem em oposição ao significado de forças do mal: o significado de estrangeiro que não reconhece o trabalho nacional e as “cousas” do Brasil. As forças do bem, estrangeiros de boa vontade, cabem no Brasil, ou no coração de Vovô Felício: lugar afetivo, uno e universal, que procura reunir, ou englobar, todas as crianças residentes no Brasil com o seu carinho indiferenciadamente distribuído a elas, brasileiras ou não.

Mas contra a ação das forças estrangeiras, reconhecidas como forças do mal ou não, Vovô Felício faz circular palavras que lhe servem de argumento em favor da hegemonia de seu projeto, ao acenar com significados edificantes de orientação universal. Tais significados formariam as bandeiras com as palavras de ordem que mobilizariam universalmente a todos os leitores brasileiros uma vez que serviriam de motivo para essa mobilização das crianças. De um lado, expressa-se o significado de patriotismo: “amar as nossas cousas; preferir o que é nosso; prestigiar a nossa gente”. De outro lado, aparece a expressão do significado de necessidade: “o trabalho em prol da sadia literatura brasileira” a fim de se ter “mais publicações infantis” que estimulem nas crianças “o gosto pela leitura”.

Se essas palavras de ordem servem de motivação para a mobilização dos leitores, como finalidades de efeito universal, a dependência de todos os leitores ao trabalho devotado de Vovô Felício à causa da revista, ou da leitura, o coloca na posição centralizadora ou unificante que controlaria todos os movimentos dos leitores em prol de sua ambição globalizante. Da mesma forma, a posição que Vovô Felício delinea para o Ministro Capanema, colocando-o como homem devotado “à causa da instrução”,

acaba por reproduzir a posição de dirigente que delinea para si enquanto editor, pois a figura do Ministro aparece com a fisionomia de fonte ou centro de onde emana o saber, ou a cultura, e o reconhecimento do valor das “cousas que se relacionam com as crianças do Brasil”. Se o Ministro ocupa a posição que centraliza em si o saber, ou a cultura, e o reconhecimento do valor das “cousas” de interesse para as crianças, é ele, por conseguinte, a fonte que distribui o aplauso, ou a recompensa, ao opinar favoravelmente sobre a revista *Era uma vez...* O Ministro é, com isso, não só o centro de onde brota o aplauso – que é importante pelo fato de vir de um dirigente que tem o lugar de sol na administração dos negócios da instrução ou que tem o brilho do poder da autoridade no saber, na cultura e no reconhecimento – mas, por tal aplauso, acaba por incorporar o significado de avalista do projeto editorial de Vovô Felício. Isto significa dizer, em poucas palavras, que o Ministro endossa a ambição globalizante de *Era uma vez...*, corporificada, por exemplo, nessa pequena passagem que aponta para o destino da revista nas palavras com que Vovô a ela se refere:

“Precisamos agora, meus netinhos, trabalhar ainda mais e sem esmorecimento para aumentar a divulgação de ‘Era uma vez...’ por todo o Brasil.

Espero e desejo que ela penetre em todos os estabelecimentos de ensino primário, para a divulgação da boa leitura, e para o recreio de todas as crianças.” (“Opinião Valiosa” – 6, 01/07/40)

Se há finalidades universalizantes que mobilizariam a todos, há também, uma orientação de trabalho semiológico para a produção dos significados globalizantes de brasilidade e de nacionalidade.

É na direção desse trabalho que se explica o significado de *Era uma vez...*, que é brasileira, ou nacional por tratar unicamente de ambiente e de assunto do Brasil. Além disso, tudo o que nela está escrito foi feito unicamente para as crianças do Brasil. Ao singularizar, assim, o assunto, o ambiente e o leitor designando-os com o significado de nacional, o que se propõe é universalizar o singular, tratando-o como único, não só pela negação da especificidade de qualquer outro assunto, ambiente e leitor, mas pela absolutização de tudo aquilo que tiver o significado de nacional ou brasileiro seja o assunto, o ambiente, ou o leitor. É aí que faz sentido o reconhecimento do significado de brasilidade, ou de nacionalidade para

navio, pois, com o contra-torpedeiro, Marcílio Dias, e com a revista está em marcha universalizante a construção de um significado de Nação e de Brasil que pressupõe a defesa contra a ação invasora, ou intrusa, de todo aquele agente estrangeiro que se opuser à construção desse projeto, que tem, por exemplo, como alvo, uma defesa generalizante do sentido de propriedade ao se afirmar que o Brasil é dos brasileiros. Nesses termos, revista e navios são objetos não só de afirmação, mas ainda de defesa da Nação e do Brasil. Esse sentido de defesa do Brasil fica evidente na exaltação da figura de Marcílio Dias que, por sua ação militar na Batalha do Riachuelo, ganha os significados globalizantes de heroísmo e de bravura que justificam o sentimento generalizante de orgulho que a sua figura passaria a motivar. Daí, a utilização do heroísmo, da bravura e do orgulho como signos que passam a ser atribuídos, por contaminação semiológica, ao contra-torpedeiro Marcílio Dias, navio a serviço da finalidade de defesa do Brasil e, como produto brasileiro, expressão da obra universalizante de reconstrução nacional. São os significados que o Ministro da Marinha atribui ao lançamento do contra-torpedeiro:

“A Marinha vai cumprindo o seu dever nessa obra de reconstrução nacional e é oportuno reafirmarmos que, enquanto houver espaço e homens de boa vontade, bateremos quilhas para a construção de navios destinados à defesa do Brasil.”  
 (“Marcílio Dias” – 8, 01/08/40)

Construir navios, armar a Marinha, bater quilhas, defender a integridade do território brasileiro contra a ação do invasor, ou do intruso, são ações generalizantes com as quais se pretende unir todos os brasileiros, mobilizando-os através de um sentimento ufanista de brasilidade, ou de nacionalidade, e através de um sentimento de hostilidade ao invasor, que pode ser caracterizado como xenofobia. É assim que se explica a afirmação e a defesa do Brasil através de objetos como navio e revista, não só porque garantiriam a defesa da integridade nacional mas, ainda, porque assegurariam o domínio do Brasil pelos brasileiros. É, por isso, que o significado de *quilha* ganha importância globalizante: faz parte do significado geral de um projeto de afirmação e de defesa do Brasil que pretende ser universalizante não só no sentido de mobilizador da ação de todos os brasileiros, mas da ação de produzir, por exemplo, produtos brasileiros para brasileiros dentro dos quais se enquadra a revista *Era uma*

vez... por ser um objeto que mobilizaria o gosto pela leitura da infância brasileira.

Para a realização desse projeto de afirmação do país, uma norma universalizante, que regularia a ação de todos, seria a afirmação afetiva do amor ao Brasil. Esse amor, em consequência, levaria o país “aos mais altos destinos entre as nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro.” Isto porque o amor, expresso no culto à Pátria cuja aprendizagem se verifica no lar e na escola, traz “para a vida prática todas as probabilidades de êxito”, o que significa dizer, que o amor seria o centro da vida afetiva que é considerada matriz, ou motor, na articulação de todos para a efetivação do projeto universalizante de construção da nacionalidade. Com base nesse pressuposto, a ação pedagógica de Vovô Felício vai centrar, ou mirar, a direção intelectual e moral de suas palavras no ângulo da mobilização afetiva das crianças pela prática do entusiasmo ou vibração cívico-patriótica com o Brasil, ou com as suas festas, e nestas festas, com os seus movimentos, os seus sons, as suas exclamações, os seus símbolos, as suas ações que são marcados pela afetividade de todos que a tudo recobrem universalmente, com os afetos de positividade. Por toda a parte, universalmente, a afetividade é a marca geral. “Tudo é alegria. Tudo é entusiasmo. Tudo é encantamento.”

Em outras palavras, é necessário que a positividade dos afetos, que parte do coração de todos para o Brasil, seja manifesta embora isso não seja suficiente: achar o Brasil bonito, contemplar “as suas matas, os seus rios caudalosos e seu céu pontilhado de estrelas”, “cantar suas belezas e riquezas”, orgulhar-se de seus antepassados “que fizeram do Brasil essa nação livre e encantadora”, tudo isso é insuficiente.

Saindo dessa linha da insuficiência, a palestra de Vovô Felício, com a direção pedagógica que a caracteriza, levanta a linha da necessidade, faz o seu cruzamento com a linha da utilidade e faz um apelo que exorta a todos, ou a todas as crianças, a se mobilizarem em benefício do Brasil, da Pátria:

“É preciso que você também contribua para a grandeza do Brasil.”

(...)

“E preciso que você seja útil e proveitoso a sua pátria.”

Em que reside a necessidade de ser útil? Aqui, a palestra de Vovô Felício, pedagogicamente procura influir sobre tal utilidade, que é a de constituição econômico-social do Brasil, apontando as áreas em que seria efetivada a utilidade das ações de cada brasileiro. Essas ações estariam localizadas na agricultura, na agropecuária, na indústria, no comércio, no trabalho de funcionário público, no exercício das profissões liberais, na guarda da nação, como soldado ou marinheiro, no trabalho material e intelectual de cada criança patriota. Enfim, a utilidade da ação de cada um estaria orientada por uma norma, ou princípio regulador de tal ação, que articularia a todos dentro dos moldes de uma sociedade capitalista, movida pelo ideal de grandeza no conjunto das nações, nas vozes de agentes do Estado como Getúlio Vargas e Vovô Felício, e fundada sobre a divisão geral do trabalho material e intelectual.

Além de procurar influir, exortando a prática das ações de cada brasileiro nas diversas áreas da sociedade, a palestra de Vovô Felício procura exortar a formação da infância. Na ação que imediatamente se mostra como única, ou absoluta, Vovô Felício traça, de forma generalizante, uma linha de formação que tem o presente e o futuro como pontos, comuns a todos, da viagem de formação da cada criança. Tais pontos, a que se submetem todas as crianças, por serem deterministicamente traçados e formalmente aplicados, de modo universal, estão articulados a finalidades que universalmente dirigiria a mobilização de todos: a grandeza do Brasil, o seu progresso, ou a prosperidade da pátria e a felicidade de seus habitantes. Presas a tais limites de tempo e a tais finalidades, a criança brasileira é prisioneira de uma necessidade e de uma utilidade:

“Você e seus companheirozinhos de infância precisam preparar-se para o Brasil de amanhã.

Estuda. Cumprindo seu dever na escola você está sendo útil.”

E prisioneira de uma norma, ou de um princípio que regula as ações no exercício de trabalho, que é a norma que regula a divisão do trabalho em material e intelectual, a criança de um projeto para o Brasil, que está na infância de sua constituição, precisa dos atributos do corpo e da inteligência e dos afetos mobilizadores da ação patriótica e da realização do dever na vida prática de sua formação. É este um pequeno retrato que se esboça para todas as crianças com os traços universalizantes da linguagem ideológica: por serem gerais, as cores fortes da universalidade

tendem a obscurecer as cores específicas, ou singulares, da diferença, e o projeto dominante, na medida em que consegue convencer, fazendo circular o relato sobre a veracidade de suas linhas, acaba por apagar, ainda que provisoriamente, a veracidade dos projetos alternativos, se estes conseguem espaço de circulação. Os retratos, ou esboços generalizantes, que são apresentados para a infância são, pois, manifestações de um projeto pedagógico que traz as marcas de uma ação que pretende ser hegemônica na medida em que nela fica apagada, no silêncio das palavras, a manifestação de vozes alternativas que pudessem ser contra-hegemônicas. É este tom generalizante, que procura apagar a especificidade, o que se percebe na pequena passagem abaixo:

“O Brasil precisa de gente sadia, de braços fortes e inteligências cultas. Prepare-se, criança; é nobre a sua missão e grande a sua responsabilidade.

Com amor, com patriotismo você desempenhará facilmente seu dever.

O dever da infância é preparar-se para as lutas de amanhã.”

Como o projeto procura abrigar o semelhante, negando a diferença, faz parte de sua prática a constituição de objetos com significados que sejam universais, como se os objetos tivessem o mesmo significado procedente de fontes que tivessem a mesma percepção. Exatamente porque não têm o mesmo significado é que se esforça por dominar a todos, universalmente, com a afirmação do mesmo significado e a negação simultânea do outros significados que têm origem em outras percepções. Nestes termos, pode-se ver os significados universais para Bandeira Nacional, para os afetos articulados diante de sua presença e para as promessas cívico-patrióticas que nessa presença são proferidas:

“Prometa, nesta SEMANA DA PÁTRIA, diante da Bandeira Nacional, o augusto pavilhão verde e amarelo, símbolo sagrado que nos empolga e nos fascina, prometa, criança de minha terra, ser forte, ser útil e tudo fazer para a grandeza do Brasil.”

Não só o objeto bandeira é submetido à ação universalizante do projeto de hegemonia em curso. O tempo também é submetido ao tratamento generalizante do modelo das quatro estações ainda que se reconheça a especificidade das estações no Brasil, reduzidas à dimensão

comum de frio e chuva, ou de seca e água. Mas a força absolutística do saber convencional, ou formal, que marca a passagem do tempo, acaba por fazer prevalecer a divisão do modelo das quatro estações através de uma caracterização do tempo marcada com um forte acento da natureza como se o movimento de passagem dos dias fosse natural e não a expressão de um arranjo convencional.

Além disso, o saber do modelo que pretende universalizar-se postula para o fato histórico e para o fato da natureza uma autonomia que os coloca acima da ação dos homens no presente, cabendo a esses, apenas, a celebração ufanista e laudatória do significado desses fatos. O fato histórico é ocorrência do passado a ser lembrada e celebrada no presente como se a história, ou a participação na história, se reduzisse à evocação de algo como eventos e datas que preexistem ao momento atual e no qual as ações dos homens, no presente, não interfere. E é o que acontece com os fatos da natureza. A árvore, por exemplo, tem vida autônoma e independente da ação dos homens, ou seja, a sua vida preexiste a tais ações ou delas independe. Por isso, a festa da árvore celebra um objeto de fisionomia generalizante: a árvore. E celebra algo cujas propriedades estão desvinculadas das ações com as quais os homens operam as modificações dos objetos, por estarem as ações localizadas naquilo que constitui o “em si” do objeto, ou seja numa autonomia que exclui a participação humana. É este mais um aspecto que forma o saber universalizante que o projeto, com a sua caracterização hegemônica, procura fazer prevalecer.

Se ao longo das palestras, vai sendo constituída a figura do leitor, ou, genericamente, a figura da criança, em “12 de outubro”, Vovô Felício retoma a constituição da criança ao traçar as linhas universalizantes com que forma o esboço de seu retrato. Como um pequeno cometa que tem sua órbita controlada pela ação do sol, a criança está sujeita à ação do adulto, que, no presente, traça para ela a vinculação com o passado: a criança reproduz os feitos das figuras imortais da história brasileira. E traça, ainda, para todas as crianças, a linha de vinculação com o futuro: no presente o adulto prepara a criança física e intelectualmente, para a realização dos destinos do país. Neste retrato fica evidente o significado generalizante, que obscurece os traços da fisionomia particular da criança: a criança que circula no projeto já está pronta e, por isso, não acrescenta aí o que poderia ser a marca de sua singularidade. O seu lugar, o seu

tempo, a sua educação não trazem as marcas que fazem a diferença determinada pela ação da história. A criança faz parte de um modelo que preexiste a sua especificidade onde, por exemplo, até mesmo, a dimensão de sua altura, ou estatura, é prevista. Além disso, ela precisa ser forte tanto no físico, quanto no intelecto para enfrentar a luta entre fortes e fracos, ou entre ricos e pobres. Ela precisa cuidar do físico: precisa ser forte, pois aquele que é forte, através do exercício físico, está alinhado entre os superiores no conjunto das raças. Assim, num contexto de reaparelhamento sócio-econômico do Brasil, o reaparelhamento físico e intelectual das crianças soa como eco que tem o significado de estratégia de realização de um projeto para o país. É assim que, ao se abordar a questão da defesa do Brasil, o retrato da criança recebe os traços militares: ela é o soldado de que a Pátria precisa para a manutenção de sua integridade. Por isso, o projeto de *Era uma vez...*, como prática de leitura para a criança brasileira, tem como modelo de leitor aquela criança que precisa cultivar o intelecto a fim de ser forte na defesa da integridade do Brasil, o que significa dizer que tal projeto, em outras palavras, defende o intelecto na leitura de textos com ambiente e assunto nacionais contra a ameaça da ação nociva de textos estrangeiros. De onde surge, então, o título que orienta as páginas desse trabalho: Texto são em mente sã, o que significa dizer que o leitor-ideal, em cada criança, deva ser a estratégia textual da paráfrase uma vez que tal prática possibilitaria a reprodução dos significados pressupostamente prontos e universalmente compartilhados.

Ao longo dessas últimas onze páginas, perpassa um interesse que reside na localização e na caracterização do significado de universal, ou de universalidade, no interior das palavras que formam as “Palestras de Vovô Felício”. E, aí, foram sendo lançadas as linhas de um quadro que oferece material para o desenho de seu significado, ou de sua ação.

O que caracteriza, então, nas linhas gerais de um conceito, aquilo que se chama de universal, ou a propriedade daquilo que se reconhece como universalidade?

É um certo estilo de pensar, ou de raciocinar e de agir, que investe na separação dos objetos, ou seres, distinguindo-os entre si como semelhantes e diferentes para reunir aqueles que são semelhantes num quadro dominante, superior, que tem como critério de composição o traço que genericamente articula todos os objetos, ou seres, passíveis de serem agrupados por tal critério. E os que não são agrupados por tal traço

genérico, formam um quadro à parte, um quadro subalterno, inferior, constituindo aquilo que neles aparece como diferença em oposição à semelhança dos que se agrupam no quadro dominante. Faz parte desse estilo de pensar e de agir, em poucas palavras, a construção da identidade pela utilização de um traço generalizante que reúne todos os objetos, ou seres, no conjunto daquilo que se pode chamar de semelhanças. E que se separa daquilo que se pode chamar de diferenças pelo fato de estas serem o atributo de objetos, ou seres, que não se reúnem pelo critério do traço de generalização que forma as semelhanças constituintes da identidade.

Um certo estilo de pensar e agir que opera sobre a constituição da semelhança e da diferença de objetos, ou seres, pode ser a denominação de um certo agente que atua num certo lugar. Onde atua tal agente? Quem é esse agente?

“No centro da cultura e da filosofia ocidentais está o Logos, isto é, o espírito racional que fala, discursiva. E como? O Logos é a razão e a palavra falada, no sujeito humano, transformando as coisas em conceitos universais. O conceito *cadeira*, produz um modelo universal para esse objeto, apagando as diferenças entre as cadeiras reais (de pau, de ferro, de palha). O conceito torna idênticas todas as cadeiras porque elimina as diferenças dentre elas. O Logocentrismo acaba com as diferenças entre as coisas reais ao reduzi-las à identidade do conceito.

Mas isso não ficou apenas nas modestas cadeiras. É um jeito ocidental de pensar e agir. Os jesuítas convertiam as diferentes tribos brasileiras a uma idêntica religião: o cristianismo. Os brancos europeus submeteram vários povos, de diferentes raças, a uma idêntica economia: o capitalismo. A linha de montagem impôs a diferentes personagens gestos idênticos. O ocidente sempre se deu mal com as diferenças: a do índio, do negro, do louco, do homossexual, da criança, da poesia (expulsa da República por Platão).

Ora, embutida no Logos, Derrida descobre uma cadeia desses grandes conceitos universais que atravessa toda a cultura ocidental. Logos é Espírito, que dá em Razão, que faz Ciência, que promove a Consciência, que impõe a Lei, que estabelece a Ordem, que organiza a Produção. No entanto, a cadeia das maiúsculas só se promoveu reprimindo e silenciando como inferiores os termos de uma outra cadeia: corpo/emoção/poesia/inconsciente/desejo/acaso/invenção. Além de matar as diferenças em identidades, o

Logos comete uma segunda violência: hierarquiza esses elementos, valoriza, torna uns superiores aos outros. Os primeiros – maiúsculos, superiores – reduzem o mundo a identidades, são sólidos, centrais, racionais, duradouros, programáveis. Os outros-minúsculos, inferiores – pulverizam o mundo em diferenças, são fugidios, sem centro, irracionais, breves, imprevisíveis.” (SANTOS, 1989)

Nas palestras de Vovô Felício está presente, pois, a ação de um estilo de pensar que é expressão daquele agente que se chama Logos e que, no Ocidente, constitui a cadeia dos grandes conceitos, em maiúsculas, operadores da cultura a que se atribui o qualificativo de moderna, ou da era conhecida como modernidade, fundada nos relatos metafísicos da vida divina e da vida do espírito, que servem de enquadramento teórico para a atividade da ciência moderna.

Se Logos é um estilo de pensar que perpassa, de modo universal, o Ocidente, pode-se perguntar: qual é o valor daquilo que é universal ou daquilo que tem a propriedade de ser universal?

O que é universal extrai o seu valor da atividade de legitimar saberes, práticas, instituições. Ou seja, aquilo que tem a propriedade do universal tem “um valor legitimante”. (LYOTARD, 1987)

Neste aspecto há narrativas, ou metanarrativas que marcaram com sua função legitimante a modernidade:

“emancipação progressiva da razão e da liberdade, emancipação progressiva ou catastrófica do trabalho (fonte do valor alienado no capitalismo), enriquecimento da humanidade inteira através dos progressos da tecnociência capitalista, e até, considerando-se o próprio cristianismo na modernidade (opondo-se, neste caso, ao classicismo antigo), salvação das criaturas através da conversão das almas à narrativa crística do amor mártir. A filosofia de Hegel totaliza todas estas narrativas, e neste sentido concentra em si a modernidade especulativa.” (LYOTARD, 1987)

E elas têm a sua função legitimante, ou procuram a sua legitimidade, não em um

“ato original fundador, mas num futuro que deverá efetuar-se, ou seja, numa Idéia a realizar. Esta Idéia (de liberdade, de 'luz', de socialismo, etc.) tem um valor legitimante porque é universal. Orienta todas as realidades humanas. Dá à modernidade o seu modo característico: o *projeto*...” (LYOTARD, 1987)

O que caracteriza, pois, a modernidade é o projeto de realização da universalidade. O que não significa dizer que tal realização tenha sido efetivada.

“O meu argumento é o de que o projeto moderno (da realização da universalidade) não foi abandonado e esquecido, mas destruído, ‘liquídado’. Há diversas formas de destruição, diversos nomes que a simbolizam. ‘Auschwitz’ pode ser considerado como um nome paradigmático para o ‘inacabamento’ trágico da modernidade.

Mas a vitória da tecnociência capitalista sobre os outros candidatos à finalidade universal da história humana é outra maneira de destruir o projeto moderno, dando ar de o realizar. O domínio do sujeito sobre os objetos obtidos pelas ciências e pelas tecnologias contemporâneas não se faz acompanhar nem por liberdade, nem por mais educação pública, nem por mais riqueza melhor distribuída. Faz-se acompanhar por mais segurança nos fatos.” (LYOTARD, 1987)

“Como poderiam as grandes narrativas de legitimação permanecer credíveis nestas condições?

Isto não quer dizer que já não haja narrativas credíveis. Por metanarrativa, ou grande narrativa, entendo precisamente narrações com uma função legitimante. O seu declínio não impede que milhares de histórias, umas pequenas e outras menos, continuem a ser a trama da vida quotidiana.” (LYOTARD, 1987)

Ou seja, se por um lado as narrativas que constituem o relato metafísico da emancipação e da especulação perdem credibilidade, ou não conferem legitimidade ao projeto da modernidade, essa falta de credibilidade, ou essa perda de legitimidade, não deixa de conviver com narrativas que, por exemplo, buscam a legitimidade da produção científico-tecnológica da era pós-industrial: a narrativa do aumento da potência, da eficácia, da otimização das performances do sistema.

Enfim, se ocorre uma corrosão dos dispositivos modernos de legitimação da ciência (o dispositivo da emancipação e o dispositivo especulativo) deixa de figurar como universal, ou universalizante, a autoridade de uma metalinguagem que pretende ser a síntese do significante, do significado, da significação. Perde, em valor de legitimidade, então, a figura absolutizante de um sol que reinaria sobre os cometas, articulando os movimentos de sua órbita em torno de si. É esse sentido de perda o que justifica a incredulidade em face dos grandes relatos legitimantes. E é isso o que tipifica a pós-modernidade como manifestação de cultura.



Os Aforismas do Direito, segundo o Livro das instituições justinianas (*Aphorismi juris ad Institutiones justinianae*), de Alexandre Pagenstecher (1659-1716), jurista de origem alemã, professor em diversas cidades universitárias dos Países-Baixos. A página de guarda (...) é uma composição barroca, tomada à reedição de 1746 publicada em Harderwijk. (LEGENDRE, 1983)

O medalhão do frontispício, em pleno peito do Imperador coroado Justiniano é uma representação pictural do Livro jurídico: o olho-que-vê-tudo fala da crença na onipotência do legislador proposto pelo mito romano ocidental. É a figura idealizada de um pai onisciente, mas bastante retocada sob a influência da tradição cristã. Esse olho universal representa o que é portador e garante das últimas verdades...: a imagem transcreve uma versão do Pai-pontífice. Vale lembrar: "Ele tem todos os arquivos em seu peito." (LEGENDRE, 1983)

### 3.3. A modernização conservadora

A modernização econômica no Brasil se acelera, a partir de 1930, sob o impacto da industrialização. Pode-se dizer que esse período, o primeiro da era Vargas, responde às necessidades de transformação da economia a despeito de responder, ainda, às necessidades de conservação das relações sociais tradicionais para o próprio ímpeto da industrialização. Conseqüente a isto, postular-se-á uma certa moral que determine a constituição ética do cidadão brasileiro. Essa moral se encontra articulada, basicamente, na força de ordenamentos jurídicos associados à tradição religiosa do catolicismo.

As portas do Estado Novo abrem-se, aceleradamente, para o moderno com um sentido de novo que se caracteriza por um esforço de auto-determinação econômica, marcado por uma revolução do tipo industrial, ao romper com as bases econômicas de sentido tradicional e colonial presentes na economia brasileira ao longo dos anos de 1920 e 1930.

Aliás, entre as bandeiras do Estado Novo, atua a força do nacionalismo que, no plano econômico, resiste ao liberalismo, rejeitando o modelo oligárquico-liberal da economia, centrado na política agro-exportadora vigente na primeira República e responsável, segundo o pensamento autoritário dos nacionalistas, pelas mazelas econômico-sociais do Brasil.

O que surge de novo é, pois, segundo (PEIXOTO, 1989), o deslocamento dos eixos econômicos: do eixo agrário-exportador para o eixo do pólo industrial, com a conseqüente perda de influência e de poder político do setor externo da economia brasileira. E esse deslocamento de eixos, fruto de uma nova orientação política e econômica, assumindo uma posição diferente face à indústria, cria as condições políticas necessárias para o seu desenvolvimento, constituindo-se aquilo que poderia ser chamado de ação dos fatores de ordem interna que atuam no processo de modernização.

Além dos fatores de ordem interna, outro fator é decisivo nesse processo de industrialização que se acentua com o Estado Novo. É decisivo, por exemplo, o peso de um fator externo: a depressão mundial dos anos que se situam em torno de 1930.

Isto é, os antecedentes de 1930 foram decisivos: com a depressão econômica, o preço do café cai ainda que isso tenha permitido um aumento de volume de exportações embora esse aumento não fosse o suficiente para absorver a produção. Com tal ocorrência, o governo

queima o estoque do excedente para evitar a queda dos preços, mantendo-se, assim, o nível do emprego na economia exportadora e nos setores produtivos do mercado interno. Além disso, o preço dos produtos manufaturados sobe. E se, de um lado, o valor das exportações cai, diminuindo o poder aquisitivo brasileiro pelo lado do plano externo da economia, de outro lado, o poder aquisitivo cresce dentro do próprio país, no plano interno da economia. Com isso, está criada, então, a oportunidade para a expansão da indústria, o que é feito com a utilização do maquinário ocioso instalado ao longo dos anos de 1920.

Assim, a indústria começa a crescer novamente ainda que os investimentos sejam pequenos e restritos, especialmente, ao setor de produção de bens leves e de consumo. Em 1933, evidenciando sinais de recuperação, a industrialização atinge o nível alcançado em 1929. Pode-se dizer, a partir disso, que embora não tenha havido uma política industrialista, abertamente declarada, pelo menos, o surto industrial dos anos de 1930 alcançava expressiva alteração e, a despeito de outros surtos anteriores, a industrialização brasileira ocorreu nesse período. É o que leva o pensamento de (PEIXOTO, 1989) a se apoiar em Eli Diniz quando essa autora afirma que,

“do total dos 49.418 estabelecimentos industriais existentes por ocasião do censo de 1940, 34.961 tinham sido fundados depois de 1930. A participação da indústria no produto físico global, calculada a preços correntes, aumentou de 21% em 1919 para 43% em 1939. Quando ao ritmo de crescimento, a produção industrial, no período 1929/1939, cresceu à taxa média anual de 8,4%, enquanto a agricultura cresceu a 2,2% o que sugere que a atividade industrial substituiu em parte a atividade agrícola nesse período. Se considerarmos o período 1933/1939, o ritmo de crescimento industrial foi de 11,2% ao ano. Embora o peso da agricultura continuasse preponderante, em termos de tendência, a evolução revelou-se favorável à ascensão da indústria. Em termos de valor da produção, a indústria começa a suplantiar o valor total das safras a partir de 1934.”

Por outro lado, pode-se dizer que a industrialização não se altera apenas quantitativamente, pois a estrutura da produção industrial sofre mudanças: as indústrias do setor de metalurgia, de mecânica, de material elétrico e de transporte praticamente dobraram a sua participação no total

do valor adicionado da indústria; as indústrias do setor químico e farmacêutico também tiveram significativo crescimento. E se for considerada a participação das indústrias tradicionais em 1939, pode-se ver que essa participação é bem menor que a posição ocupada em 1919.

Esse crescimento revela, no íntimo, a superação das marcas daquele impasse que se colocava para a economia: maior necessidade de bens de capital e a impossibilidade de importação de tais bens em face do déficit da balança comercial. A alternativa era a produção desses bens necessários aqui, no Brasil. E isso se vê, afirmativamente, pela presença significativa dessas indústrias no quadro evolutivo do processo de industrialização brasileiro: é o caso das indústrias de metalurgia, por exemplo.

Mas, para que esse processo fosse possível, foi decisivo aquilo que, aqui, pode ser explicitado: a presença ativa do Estado como guardião dos interesses da industrialização, o que era defendido pelos altos escalões das Forças Armadas, que viam nesse processo as condições ótimas para se reequipar as suas forças, “enquanto os escalões inferiores pensavam na industrialização como fator de independência econômica e autonomia política”. (TOTA, 1987)

Tal ponto de vista é possível porque industrialização em país semi-colonial é um processo que se constitui como progresso: pelos idos de 1937 ela era difundida como programa popular entre as classes médias urbanas e fazia parte dos programas dos grupos políticos progressistas. Aliás, ao longo da década de 1930, a industrialização deixa de ser uma categoria estritamente econômica e se transforma em ação ideológica, isto é, entra para a esfera das representações coletivas.

Já no período que se situa entre 1939 e 1945, o ritmo de evolução da indústria no país é afetado pelas limitações impostas pela guerra. O governo procura reeditar a política dos anos de 1930, mas os índices de crescimento industrial médio ficam em torno de 5,4% : um valor inferior ao obtido no período anterior. Esse fenômeno tem uma explicação: o desenvolvimento industrial brasileiro, nesse momento, achava-se na dependência, praticamente absoluta, da importação de equipamentos e o crescimento no período foi obtido por uma utilização mais intensa do equipamento até então existente.

Em síntese, o período de 1930 a 1945 marca o acentuado crescimento das forças produtivas no Brasil com o peso marcante da feição industrial da economia através da exigência econômica cada vez maior

da participação do Estado: um Estado cada vez mais forte não só na economia, mas na política, por exemplo.

Aliás, é esse Estado forte o agente que se materializa na força interventora e na ação centralizadora que caracteriza o Estado brasileiro com a fisionomia que vem sendo conhecida como Estado Novo:

“o Estado exerce papel da maior importância na medida em que garante as condições necessárias ao processo de acumulação. Para isto, no campo social, além do disciplinamento da força de trabalho e da difusão de uma ideologia favorável à indústria, é necessário a introdução de uma nova maneira de trabalhar e a formação de um outro tipo de trabalhador. Deste modo há uma introdução do ‘moderno’ para cuja consecução é preciso manter o ‘arcaico’: ‘progresso’ econômico só com ‘ordem’ isto é, pelo controle do conflito.” (PEIXOTO, 1989)

Aliás, é esse jogo do moderno e do arcaico a serviço do progresso com ordem, a linha que serve de risco, segundo (PEREIRA, 1995), para um quadro do Estado Novo, desenhado sob a forma de alguns traços essenciais que ressaltam essa dimensão do controle para a manutenção da ordem:

“O Estado Novo, nos seus aspectos fundamentais, caracterizou-se pelos seguintes aspectos: centralização absoluta do poder nas mãos do executivo, representado por Vargas e seus auxiliares mais próximos; fim da autonomia federalista dos Estados; ação intervencionista do Estado no campo social e econômico, buscando desamar as tensões sociais tanto no âmbito das classes dominantes como entre estas e as forças populares; e um rigoroso fortalecimento do Estado.

Este fortalecimento se manifestou, principalmente, na concentração de poderes no âmbito do executivo federal com o fechamento do Congresso e das Assembléias estaduais e a transferência ao presidente do direito de legislar. A decretação do Estado de Emergência suspende os direitos políticos e individuais e quaisquer atos a eles relativos ficam subtraídos à apreciação judicial. Nestes termos, o presidente tem, por exemplo, poderes para demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares. Os partidos e associações ficam proibidos de funcionar. Observa-se, neste quadro, o aperfeiçoamento do aparato repressivo, através da ampliação dos órgãos policiais e de censura e da reorganização e aperfeiçoamento das Forças Armadas.

A nova estrutura administrativa do Estado se apoiava em três pilares: a Presidência da República, as Interventorias e o Departamento de Administração do Serviço Público - DASP. Somase a estes, um conjunto de órgãos técnicos e burocráticos federais criados ou reestruturados após o golpe, além de uma eficiente máquina de propaganda. Na cúpula do sistema, encontrava-se a Presidência da República, com a assessoria dos Ministérios, aos quais se subordinavam todos os demais setores do organismo político-administrativo, evidenciando o processo de centralização adotado."

No âmbito da Educação, o Estado Novo, segundo (HORTA, 1995) revela uma intervenção marcada por uma distância entre o momento do plano e o momento da realização de tal plano. Ou seja:

"A intervenção do Estado no sistema educacional brasileiro, particularmente antes de 1935, teve principalmente a função de arbitrar os conflitos entre as diferentes tendências existentes. Mas a partir de 1937, o Estado Novo fixa um objetivo bem preciso para suas intervenções: utilizar a educação como instrumento para inculcar na infância e na juventude os princípios do Estado Novo e como arma de luta ideológica. Esta utilização deveria concretizar-se por meio da elaboração do "Código da Educação Nacional" e pela criação de uma "organização nacional da juventude". Ambas as medidas, previstas na Constituição de 1937, tiveram, na forma em que foram propostas, uma dimensão totalitária e mobilizadora que desaparece quase totalmente no momento de sua concretização.

Assim, a proposição inicial de organização da juventude, preparada em 1938, era uma imitação quase perfeita da organização da juventude fascista. E o Código da Educação Nacional, apresentado pelo Ministro da Educação como o documento no qual deveriam ser fixadas as orientações ideológicas da política educacional do país, de forma a colocá-lo a serviço do Estado Novo, anunciava uma 'estadonovização' da escola brasileira, em um processo bastante semelhante ao de 'fascistização' da escola italiana.

Contudo, no momento de sua concretização, estas medidas perderam completamente suas características totalitárias e mobilizadoras. A Juventude Brasileira surge, em 1942, como uma organização de finalidades puramente patrióticas. Quando ao

Código da Educação Nacional, este concretiza-se apenas em parte, nas Leis Orgânicas de ensino, a partir de 1942. Neste momento não se fala mais em 'educar para a Nação' e para 'formar o cidadão do Estado Novo' e sim em 'educar para a pátria' e para 'formar o cidadão consciente'".

Pensando na presença do fascismo como força que inspira orientações na organização do sistema educacional brasileiro, no Estado Novo, é necessário lembrar que a década de 1930 é bastante fértil na gestação e exteriorização de idéias, de projetos, de grupos, de agremiações, de associações, de manifestos. É o que nos diz (PEREIRA, 1995):

"A década de 30 foi fértil em idéias autoritárias, intensamente difundidas através de livros a respeito do fascismo italiano e do novo Estado português ou da situação política brasileira, analisada sob perspectivas antiliberais. Aparecem revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista e corporativista. Grupos de intelectuais, principalmente das classes médias, participam ativamente desses movimento políticos. Nesta perspectiva, a 'Sociedade dos Amigos de Alberto Torres' (1932), por exemplo, agregava uma série de intelectuais que tentavam reinterpretar o reformismo nacionalista daquele autor. Dentre eles, estavam Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, futuros ideólogos do Estado Novo. Francisco Campos, outro intelectual que teria um papel proeminente na criação e legitimação do sistema político criado com o Estado Novo, participava ativamente da 'Legião de Outubro', movimento de nítida inspiração fascista. A Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, absorveu a maioria dos partidos de inspiração fascista até então criados. Sua atuação foi intensa entre a classe média urbana e o movimento se expandiu com adesão de militares, pequenas camadas da burguesia e alguns operários. O Manifesto de Outubro, divulgado em 1932, falava na necessidade de combater o 'cosmopolitismo' para salvar o 'nacionalismo', 'organização da Nação' a partir das 'classes profissionais', importância dos princípios de 'autoridade', disciplina e hierarquia' sem os quais haveria 'desordem', apresentava a 'cooperação de classes' como solução da questão social e a unidade da Pátria para a defesa contra o Comunismo'.

(...)

Nos anos que antecedem ao Estado Novo, são divulgadas várias idéias em oposição ao modelo liberal-oligárquico que

caracterizou a Primeira República. Eram intelectuais, políticos, militares e religiosos que, refletindo sobre as transformações da realidade brasileira e inspirados pelas ideologias européias, propunham novas concepções e valores no sentido de reformar a sociedade, principalmente no que se referia ao sistema político. O traço mais característico dessas concepções era o antiliberalismo, reflexo das tensões e conflitos que se avolumavam com o surgimento de novas forças sociais e que certos grupos, comprometidos com o 'status quo', pretendiam neutralizar. Como alternativa ao liberalismo, pregava-se a centralização do poder nas mãos de um Estado autoritário e intervencionista, destinado à consecução de interesses apresentados como nacionais. O Nacionalismo, em cuja base se encontrava a percepção das contradições geradas pela dependência externa, propunha a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à realidade brasileira e a ampla utilização dos recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado."

Este pode ser o grande canteiro de idéias e de agentes, antecedentes do Estado Novo, de onde, por exemplo, surgiram algumas das direções que imprimiram sentido na utilização do sistema educacional como força ideológica a serviço da legitimação do Estado Novo. Além do mais, é de se lembrar que, neste período, a idéia do Corporativismo, defendida por Oliveira Vianna, era a fórmula indicada para se estabelecer, com a extinção dos partidos, a relação entre o Estado centralizado e a sociedade, o que vem a ser implementado a seguir.

É pensando nisso que vem à tona a questão da relação do Estado com as classes subalternas a partir de 1937.

Para delinear tal relação, é preciso um pequeno quadro que situe as relações do Estado com a economia, a partir do qual deve ficar claro o significado com que se caracteriza o lugar previsto para as classes subalternas.

É necessário lembrar que o Estado de 1937 era, na verdade, um agente mais agressivo da industrialização e sua intervenção tendia a ser mais intensiva no setor da indústria básica. Por exemplo, vale lembrar a implantação de dois planos: a hidrelétrica de Paulo Afonso e a usina de Volta Redonda com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, dois pontos vitais na produção do aço brasileiro.

Esse pequeno quadro já é suficiente, pois, para nele se ver a marca da intervenção do Estado na Economia, o que era de inteiro agrado dos

empresários industriais, pois a ação interventora facilitava a importação de bens de produção e dificultava a importação de bens de consumo. Com relação à presença dos militares nesse processo de industrialização, atribuiu-se a eles a participação no processo da indústria pesada no Brasil: a responsabilidade na industrialização pesada é explicada pela exigência de se reequipar as Forças Armadas, como já se afirmou, o que só seria executável com a autonomia na fabricação do armamento e, por isso mesmo, na produção do aço. Contudo, a despeito dessa ação modernizadora dos militares, ainda que sujeita a contestações historiográficas, uma outra face, tradicional, se manifesta: não romperam eles com a estrutura básica da economia agro-exportadora do país. Aliás, o Estado instituído em 1930 e aperfeiçoado em 1937 não protagonizava um teatro de antagonismos entre os setores da economia rural e os setores da economia industrial urbana, pois as oligarquias rurais tinham sido forçadas a abrir mão de seu poder político, mas tinham permanecido intactas as bases sociais e econômicas de sua dominação, o que explica um certo compromisso entre elas, o governo e a burguesia industrial, às voltas com a satisfação que se materializa na expansão do mercado interno urbano.

Com base nesse quadro, pode-se pensar, em termos gerais, na relação entre o Estado e as classes subalternas, no contexto das leis trabalhistas e do sindicalismo corporativista.

O Estado Novo concluiu o que havia sido iniciado em 1930, dando à obra realizada o sentido de aperfeiçoamento: as leis trabalhistas passaram por um trabalho de conclusão e de consolidação e o atrelamento dos sindicatos ao Estado se alterou qualitativamente. Nesse momento, a relação das classes subalternas e o Estado Novo passa por um processo em que se completa a sua subordinação ao Estado. Tal subordinação se manifesta no controle político e administrativo de sua vida associativa e numa ideologia que penetra o sistema da ordem de dominação através de um desenho semântico que assim se constrói: a nação conhece a propriedade privada, mas desconhece, ou nega, a diferença social marcada pela origem de classe.

Esse desenho ideológico poderia ser o cimento básico a partir do qual se articula a construção de uma arquitetura ideológica mais abrangente: a ideologia do trabalhismo, que se configura em torno de 1942 e 1943, a despeito de revelar raízes que se estendem pelas preocupações iniciais do movimento de outubro de 1930 e mostram a sua presença no discurso proferido por Vargas quando se abre, oficialmente, o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Nesse discurso, Getúlio Vargas anuncia, através do conhecido e acontecido, aquilo que ainda estaria por se fazer conhecer e acontecer de modo mais orgânico: o presidente fala da relação entre os trabalhadores e o Estado de 1930. E fala o seguinte: no Governo Provisório, tal relação tinha sido marcada, sempre, pela positividade das intenções e dos resultados, manifestos, esses, num programa sem perturbações e capaz de atender às justas reivindicações dos trabalhadores, especialmente aquelas que se referem às garantias econômicas de estabilidade e de segurança.

Mas, segundo o presidente, a positividade dessa relação é, contudo, marcada pela negatividade da força nefasta dos políticos, o que se constitui como obstáculo à relação direta prevista para a articulação do Estado com as classes trabalhadoras, embora isso se torne facilitado, já em 1937, com o fechamento do Legislativo: a intermediação dos políticos sai, formalmente, do cenário. Além disso, a intermediação das forças de organização dos operários acaba se tornando inoperante pela debilidade constitutiva da classe trabalhadora relativa a seu poder reivindicatório e a seu poder de luta sindical. E essa eliminação dos intermediários na relação do Estado com os trabalhadores será lembrada em um discurso de 1938: antes o governo tinha intermediários entre ele e o povo, isto é, os partidos atuavam nessa relação, mas, ao se dissolverem, perderam a razão de ser. Com isso, o que se tem agora é o povo e o governante em relação direta. Por isso, o povo, amparado em suas aspirações e em suas conveniências, não terá necessidade de recorrer a intermediários para se chegar até o Chefe do Estado.

O tratamento da relação do Estado com as classes subalternas, pelo risco com que o presidente a delinea, revela a presença de um ator que, através da Revolução de 1930, se mostra mais claramente na formação da sociedade brasileira: as massas que, então, se tornam forças emergentes. E, por isso, sob a perspectiva do Estado, é necessário que se faça o seu controle por um processo político que legitime a ação estatal: surge a prática política de personalização do poder através da imagem simultaneamente real e mística da soberania do Estado, e, nisso, a figura do chefe de Estado passa a ser sinônimo do próprio Estado. Nesse aspecto, a supressão da intermediação entre o Estado e as classes subalternas e a própria exaltação verbal dessa prática nos discursos reforçariam o sentido da personalização do poder.

A partir de 1937, acentua-se a absorção do indivíduo pelo Estado. Por exemplo: como os operários estavam proibidos de recorrer à greve,

o recurso era apelar para a estrutura judicial destinada a resolver os conflitos entre padrões e empregados, o que se tomara possível pela regulamentação da Justiça do Trabalho. Além disso, os sindicatos, tutelados e controlados pelo Estado, pretendiam ser atraentes aos trabalhadores a fim de se reduzir a tendência à redução de filiados: as entidades associativas passam a ter a fisionomia da recreação e da assistência. Com isso, as entidades de classe, mantidas com o imposto sindical, que é extraído do salário do trabalhador, atuam na desmobilização que desfigura a própria classe através da própria contribuição que delas provém. É essa orientação desmobilizadora própria da estrutura sindical corporativa que explica a crescente adesão dos empresários ao corporativismo a despeito de suas reservas iniciais. E é isso o que confere, pois, ao corporativismo o papel que ele passa a ter no Brasil, com o Estado Novo: o controle das classes subalternas.

Como resultado da estrutura corporativista dos sindicatos, surgem as manifestações de conciliação e de harmonia: nos discursos pronunciados, de modo especial, nas comemorações do dia 1º de Maio, Getúlio Vargas, ou os ministros do Trabalho, faziam apelos com o sentido de exortação da harmonia e da conciliação entre as classes sociais e com o sentido de encorajamento de todos os trabalhadores à colaboração entre as classes com o objetivo que o Estado proclama como único: o da construção do Brasil grande. É com essa tentativa de conciliação, de harmonia e de diluição do conceito de luta de classes que Getúlio Vargas é motivado a reunir para um banquete, sentados à mesma mesa, aqueles que eram indistintamente denominados de operários: industriais, empresários, operários, trabalhadores braçais, banqueiros, bancários, médicos, artistas e, por último, o próprio presidente, um “incansável operário”.

Vale lembrar, então, que a luta de classes é o grande interlocutor dos governos que administram o país a partir de 1930 e 1937, mais neste último momento, a partir do qual se intensifica a articulação do Estado com os trabalhadores. A instauração das leis trabalhistas a partir destes dois momentos históricos tem, pois, esse interlocutor uma vez que se esboça, mais organizadamente, ainda que de forma incipiente e frágil, a ação de um outro agente econômico: o operário, que é freqüentemente identificado como as massas trabalhadoras, os trabalhadores. E por se manifestar, ainda que o faça com a especificidade de tal ação, e por causa dela mesma, é que o

Estado precisa deter o controle do operariado uma vez que outros agentes poderão fazê-lo. E nisso reside a importância do trabalhismo: força de legitimação do Estado.

Por isso, na relação com os trabalhadores, as falas do Estado se confundem com os discursos de Getúlio Vargas, e isto é um expediente que mascararia, ideologicamente, a especificidade das relações econômico-sociais. Tais falas são marcadas por uma afetividade que produz para o presidente o lugar de pai e para os operários o lugar de filho, camuflando-se, em reforço, o lugar de empresário, ou patrão, com o lugar ideológico de presidente, que por sua vez camuflaria o lugar de presidente com esse mesmo lugar de pai. É essa afetividade, então, o cimento que articularia a relação ideológica do operariado com o Estado na medida em que ela propiciaria uma intimidade ótima para o controle dos que precisam ser conquistados a fim de serem, nos devidos lugares da produção, utilizados como força produtora da acumulação capitalista.

Essa relação do pai com os filhos, que fica semantizada na relação do presidente com os trabalhadores, tem alguns aspectos que explicitariam a especificidade da relação que aí se verifica.

Acompanhando-se os textos dos discursos de Vargas que aparecem em (TOTA, 1987), pode-se ver, no discurso de 1º de maio de 1938, a presença de um jogo de interlocuções em que o presidente, dirigindo-se aos trabalhadores, faz a eles algumas perguntas. E a elas o próprio presidente responde. E, ao responder, aquilo que se oferece, em retorno, é matéria de indiscutível certeza. E, aí, vão as certezas que interessam ao Estado, vestido de presidente, que por seu turno se veste de patrão, que se veste de pai: ordem e trabalho; ordem, confiança e estabilidade; ordem e construção; desordem e destruição; salário, trabalho e garantias: casa, subsistência, vestuário, educação; trabalho e dignidade; operário, remuneração, padrão de vida, consumo, mercado interno. Do interior dessas relações brota uma certeza: sem o salário mínimo não há salvação. Por isso, para o operário é importante a relação em que o pai doa ao filho uma concessão, pois sem isso o filho nada é. Aliás, é esse o sentido de fundo autoritário que perpassa grande parte dos textos de Vargas: ele fala, perguntando e respondendo, e os outros nada falam, calam. Quando muito, vozes isoladas dizem: Muito bem! E os aplausos entram no circuito da comunicação. Apesar disso tudo, o Salário Mínimo, embora esteja na carta da Aliança Liberal, não é instituído em 1930, é enfatizado em 1938, e, apesar dessa ênfase só é estabelecido em 1940.

Ora, essa relação de intimidade afetiva que uniria o Chefe do Estado e as massas trabalhadoras, com a emotividade dos discursos oficiais, através dos campos de futebol e através do rádio, nos momentos festivos do 1º de Maio, dão às relações de comunicação e ao que aí se comunica um caráter grandiloqüente e solene. E isso faz os comunicados ganharem força de impacto e, com isso, força de penetração.

É o que explica o sentido de inculcação presente em certas legendas: o Estado é um benfeitor dos trabalhadores através das leis trabalhistas; a situação do trabalhador antes e depois de 1930 não é a mesma, pois antes era pior – o dia 1º de Maio era oportunidade para repressão do trabalhador e não tem o caráter de festa que agora o tem; a legislação trabalhista brasileira é inigualável, mundialmente, pelo seu poder de aproximar empregador e empregados; o homem público tem o seu momento máximo ao realizar os anseios da comunidade; o trabalho enobrece, mas o ócio avilta o trabalhador; o trabalho é obra de ação patriótica; o Estado tutela o trabalhador através dos serviços de proteção ao lar e de assistência à infância; as escolas de fábricas ajudam na preparação profissional do trabalhador e de sua prole; os filhos continuam os pais na trajetória do trabalho honesto. Certos “slogans”, fragmentos de discurso, também viram legendas e circulavam no ar: “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana.” Tais legendas, ao sabor do impacto das emoções que objetivavam unir intensamente os que já eram íntimos, na qualidade de pai e filhos, atuavam fortes na grande obra ideológica do regime: cooptar os trabalhadores para o projeto econômico do Estado Novo.

Enfim, pode-se resumir o que se caracterizou como relação entre o Estado e as classes subalternas, dizendo que o trabalhismo é importante à luz da acumulação capitalista que se instala mais agressivamente em 1937: a nível manifesto, tem ele o objetivo proclamado de deslindar as contradições entre o capital e o trabalho, pois esta política não divide, não discrimina, “congrega a todos, conciliando interesses. Em outros termos, fica patente o sentido do trabalhismo no objetivo que não se proclama: servir de legitimação à acumulação capitalista administrada pelo Estado Novo cuja arquitetura passa a apresentar as primeiras trincas de fragilidade por volta de 1942, quando o movimento de massa exhibe a sua rejeição ao fascismo e ao estadovismo. E aí se procura dar ênfase redobrada aos mecanismos da ideologia do trabalhismo como forma de garantir a

continuidade da estrutura do Estado Novo e garantir, ainda, uma adequação que favorecesse o processo de acumulação capitalista.

A partir do que se expôs, fica evidente o esforço que o Estado faz em usar de mecanismos constitutivos de poder que se materializam pelo consenso. Isso se evidencia, por exemplo, na ideologia do trabalhismo. Por outro lado, a despeito de o Estado Novo ter sido rico na utilização de procedimentos de legitimação fundados na força de coerção física e psicológica, não se procurou rastrear a ação de tal força uma vez que o objetivo que orienta este trabalho tem o seu raio de interesse voltado para a ação político-ideológica da atividade da Leitura e das Ações do Leitor, o que implica a utilização prevalecente da conquista do consenso: o uso da persuasão.

Em face de uma nova ordem, de uma nova estrutura estatal, a fim de que a sua legitimação seja socialmente conquistada, é necessário que o Estado promova a estruturação de uma ideologia que garanta o domínio de seu projeto político. E a ideologia é aquele sistema semiológico cujos *significados* ganham uma direção que confere *sentido* às ações, aos sentimentos e aos pensamentos dos agentes sociais, dando-lhes uma *orientação* determinada. Com uma certa orientação, os significados alcançam a possibilidade da *explicação* e da *normatização*. E, aí, tem-se a estrutura de uma *organização* que *legitima* os movimentos desses agentes sociais, *integrando-os* em um conjunto que os *distingue* de outros agentes.

Por esse processo, o Estado estrutura a expressão, em linguagem e pensamento, do poder de dominação que objetiva a reprodução das relações sociais que se materializam na socialização exercida pela organização social da família, da igreja, do sindicato, da política, da informação. Ao lado dessas agências, que são espaços sociais por onde o Estado estende a sua ação, e de onde ele também recebe determinações, é necessário que se registre a ação da propaganda, uma vez que ela garante uma ação pública imediata, simultânea, rápida, universal, dirigida, facilitando-se, assim, a disseminação da imagem do Estado.

Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Estado Novo estruturou um dispositivo de controle da difusão ideológica que lhe garantia a centralização e a monopolização de todos os meios de produção e difusão de idéias. Essa agência além de supervisionar os mais diversos instrumentos de comunicação de massa, encarregava-se da

produção e da divulgação do noticiário oficial e já funcionava de forma extra-oficial bem antes de ser oficialmente criada.

A criação do DIP, oficializada em dezembro de 1939, estabelecia, para essa agência, as seguintes finalidades, segundo o item *a* do artigo 1º do decreto que o instituiu:

“centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional”. (TOTA, 1987)

Em outros itens, tem-se o seguinte quadro de objetivos:

“(…)

c) fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas pela lei;

(…)

d) estimular a produção de filmes nacionais;

e) classificar os filmes educativos e os nacionais, para a concessão de prêmios e favores (...);

(…)

o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas de atividades do governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;

p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do governo(…)” (TOTA, 1987).

A partir dessas finalidades e desses objetivos, pode-se ver, com base no Art. 3º do Decreto de criação do DIP, a sua constituição:

“a) Divisão de Divulgação;

b) Divisão de Radiodifusão;

c) Divisão de Cinema e Teatro;

d) Divisão de Turismo;

e) Divisão de Imprensa;

f) Serviços auxiliares, que são os de Comunicações, Contabilidade, Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca, Biblioteca”. (TOTA, 1987)

Essa composição, que mostra a fisionomia de constituição do DIP, tinha ramificações que faziam desdobrar os tentáculos do Estado no seu empenho de conquistar a hegemonia de seu projeto, o que significa dizer que, nesse empenho, o Estado objetiva fazer-se afirmativamente *UM*, com a negação do *OUTRO*.

É o que nos diz (PEREIRA, 1995):

“O DIP tinha órgãos filiados em vários estados. Esses órgãos, destinados a dirigir ou obstar a difusão de idéias, manipulavam de maneira permanente e absoluta todos os recursos e meios de comunicação disponíveis. Nenhuma informação era veiculada fora dos limites e condições estabelecidas. Paralelamente, o meio físico ia sendo remodelado de forma a tornar-se unidimensional. As construções, a decoração geral das repartições públicas, as denominações de ruas e logradouros, as placas, a produção artística (música, peças de teatro, cinema etc.), tudo era cuidado para que se adequasse às idéias divulgadas pela propaganda, tornando-as mais concretas e permanentes e sugerindo a força e a eficiência onipresente do Estado. A intensificação da vida pública, promovendo comemorações, inaugurações e festividades diversas, permitia envolver a população num clima que a tornava mais sugestível e, ao mesmo tempo, configurava uma imagem de unanimidade. A cooptação de líderes e intelectuais, ao lado da repressão e a marginalização, possibilitava impedir a formação ou ampliação de contra-discursos.

No Estado Novo, a alta centralização do poder político foi acompanhada, de forma nunca antes realizada, e de maneira extremamente eficiente, pela centralização do poder simbólico.”

O controle efetuado pelo DIP, com o esforço de criar obstáculos à divulgação de discursos que orientassem pelo lado do *OUTRO*, ou que fossem *diferentes* do discurso ideológico do *UM*, acaba por estruturar um universo ideológico acentuadamente marcado pelo *mesmo*.

É isso o que explica a utilização maciça e intensiva do rádio, segundo a Divisão de Radiodifusão do DIP:

“Em 1940, foram submetidos à censura prévia da Divisão de Rádio 3.770 programas, 10.615 sketches, 483 peças e 2.416 gravações, existindo no país 78 emissoras de rádio. Ainda em 1940 foram proibidos 108 programas contrários às determinações

legais (...). Uma estatística sobre os programas irradiados no Distrito Federal: 202 programas infantis; 958 religiosos; 355 científicos; 1.750 humorísticos; 376 literários; 289 assuntos de interesse nacional; 207 assuntos de interesse estrangeiro; 181.807 de música estrangeira; 5.695 de música nacional; 224.380 da música popular nacional, (...)”. (TOTA, 1987)

Nesse quadro deve ficar claro que não só o discurso oficial do governo constituía material semiológico destinado a veicular a ideologia do trabalhismo: a canção popular era um material privilegiado pelo Estado Novo entre outras manifestações culturais.

Instaurada pela Divisão de Radiodifusão do Departamento de Imprensa e Propaganda, a “Hora do Brasil”, nos seus sessenta minutos diários, em certas épocas, reservava

“a última meia hora do programa oficial à transmissão de sucessos da música popular brasileira. O compositor e cantor Herivelto Martins era uma dos artistas que se apresentavam na ‘Hora do Brasil’, por um bom cachê.

O DIP promovia concursos para apurar as melhores canções escolhidas pelo gosto popular. Para tanto, organizava shows, como o Dia da Música Popular Brasileira, realizado no dia 4 de janeiro de 1939. Compositores famosos participavam dos concursos: Heitor dos Prazeres, Donga, Carmen Miranda, Francisco Alves, para citar alguns. Depois que se fazia a votação, a apuração se realizava nas dependências do DIP, que, ironicamente, ocupava o edifício do Congresso Nacional. O compositor e caricaturista Antônio Nássara, mais recentemente, analisou o mecanismo ‘democrático’ dos concursos: ‘Eleições livres e diretas, em pleno Estado Novo, só mesmo para escolher a melhor música’. Indiretamente se processava a necessária cooptação do compositor popular, com o objetivo de cumprir o desígnio necessário desse estado de massas: legitimar-se nas camadas populares urbanas.” (TOTA, 1987)

Enfim, o que se procurou flagrar, em alguns pequenos quadros, está, sucintamente, nisso: a ação do Estado quando ele se faz presente em presença de um organismo que procura, explicitamente, sistematizar a ação da imprensa e da propaganda a serviço da legitimação ideológica daquela experiência histórica conhecida como Estado Novo. E, nisso, a persuasão anda de mãos dadas com a coerção física e psicológica exercida pelo Estado.

Tendo abordado a face da modernização pelo lado da industrialização, nos antecedentes que se deslocam para as proximidades de 1930 e na sua evolução ao longo dessa década até os limites de 1945, viu-se, nesse percurso, a direção econômica que aí se imprime: da economia agrário-exportadora para a economia industrial.

Além disso, tratou-se, nessa passagem, dos antecedentes do Estado Novo do ponto de vista da fermentação político-intelectual que o precede cronologicamente e, aí, em seguida, considerou-se, especificamente, o desdobramento do Estado Novo sob o ângulo da especificidade de sua estruturação como Estado que administra a vida política e econômica do país.

Em seguida, tratou-se de mostrar a especificidade que o sistema educacional aí ocupa com a expectativa oficial de que ele viesse atuar na legitimação da nova ordem.

E, ainda mais, traçou-se um quadro específico em que se delinea o lugar dos agentes econômico-sociais: de um lado o lugar do Estado como agente da industrialização ao lado de agentes outros, como os militares, e, daí, finalmente, procurou-se considerar o lugar específico de um outro agente. Tal agente é a classe trabalhadora, vista sob o olhar oficial do Estado, ou sob o ponto de vista das referências que saem das falas de seus artífices principais quando tratam eles da questão do trabalhismo.

Por fim procurou-se, rapidamente, caracterizar a especificidade do DIP, órgão destinado a promover a legitimação do Estado Novo atuando na relação do Estado com a sociedade através da imprensa e da propaganda, pelos instrumentos da força e do consenso.

O Estado Novo, acelerando o novo na industrialização que moderniza o país, precisa, por isso mesmo, agenciar, ou contar com a ação agenciadora de forças que operem a convivência desse moderno com a tradição conservadora disponível no país e potencialmente útil ao projeto econômico que se vai instalando, associando o novo e o velho no conjunto de seus mecanismos de exploração e de dominação pelo consenso e pela força.

Por isso, é preciso ver a face de 1937 pela vertente do eixo conservador, quando tal eixo se explicita com a linha dos ordenamentos jurídicos da tradição católica brasileira que postula, no Estado Novo, uma certa moral com a qual se associa um sentido particular de nacionalismo.

Em outros termos, voltando os olhos para 1930, pode-se dizer o seguinte:

“A Revolução de Trinta significou o momento da volta da Igreja Católica ao proscênio político em larga escala. Ciente de sua própria força, consciente da instabilidade do Governo Provisório, ela se mobiliza não só para a segurança de seu futuro, como para propor-se ao regime como instrumento de manutenção da ordem.” (CURY, 1993)

Se a Igreja apóia o Estado, o Estado quase que reconhece oficialmente a Igreja, o que suscita a oportunidade para trocas ou barganhas.

Disso fala a biografia de D. Sebastião Leme:

“Nos primeiros anos do governo que se instaurou com a vitória da Revolução de 30, deparou-se à nossa Igreja um dever muito grave: aproveitar a mudança do regímen para conseguir que se dessem à vida nacional moldes mais cristãos.” (CURY, 1993)

E o reconhecimento da ação eficiente da Igreja, na obra de integração cultural dos elementos constituintes da antiga sociedade colonial, seria, em Getúlio Vargas, o sinal que aponta para a admissão de que o trabalho educacional da Igreja seria adequado a uma nova ordem social, marcada por suas crises, através da ação preventiva de uma prática educativa que viesse articular, organizando e disciplinando, “as energias espirituais e materiais da Nação”.

É o que se diz e o que se insinua abaixo, no trecho do discurso que Vargas profere em 2 de dezembro de 1937, na solenidade de comemoração do primeiro centenário de fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quase trinta dias após o golpe estadonovista.

“O Colégio Pedro II reflete, ainda, por circunstâncias especiais, o nosso esforço pelo aperfeiçoamento e elevação do nível cultural do país. Através das variadas fases da sua existência, podemos reconhecer os elementos de reconstituição da vida nacional, desde os seus primórdios, quando a Igreja desempenhava, com exclusividade, a função de educar e dirigir os espíritos.

Cumpre assinalar como foi difícil estabelecer os fundamentos dessa obra, e quanto foi grande o devotamento dos seus agentes. Na missão árdua e ingente a que se devotaram, orientando o problema da aculturação brasileira, os nossos primeiros educadores chegaram a resultados os mais extraordinários. Só o espírito evangelizador e as virtudes da fé podem explicar o milagre de

termos conseguido amalgamar, na sociedade colonial, os fatores díspares e primários da nossa formação – indígenas na idade da pedra, escravos africanos em diversos estágios culturais e imigrantes peninsulares – integrados todos na civilização cristã.

Com o decurso do tempo e a experiência adquirida, é fácil aquilatar quanto se tornou profunda e benéfica a influência moral desse período, que ainda hoje caracteriza a fisionomia das nossas instituições.

Vivemos, todos o sentem, uma hora conturbada, de verdadeira subversão de valores.

Fala-se amiúde, com insistência extremada, em perturbações de ordem econômica, oriundas do desequilíbrio na produção ou repartição das riquezas materiais, como se a vida do homem consistisse na mera satisfação das necessidades físicas. Mas, é fora de dúvida, que no fundo dos angustiosos problemas da atualidade se encontra, também, complicando-lhes a compreensão e dificultando as soluções, o fator de natureza espiritual – a desordem no domínio da inteligência.

Sob qualquer aspecto, menos que os povos da velha civilização, sofremos certamente os danos dessas crises conjugadas.

Temos, por isso, o dever de prevenir maiores e mais profundos males, cuidando de organizar e disciplinar as nossas energias espirituais e materiais.

Precisamos reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligência moças, responsáveis pelo futuro da Nação; precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica.

Dentro dessa orientação se vem processando, precisamente, desde 1930, a atividade governamental.”

(BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, p.8-9)

E por reconhecer o caráter preventivo de uma educação que se põe a serviço da inibição dos diversos males, através da organização e da disciplinarização das energias espirituais e materiais, Vargas reconhece a necessidade de se cuidar da “saúde” da sociedade. E, nisso, exorta a ação saneadora do educador, falando aos professores com esse mesmo discurso do Teatro Municipal, nessa noite de 2 de dezembro de 1937.

[Essa concepção saneadora para a educação se articula com o pressuposto de que a sociedade é um objeto sujeito à doença e, por isso, passível de ser tratado pela medicina do educador com o seu trabalho preventivo e curativo de ação moral. Tal pensamento está presente na própria referência que indica, na época, o Ministério, que é, simultaneamente, da Educação e da Saúde Pública. E está presente no pressuposto que procura pensar a leitura e o leitor nesse estudo : a ação saneadora, ou moralizadora, da educação que trata da leitura e do leitor está presente, por exemplo, no título, Texto são em mente são.]

“Falando aos mestres, numa hora como esta, de comunhão patriótica, falo aos responsáveis pela saúde espiritual da nossa mocidade. A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico – infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil.”

(BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, p.11-12)

[Essa concepção que associa educação com saúde faz sintonia com a articulação entre leitura, leitor, enfermidade e ação curativa da medicina presente em texto da Revista, Serviço Social, patrocinada pela Ação Católica: página 17. O caráter de saneamento do trabalho de Assistência Social à leitura infantil que é efetuado pela Igreja Católica está presente em outra referência: pág. 18.]

Mas nessa mesma noite de 2 de dezembro de 1937, fala, também, no Teatro Municipal, o Ministro da Educação e Saúde: Gustavo Capanema. E fala de Educação: dos princípios educacionais e das realizações governamentais até aquele momento.

[A concepção de que o Estado é força determinante da vida da Nação, ou de que os movimentos da Nação – vida, progresso, energias, poder e glória – estão subordinados à ação articuladora e centralizadora do Estado, através de seus instrumentos, faz sintonia com a posição que define a relação de dependência dos cometas

à ação articuladora e centralizadora do Sol. As referências a essa relação estão situadas às páginas 69 a 71.

Além do mais, as sugestões dessa relação de dependência para caracterizar as posições de quem ouve, ou de quem lê, aparecem indicadas às páginas 70, 71 e 72; 117 e 118. Aí também estão as sugestões para a posição articuladora e centralizadora de quem conta histórias ou de quem as escreve.

Finalmente, tal ação articuladora e centralizadora, que está presente no Estado e no Sol, faz sintonia com o reconhecimento da ação articuladora da Igreja Católica, na sociedade colonial, no exercício de educar e dirigir os espíritos, ao se defrontar com os fatores primários e dispares da formação brasileira – o índio, o negro e o europeu – amalgamando-os e integrando-os na civilização cristã, conforme dissera Vargas no Teatro Municipal.

Esse jogo de sintonias, ao definirem a posição de centro que articula elementos do qual dependem para terem o seu movimento, ou a sua vida, constitui a significação daquilo que se pode, talvez, chamar de orientação centralizadora, autoritária e conservadora, da modernidade dos anos de 1930 e que se estende pelos anos de 1940 quando aí se dá a convivência com os ventos liberalizantes que começam a soprar nos meados dessa década.

Fica referenciada, a meu ver, nesse discurso de 2 de dezembro de 1937, parcialmente apresentado a seguir, o caráter centralizador e autoritário do Estado ao definir a posição subordinada da Educação, como seu instrumento, na ação de preparar o indivíduo. Tal ação deve ser regida, por exemplo, pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas que se acham sob a guarda, o controle ou a defesa daquele que reina: o Estado, o regente. É essa visão monárquica do Estado, que reina sobre subordinados, como a Nação, ou os indivíduos, garantindo-lhes a vida através de instrumentos – a Educação, por exemplo – que lhe dão a fisionomia moral, política e econômica, o que me faz pensar, mais uma vez, na oportunidade da imagem do Sol e dos cometas como figuras emblemáticas que representariam a posição autoritária e centralizadora em que se situam o Estado e a Nação, ou o Estado e os indivíduos.]

Tratando da educação, no item que se intitula "A Educação no Mundo Moderno", na linha que a caracteriza como seus princípios, assim se expressa o Ministro. Fala Gustavo Capanema:

"A educação, no Brasil, tem que colocar-se agora decisivamente ao serviço da Nação.

Sabemos que o Estado tem por função fazer com que a Nação viva, progrida, aumente as suas energias e dilate os limites de seu poder e de sua glória.

É esta a decisão com que, no Brasil, o Estado agora se estrutura e mobiliza os seus instrumentos.

Ora, sendo a educação um dos instrumentos do Estado, seu papel será ficar ao serviço da Nação.

Acrescentemos ainda que a Nação não deve ser compreendida como uma entidade de substância insegura e imprecisa. A Nação tem um conteúdo específico. É uma realidade moral, política e econômica.

Assim, quando dizemos que a educação ficará ao serviço da Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.

A educação atuará, pois, não no sentido de preparar o homem para uma ação qualquer na sociedade, mas precisamente no sentido de prepará-lo para uma ação necessária e definida, de modo que ele entre a constituir uma unidade moral, política e econômica, que integre e engrandeça a Nação.

O indivíduo assim preparado não entrará na praça das lidas humanas, numa atitude de disponibilidade, apto para qualquer aventura, esforço ou sacrifício. Ele virá para uma ação certa. Virá para construir a Nação, nos seus elementos materiais e espirituais, conforme as linhas de uma ideologia precisa e assentada, e ainda para tomar a posição de defesa contra as agressões de qualquer gênero que tentem corromper essa ideologia ou abalar os fundamentos da estrutura e da vida nacional.

(BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, p.21-22)

Saindo do terreno dos princípios, em que se ressalta, para a educação, o lugar de instrumento do Estado, que atua a serviço da vida da

Nação, cuja substância tem o conteúdo de uma realidade moral, política e econômica, o Ministro, nesse mesmo discurso, aborda, entre as diversas realizações, as iniciativas governamentais no âmbito daquilo que aparece como educação moral:

“Qualquer escola, seja qual for o grau ou ramo do seu ensino, mas sobretudo a escola primária, deve incluir, no programa de seus trabalhos, a educação moral.

A escola precisa de ter em mira que cada indivíduo, no viver quotidiano, nas pelejas cívicas ou no afã econômico, encontrará dificuldades, revezes e fracassos. Não basta, pois, que lhe dê o saber e a técnica. Deverá despertar e endurecer no seu coração a virtude, pois esta é a força das forças. ‘A virtude caminha através dos sofrimentos’, são palavras de Eurípedes.

A educação que considere a virtude com indiferença ou a relegue a segundo plano não é educação.

O Governo Federal tem em alta conta este aspecto do problema educacional. No Código da Educação Nacional, a educação moral, de que o ensino religioso é base das mais sólidas, terá definição plena.

A propósito da educação moral, não quero deixar de dizer uma palavra sobre um dos elementos educativos de mais alto valor, o canto orfeônico, que deverá ser organizado e praticado em todas as escolas do país. As massas orfeônicas que o Governo Federal uma ou outra vez já teve oportunidade de mostrar ao público, constituem espetáculos de grande edificação.

Cumprir dizer, afinal, que o Ministério da Educação e Saúde vem realizando, por meios extra-escolares, notadamente pelas conferências públicas, um programa de educação moral, de alcance considerável. Esse programa, cada vez mais ampliado, prosseguirá.”

Estado e Educação afinados, portanto, cantando em uníssono.

[A propósito do caráter moral do ensino religioso, veja-se o que diz esta referência da CNBB, 1992:

“Outorgada a Constituição de 1937, as relações Estado-Igreja passam ao nível moral, uma vez que a nova Carta suprimira todas as garantias conquistadas pela Igreja na Carta de 34.

(...)

Em pleno Estado Novo, a Igreja realiza o Concílio Plenário Brasileiro, a partir do qual 'traça um caminho de prioridades pastorais' que se concretizam através de intensas atividades, ora em torno dos acontecimentos 'nacionais', ora diante do protestantismo, do espiritismo e da questão social, numa atitude defensiva." (CURY, 1993)

Possivelmente Capanema esteja fazendo referência, aqui em 2/12/1937, à definição legal do ensino religioso como tarefa a ser empreendida. Veja-se o seguinte:

"Todos os decretos-leis que configuram as Leis Orgânicas dos diversos ramos do ensino, durante e após o término do Estado Novo, incluem a possibilidade do ensino religioso. (...) a disciplina passou mesmo a fazer parte de todas as modalidades de leis vigentes, embora em uns aparecesse como prática educativa, como é o caso do Ensino Comercial e do Ensino Industrial, em outros como parte dos estudos (Ensino Agrícola e Ensino Secundário) e enfim em outros como disciplina, como é o caso do Ensino Normal.

Outra observação importante é o caráter indicativo e facultativo que promana das diferentes leis, o que pode ser percebido pela utilização do verbo poder. Uma leitura atenta dessas formulações permite uma interpretação clara da licitude permissiva do ensino religioso. Ele revela aqui um caráter indicativo, moral e não impositivo. O que de resto está coerente com a formulação do art. 133 da Constituição de 1937.

(...)

"O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos." (CURY, 1993)]

Ao dizer que o Estado está a serviço da Nação, Capanema diz se que ela está sujeita à ação da Educação, instrumento do Estado; e se a Nação é uma realidade moral, política e econômica, a educação da face moral da Nação constitui instrumento de que o Estado dispõe para a realização de seu projeto. E é através da ação do Ensino Religioso que o Estado também atuará. Faz sentido, pois, nas falas de Getúlio e de Capanema, o reconhecimento da ação educativa eficaz da Igreja e da

potencialidade da educação moral do Ensino Religioso. E esta direção faz sentido para se entender, a partir de 1930, um dos traços marcantes dos movimentos que se oficializam nesse intervalo de tempo: o caráter de recuperação do espírito da nação brasileira através daquilo que a identificaria de forma destacada, ou seja, a tradição cristã do Catolicismo como expressão religiosa do povo brasileiro. Isso revalorizaria o homem brasileiro. De acordo com (CARNEIRO, 1988):

“Goes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, propôs em 1938 uma efetiva campanha de nacionalização enumerando uma série de providências envolvendo a ação e a atuação dos Ministérios da Guerra, Educação, Justiça e Trabalho.

Alertando para o ‘fortalecimento da consciência patriótica alemã, junto de uma política deliberada e organizada da Alemanha para a ampliação de seu domínio do mundo’, e para os perigos que a presença de núcleos estrangeiros organizados traziam à segurança nacional, Goes Monteiro propôs a ‘constituição da noção de brasilidade’.

Essa ‘brasilidade’ seria obtida mediante a aplicação de um projeto nacional de educação que enfatizaria o *catolicismo* do brasileiro, em detrimento de outras formas legítimas de religiosidade. Inclusive, a presença de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Cultura teria atenuado a influência de ideologias autoritárias na área de educação. A criação de ‘Juventude Brasileira’, de influência fascista, é considerada por Célso da Cunha como uma concessão feita por Capanema no momento em que se cogitava o nome de Plínio Salgado para substituí-lo no Ministério.”

Se por um lado a identidade do brasileiro seria buscada através do nacionalismo, a motivação religiosa assume, como se vê, a posição de fortalecimento da consciência patriótica em defesa contra um fantasma que povoa as ocupações dos dirigentes da nação: o fantasma do estrangeiro.

Além do mais, com a recuperação da tradição cristã do Catolicismo, o que se busca recuperar, através da educação, são os valores perdidos, anunciados mais explicita, ou abertamente, nas manifestações públicas das figuras políticas do pensamento conservador ou autoritário, nos meados de 1930. Por exemplo, as manifestações de Francisco Campos, Ministro da Educação e da Saúde, que assumira, no início das gestões do Governo Provisório, a liderança das relações do Governo com a Igreja na administração dos movimentos que culminaram com o Decreto que

regulamentaria, a partir de 30 de abril de 1931, o Ensino Religioso nas escolas públicas. No pensamento autoritário do momento circulavam tais valores: a religião, a pátria e a família.

“Eram os mesmos valores que serviam de bandeira para os vários sistemas políticos totalitários da época, e que, no Brasil, eram constantemente invocados nos discursos anti-comunistas, principalmente a partir de novembro de 1935.

Esses três valores estavam, segundo Campos, indissolúvelmente ligados: a religião, entretanto, era a base dos outros dois. Assim, no processo de sua recuperação, o ensino religioso assumia uma fundamental importância:

‘Há uma indissolúvel solidariedade entre aqueles três vínculos eternos. Se o bolchevismo combate a religião, é porque combate a família e a pátria. A religião que outra coisa é senão a sagrada família e a única sanção da família? E a pátria, senão uma afinidade de famílias, reunidas pelos laços do sangue e do espírito, e que laços mais fortes de espírito do que os da crença comum?’

E assim fecha-se o círculo: no esquema político autoritário de Francisco Campos o ensino religioso era, ao mesmo tempo, um instrumento de formação moral da juventude, um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário.” (HORTA, 1993)

Por isso, entende-se que a educação, de acordo com a argumentação pedagógica de Francisco Campos, não pode ser marcada pelo traço da neutralidade:

“ela apresenta sempre uma dimensão ética. Trata-se de ‘impor preceitos à consciência e subministrar à vontade motivos eficazes de ação’. Ora, isto não é possível ‘fora de uma concepção ético-religiosa da vida’. A formação do homem exige uma tomada de posição com relação aos problemas de sua natureza e de seu destino, isto é, com relação ao problema religioso:

‘formar o homem e orientá-lo para atingir a perfeição de sua natureza e realizar a plenitude dos seus destinos, e qualquer atitude em face das questões da natureza e dos destinos humanos envolve, implícita ou explicitamente, uma solução do problema religioso.’ (HORTA, 1993)

“Ao salientar a dimensão ética e moralizadora do decreto do ensino religioso<sup>1</sup>, Francisco Campos situava-se na perspectiva de Getúlio Vargas que, desde o momento de sua posse como Chefe do Governo Provisório vinha insistindo sobre o caráter moralizador da Revolução de 1930. Segundo Vargas, a Revolução havia sido feita para ‘sanear o ambiente moral da pátria’, para realizar a obra de organização moral (...) da República’. Para isso, o Governo esperava contar com o apoio de todas as forças morais do País. Ora, a Igreja Católica era, segundo Francisco Campos, uma dessas ‘forças morais’.

Por outro lado, ao identificar formação moral com educação religiosa e ao transferir à Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão, Francisco Campos estava não somente atendendo às exigências dos educadores católicos, que reclamavam para a Igreja essa tarefa, como também sendo fiel à sua concepção autoritária, procurando estabelecer mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade.” (HORTA, 1993)

[A relação do Sol com os cometas não seria uma descrição que daria, com o seu ar de natureza e com o ar de verdade que emana do saber objetivo da Ciência, o sentido de uma relação autoritária situada acima da produção histórica? Não seria essa uma relação emblemática que caracterizaria e justificaria, ideologicamente, o autoritarismo religioso e político do período em que se produz, circula e se recebe a Revista *Era uma vez...?* Nesse sentido, a atividade da Leitura e as ações do Leitor seriam movimentos que, sob a luz do esperado, se constituem no esforço para justificar, buscando legitimidade, e instaurar as relações de autoridade e de disciplina previstas no pensamento político e religioso que sustenta o Estado.]

E a Igreja, a despeito de ter reagido contra a sua utilização

“como instrumento de mobilização política para fins pessoais, assumiu sua parcela na formação moral do cidadão e na defesa dos valores do autoritarismo, em troca do apoio governamental para suas obras e instituições e de uma ação repressiva contra

---

<sup>1</sup> Referência ao Decreto n.19.941, de 30 de abril de 1931, promulgado por Getúlio Vargas na condição de Chefe do Governo Provisório.

aqueles que se apresentavam como um possível obstáculo à sua ação." (HORTA, 1993)

Ao se falar em Igreja não se está fazendo referência à instituição como um todo. É importante ressaltar que se trata de uma corrente que é fortemente atuante no Brasil, por quase toda a década de 30 até os meados de 40: se, entre as correntes, o essencial do pensamento cristão não era matéria de divergência, as estratégias políticas das correntes entendiam de modo diferente os problemas que mobilizavam o momento histórico em que viviam. Essa corrente, a dos conservadores, defendia, fundamentalmente, a manutenção de uma ordem que possibilitasse a existência do catolicismo e considerava o comunismo o grande inimigo da Igreja Católica dentro desse jogo de forças. E pensando nos expedientes para essa solução, vem à tona a questão da relação entre Igreja e Estado, merecendo atenção o jogo das expectativas e das trocas que nascem dessa relação.

Em carta<sup>2</sup> a Gustavo Capanema, no dia 16 de junho de 1935, Alceu de Amoroso Lima, tendo transmitido "ao Ministro a inquietação dos católicos diante da infiltração comunista, principalmente no setor da educação, nos sindicatos, no Ministério do Trabalho e no governo municipal do Rio de Janeiro," (HORTA, 1993), anuncia o que os católicos esperam do Governo:

"O que desejamos, portanto, do Governo é apenas:

1. Ordem pública, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;
2. Paz social, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;
3. Liberdade de ação para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal;
4. Unidade de direção de modo que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos."

Se nesse trecho fica evidente a expectativa dos católicos de que o Governo atue de modo mais eficaz, utilizando o seu aparelho repressivo

---

<sup>2</sup> Os trechos da carta de Alceu de Amoroso Lima aparecem como citações em:

HORTA, José Silvério Baia. O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-45). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.17, p.64-68, jun. 1993.

no controle da ordem pública e da paz social, de forma a garantir o exercício do trabalho de Igreja Católica no campo religioso e no campo social, em outros trechos dessa carta de Alceu de Amoroso Lima, fica mais evidente, por exemplo, o reconhecimento dos aparelhos repressivos na figura de alguns de seus dirigentes.

“À testa da pasta da guerra e da polícia do Distrito (que deveria constituir um ministério novo) acham-se felizmente dois homens<sup>3</sup> de bem, de ordem e de coragem, que são no momento dois esteios da ordem pública. Aplaudimos vivamente essas duas escolhas, que mais valem para nós católicos do que quaisquer favores aparentes, de que diretamente nos beneficiássemos. E formulamos os nossos votos para que seja cada vez mais prestigiada e auxiliada a atuação dessas duas autoridades”. (HORTA, 1993)

Em outro trecho, torna-se mais visível o caráter de exortação ao trabalho mais enérgico do governo no combate ao comunismo. E ficam mais claros e diretos os apelos de recomendação desse combate. Para Alceu de Amoroso Lima, era necessário:

“expurgar o Exército e a Marinha de elementos políticos revolucionários, reforçar a polícia, excluir dos sindicatos e dos quadros do Ministério do Trabalho elementos agitadores, organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homens de toda confiança moral e capacidade técnica”. (HORTA, 1993)

Se de um lado os católicos, na voz de Alceu de Amoroso Lima, solicitam do governo empenho no controle repressivo daqueles que se interpusessem como obstáculos à sua ação, de outro lado, eles solicitam a adesão do governo às iniciativas da ação social da Igreja:

“E ao mesmo tempo que esperamos do Estado uma ação firme em sua própria defesa e na defesa da coletividade, que o Estado olhe com mais simpatia e facilite a expansão daquelas atividades sociais que visam apenas elevar o nível moral e religioso da sociedade brasileira e portanto o seu progresso moral e espiritual. É o caso da Ação Católica Brasileira, que acaba de organizar-

---

<sup>3</sup> Pasta da Guerra: General João Gomes; Chefe de Polícia: Filinto Müller.

se em moldes nacionais e que precisa, para sua expansão, de um ambiente de segurança que só o Estado lhe pode dar”.(HORTA, 1993)

Pelo controle repressivo exercido e pela adesão às suas iniciativas, a Igreja, na voz autorizada de Alceu de Amoroso Lima, em troca, propunha uma

“aliança de todas as correntes que defendam, no Brasil, suas instituições sadias fundamentais, como a família e as idéias sadias e construtivas como a de pátria e religião, contra os agitadores e demolidores de todas elas”. (HORTA, 1993)

Além disso, aos homens, partidos políticos ou regimes, a todos aqueles que defendessem tais valores e que apoiassem a ação dos católicos, integrando-se às suas fileiras, a Igreja oferecia seu apoio político.

“Com a nossa organização, espalhada por todo o Brasil, com o nosso empenho em favorecer a educação do povo, em pregar e praticar a paz social, em defender a dignidade da pessoa humana, sob todos os aspectos, estamos certos de poder retribuir fartamente ao Estado os benefícios que este fizer à Igreja, não por favores ou privilégios, mas pela prática efetiva de suas funções, na garantia dos direitos individuais e da justiça social. E o homem público ou o partido que assim agir para com a Igreja pode estar certo de contar com o apoio de todo os católicos conscientes, de modo muito mais efetivado que se tentarem com eles qualquer aliança de ordem política.” (HORTA, 1993)

Ainda de acordo com a voz de Alceu de Amoroso Lima, ficam marcadas as diferenças com relação ao uso do aparelho repressivo em função dos alvos que se procura atingir: se o alvo da repressão é o pensamento anticatólico do comunismo, não há limites para a ação repressiva. Mas se o alvo são os aparelhos ideológicos, a censura deve ser “honesta” e o Estado, ao intervir no sistema educacional, deve agir com a colaboração da Igreja e da família.

“Os católicos serão aliados naturais de todos os que defenderem os princípios de justiça, de moralidade, de educação, de liberdade justa, que a Igreja coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo

(sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) – sùmula de todo o pensamento antiespiritual e portanto anticatòlico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educaçãocom a imediata colaboraçãoda Igreja e da família – vejam isso os catòlicos e apoiarão, pela pròpria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefìcios”. (HORTA, 1993)

Em setembro de 1937, dois meses antes da decretaçãooicial do Estado Novo, um documento dos bispos brasileiros esclarece de modo incisivo a posiçãoque a Igreja passa a assumir. Trata-se da “Carta Pastoral sobre o Comunismo Ateu”. Esse documento é lido e explicado aos fiéis nas igrejas e depois de interpretar as doutrinas e os processos do comunismo, os bispos exortam os catòlicos a rezar pedindo a Deus para livrar o Brasil de tal “flagelo” e para ajudar as autoridades no cumprimento dos deveres de conservaçãoda ordem social e de defesa do patrimônioda civilizaçãomeaçada. É isto o que diz Beozzo, citado por (HORTA, 1993), observando que a Igreja:

“nãose apóia exclusivamente em estratégia pròpria para fazer face dentro da sociedade civil à concorrência ideològica, mas convida os catòlicos a cerrarem fileiras em torno das autoridades para a conservaçãoda ordem social e do patrimônioda civilizaçãomeaçada. É para o Estado que a Igreja se volta e empresta-lhe todo o seu apoio.”

[É possível que a sintonia dos catòlicos com o aparelho repressivo, na luta pelo saneamento da sociedade, tenha favorecido a circulaçãode ações que têm a intençãode serem atividades legitimizantes da repressãoda produçãocultural infanto-juvenil do perìodo estudado. Veja-se, por exemplo, a açãomoralizadora de Vovô Felício e seus netinhos ao se situarem, envolvidos, ficcionalmente, num Plano, que articula o ataque e a defesa da leitura, através do Exército da Boa Leitura (105). É importante lembrar aqui, também, o apelo moralizante de controle da boa leitura, ou leitura sadia, no texto da “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa.” (107)]

Mas essa é a corrente da Igreja catòlica que, por toda a dècada de 1930 até os meados de 1940 atua hegemonicamente no Brasil: é a que estabelece uma relaçãautoritária, de orientaçãofortemente conservadora,

dentro da sociedade, e que acaba estabelecendo relações de colaboração com um período governamental marcado por atos de autoritarismo que acabam por se manifestarem, de forma ordenada, na construção do Estado Novo a partir de 1937.

Como a Igreja, ela mesma, se explica a manifestação de tal corrente, ou tendência, autoritária no interior de si própria nesse período?

Alceu de Amoroso Lima, em 1947, procura buscar as razões, segundo (HORTA, 1993), para esta fisionomia autoritária da tendência, ou corrente, conservadora, no interior da própria Igreja:

“A igreja, pois, é uma realidade que se coloca no meio da história, no curso das civilizações, não como um produto mas como uma causa.(...) Ora, o reconhecimento de que a Igreja Católica guarda consigo os últimos elementos da verdade (...) traz consigo a elevação de dois conceitos à categoria de bases fundamentais da vida – a autoridade e a tradição. É a autoridade da Igreja que nos faz crer nos seus dogmas, como verdades objetivas e não apenas como definições arbitrárias. (...) O catolicismo é uma religião de autoridade. (...) Daí, dessa importância da autoridade como base da fé, para uma falsa exaltação do autoritarismo, em outros planos não religiosos, mas políticos e econômicos, é um pequeno passo...”. (HORTA, 1993)

Ao dizer que o catolicismo é uma religião de autoridade, isso quer dizer que o poder de sua autoridade garante a força da crença religiosa em suas verdades, ou dogmas, tirando-lhes o caráter de construção arbitrária que possa vir a ter. É essa fonte do autoritarismo o que possibilita a instauração de relações dogmáticas que acabam por servir a interesses que estão além do terreno religioso, nos espaços do político, do social, do econômico. Assim pensando, o religioso pode, por exemplo, contaminar o político e, nessa contaminação, o caráter de sagrado atravessaria os portadores dos símbolos políticos e religiosos.

Por isso, pode-se abrir uma chave, ou, perspectiva que possibilite a compreensão dos vínculos que uniriam esses dois territórios, observando, por exemplo, as relações dogmáticas como expressão que os articularia. Tais relações caracterizam-se por uma liturgia em que se articulam *o mandar* e *o obedecer*: caracteriza-se por um jogo autoritário em que *a ordem* precisa produzir não só *a submissão*, mas aquilo que faz parte da grande obra de Poder e que consiste, exatamente, em fazer-se

amar: nas palavras que produzem o jogo do fazer-se amar estão magicamente embaladas as palavras que produzem a expressão da necessidade pessoal da submissão.

A estruturação do jogo que a autoridade e a tradição estabelecem para fazer circular as crenças de sua doutrina, como dogmas, a fim de se efetivar a batalha e a conquista dos subordinados, pressupõe, então, essa chave teórica que poderia ser chamada de estrutura das relações dogmáticas. E é o que se caracteriza nas palavras que vão *agora* surgindo.

“A realização de tal prodígio sempre supôs uma ciência particular, que precisamente constitui a armação desse amor e camufla com seu texto a prestidigitação de uma pura e simples imposição de adestramento. Em outras palavras, a Lei em cada sistema institui sua ciência própria, um saber legítimo e magistral, para assegurar a comunicação das censuras até os sujeitos e fazer prevalecer a opinião dos mestres. No estreito espaço das tradições ocidentais, mas graças à linhagem ininterrompida dos comentários jurídicos ou das novas versões do texto, se nos oferece essa matéria surpreendentemente preservada, uma *ciência perpétua do Poder*. Dos teólogos-legistas da Antigüidade aos manipuladores de propagandas publicitárias, um só e mesmo instrumental dogmático se aperfeiçoou a fim de captar os sujeitos pelo meio infalível que aqui está em questão: *a crença de amor*.” (LEGENDRE, 1983)

É necessário lembrar

“freqüentemente os estratos medievais do dogmatismo ocidental; ele erige a Idade Média clássica como nó da história, a partir do século XII marcada pela efervescência da dialética abelardiana, pelo renascimento do Direito Romano, pela composição moderna do Poder sob as figuras da teocracia pontifícia. Então, não é preciso procurar muito longe para encontrar o ponto focal para onde convergem a tradição e a lógica, tanto uma quanto a outra reunidas em uma gramática, como explicava Raimundo Lúlio em suas exposições vertiginosas em meados do século XIII. Se quisermos realmente ver alguma coisa em nossa questão sobre a constituição e a transmissão do objeto institucional, é preciso escolher este começo: uma espécie de primeiro instante que tem seu alcance lógico até nossos dias. Cada vez que deve ser reconhecida, a historiografia ocidental enuncia isso perfeitamente, através de uma narração da Gênese, que designa a era imaginária de onde foi

arrancada, sem retorno, acredita-se, a cultura européia, que entrou numa *via moderna* a partir da Reforma, do capitalismo e das teocracias seculares. Mas essa referência à idade média (da qual o historiador se apregoa portador, encarregado de designar os sentidos), essa remissão à infância da ciência, indicam precisamente aonde se atém o discurso original, censurado e desviado na junção dos tempos modernos.” (LEGENDRE, 1983)

“Enfim, sob o signo do dogmatismo, deve-se nomear as burocracias, cuja genética depende estreitamente da instauração do discurso canônico no Ocidente.” (LEGENDRE, 1983) Em outras palavras, as grandes burocracias do Ocidente encontram com muita felicidade seu modelo no Direito Canônico e na Teologia Escolástica, onde surge a obra de liturgia da submissão que se pode assistir: a lei se organiza em sistemas que articulam os seus comentários, seus doutores, suas excomunhões e aquele que tudo vê, prevê e provê, o censor onisciente e onipotente: o pontífice que deve ser amado e a quem se deve sujeitar ou submeter-se.

É assim que, sob a lei do Poder que se configura em Estado Novo – quando tal lei toma corpo em um de seus braços, o da Censura exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – pode ser entrevista a sua força nas mãos que articulam a produção de textos da música popular brasileira do momento. As letras não disfarçam a defesa da política de submissão, ou de adestramento, do trabalhador estabelecida e controlada pelo Estado e também não disfarçam a defesa do culto, do louvor, ou do amor ao país e ao presidente. E não usam de disfarces porque estão sob o controle autoritário da censura oficial exercida pelo aparelho repressivo do pontífice-censor, que se instala na mão do letrista ao produzir um texto que objetiva operar a recepção, a circulação e a produção do fazer-se amar do sumo presidente e do jogo que tece o desejo de submissão.

Ou seja:

“O Departamento de Imprensa e Propaganda não só controlava a imprensa e as diversões como também procurava interferir na criatividade dos artistas, através de ‘conselhos’ e ‘sugestões’. Assim, por volta de 1940, achando que existia muito samba fazendo apologia da malandragem, o DIP ‘aconselhou’ os compositores a adotarem temas de exaltação ao trabalho e execração à boemia. A aceitação da ‘sugestão’ seria responsável por uma safra de sambas

descrevendo personagens bem-comportados, alguns até ex-malandros convertidos em ordeiros operários. Este é o caso de *É' negócio casar!*, de autoria de Ataulfo Alves e Felisberto Martins." (SEVERIANO, 1983)

#### É NEGÓCIO CASAR!<sup>4</sup>

Veja só!  
A minha vida como está mudada  
Não sou mais aquele  
Que entrava em casa alta madrugada  
Faça o que eu fiz  
Porque a vida é do trabalhador  
Tenho um doce lar  
E sou feliz com meu amor  
O Estado Novo  
Veio para nos orientar  
No Brasil não falta nada  
Mas precisa trabalhar  
Tem café, petróleo e ouro  
Ninguém pode duvidar  
E quem for pai de quatro filhos  
O presidente manda premiar  
É negócio casar !  
Veja só etc. (SEVERIANO, 1983)

Se, pelas letras desse texto, articula-se a lei do Poder na produção explícita da liturgia da submissão – materializada no desejo de submissão, ou de adestramento – ficando, pelos espaços do implícito, os significados do fazer-se amar do presidente, em outros textos, os significados que articulariam a submissão ficam implícitos. E o que aparece explícito são os jogos caramelados do fazer-se amar, que deixam no seu recheio, escondidos, os propósitos de submissão dos indivíduos. É o que acontece quando o país é o objeto que é colocado, pelas palavras pontifíciais, na posição do fazer-se amar: com o amor que exalta a positividade do país, surge um outro objeto que, segundo as malhas do texto, produz a felicidade do país, o presidente. Assim, a aproximação desses dois objetos

---

<sup>4</sup> Samba de Ataulfo Alves e Felisberto Martins – Ataulfo Alves com Fon-Fon e sua Orquestra – Disco Odeon n.12047-a – Gravado em 12.06.41 e lançado em outubro/41.

acaba, por contaminação semântico-afetiva, colocando-os na posição explícita do fazer-se amar. É o que se pode depreender na letra do samba de Alberto Ribeiro e Alcir Pires Vermelho:

#### O SORRISO DO PRESIDENTE<sup>5</sup>

Quem já sondou o teu céu  
E já viu o teu mar  
Eu sei que não poderá querer  
Outro céu, nem outro mar  
E sob a bênção do azul  
E aos beijos do mar  
Vive sempre a sonhar  
É bem maior que o próprio céu  
E maior que o próprio mar  
O meu amor por ti  
Há um sorriso feliz  
Alegrando o país  
onde eu nasci  
Quem já sondou etc.<sup>6</sup>

Mas a produção da cultura, a serviço da manutenção da ordem social, multiplica a lei e o Poder pelos agentes que escrevem e lêem textos com o intuito de fazer expandir o esforço do fazer-se amar a que se subordina, de forma explícita ou implícita, o jogo do desejo de submissão. É o que se pode ver na figuração de Vovô Felício na editoração da Revista *Era uma vez...*, na interlocução que estabelece com os seus leitores e colaboradores dominantes – os pequenos redatores – empreendendo o exercício litúrgico do fazer-se chefe, patriarca, ou vovô de muitos netinhos que o amam e que, embalados nessa crença de amor, precisam aprender a virtude da obediência, ou da submissão.

[Os textos aqui referenciados, a seguir, com os títulos de Versos, Meus Versos, O Desobediente, A Menina Desobediente e Era uma

---

<sup>5</sup> Samba de Alberto Ribeiro e Alcir Pires Vermelho – Déo com Chiquinho e seu Ritmo – Disco Colúmbia n.55336-a – Lançado em maio/42.

<sup>6</sup> Os textos referenciados nas notas 4 e 6 aparecem aqui registrados com a pontuação original documentada pela fonte.

vez... fazem parte da Seção que aparece na revista *Era uma vez...* com o título de Histórias que os netinhos contam. Evidentemente, tais histórias trazem as marcas dos dedos e dos critérios que fazem a seleção prévia das colaborações enviadas pelos leitores, que assumem, ainda, a posição eventual de pequenos redatores, ou colaboradores. É bom lembrar que a Correspondência do Vovô Felício explicita alguns desses critérios. E é bom lembrar que os colaboradores selecionados portam o distintivo da sintonia com o projeto da revista, o que os coloca na posição de agentes que trazem incorporados os ideais de seu projeto editorial e, por isso, trazem, ainda, a medalha que os identifica como exemplares, ou modelares. E, por isso, aparecem como peças importantes no ritual da leitura, que é utilizado como estratégia para exemplar leitores no serviço produtivo da submissão.]

#### VERSOS<sup>7</sup>

Dedicados ao Vovô Felício

##### I

Meu saudoso Vovô Felício,  
Meu vovô do coração,  
Queira aceitar, muito bondoso,  
Esta simples saudação.

##### II

Quisera eu conhecer  
Este velhinho tão gentil  
Que toda quinzena escreve  
Nossa revista infantil.

##### III

Meu querido vovô Felício,  
Avô de toda garotada,  
Deste país que é tão belo,  
Desta Pátria idolatrada.

---

<sup>7</sup> Por HAROLDO RIBEIRO DE PAULA do Instituto de Preparatórios, de Ribeirão Vermelho. *Era uma vez...* (01/08/40).

#### IV

Vovô Felício:  
Dei-lhe esta saudação;  
Agora, neste momento,  
Dou-te o meu coração.

#### MEUS VERSOS<sup>8</sup>

(Oferecido ao Vovô Felício)

Salve Vovô Felício!  
Ilustre e bondoso escritor,  
Nós vos saudamos carinhosamente  
E vos oferecemos o nosso amor.

Saudamos ao Patrono  
Do nosso Grêmio Escolar!  
Viva Vovô Felício,  
Que tanto nos sabe amar!

Ele é tudo para nós  
Nós o amamos de coração,  
Ele nos ensina tantas cousas boas.  
Que só nos causa satisfação.

Ele nos guia na nossa senda,  
É para nós como a Estrela Polar;  
Temos o seu nome aqui gravado,  
Em fino brocal sempre a brilhar.

Vós sois o Patrono deste Grêmio,  
A estrela que neste templo brilha,  
Sois o ideal de nossas alunas  
Que do vosso coração são filhas.

Viva o ilustre escritor!  
Viva o seu nome querido!  
Os nossos vivas a Ele serão  
Em todo o Brasil ouvido.

---

<sup>8</sup> Composição de FLORA RAILE. Era uma vez... (01/08/40).

Se, de um lado, a editoração do periódico faz circular significados em palavras que fazem o elogio do amor ao Vovô Felício, o trabalho do editor reside, por outro lado, na tarefa de extrair desse amor manifesto o fazer-se amar com as próprias palavras que lhe fazem a promessa de amor. E, num outro plano de significados, na contraface do amor, o editor põe a circular os textos que fazem a apologia da obediência e a execração da desobediência, articulando-os ao jogo litúrgico da submissão.

#### A MENINA DESOBEDIENTE <sup>9</sup>

Marina era uma menina muito desobediente. Não gostava de ir a aula e não estudava.

Certo dia Marina pediu a sua mãe um doce para a merenda e foi brincar com sua amiga Madalena. A amiga de Marina era tão boa e estudiosa e deu muitos conselhos.

Marina ouvindo os bons conselhos de sua amiga, é hoje uma boa menina, obediente e estudiosa.

#### O DESOBEDIENTE <sup>10</sup>

Luís era um menino muito desobediente. Certa vez sua professora lhe disse que era para ele estudar, porque estava no começo das provas. Sua mãe disse-lhe que era para ele estudar.

Luís não se incomodou e foi brincar com seus amigos. No dia de fazer a prova fez tudo errado e não foi promovido.

Seus pais por castigo o puseram interno em um colégio. Luís agora está arrependido de ter desobedecido a seus pais.

Moralidade: Devemos obedecer os nossos pais.

Com isso, o jogo burocrático, que faz circular seus dogmas, fundado no ritual da submissão e do fazer-se amar, precisa fazer operar o papel que a lei do sistema lhe confere: o papel de censor, praticado pelo pontífice, aquele que deve ser amado para poder submeter. Nesses termos, o netinho-colaborador faz circular a notícia do registro de *Era uma vez...* na lei da censura, o que significa dizer que o periódico estabelece sintonia com o Estado, com o seu chefe sacrossanto e, por aí, Vovô Felício articula

---

<sup>9</sup> GERALDA CAMPOS - 9 anos - 2º ano - S. Brás do Suassuí. *Era uma vez...* (01/10/40).

<sup>10</sup> TEREZINHA DE ARAUJO BRANDÃO - 4º ano - Grupo Escolar Silviano Brandão. *Era uma vez...* (01/10/40).

o seu lugar no campo do poder das forças sagradas, que precisam ser amadas, fazendo crer no amor para o exercício nem sempre discreto, ou disfarçado, da submissão, o que significa dizer, em outras palavras, que nem sempre o amor do censor veste a armadura que camufla a submissão.

### ERA UMA VEZ...<sup>11</sup>

Temos em mãos mais um número da revista de Vovô Felício, ERA UMA VEZ... Gostamos muito dessa revista, pois ela nos traz sempre interessantes colaborações, notas, composições, biografias de homens célebres do Brasil, notícias de clubes de leitura e grêmios literários, aniversários, etc.

Faço idéia de que Vovô Felício deve ser um senhor muito bom e amigo das crianças, pois só quem ama as crianças é capaz de fazer uma revista tão boa e apreciada por elas.

Ele deve estar muito satisfeito, pois ERA UMA VEZ... acaba de ser registrada no Departamento de Imprensa e Propaganda, podendo agora circular livremente em todo o Brasil.

Meninos do Norte, do Sul e de todo o Brasil, leiamos ERA UMA VEZ... Viva! Vovô Felício !

Mas o pontífice não é apenas aquele que é vestido com as armas da censura. Ele tem a marca da divisão pelo seu corpo: traz em si a face fraca, ou pecadora, da pessoa, mas traz ainda a outra face, a da pessoa que sabe tudo e que fala como oráculo.<sup>12</sup>

“A idéia jurídica do pontífice propõe desse modo o sujeito mais totalmente disjunto e, sob tal estatuto, funcionalmente preparado para o papel do falador da instituição. Pouco importa que ele seja o papa enquanto indivíduo nomeado. A instituição o

---

<sup>11</sup> ANGELINA GOMES - (13 anos) - 4º ano Classe de D. Taninha (Do “Vozes de Primavera”, das Escolas Reunidas de Jequeri). Era uma vez... (01/10/40).

<sup>12</sup> As Palestras do Vovô Felício não seriam aquele espaço de difusão de significados em que ressoam as direções que emanam da voz do oráculo? Não seriam as palestras o espaço em que circulam a conversa, a opinião, o editorial e os exercícios ginásticos que conferem ao narrador das histórias de Era uma vez... o papel de pontífice e, como tal, o papel específico de oráculo? É bom lembrar que ele é a verdade: o oráculo tudo sabe, tudo vê, tudo prevê, tudo provê: faz o exercício da onipotência a despeito dos limites que se manifestam nesse exercício.

fez entrar nesse estatuto em que se realiza um desmembramento ideal daquele que deve falar, e ocorrerá o mesmo com todos aqueles que figurem neste lugar, do qual depende hierarquicamente, isto é, por Direito sagrado, o manejo geral dos textos. A instância pontifícia, porque ela é única, representa o drama social em sua totalidade, ensina essa espécie particular do delírio que funda toda instituição, impondo a todos os seus sujeitos uma mesma versão do ilusório. Aí se organiza a autoridade de onde resplandece a lógica até o último nível, o de baixo, em relação pedagógica com os poderes conferidos ao de cima. Um desconhecimento que seja o mesmo para todos, desconhecimento que supõe o verdadeiro se ele tem o monopólio de dizer a lógica, esta é a realidade do mistério pontifício, que, por sua habilidade e sua eficácia, devia constituir uma experiência arquetípica, notavelmente difundida e depois modernizada na Europa; as grandes burocracias nacionalistas do Ocidente conquistaram igualmente as massas por essa ficção da monarquia de um chefe sacrossanto, que dita sob sua lógica os estereótipos de uma crença.<sup>13</sup> Sem esse delírio da autoridade, rigorosamente controlado segundo os procedimentos que foram acertados na chefia religiosa, não teriam nascido os Estados" (LEGENDRE, 1983) em que o político não se dissocia do religioso nem o religioso se dissocia do político.

Mas as palavras do pontífice não podem ser isoladas da figura amorosa que ele propõe, o que é possível pelo direito e pelo poder que são conferidos ao soberano no seu exercício sobre as massas. As massas, na posição de sujeitados à verdade das palavras do pontífice, são cativas da rede, ou do tecido, que as espera, pois "o pontífice significa para todos o benefício de trazer resposta a tudo".<sup>14</sup> Isto significa dizer que as suas palavras fazem parte da prática irrecusável da obediência à instância onipotente.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Veja-se, na Pedagogia Tradicional, segundo (CHARLOT, 1979) a dimensão aristocrática de sua constituição e a utilização burguesa dos constituintes de tal pedagogia em seu projeto político e econômico.

<sup>14</sup> (LEGENDRE, 1983).

<sup>15</sup> "Mesmo nos Estados industriais, após as belas invenções da teocracia pontifícia e das monarquias nacionais, a alusão ao Chefe adorável garantiu a selvageria original do Político." (LEGENDRE, 1983).

Em outras palavras, o

“que os Ocidentais identificam quando eles evocam as origens medievais e cristãs dos Estados modernos, não é tanto o modo escolástico do tratamento do texto, quanto este espaço ilimitado do mito antigo, na Europa latina, que dispõe idealmente os sujeitos em uma situação de espera absoluta da Palavra conferida ao pontífice, e que transforma o mestre em portador desta Palavra temível.” (LEGENDRE, 1983)

[É bem possível que essa palavra seja temível por ter ela o caráter de sagrado de que se reveste o saber do pontífice. Veja-se, nesse aspecto, o trecho em que Vovô Felício conta, para seus netinhos, a história de Juscelino. Nesse trecho, ao falar do cometa na relação com o Sol, pode-se pensar o seguinte: a referência a Sol aparece em maiúsculas, por associação, talvez, ao significado de Astro-Rei, numa associação à dimensão de rei, ou centro do sistema planetário e, possivelmente, deve estar indiciando, ideologicamente, a manifestação da posição centralizadora, ou articuladora, dos cidadãos em torno do patriarca, do avô, do chefe, do presidente, do ditador, do rei, do pontífice. Ou dos netinhos em torno da leitura do Vovô. É bem possível que essa relação do Sol com os cometas esteja, aí, cumprindo a tarefa de projetar para o alto, ou para o círculo da metafísica, o lugar de onde brotaria, naturalisticamente, o saber. E aí se escaparia do saber encarnado na história. A palavra, então, seria temível porque teria, penso, o poder de reprimir, ou censurar, as tentativas de explicar a relação com o pontífice através da história e não através da metafísica que, absolutisticamente, explicaria a história e a natureza. Essa instância de explicação, que se pretende natural, seria temível porque seria sagrada, pois tudo ali está estabelecido e apenas o pontífice tem o poder de manipular as palavras em tal instância. E aí os súditos são colocados na posição de depender das palavras, ou ações, do pontífice para ter a garantia de viver, pois apenas ele deteria o controle do circuito que forma o círculo do sagrado, onde reina o dever irrecusável da obediência associado, de modo fraterno, à prática condenável da desobediência. Veja-se o que diz (LEGENDRE, 1983):

“Na mais monumental, na mais complexa e na mais compreensiva divisão das ciências, o Direito canônico pode ocupar indiferentemente uma das dezesseis partes onde se acham contidas todas as ciências, absolutamente todas. Mas essa classificação horizontal e não hierárquica, se ela faz do Direito pontifício uma ciência tão natural quanto o inventário dos vegetais, escamoteia aquilo de que precisamente os juristas dão conta: que existe um saber sagrado, privilegiado e separado dos outros, em relação com o Pra-cima onde reside a Potência; só nesse lugar aí é que se domina afinal e se justifica a Natureza.

Se volto a lembrar isso, é para levar em consideração, uma vez mais e de um outro ponto de vista, a cosmogonia ocidental, essa marca irrecusável e radicalmente elementar de um sistema em que a instituição, tanto quanto alhures em outras culturas, está associada à realidade sacerdotal, à geométrica definição das Leis, à designação de um círculo sagrado onde tudo está dito.” (Os grifos são do autor.)

É bem possível que este círculo sagrado seja o espaço que preside a articulação da relação de contar e ouvir histórias que une vovô e netinhos: a fala do narrador tem a orientação de quem fala de algo que está acima, num território em que o desenho das coisas já está pronto. Caberia a quem conta e a quem ouve histórias apenas a reprodução dos significados estabelecidos. É o que faz, então, o narrador:

“Vovô Felício pegou um lápis e, num pedaço de papel, desenhou o giro do cometa ao redor do Sol. Mostrou o desenho aos netinhos e continuou:

O Cometa Halley, por exemplo, leva setenta e dois anos para aproximar-se novamente do Sol, depois de seu passeio pelo espaço. Assim, este cometa, tendo passado pela terra em 1910, quando o menino Juscelino o viu, somente em 1982 voltará a ser visto por aqui, isto é, setenta e dois anos depois.”

No círculo sagrado do saber que pretensamente pertence ao narrador, a certeza dos enunciados estabelece um futuro que não foge das linhas de tal círculo. Mas muitos, a grande maioria da população brasileira, não conseguiram ver o Halley em 1982. Isto obriga a dizer que, embora o círculo sagrado comunique a verdade sem a marca da história, como algo pronto, pois “a verdade

dogmática consiste em apagar do escrito seu traço de história” (LEGENDRE, 1983), a ocorrência dos fenômenos obriga a um questionamento do estabelecido, ou a um questionamento do sentido de sua verdade.]

E esse vínculo entre o religioso e o político encontra seu velho invólucro na teologia monoteísta, que é aperfeiçoada pela Escolástica aristotélica: esse invólucro envelhecido e descorado constitui nas nações católicas do Ocidente cristão, uma construção com que se opera o conjunto das técnicas de comunicação graças às quais se mantém a tradição eficiente na existência dos povos.

Essa construção, ou o esforço da organização monoteísta, revela que

“as parcelas com que se compõem os grandes agrupamentos modernos, dotados de unidade, ou seja que dispõem de uma língua (a língua nacional), mantêm-se entre si, por alguma *ativa direção do movimento mental*.<sup>16</sup> O Político abriu seu caminho pelo esforço monoteísta, cujo resultado nós conhecemos: o grande homem heróico e a ciência do Poder.” (LEGENDRE, 1983)

Em outros termos, o monoteísmo constitui aquele poder absoluto para dirigir as coisas mentais que preside o advento das organizações nacionalistas e que determina um modo particular de aferrolhamento que pode ser chamado de Estado, o pontífice na sociedade leiga. E, aí, o Estado mascara o seu caráter de sagrado, na tradição humana da criação praticada pelo Ocidente, nos moldes de sua tradição latina, através de um culto fanático dos chefes.

[Ao dizer que este trabalho se chama Texto são em mente sã, vê-se claramente a indicação da diretividade da leitura como atividade destinada à direção ativa das mentes, dos corações... pela ação de um chefe que se coloca a serviço de um programa político que faz sintonia com o Estado que se denomina Estado Novo.]

E o chefe fala. Fala como pontífice, com a voz de oráculo que o caracteriza, sintonizado com a voz dos netinhos que contam histórias,

---

<sup>16</sup> O grifo é do autor.

assumindo o lugar estabelecido na rede das palavras com a posição de quem fala, ou de quem maneja o segredo dos textos. As vozes dos netinhos constituem-se, pois, com o traço de vozes coadjuvantes que formam o exército<sup>17</sup> do monarca na batalha de conquista das mentes: a direção fixa as mentes como objeto de conquista, com o intuito de propagar, ou de disseminar, a submissão à palavra onipotente do pontífice, que, para submeter, precisa ser amado e cultuado como chefe a fim de esconder o caráter religioso, ou sagrado, de que se reveste a sua ação pontifical. É assim que se entende as falas, ou os textos dos netinhos: são vozes que fazem ecoar a fala do pontífice; são vozes autorizadas pelo alto a propagar, para baixo, os significados que disseminariam a educação das massas, ou das crianças e jovens, na direção do censor, senhor do amor, a quem devem submissão.

Passando pela sessão, “Pelos Clubes de Leitura e Grêmios Literários”, tem-se uma notícia da reunião solene do primeiro aniversário do Grêmio Literário “Vicente Guimarães”, das escolas de Guaxima (MG), e dessa reunião tem-se o discurso da aluna Flora Raile. É uma fala que por si falaria do culto, ou do amor ao chefe, ao patrono do grêmio literário.

[Patrono que é da família de pai, padre, patriarca, patrão, significaria, ainda:

“Chefe militar ou personalidade civil escolhida como figura tutelar de uma força armada, de uma arma, de uma unidade, etc., cujo nome mantém vivas tradições militares e o culto cívico dos heróis: Caxias é o patrono do Exército, Tamandaré é o patrono da Marinha e Santos Dumont é o patrono da Aeronáutica.” (HOLANDA FERREIRA, [s.d.]).

O culto cívico de que é objeto o Vovô Felício, ou o culto do cidadão, na qualidade de civil que exerce a tutela das mentes que lêem, pratica com o seu projeto de leitura, não só o culto a si, mas, ainda, o culto cívico dos heróis e dos dirigentes do país. Esse esforço de reprodução do culto faz parte de uma prática educativa deliberada de cultivar o chefe que atua no exercício pedagógico da condução,

---

<sup>17</sup> Vejam-se as referências do Exército da Boa Leitura e da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa: págs. 105 e 107.

ou direção das mentes. É bom lembrar que as ressonâncias semânticas militares da palavra patrono estão presentes, de forma ficcional, em Vovô Felício, na qualidade de general, comandante do Exército da Boa Leitura.]

“Exmos. senhores.  
Cara assistência.

A diretoria do Grêmio Literário ‘Vicente Guimarães’ acaba de executar carinhosamente o seu programa da Saudade que é oferecido ao bom povo de Guaxima.

Em nome da diretoria eu saúdo a todos os presentes que gentilmente aceitaram o nosso convite, comparecendo nesta festiva reunião.

O nosso querido Grêmio tem por patrono o ilustre escritor mineiro Vicente Guimarães sincero e dedicado amiguinho das crianças deste recanto.

É com vibrante entusiasmo que eu pronuncio este nome que por nós é imensamente querido.

Todos vós já conheceis de nome, Vovô Felício, de Belo Horizonte.

Ele é alma da bondade, da grandeza e do carinho.

Vovô Felício vive em nossos corações, ele está atado pelo laço indissolúvel do nosso amor.

É verdade que a distância que nos separa dele é longa, mas ele vive conosco bem unido aos nossos inocentes peitos.

Que nome belo e doce é o nome de Vicente Guimarães!

Foi com muita dedicação que organizamos este programa que acaba de ser desempenhado diante de vós.

Com nossos sinceros agradecimentos fechamos mais esta página da nossa entusiástica reunião!

Todos vós digneis aceitar as nossas efusivas saudações acompanhadas desta nossa eterna gratidão.

Agora, em uma só voz, demos todos um vibrante *viva ao ilustre patrono do nosso Grêmio!*

Viva Vicente Guimarães!

Disse!”<sup>18</sup>

Mas o objeto de amor, aquele que precisa ser amado, pode ser o Brasil e, por extensão os chefes que o conduzem, ou dirigem os seus

---

<sup>18</sup> FLORA RAILE, Guaxima, 08/07/40 - Era uma vez... 01/08/40.

destinos, pois o chefe, ao ser cultuado legitimaria o poder de administrar dogmáticamente as relações de poder: mandar e obedecer circulariam embalados nas palavras de amor. Esse objeto pode ser, ainda, a revista *Era uma vez...*, o que, em tal prática possibilita o exercício da reprodução da prática do fazer-se amar a fim de multiplicar pelos espaços sociais a laboriosa tarefa de instaurar, disseminar, consolidar, retificar o jogo dogmático que configura o nascimento de uma nova ordem social, ou de uma nova revista que se ponha a serviço da reprodução dessa nova ordem. É claro que tal ordem estaria fundada no jogo sagrado do saber pontifical, quando aquele que administra tal saber faz a execução de atos de *mando* articulados a atos de *obediência* como peças, ambos, de uma relação sacrossanta em que monarca e súditos se constituiriam.

### “O BRASIL”<sup>19</sup>

O Brasil é minha terra,  
Terra de encantos sem par,  
Olhai o verde das matas !...  
Olhai o azul do mar!...

Amamos nosso Brasil  
Por ele damos a vida.  
Pois qual o que não tem orgulho  
Em morrer pela pátria querida !

E toda riqueza encerrada  
No solo de qualidades mil,  
Pois temos orgulho de ser filhos  
D’um país nobre e viril!...

Terminando estas simples palavras  
Safdas do coração  
Ergo um viva ao Brasil  
E ao chefe da Nação.”<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> ADALBERTO DIAS TAVEIRA - 4º ano - Escola Particular de Ribeirão Vermelho - Era uma vez... 15/09/40.

<sup>20</sup> Veja a nota 5: O Sorriso do Presidente. As palavras da revista e da letra da música reproduzem o jogo do culto ao Brasil e ao chefe.

## “AO PREZADO VOVÔ FELÍCIO”<sup>21</sup>

Os alunos do ‘Externado Serpa’, do Rio de Janeiro, em nome das crianças brasileiras, saudam, com o coração em festa, a querida revista *ERA UMA VEZ...*

Vovô Felício  
que encanto aqui:  
– *ERA UMA VEZ...*  
Pensei - senti...

Imaginei...  
Será p’ra mim?  
Vovô Felício  
disse que sim...

E aqui está  
muito cortês  
Nos segredando:  
*ERA UMA VEZ...*

A Mirezinha  
bela e feliz  
A princesinha  
deste país...

## “ MINHAS COMPATRÍCIAS”<sup>22</sup>

*ERA UMA VEZ...* precisa tornar-se vitoriosa!

É verdade que alguns loiros já se vão acumulando para quem conta ainda poucos meses de existência. Mas, nós sonhamos para ela, a nossa amada revista, uma vitória muito maior: estupenda, fantástica, completa!

Queremo-la conhecida e assinada por toda criança de bom gosto que povoa o solo imenso de nossa querida pátria.

Assim como o rádio penetra por toda parte e vai congozando os povos, *ERA UMA VEZ...* nestes brasis afora, eu o espero,

---

<sup>21</sup> CARLOS DUTRA MARTINS SANTOS - Era uma vez... 01/09/40.

<sup>22</sup> Da netinha INEZITA, Era uma vez... 01/09/40.

penetrará alvissareira, cantante como a cotovia, levando a todas as crianças as histórias bonitas que sabe contar...

E não são só histórias bonitas de um grande fundo moral, são conselhos de mestres em proveito da petizada; são aventuras arriscadas, com desfechos magníficos, prevenindo e aguçando a nossa curiosidade, ao lado de concursos valiosos que empregam, visando deleitar e instruir.

Por isso, compatriças queridas, assinemos e propaguemos *ERA UMA VEZ...*!

O Conto de Mirezinha do Castelo Vermelho, por si só, vale os vinte e quatro mil réis da assinatura.

Metamos mãos à obra! Cada assinante atual terá que se empenhar em passar 10 assinaturas, sim?

O Vovô Felício o merece, e a infância brasileira necessita tomar conhecimento da preciosa revista que lhe é dedicada!"

O que dizer do manejo técnico dos textos? Uma vez que as relações dogmáticas se constituem sob a determinação da ativa direção dos corações e mentes, que é estabelecida pela orientação monoteísta presente na ação dos dirigentes políticos, ao se vestirem de chefe para encobrir as vestes do religioso no seu corpo, o que se escreve, ou se lê, está sujeito a uma técnica de comunicação particular. Tal técnica consiste na prevalência da reprodução dos significados uma vez que a atividade de escrever, de ler, precisa praticar o serviço da perpetuação do círculo sagrado das "coisas" ditas, onde reside o pontífice, o que pressupõe um certo comportamento em quem escreve e em quem lê: o comportamento de obediência dos olhos que lêem e da mão que escreve. Por isso, os textos são escritos, lidos, sob a pressuposição de que existem modelos onde residem os significados sagrados que servem de direção para as mentes e os corações obedientes, o que significa dizer, mais uma vez, que escrever, ou ler, é, predominantemente, reproduzir o estabelecido. Por isso, o texto de Lucilo se expõe, é exposto, como experiência modelar que pretende dirigir ativamente a produção de textos pela estilização centrada na paráfrase: a estilização de Lucilo consiste na articulação de significados centrada, basicamente, naquilo que de semelhante existe entre os seus quadros, onde se enquadram os seus olhos e a sua mão, e o papel que registra o seu texto. É também essa a estilização a que se submete a experiência de escrever e ler em Maria Bernadete: a reprodução verbal de uma foto registra o material do círculo privilegiado das "coisas" a serem disseminadas com o fim de serem reproduzidas.

## “HISTÓRIA DE LUCILO”<sup>23</sup>

Ao lado do quarto de Lucilo ficava um outro quartinho, onde guardavam-se alguns caixões. Dois dos caixões eram para colecionar quadros. Num deles guardavam-se quadros de paisagens e no outro quadros pintados de Lucilo. Os quadros de paisagem eram presentes de seus parentes e amigos, especialmente de seu tio Joaquim, residente em Santa Rita.

Uma vez, Lucilo recebeu do Tio Joaquim um lindo quadro, todo colorido, representando um pedaço da Baía da Guanabara. Viera pelo correio.

Cheio de contentamento, o menino ficou muito tempo contemplando o quadro. As duas majestosas palmeiras juntas, com seus leques pendentes e oscilantes, o céu azul, o verde-mar, os morros perfilados e enfileirados lá para diante do mar, encobertos por um verde amorenado, a lua surgindo dentre as nuvens e, por detrás das palmeiras, a barca. Tudo o encantava, e o menino mirava e remirava o quadro com seus olhinhos vivos. Escreveu ao tio, agradecendo, e, pouco depois, acordou-lhe na cachola uma idéia luminosa: iria copiar aquela paisagem para mandá-la, de presente, à sua fiel companheira, a Ninita, sua vizinha, de quem tanto ele gostava. Iria fazer-lhe uma surpresa. Ela ignorava que o amiguinho estava aprendendo pintura. O menino antegozava, sorrindo, imaginando a carinha espantada que Ninita faria ao deparar com a paisagem pintada por ele.

Então, o menino, sem mais detença, fechou-se no quartinho e tirou de sua gaveta um caderno de capa cor de rosa, deitou-o sobre a mesa, sentou-se e principiou a desenhar. No dia seguinte, já estava pronto o desenho. Estava um encanto! Lucilo fora bem habilidoso. Estava envaidecido, de pé, contemplando a sua obra, ora com as mãos na cintura, ora com as mãos para trás, cantarolando.

Como Ninitinha iria ficar contente com aquele presente! pensava Lucilo.

No mesmo dia, ele levou o quadro para a menina que ficou boquiaberta e muito contente. Até dansou de alegria. Ficou muito tempo mirando a beleza da paisagem com seus lindos olhinhos encantadores.”

---

<sup>23</sup> JOSÉ LUIZ FURTADO DE MENDONÇA, Brasópolis, 15/01/40.

## "UM LINDO QUADRO"<sup>24</sup>

Na sala do 4º ano das Escolas Reunidas tem um lindo quadro de um homem muito delicado, muito bonzinho, um ótimo escritor mineiro que tanto gosta das crianças brasileiras.

Nesse retrato há uns meninos muito engraçadinhos que moram no lar do bom Vovô Felício, que são: Manecão, Zé-Bolacha, Pai-João, Bibinha e Rosinha. O lindo retrato do nosso bom Vovô Felício está sobre a nossa simples e modesta biblioteca. Rosinha tem uma linda boneca que ganhou do nosso bom Vovô Felício, que se chama Mariucha.

Terminada a minha simples descrição vou erguer um viva ao nosso bom Vovô Felício.

Viva o grande escritor mineiro, nosso Vovô Felício!

Viva!"

Mas a direção prevista pela orientação monoteísta dos chefes, dos dirigentes, centrada na reprodução do espaço sagrado das "coisas" ditas, estabelecidas, desdobra-se na prática de figurar como exemplo, modelo, o cultivo de certos hábitos. Por exemplo, o hábito da prática pessoal de ter, colecionar, livros, que aparece homenagemando, cultuando, simultaneamente, a figura de dois chefes, dirigentes: o Vovô de um certo leitor empírico que, empiricamente, se chama Vovô Felício. E o Vovô de um conjunto ficcional de netinhos que também se chama, ficcionalmente, Vovô Felício. Nesse culto reduplicado da figura dos chefes, dos patriarcas, em que se procura reproduzir o lugar do dirigente, ou, implicitamente, a relação em que se desenham os lugares de dirigente (avô) e dirigido (neto), procura-se fazer circular a prática da obediência ao dever da leitura e da prática de ter, colecionar, livros. E, nesse dever, a direção prescritiva para a prática de leitura de certos títulos. É bom lembrar que o culto, o amor, do pontífice pressupõe o comportamento de submissão às direções prescritas e isso implica a administração da censura no controle da obediência e da desobediência. Daí, então, a circulação de um certo louvor à obediência ao comportamento esperado para o leitor. É o que se pode encontrar, enfim, no texto de um menino que aparece duas vezes como neto de dois avôs com o mesmo nome de Felício.

---

<sup>24</sup> MARIA BERNADETE SOBRAL DE JESUS - E.R. de S. Brás do Suassuí, 15/08/40.

## Minha Biblioteca<sup>25</sup>

Tenho uma biblioteca que se intitula: “Biblioteca Vovô Felício”. Resolvi por este nome, porque é o nome do meu saudoso Vovô, já falecido e porque o Vovô querido que corresponde com a criançada Brasileira, na revista: ERA UMA VEZ... é chamado: Vovô Felício. Minha biblioteca é composta de 27 livros: Um Anjo da Eucaristia - A vingança de João de Barro - O Pequeno pedestre (dois) - A Bondade de Deus - Um menino de qualidade - O Nabo gigante - Tranqüilidade - As duas gatas pretas - Campeão de Futebol - Heróis - O Herói do Far-West com Tom Mix - Paisagem espiritual do Brasil no século XVIII - O cavalo voador - Os heróis - O lago das pedras preciosas - O cágado e o teiú - A princesa Ariolinda - Deus em nós - Resumo da Gramática Portuguesa - Peter-Pan - Almanaque do Tico-Tico - Elementos da Gramática Portuguesa - Leituras Morais e Instrutivas - Geografia de D. Benta - As 7 Provas com Buck Jones - Aventuras de Munchausen.

Vou mandar fazer uma estantizinha, que caiba os meus livros, meus tico-ticos e também as revistas ERA UMA VEZ... de Vovô Felício. Todos os livros de minha biblioteca são bons principalmente: Os Heróis, Deus em nós, etc. Tenho muito ciúme de minha biblioteca. Não a troco por cousa alguma.

Quanto gosto de minha biblioteca!...

Mas se o culto fanático dos chefes pressupõe uma relação de submissão embalada nas palavras do amor, tal culto reperia não só o dever da obediência, mas, ainda, e sobretudo, camuflaria a orientação política da relação que une o chefe, o dirigente, a seus súditos. E, aí, a disseminação da orientação do religioso poderia camuflar a relação que une o político a seus dirigidos: nesse caso o líder, o chefe, com as vestimentas que caracterizam o religioso não deixa de trazer aquelas peças do vestuário que caracterizam a vestimenta do político ainda que tais peças possam cobrir discretamente o corpo do líder religioso. É assim que, sob a direção do monoteísmo cristão, a figura de Jesus, o Divino Mestre, que é o rei dos reis, o nosso Pai Celeste, precisa aparecer na condição de nosso líder, “chefe” e, por isso, deve receber o nosso amor. Com tal orientação, em que se ressalta o caráter monárquico, absolutista, das ações de Jesus, fica evidente, em suas vestes, a sua dimensão de pontífice, ou seja aquele

---

<sup>25</sup> JOSÉ RODRIGUES SILVA, Era uma vez..., 01/07/40.

que é capaz de, onipotentemente, realizar coisas miraculosas, prodigiosas, e por isso capaz de figurar como herói e detentor de poder. Diante disso, ou seja, diante de uma relação em que os significados e as ações estão sob o poder monárquico do chefe, ler, ou escrever, significa articular textos cujos significados orientem-se para a paráfrase, onde se evidencia a dimensão de reunião, de composição, dos significados estabelecidos como sagrados e que, por isso, aparecem como forças que sujeitam o que lê e o que escreve ao trabalho de compor, reunir, os significados figurados como dominantes. É o que se faz quando se pratica o exercício da composição.

#### “Composição religiosa”<sup>26</sup>

Jesus quando viveu no mundo entre os homens, a sua vida foi levada em pregações e santos ensinamentos. Por isso, ele é chamado o nosso Divino Mestre. Devemos amá-lo com todas as veras de nossas almas.

Ele é o nosso Pai Celeste. Adoremo-lo em todos os momentos da nossa vida.

Desde que Ele veio ao mundo, foi operando milagres prodigiosos. O seu nascimento foi misterioso. Ele, o rei dos reis, nasceu em uma extrema pobreza. Isto foi um exemplo para o gênero humano. Jesus amou a pobreza corporal por isso nós também, como Ele, devemos amá-las. O seu 1º milagre foi operado nas bodas de Caná, isto é, naquele casamento em que o Divino Mestre foi o paraninfo dos noivos. Este milagre foi transformar a água em vinho.

Não havia vinho no jantar e Jesus mandou vir a água. E Jesus, com as suas divinas palavras, a transformou em vinho. Foi este o seu 1º milagre.

O último que Ele operou foi transformar o pão em seu corpo e o vinho em seu sangue e este milagre é operado todos os dias sobre os nossos altares.”

E Jesus como monarca, majestade, com a grandeza que lhe cobre os movimentos, impõe uma reverência a quem a ele se submete como vassalo, súdito. E instila o respeito, a admiração, ou a dependência em face da grandeza onipotente de suas ações, onde atua, magicamente, o

---

<sup>26</sup> História oferecida ao Vovô Felício, por HELENA FEDRIGO. - 1ª escola de Guaxima. Professora, d. Eudóxia Borges de Castro. Era uma vez..., 01/05/40.

poder de seu nome. Esse nome é objeto de culto religioso que circularia como embalagem a cobrir a transparência por onde se tornaria visível a figura subjacente do líder político. É essa orientação absolutística o que confere às ações e às palavras de Jesus o caráter de força surpreendentemente mobilizadora com um poder de ação que as coloca na condição de algo temível uma vez que não sobraria, idealisticamente, espaço ou raio de ação para as palavras e as ações que nascem do lugar dos súditos. Por isso, escrever ou ler precisa ser a prática de articular significados que não escapem da reprodução das palavras sagradas fixadas nos livros, textos, que registram as ações e as palavras estabelecidas pelo saber pontifical como sendo palavras temíveis. Escrever ou ler seriam atividades temíveis por trazerem incorporadas as palavras doces do amor do censor que tem poder de censurar para o controle da desobediência. Será que aí não estaria indiciada a razão, em certas camadas sociais, do medo conservador pelos livros ou do medo de escrever nas escolas? Não está aí o medo do censor? Da palavra temível do pontífice?

#### “O Nome de Jesus”<sup>27</sup>

Jesus é nome cheio de majestade e grandeza. Ao pronunciá-lo, curva-se todo joelho, no Céu, sobre a terra e até no inferno; é um nome cheio de força e poder; abre o céu, fecha o inferno, encadeia o demônio, ressuscita os mortos e só por ele podemos ser salvos; é um nome cheio de pureza e santidade, vindo do céu anunciado por um anjo, afasta pensamentos impuros e inspira castos desejos, prometendo perdão de nossos pecados. O nome de Jesus não é somente luz, é ainda comida. Não vos sentis cheio de uma força nova quando o recordais? Não é ele que repara as forças da alma, enche-nos de vigor para praticar a virtude, inspira desejos puros?

No livro em que não encontro o nome de Jesus não tem atrativo pra mim, o discurso em que não rezo este nome divino é para mim objeto de tédio e desgosto. O nome de Jesus é como o mel nos lábios, suave melodia aos ouvidos, canto de alegria no coração.”

---

<sup>27</sup> YEDA DE PAULA GOMES, *Era uma vez...*, 15/07/40.

Diante do caráter de coisa pronta, estabelecida, que marca as palavras e as ações do pontífice, a quem deve respeito o conjunto das palavras e das ações dos subordinados, fica estabelecido que a liderança de Deus é infalível, o que tornaria sagrado o universo do pontífice, pois nele não se toca uma vez que tudo é onipotentemente perfeito e positivo. Por outro lado, a intervenção do subordinado no reino das ações e das palavras sagradas do pontífice obriga-o a reconhecer o atrevimento, a ousadia, de sua ação e de sua palavra, que são marcadas, enfim, por oposição, com o sinal da imperfeição e do negativo, o que o coloca na posição inferior da dependência absoluta do reino pontifical, onde tudo é bem feito, e aí, então, o subordinado fica sujeitado à prática da submissão reprodutora do significado de seus signos.

“Deus faz tudo bem feito”<sup>28</sup>

Um dia, um homem estava fazendo uma viagem. Pelo meio dia, o sol começou a esquentar muito. O homem tinha saído de casa cedo e já estava muito cansado e com sono. Avistou uma árvore grande bem perto; sentou-se debaixo dela para dormir.

Ao lado, estava um pé de abóbora com umas abóboras muito grandes. Olhou para a árvore, que era uma pitangueira carregada de pitangas, e disse:

– Deus faz as cousas muito mal feitas; por que uma bruta de abóbora neste pezinho tão fraco! E essas frutinhas tão pequeninas nesta árvore tão grande?

Ah! Deus faz as cousas muito mal feitas! E dormiu.

Quando estava bem dormindo caiu-lhe uma pitanga no nariz; ele acordou depressa e disse:

– Deus faz as cousas muito bem feitas. Se fosse uma abóbora desta, me havia esborrachado o nariz.

Moral: – Tudo que Deus faz é bem feito. Tudo que Deus faz é bom.”

Ora, a prática da submissão reprodutora dos súditos aos signos do circuito do sagrado confere ao pontífice o poder absoluto de administrar a obediência e a desobediência e de aplicar a distribuição da punição e

---

<sup>28</sup> MARIA DE L. VIEIRA - Sócia do Clube de Leitura Vicente Guimarães - 4º ano das Escolas Anexas ao Asilo - Barbacena. Era uma vez..., 15/05/40.

da recompensa no controle das ações e das palavras que circulam pelos súditos com as marcas da fidelidade e da infidelidade a tal circuito. Por isso, as palavras e as ações que se submetem à reprodução do estabelecido acabam por conferir uma certa legitimidade à administração pontifical. Isto significa dizer, em outras palavras, que a punição poderia ser aceita como legítima, ou justa, se ela significa uma resposta do pontífice no sentido de promover uma reeducação voltada para uma disciplinarização, ou um adestramento, dos súditos. Nessa empresa, a posição dos súditos, principalmente daqueles que ameaçam a reprodução, ou conservação, da ordem sagrada, é de absoluta dependência das mãos do pontífice, que passa a ser, então, o senhor das palavras e das ações daqueles que a ele estão subordinados sob o figurino monárquico. É nesse sentido que escrever, ou ler, podem ser pensadas como atividades voltadas para a disciplinarização através do exercício, ou prática, da reprodução. É o que se pode ver na reprodução a que se propõe um netinho na história que ele conta sobre o envolvimento de Jesus, São Pedro e um salteador.

“O castigo merecido”<sup>29</sup>  
(Reprodução)

Certa vez, ia Jesus Cristo e S. Pedro, passando por uma estrada deserta, quando, de súbito, pulou à frente de São Pedro um ladrão armado que disse: “A bolsa ou a vida.

São Pedro, com um pulo, escondeu-se atrás de Jesus.

Jesus, com toda a calma, disse a São Pedro:

– Pedro, põe este cabresto naquele burro.

O ladrão havia virado burro e na mão de São Pedro apareceu um cabresto, o qual ele pôs no burro.

Caminharam os três até chegarem a uma casinha, onde pediram pousada. Dormiram. No outro dia, Jesus disse ao homem que morava na casa: – Você fica com este burro, até minha volta e pode pô-lo a trabalhar, mas todas as vezes que sair com ele tem que por em um cofre um vintém.

Todas as tardes o homem ia à cidade vender verduras de sua horta.

Uma tarde, o burrinho não quis ir. Então o homem se lembrou e correu a por o vintém no cofre. E assim passaram anos e anos até que Jesus voltou.

---

<sup>29</sup> JOSÉ R. SILVA - Guiricema - Era uma vez..., 15/06/40.

O burrinho já estava velho. Jesus disse ao homem que ia levar agora o burrinho e mandou que ele trouxesse também o cofre. O homem pediu que ele lhe deixasse o burro, mas Jesus disse que trato era trato. E assim saiu levando o burro.

São Pedro atrás, carregava o cofre. Andaram até chegarem ao lugar onde foram assaltados pelo ladrão.

Jesus disse a São Pedro que tirasse o cabresto do burro. No mesmo instante, o burro tomou a forma de um homem velho, que era o antigo ladrão. Jesus entregou-lhe o cofre e disse:

– Quem quer dinheiro, precisa trabalhar.

O homem caindo de joelhos aos pés de Jesus pediu-lhe perdão. Jesus deu assim com um castigo uma boa lição.”

E esse efeito de disciplinarização, ou de adestramento, conferido à ação onipotente do pontífice transporta-se para os resultados concretos dessas ações, marcando-os com o signo pontifical: o sujeito, que é o objeto da ação disciplinar, ganha a dimensão onipotente de Deus com o sinal da onisciência de quem percorreu e “escolheu” o palácio da Sabedoria, transformando-se em “Grande Sábio”, em detrimento do palácio da Ignorância. Tal “escolha”, executada pela intervenção prodigiosa, miraculosa, de Deus no instante em que a perspectiva do desamparo atua sobre o sujeito, aparece em sonho como situação extraordinária, que tem o poder de arrancá-lo do cotidiano. E aí, abrindo-se para a revelação e a regeneração que vêm orientadas, do alto, pelo poder sagrado do pontífice, o sujeito se coloca sob esse poder que faz de seu desamparo a condição ótima dentro da qual é traçada a linha de seu destino. Seria tal desamparo a oportunidade para a instauração da dependência de sua “escolha”, o que a coloca na posição de algo temível pelo fato de o súdito não ter outra alternativa: a solução, a saída, está nas mãos do circuito sagrado do pontífice, que tem os seus palácios para o serviço de orientação, direção, das respostas privilegiadas pelo seu reino. É assim que, na história de Luiz, o seu desamparo, que se soma ao desamparo de sua mãe, forma a situação de absoluta disponibilidade para a ação corretiva, disciplinarizante, do rei, em que tal ação ocorre à revelia da intervenção pessoal do sujeito.

### “O Galinha Morta”<sup>30</sup>

Havia, em uma certa vila, um pobre menino chamado Luiz, mas o povo o apelidou “galinha morta”, porque sendo muito ignorante em questão de estudos não era capaz de fazer cousa alguma sem auxílio de alguém. Era muito magro, andava sempre sujo e como era muito branco realçava muito seu rosto mal lavado.

Sua mãe, coitada, era muito doente e vivia pedindo a Deus para corrigir seu filho.

Ele sempre chegava tarde em casa, pois ficava na rua sem pensar que tinha uma pobre mãe, que chorava por sua causa.

‘Galinha morta’ era também muito maltratado pelos seus companheiros que eram muito mais fortes do que ele. Um dia, a sua molecagem foi tanta que ele resolveu não ir mais à escola, onde a mestra, sempre paciente, agora se cansava.

Sua mãe chorava dia e noite e rezava a Deus pedindo a correção de seu filho.

Um dia, Deus que nunca esquece as pessoas que sofrem, fez um grande milagre. ‘Galinha morta’ tendo ido à floresta caçar, sentiu-se cansado, dormiu e sonhou:

Apareceram em sua frente dois palácios: um da Sabedoria e outro da Ignorância.

No primeiro, havia todos os livros, via-se perfeitamente os países e muitas coisas belas.

No segundo, só homens embriagados, animais medonhos, etc. Ele entrou no do saber: ficou encantado e saiu. Entrando no da Ignorância, onde os homens maltratavam suas famílias, ficou aterrorizado... Nessa hora, acordou, suado, aflito e ficou pensando muito arrependido da vida que levava. Chorou e orou a Deus para que não o deixasse desamparado. Voltou para casa e sua mãe, vendo sua transformação, chorou de alegria e agradeceu a Deus o grande milagre. ‘Galinha morta’ um mês depois era o primeiro da turma. Quando homem, foi apelidado o ‘Grande Sábio’, pois sabia tudo, com sua leitura bem escolhida e proveitosa.”

Se de um lado, como se vê, o desamparo do indivíduo é oportunidade para a intervenção onipotente da ação corretiva do pontífice, por outro lado, tal condição é, ainda, a oportunidade para a expressão das

---

<sup>30</sup> LUCÍLIA ESPESCHIT, Do Curso Anexo do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Era uma vez..., 01/08/40.

dimensões de herói e de poder que vestem o corpo do monarca: as ações miraculosas, grandiosas, prodigiosas criam, assim, uma cena de distanciamento entre o rei e os seus súditos. E tal cena passa a ser a figuração de uma relação em que o forte, decide do alto, de forma onipotente, mágica, a vida dos fracos, que ocupam, assim, a posição reservada aos de baixo, a quem o pontífice garante a ação missionária que os salva. Nesses termos, o desamparo passa a ter, pois, este outro sentido: oportunidade para o estabelecimento e a manutenção de uma relação de dependência, ou de subordinação, que confere ao pontífice o poder de *salvar* e ao súdito o lugar reservado de *ser salvo*. Nessa relação, em que a palavra ou a ação do pontífice tem, em suas mãos, o destino do súdito, a sua manifestação é não só surpreendente, mas, ainda, temível, pois, em termos ideais, o súdito está sob a determinação do espaço sagrado do outro, o todo-poderoso, ao qual não tem acesso nem exerce controle sobre ele. É por isso que as palavras e as ações do pontífice aparecem para o súdito sob a forma de milagres.

#### "Suave Milagre" <sup>31</sup>

Naquele tempo, Jesus não se afastara ainda da Galiléia nem do mar de Tiberíades, quando sua fama corria por toda parte.

Entre Egamim e Cezaréia, havia uma mulher, a mais desgraçada entre as filhas de Israel. Tinha um filhinho doente que passara do magro peito aos farrapos da miséria. Tão longe do povoado, só se alimentavam de ervas apanhadas entre as rochas, cozidas sem sal.

Um dia um mendigo entrou no casebre, repartiu do seu alforje com a mãe amargurada e sentado na pedra da foinha, coçando as feridas, falou do Rabi da Galiléia que amava as criancinhas, e enxugava todas as lágrimas e prometia aos pobres um grande e luminoso reino.

A mulher escutava com atenção; por fim, perguntou tristemente... Esse Rabi onde se encontrava. Em que lugar o veremos? O mendigo suspirou. O' esse Rabi, todos o desejam.

Obed e Setimus com todos os seus súditos em vão o procuraram. Quando o sol descambava no ocidente, o mendigo partiu!... A criança com voz sumida disse: – Mãe, eu quero ver Jesus.

---

<sup>31</sup> Por MARIA APARECIDA CAMPOS - Oferecido à Irmã Machado pelo dia 1º de setembro. Era uma vez..., 01/09/40.

– Mas como poderei eu deixar-te e sair assim tão esfarrapada a procurar Jesus, disse a mãe. Mesmo que o encontrasse como conseguiria eu trazê-lo a esta choupana esburacada!...

A criança, com os olhos lacrimosos e levando as mãozinhas magras, dizia: Jesus ama os pobres e as criancinhas, eu quero vê-lo mãe.

Nisto, abrindo a porta, sorrindo, Jesus disse à criança: ‘Aqui estou’.”

### “CASTELO DAS ROSAS”<sup>32</sup>

Em uma terra muito longe, vivia uma castelã muito bonita e muito boa. Gostava muito de dar esmolas aos pobres. Ela dizia: – Eu quisera que meus cabelos fossem fios de ouro, e que os meus olhos fossem duas grandes turquesas para matar a fome dos pobres.

Essa boa castelã era casada com um homem muito mau. Ele não gostava que ela desse esmola. Certo dia, o castelão voltou mais cedo e encontrou a esposa que descia com o avental cheio.

Ele furioso, disse: – Que levavas aí?

Ela, tremendo, disse: – São rosas; são rosas.

– Deixe-me ver.

Então, ela abriu o avental e caíram lindas rosas brancas e vermelhas. Ela agradeceu a Deus o milagre, muito contente. Seu marido ficou comovido e ajoelhando-se tomou-lhe as mãos brancas e beijou-as. E desse dia em diante, era ele quem ajudava a mulher a distribuir esmolas aos pobres.

O castelo onde eles moravam ficou com o nome de Castelo das Rosas.”

E pensando, por outro lado, na questão da dependência ou subordinação à administração pontifical, ganha força a reprodução dos significados estabelecidos, quando eles se propõem a tipificar palavras e ações esperadas ou idealizadas.

É de se pensar, pois, que o texto que se escreve e o texto que se lê sejam aquela experiência de articulação de significados que estabelece vínculo com um texto primeiro, ou texto original, de forma a fazer prevalecer no texto segundo, ou resultante, como experiência de escrita e leitura, a figura semiológica da paráfrase.

---

<sup>32</sup> Oferecido à Irmã Margarida Machado pelo dia 1º de setembro por DORVALINA M. DOS SANTOS, aluna do 4º ano das Escolas Anexas ao Asilo. Era uma vez..., 01/09/40.

Por isso, aquele que é submetido aos textos esperados, ou ideais, pode apresentar palavras e ações que indiciam o efeito da ação educativa do pontífice no adestramento de seus súditos, sob a determinação do círculo sagrado das coisas ditas, as quais devem ser reproduzidas.

Por isso, trazendo a marca da submissão ao estabelecido, o texto que se escreve passa a ser experiência modelar a ser disseminada, para ser reproduzida em palavras e ações, desenhando uma resposta tipificada que deve ser incorporada pela prática de linguagem da leitura e que resulta num trabalho de incorporação da vontade soberana do rei, a qual se expressa, enfim, por um desenho considerado fácil. Tal desenho, que suprimiria a cola ao se desenhar, não suprimiria a prática da cola ao se oferecer o comportamento que a nega como modelo a ser copiado, colado, e cujo risco se chama ,empiricamente, Felipe Wiler Araújo Abreu, um dos netinhos exemplares que Vovô Felício tem como colaborador.

“O Desenho não é tão difícil <sup>33</sup>

De todas as matérias do 3º ano a que eu mais aprecio é o desenho. Sei que muitos não acreditarão; porém é uma verdade. O desenho torna-se difficilimo quando queremos colar. Digo isto, porque enquanto procurei “colar” os meus desenhos não consegui coisa alguma.

Hoje faço qualquer desenho, porque procurei compreender a matéria.

Modéstia a parte, sou hoje, uns dos melhores desenhistas do 3º ano.

Colegas, procurem imitar-me.”

É isso então: uma vez que se espera a reprodução das palavras e das ações que configuram a relação monárquica, os textos para a leitura e para a escrita acabam por veicular, disseminar, como se fossem riscos a serem modelados, as aspirações dos súditos. É assim que, sob a luz distante do circuito da vigília, no império do desejo, a menina sonha com o ideal divino, pontifical, de estar em toda parte, exercendo a vocação absolutista, monárquica, de um eu que tudo faz a ponto de até mesmo

---

<sup>33</sup> FELIPE WILER ARAUJO ABREU - Grupo Escolar de Sabinópolis - 3º ano - prof. D. Termutes de Pinho Tavares. Era uma vez..., 15/09/40.

receber o aceno de um convite para o cargo de rainha. E o menino apresenta um texto, em que só ele fala, pois o monólogo, como experiência de linguagem do eu que fala, procurando apagar a intervenção do outro, acaba por ser, também, uma expressão absolutista da vontade, desejo, de deter o controle da palavra e da ação na direção a que o eu aspira. Nesse sentido, o desejo de ser monarca, revelado sob a luz do sonho de Alírio, o obriga ao jogo onipotente de tomar a palavra e dirigi-la a si a despeito de recitá-la na presença do outro, que é colocado pelo menino-soberano como platéia para o espetáculo de seu pretendido monólogo. Isso faz sintonia, no sonho, com a onipotência da ação política heróica do rei, que, na solidão do eu que tudo faz, rompe os elos que acorrentam politicamente Brasil e Portugal.

Em face disso, os sonhos de Lucília e de Alírio são, pois, emblemas que sinalizam a presença da ordem pontifical no território do leigo, o que significa dizer que a dimensão religiosa do pontífice acaba perpassando a dimensão leiga dos leitores, que, em sonho, incorporam o ideal político de exercer, absolutisticamente, o poder de tudo fazer, o que, enfim, significa postular a vigência, num só corpo e numa só alma, das dimensões do religioso e do político. E é isso o que confere ao político, quando veste as roupas sagradas que formam o vestuário religioso do pontífice, o estilo da orientação monoteísta dos chefes: o estilo da direção mental de seus súditos.

#### “O Sonho”<sup>34</sup>

Deitei-me e, logo fechei os olhos, comecei a sonhar...

Estava viajando. Saí de casa, passei pela Avenida, tomei um vapor e entrei no rio São Francisco, percorrendo-o até a Cachoeira de Paulo Afonso. Daí tomei o rumo do lago Lauricocha, indo pelo rio Amazonas. Continuei. Passei pelo Canal de Panamá e saí no de Suês, indo chegar no deserto de Saára. Depois de muito viajar, chego às Índias, onde os índios me queriam matar... Escapei-me, dando um tiro num pássaro, como fez Caramuru.

Em seguida, fui dar um passeio pela Europa, de bonde.

Conversei com Mussolini, para que resolvesse acabar com a guerra; ele, porém, nem ligou... Fui à Ásia, de avião, e os chineses me trataram muito bem, até me convidaram para ser a Rainha da China!

---

<sup>34</sup> LÚCIA ESPESCHIT - Curso Anexo do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Era uma vez..., 15/07/40.

Depois, tomei um ônibus, rumei para a Oceania, mas não cheguei lá... Mamãe me acordou porque estava na hora de estudar..."

"Sonho"<sup>35</sup>

Monólogo para o Alírio recitar

Vou contar a vocês o meu sonho da noite passada e vocês verão que gosado!

Sonhei... Sonhei que minha casa era uma espécie de palácio, todo iluminado, por dentro e por fora, por centenas de lanternas multicores. Tinha vassalos que logo acorriam ao meu menor gesto. Eu não era assim pequenino... era um moço bonito, alto, elegante e... estava vestido que nem um príncipe, e, de Príncipe Real chamavam-me os que comigo conviviam. Eu era... (sim senhores!) eu era o D. Pedro I do Brasil!...

Aí então é que fiquei posudo... Meu pai, imaginem vocês não era o senhor Aristides, era... D. João VI, o rei de Portugal e do Brasil também.

Ah! esqueci-me de dizer a vocês que meu pai, o D. João VI, estava em Portugal e eu aqui no Brasil. Terminara lá a guerra com Napoleão e ele regressara a Portugal. De lá, talvez instigado pelos portugueses despeitados, pois eu sou capaz de jurar: meu pai amava muito o Brasil, ele começou a querer diminuir o Brasil, e escreveu ordens e mais ordens, ora acabando com as criações que ele mesmo durante sua estadia aqui fizera; ora, declarando que o Brasil seria novamente tratado como simples colônia.

Senti então, tanta confusão no sonho!... Brasileiros e portugueses estavam aqui, em constantes rixas. E... lá ia eu apaziguá-las... De uma feita, regressando de São Paulo, com toda minha tropa, às margens do Ipiranga, recebo cartas de Lisboa e... que cartas! Sim senhores! Todas elas ofensivas ao meu Brasil e a minha própria pessoa.

Sabem o que fiz?! Oh! Como foi bonito! Num gesto altivo, lançando fora o laço português que ornava o meu chapéu, erguendo alto a espada, eu, eu que encarnava no sonho a figura majestosa de D. Pedro I, naquele momento, desliguei para sempre de Portugal o nosso Brasil querido, com o brado: Independência ou Morte!

---

<sup>35</sup> Era uma vez..., 15/09/40.

Gritei tão alto que mamãe, assustada, veio acordar-me, dizendo:  
– Bem feito! Quem mandou você comer tantos bolinhos de fubá, ontem?!

Como a ordem das relações dogmáticas pressupõe a reprodução dos significados que habitam o lugar sagrado das coisas estabelecidas, ditas, uma orientação de linguagem, e por extensão, uma orientação lingüística e semiológica, acaba sendo privilegiada no interior dessas relações, que são marcadas pelo signo da autoridade, da disciplina, do amor, da submissão, da censura, da obediência, pois, assim, se estabelece e se perpetua a relação do monarca com seus súditos.

A partir disso, pode-se dizer, a nível teórico, que duas técnicas de linguagem podem orientar não só a recepção, a circulação e a produção da linguagem, mas, ainda, os usos semiológicos, que extrapolam os limites estritamente lingüísticos dos signos: de um lado, a *estilização*; de outro, a *apropriação*.

Olhando as técnicas de linguagem pelo lado da *estilização*, pode-se dizer o seguinte: consiste ela na relação entre textos, significados, de forma a constituir uma interpenetração de um texto, de um significado, em outro texto, significado, constituindo-se, com essa relação, aquilo que se pode chamar de processo da *intertextualidade*.

Por outro lado, considerando as técnicas de linguagem, pelo lado da *apropriação*, pode-se assim caracterizá-la: trata-se de uma relação entre textos, significados, em que se processa a articulação, ou agrupamento de textos, significados, por um corte, ou recorte, que produz, como resultado, um outro texto, significado, formado, enfim, por aquilo que se pode chamar de processo da *bricolagem*.

Desse primeiro quadro das técnicas gerais de linguagem surgem alguns desdobramentos.

Se, na *estilização*, a relação entre um texto, conjunto de significados, com um outro texto, conjunto de significados, é processada por uma interpenetração que desliza, enfaticamente, pelo *eixo das similaridades*, pode-se dizer que, nessa relação, predomina, entre os textos e os significados, a especificidade da *semelhança* em prejuízo da *diferença* e, por isso, o processo da *intertextualidade* que daí resulta tem a característica da *reprodução* e se classifica como *paráfrase*.

Se, por um outro lado, a relação entre os textos e os significados é marcada por uma interpenetração que se desliza, acentuadamente, pelo

*eixo das diferenças*, pode-se dizer que, em tal relação, predomina a especificidade da *diferença* em detrimento da *semelhança*. E, aí, a intertextualidade resultante traz o sinal da *transformação* e se classifica como *paródia*.

E se na *apropriação* ocorre uma articulação entre textos e significados processados por recortes que deslizam, acentuadamente, pelo *eixo das similaridades*, tem-se a *bricolagem* que acentua a *semelhança*, em prejuízo da *diferença*, e o produto que daí resulta traz a marca do envolvimento com a *reprodução* e, por isso, tem-se *uma apropriação por paráfrase*.

Finalmente, os textos e os significados articulados por cortes e recortes que se deslizam, enfaticamente, pelo *eixo das diferenças* produzem a *bricolagem* que acentua a *diferença* em prejuízo da *semelhança* e, por isso, se diz que a *transformação* identifica os objetivos lingüísticos e semiológicos e se tem *uma apropriação por paródia*.

Enfim, resumindo, as técnicas de linguagem da *estilização* e da *apropriação* manifestam-se como forças integradas em um continuum que acolhe a *semelhança* e a *diferença*, o que possibilita admitir a existência de *um eixo de similaridades* que convive com *um eixo de diferenças*. E, assim, ainda que se possa postular a convivência social harmoniosa com a *semelhança*, o que resultaria na *distensão* das relações entre textos ou significados, a *diferença* se introduz e explicita a contradição que se aloja no interior da convivência com as máscaras da harmonia e, com isso, os textos, significados, indiciam, no seu corpo, a presença da *tensão*. Ou seja, a *estilização* e a *apropriação*, com as técnicas específicas e respectivas da *intertextualidade* e da *bricolagem*, não são lugares fixos em que se manifestam, maniqueisticamente, *ou a paráfrase, ou a paródia*: são lugares móveis, marcados pelo movimento da *contradição* e, por isso, os *eixos das similaridades* e *das diferenças* integram um único eixo maior que é a linha da contradição que os reúne.

A presença do *eixo das similaridades*, que privilegia, na *estilização*, a *intertextualidade da paráfrase*, consegue explicar a leitura e a escrita como atividade de *reprodução* de textos e de significados e, ainda, como atividade de reprodução semiológica dos significados esperados pelas relações dogmáticas, privilegiadas pela orientação conservadora e

autoritária do Estado brasileiro quando tal orientação se oficializa, politicamente, com o golpe de Estado em 1937.<sup>36</sup>

Ainda mais, dentro do *eixo das similaridades*, ocorre a manifestação da *apropriação* uma vez que o projeto editorial da Revista *Era uma vez...* faz a *bricolagem* dos diversos textos produzidos pelos netinhos.

Com isso, o projeto visa produzir, com o recorte, um conjunto de textos e significados que reproduzam os textos e significados estabelecidos e que venham a ser, pois, uma *paráfrase* exemplar, que sirva de orientação, ou matriz, para a leitura e a escrita como atividades orientadas pela *estilização* com a sua face de *intertextualidade de paráfrase*.

Assim, dentro do *eixo das similaridades*, com o acento, pois, na *paráfrase*, orientando *a intertextualidade e a bricolagem* na produção e recepção de textos e de significados, pode-se ver que a *reprodução* tem uma motivação. *Tal motivação, que se manifesta, no nível lingüístico e semiológico, faz parte de um esforço de paráfrase que reside na orientação conservadora, autoritária, ou ditatorial da sociedade.*

É de se observar, em outras palavras,

“a relação entre o eixo parafrásico e os regimes totalitários. Veja-se o que ocorreu com a arquitetura italiana durante o fascismo de Mussolini, o que ocorreu com o cinema alemão durante o nazismo, e com a arte em geral na Rússia e na China depois das revoluções comunistas. A arte passou a ser a arte da *reprodução*, da *cópia*. A arte foi submetida a um texto autoritário, a um código imóvel. Os artistas deixaram de ser criadores, para serem *súditos*.”<sup>37</sup>  
(SANT’ANNA, 1988)

---

<sup>36</sup> Para a afirmação da reprodução como técnica de produção textual, ou da reprodução de hábitos e de comportamentos, veja-se, particularmente, os textos das páginas 190, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 212.

Para a afirmação dos textos e dos significados que disseminam a defesa do amor ao dirigente ou à sua palavra e às suas ações, veja-se o conjunto dos textos das páginas 188, 189, 190, 197, 198, 199, 200.

Para a defesa da censura como poder do dirigente ver o texto das páginas 191, 207 e 208.

Para a defesa da onipotência do monarca, da dependência dos súditos, ou para as aspirações de direção pontifical, ver as páginas 203, 213, 214.

Para a grandeza do comportamento do monarca em contraposição à pequenez de seus súditos, colocados, por isso, em posição de absoluta dependência pontifical, ver os textos das páginas 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211.

<sup>37</sup> O grifo é meu.

Aliás, a linguagem da *estilização*, orientada para o eixo das *diferenças*, pode ser a expressão da *intertextualidade da paródia* que se manifesta na resistência, por exemplo, de Monteiro Lobato ao caráter monárquico, ou autoritário, do Estado brasileiro da década de 1930, em defesa da orientação liberal de seu pensamento, de sua batalha, por uma sociedade industrial moderna onde o exercício da atividade política teria de ser praticado fora dos limites do Estado, ou dentro dos espaços cotidianos da sociedade civil. É esse aliás o painel em que se situa, no livro *O Minotauro* (1939), um comentário dentro dos diálogos de D. Benta e Péricles:

“...não há Estado, minha senhora! Isso é uma idéia abstrata. O que há são criaturas humanas com interesses em conflito; a política não passa da arte de harmonizar esses interesses. Governar é manter o equilíbrio dos interesses individuais com um máximo de benefício geral.” (CAMPOS, 1986)

A análise de (CAMPOS, 1986) explicita o sentido do texto extraído lá d'*O Minotauro* e orienta o sentido do texto de Lobato, lá do livro, *América*:

“O indivíduo é mais importante que o Estado, pois este só existe enquanto representante dos cidadãos. Ainda na conversa entre D. Benta e Péricles, momento em que os dois discutem sobre as formas de governo existentes, chega-se à conclusão de que o totalitarismo ‘é o pior de todos os governos’, pois nele ‘o indivíduo não passa de grão de areia do Estado’. Numa sociedade verdadeiramente democrática, o indivíduo entra em contato com o Estado em pé de igualdade, ao contrário do que acontecia no Brasil, onde o Estado tem um postura de superioridade ao lidar com os cidadãos.” (CAMPOS, 1986)

E veja-se o que Monteiro Lobato diz ao caracterizar, no livro, *América*, em 1932, as relações do cidadão com o Estado.

“As formas de praxe, humilhantes, com que um cidadão se dirige aos altos funcionários brasileiros, vêm do tempo em que eles eram os agentes sagrados do *rei*<sup>38</sup>. São deprimentes para o caráter dum homem que se diz livre e qualifica-se ou é qualificado como cidadão.” (CAMPOS, 1986)

---

<sup>38</sup> O grifo é meu.

Além disso, ainda sob a mira da ocorrência da *estilização* centrada na *paródia*, sinaliza-se, como voz da *diferença*, a resistência de um leitor de Vovô Felício, aquele italianinho, Vicente Mingo, que rejeita a possibilidade de sua exclusão do círculo dos netinhos da Revista *Era uma vez...* por trazer, entre as marcas de sua condição, o sinal da nacionalidade italiana.

Além dele, todos aqueles outros netinhos que resistem ao esquema de pagamento das assinaturas como *diferença* que põe limites na ambição dos projetos editoriais da Revista. Isso obriga a Editoração a se reorientar na direção dos interesses que falam de sua condição com os leitores que apresentam uma *outra* condição.<sup>39</sup>

As resistências de Monteiro Lobato e dos netinhos de Vovô Felício são manifestações da *diferença* que, parodisticamente, expressam a vigência dos limites ao reinado das manifestações lingüísticas e semiológicas que vão formando e conformando o Estado brasileiro ao longo do Estado Novo e que se manifestam na centralização autoritária, ou conservadora, da autoridade como resolução para o seu problema. Isto porque a chamada crise de autoridade, já na década de 1920, sob o governo do Presidente Bernardes, leva o presidente a propugnar a restauração da autoridade através da efetiva e obrigatória prática da educação moral das novas gerações, o que leva Francisco Campos a fazer a seguinte afirmação:<sup>40</sup>

“Certamente a educação moral e cívica pode concorrer para a formação e esclarecimento da consciência nacional. Mas quais os fundamentos dessa educação moral, no meio da anarquia das doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das inteligências, sem pontos de mira ou de referência por que orientar-se ou dirigir-se? Só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e motivos e quadros de ação moral regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que um subproduto da educação religiosa. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e

---

<sup>39</sup> As referências e a análise do caso de Vicente Mingo aparecem às páginas 119 a 121. Já para as referências e a análise do caso relativo à resistência do leitor ao preço da Revista, ver as páginas 114 a 118.

<sup>40</sup> Trecho citado por (HORTA, 1994).

de temor, que só a religião, que está na raiz do espírito, pode alimentar, nutrir e aprimorar. O de que precisamos, se precisamos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa.”

Mas a esfera da religião não fica restrita, segundo Francisco Campos, ao âmbito da educação moral. Segundo (HORTA, 1994), em Campos,

“a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado. Ora, a razão de toda a crise pela qual passava o Brasil era que ao Estado brasileiro faltava uma doutrina na qual fundamentar e legitimar a sua autoridade. Esta doutrina, segundo ele, só poderia ser a doutrina católica:

‘Onde porém a sua doutrina do Estado? (...) E aí está, ao alcance do Estado, um grande pensamento, uma sólida doutrina, de ordem e de paz (...) uma doutrina de hierarquia e de autoridade, não, portanto, apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado.’ ”

E retomando o pensamento de Alceu de Amoroso Lima,<sup>41</sup> de 1947, ao tratar da ação do pensamento conservador da Igreja Católica, ao longo de 1930 e meados de 1940, fala ele da intimidade da tradição e da autoridade como forças constituintes da religião católica.

Isso confere ao catolicismo o peso para o estabelecimento da crença em suas verdades como dogmas, ou como verdades objetivas, ou seja, a religião católica tem, como característica, a autoridade e a tradição na qualidade de poderes que servem de base no sustento da fé. Dessa autoridade para a exaltação do autoritarismo em planos não religiosos a distância é pequena.

Não seria esta extrapolação da autoridade no plano religioso para o plano da autoridade política, a manifestação do autoritarismo que se indicia nessas referências últimas de Francisco Campos? Não seria a autoridade da Igreja Católica a força que garante a circulação de suas verdades como dogmas e não seria o peso dessa força o determinante que faria articular a constituição das relações dogmáticas instauradoras da hierarquia indicada por Francisco Campos? Nessa referência para a educação moral da Igreja, é possível que as relações hierárquicas de

---

<sup>41</sup> Ver páginas 180, 181 e 182.

mando e de obediência sejam feitas para o estabelecimento da disciplinarização que vem embalada no discurso de amor, que camuflaria, assim, o cultivo da submissão: o amor ao chefe, que precisa se fazer amar, camufla a submissão e faz circular a censura no controle da obediência e da desobediência. Ora, esse amor ao chefe não precisaria daquilo que em Francisco Campos é pensado como determinante da educação moral: “a cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temor, que só a religião, que está à raiz do espírito, pode alimentar, nutrir e aprimorar?”<sup>42</sup>

Ora, esse conjunto de sentimentos seriam necessários para cimentar a relação entre aquele que ocupa o lugar de poder falar e aqueles que ocupam a posição de poder ouvir o que é falado: o de cima, o chefe, em relação pedagógica com os de baixo, executa o esforço de fazer circular aquilo que se supõe ser a verdade. E essa dimensão precisa ser pensada, como tal, pelos de baixo, pois precisam conviver eles com a dimensão do suposto desconhecimento. Enfim, no interior dessa relação, tem origem a organização da autoridade e a articulação de sua lógica, que resplandece do alto, onde mora o monopólio de poder dizê-la, até o último nível dos que se situam embaixo. Em outras palavras,

“as grandes burocracias nacionalistas do Ocidente conquistaram igualmente as massas por essa ficção da monarquia de um chefe sacrossanto, que dita sob sua lógica os estereótipos de uma crença. Sem esse delírio da autoridade, rigorosamente controlado segundo os procedimentos que foram acertados na chefia religiosa, não teriam nascido os Estados”,<sup>43</sup>

tipo comum a partir de que, se articula, em outras palavras, a convivência do político com o religioso, extrapolando a autoridade da religião para os terrenos que vão além de seu domínio.

Tal visão monárquica funciona “como funcionavam todos os poderes absolutistas, medievais e modernos, anteriores à idéia de constituição...” (CHAUI, 1993).

Como funciona este tipo de poder no Brasil? É um tipo de poder teológico-político. Ou seja, é um tipo de poder fundado numa certa

---

<sup>42</sup> Ver páginas 219 e 220.

<sup>43</sup> Ver esse trecho de (LEGENDRE, 1983) à página 23 do texto referenciado.

concepção das relações sociais: o autoritarismo estrutura as relações sociais no Brasil. Em outras palavras, a sociedade brasileira guardou da escravidão a forma hierárquica das relações sociais, que se estabelece entre um superior e um inferior e como aí não se pensa em classes sociais que se relacionam, o que se tem é a relação de grupo superior com um grupo inferior, ou de um indivíduo com outro em tais posições. E assim se processam as relações no interior de cada instituição social: são sempre relações hierárquicas entre um superior e um inferior, seja na família, na relação de trabalho, no partido político, no sindicato, na relação amorosa. “E, portanto, o que funciona é um sistema de micropoderes, no interior de cada instituição social realizando no seu todo uma pirâmide social.” (CHAUÍ, 1993) E aquele que ocupa o topo dessa pirâmide não é marcado pela idéia de representação e de delegação porque tais idéias não existem numa sociedade hierárquica: o inferior não pode produzir o superior. “Os inferiores foram o instrumento para dar visibilidade à superioridade do poder sobre ele. Do poder da autoridade sobre eles.” (CHAUÍ, 1993) Logo, a fonte do poder está fora dos que delegam, ou votam. E ainda que não se tenha uma visão religiosa, ou ainda que não se pense mais em Deus ou que não haja uma referência a uma fonte religiosa de poder, a estrutura teológica do poder se mantém: tal fonte de poder não são os indivíduos, por causa de sua inferioridade, não são os movimentos, os grupos, as classes. A fonte do poder é o próprio poder, que se autoproduz como poder superior e fora da sociedade, o que caracteriza, pois, o poder teológico-político: sua fonte, sua legitimidade e seu exercício não estão nas mãos do social.

Quais são os resultados desse poder teológico-político?

Um dos resultados é a forma ditatorial do poder.

E, além disso, a forma populista do exercício do poder, que se caracteriza por uma supressão das mediações entre o que detém o poder e os que dele estão excluídos: a relação é pessoal, direta e imediata. Além do mais, como a relação entre os detentores e os excluídos não é mediada, os excluídos são tutelados, orientados, dirigidos no interior da relação fundamental que os reúne: a relação de favor. Tal relação pressupõe a figura de quem detém a fonte do favor: é ela uma fonte teológica, pois o favor é expressão da graça de Deus e confere a quem o detém a possibilidade de detenção do poder. E se as relações são baseadas no favor mantém-se a hierarquia do superior e do inferior, ou de quem detém o

favor e de quem o recebe; ou de um mandante e de um que obedece: “essa relação que se exprime perfeitamente no populismo, mostra que nós, apesar da aparência de vivermos numa sociedade e numa política laica, vivemos de uma maneira inteiramente religiosa e teológica. (CHAUÍ, 1993) É por isso que cada Presidente da República se acha no direito de dizer que está na presidência pela vontade de Deus a despeito de ter havido eleições ou a despeito de ter havido eleitores. Mas a vontade dos eleitores não conta uma vez que ele é inferior e é apenas, por isso, o instrumento da vontade de Deus. Ou seja, a fonte do poder não é o povo, não é o social, não é, pois, o inferior. “Então, o social é um instrumento que, pelo voto, realiza a verdadeira vontade do poder, que é a vontade de Deus”<sup>44</sup>, o que confere ao Estado brasileiro uma carapaça teocrática, que se caracteriza pela invulnerabilidade política e pelo desrespeito a qualquer expressão de legalidade, isto porque a fonte de poder não é o social.

Enfim, de um lado, com (LEGENDRE, 1983), tem-se o seguinte: as relações dogmáticas pressupõem uma direção em que o dirigente, ou monarca, estabelece do alto, uma relação de mando com os dirigidos, ou súditos. Esses, como ficam embaixo, ocupam o lugar dos que devem cumprir a obediência, exercendo a submissão, que circula mascarada, açucarada, com o jogo das palavras que o chefe, monarca, faz circular e que se resumem no exercício do fazer-se amar. De outro lado, com (CHAUÍ, 1993) surge o seguinte: a orientação absolutista que forma as relações teológico-políticas pressupõe uma direção autoritária que estrutura as relações sociais e isso tem origem, no Brasil, na estrutura das relações escravagistas. Com tal direção, a posição dirigente de quem manda é exercida por quem figura como superior: aquele que, assim, figura na relação tem o poder político fundado na vontade de Deus. E os que obedecem, na posição inferior, são apenas o instrumento da vontade divina que, através deles, faz exhibir a superioridade daqueles que têm a autoridade de dirigir e de mandar.

Enfim, nas relações políticas assim caracterizadas pode-se ver que o interior da relação fica delineado por uma estrutura hierárquica tipificada pela verticalidade que tem o seu ponto de origem na figura que ocupa a posição de superior e desce para a figura, ou figuras, que ocupa as

---

<sup>44</sup> (CHAUÍ, 1993).

posições de inferioridade. Isto significa dizer que tais relações são construções que presidem a constituição e perpetuação das hierarquias necessárias à administração burocrática da sociedade.<sup>45</sup> E, por isso, tais hierarquias estariam a serviço da reprodução ideológica da sociedade.

Nesses termos, a prática de contar e de ouvir histórias, ou de escrever e lê-las, precisa responder, ainda que de forma ideal, aos anseios da orientação social que se pretende hegemônica: espera-se que as histórias operem, ou atuem, no serviço da reprodução social dos lugares privilegiados pela hierarquia que alimenta a administração burocrática da sociedade.

Com essa perspectiva de operar, ou de atuar, com as histórias a fim de cimentar a organização da sociedade, a orientação para o trabalho com as histórias delinea a condução, ou a direção intelectual e moral, que, em termos ideais, precisa efetivar a reprodução do estabelecido socialmente. Assim sendo, espera-se que uma certa Pedagogia seja a orientação que conduza os contadores de histórias, seus ouvintes e seus leitores, isto é, seja a força condutora capaz de atuar na reprodução da estrutura hierárquica socialmente privilegiada. E, por isso, seja capaz de privilegiar uma certa estrutura relacional que, do interior da prática pedagógica, venha a exercer efeito de reprodução na manutenção da sociedade, exercitando no interior dessa prática a reprodução dos lugares hierárquicos socialmente privilegiados.

Em face do aceno que aqui se faz para a busca de uma orientação pedagógica que presida o contar, o ouvir e o ler histórias e pensando na orientação absolutista que está presente nas relações dogmáticas e nas relações teológico-políticas, é oportuno, penso, chamar à cena pública do texto, a estrutura relacional das pedagogias da escola tradicional e nova.

“E’ interessante aproximar a estrutura relacional das escolas tradicional e nova das teorias do contrato social elaboradas por Hobbes e por Rousseau. Para Hobbes, partidário da *monarquia* absoluta, o contrato social liga cada cidadão ao *monarca*, que, este, não subscreve a nenhum contrato e se encontra acima das leis; para por fim ao estado de guerra natural entre os homens, cada um abandona seus direitos naturais em proveito de um

---

<sup>45</sup> Veja-se a direção para a reprodução da relação de superioridade e de inferioridade nas histórias contadas pelos netinhos: *A Menina Desobediente* e o *O Desobediente* (p.190): *Suave Milagre* (p.210-211), *O Castelo das Rosas* (p.211).

mesmo chefe. Na cidade de Hobbes, como na classe tradicional, não existem relações laterais mas somente relações verticais que convergem para um mesmo pólo. Para Rousseau, pensador da democracia burguesa, o contrato social une, ao contrário, os cidadãos entre si: cada um abandona sua liberdade natural em proveito da própria comunidade; sendo, como cidadão, um membro dessa comunidade, não abdica de seus direitos naturais senão para melhor assegurar sua liberdade civil. Na cidade de Rousseau, como na escola nova, as relações são laterais e as vontades particulares só se apagam diante da vontade geral. A estrutura da escola tradicional é *autocrática*, a da escola nova é democrática. Mas trata-se, nos dois casos, de uma estrutura política abstrata, que não leva em conta a dimensão econômica das relações humanas." (CHÁRLOT, 1978)<sup>46</sup>

Se as relações convergem para um mesmo pólo, tal orientação não é coletiva. Pelo contrário: a orientação para a aquisição da cultura, através da estrutura das relações entre mestre e discípulo, imprime um caráter individualizante a tais relações.

Ou seja, a

"idéia de que a cultura é um fenômeno individual engendra uma estrutura relacional característica da classe tradicional. Na classe, a criança está só, em face do saber e dos modelos, embora mantenha uma relação privilegiada com o mestre. A criança se cultiva ouvindo as lições do mestre e trabalhando, só, sobre exercícios de aplicação. A classe não é concebida como um grupo de alunos que se encontra diante do mestre e que se beneficia coletivamente de suas lições. A única relação verdadeiramente educativa é a de cada criança com o mestre. Todas as crianças, por razões materiais e financeiras, são reunidas num mesmo lugar e recebem, ao mesmo tempo, o mesmo ensino do mesmo mestre, mas trata-se, no caso, apenas de uma justaposição espacial e de uma simultaneidade temporal de relações duais mestre-criança. Cada criança está em relação com o mestre e o mestre, dirigindo-se a todas, dirige-se de fato a cada uma. As múltiplas relações duais permanecem paralelas, sem criar relações particulares entre as crianças, e sem que se constitua, em face do mestre, um grupo

---

<sup>46</sup> O grifo nesse trecho é meu.

de crianças em inter-relações. Tal é, em todo o caso, o ideal pedagógico; na realidade, o mestre dificilmente consegue polarizar toda a atenção de cada criança e impedir que se instaurem relações entre as crianças. Mas essas relações devem permanecer clandestinas e sua aparição é vivida pelo mestre como uma derrapagem pedagógica que tem o risco de levar à bagunça.” (CHARLOT, 1978)

Aliás, olhando essa orientação pedagógica pelo ângulo da derrapagem pedagógica, quando se manifestam as ocorrências individuais contrárias ao quadro esperado, pode-se dizer que a Pedagogia Tradicional satisfaz

“particularmente bem as necessidades de uma sociedade aristocrática. Georges Snyders mostrou como, sob o Antigo Regime, a luta contra os impulsos individuais engendrava uma pedagogia da resignação e do ascetismo, como essa pedagogia cortava pela raiz todas as revoltas da juventude contra os casamentos arranjados e a rejeição ao convento ou ao exército, e como essa pedagogia trabalhava, assim, para a salvaguarda dos patrimônios familiares. Mas a pedagogia tradicional tornou-se também a pedagogia dominante da sociedade burguesa. Não se trata simplesmente de uma recuperação da pedagogia aristocrática sob o peso da rotina pedagógica: mais profundamente, a pedagogia tradicional responde a certas necessidades essenciais da burguesia. A burguesia procura, ela também, transmitir um patrimônio familiar que toma a forma de um capital, salvaguardar as desigualdades e as hierarquias sociais, sufocar as aspirações individuais de seus filhos e dos proletários. Uma pedagogia da resignação, da ascese, da poupança, da disciplina, do respeito, satisfaz as necessidades sócio-políticas da burguesia. Corresponde, além disso, às suas necessidades econômicas, quando a sociedade capitalista é estável, e quando a transmissão familiar do capital, dos meios de produção e da propriedade nela desempenha um papel econômico fundamental. Enfim, a própria classe operária sofre bastante profundamente a influência da pedagogia tradicional. Impregna-se dela, de início, como de toda a ideologia dominante. Mas adota-a igualmente porque exprime as condições objetivas de existência do proletariado: peso das desigualdades, das estruturas e das hierarquias sociais, desvalorização da criança inativa em face do adulto trabalhador, necessidade de reprimir desejos que não se está em condições de satisfazer, obrigação de trabalhar penosamente.” (CHARLOT, 1978).

Mas essa estrutura de relações da Pedagogia Tradicional está a serviço da observação das derrapagens pedagógicas, ou seja, das manifestações de subjetividade ritualizadas como rebeldia, porque tal orientação está a serviço daquela observação que objetiva o controle do indivíduo. Por isso, faz sentido o seguinte: se cada cidadão, na cidade de Hobbes, está articulado ao poder centralizador do monarca, na sala de aula o aluno está articulado ao mestre, como centro que lhe determina os movimentos ainda que tal orientação esteja sendo vista sob o risco do figurino ideal.

Por quê?

Uma vez que a classe, como um conjunto, não é senão o somatório dos alunos individualmente considerados, o mestre estabelece, centralizadamente, relações duais múltiplas e fortemente verticalizadas.

Em outras palavras, a estrutura relacional típica da classe tradicional pode ser assim caracterizada.

“...na classe, a criança está só, em face do saber e dos modelos, embora mantenha uma relação privilegiada com o mestre. A criança se cultiva ouvindo as lições do mestre e trabalhando, só, sobre exercícios de aplicação. A classe não é concebida como um grupo de alunos que se encontra diante do mestre e que se beneficia coletivamente de suas lições. A única relação verdadeiramente educativa é a de cada criança com o mestre. Todas as crianças, por razões materiais e financeiras, são reunidas num mesmo lugar e recebem, ao mesmo tempo, o mesmo ensino do mesmo mestre, mas trata-se, no caso, apenas de uma justaposição espacial e de uma simultaneidade temporal de relações duais mestre-criança. Cada criança está em relação com o mestre e o mestre, dirigindo-se a todas, dirige-se de fato a cada uma. As múltiplas relações duais permanecem paralelas, sem criar relações particulares entre as crianças, e sem que se constitua, em face do mestre, um grupo de crianças em inter-relações. Tal é, em todo o caso, o ideal pedagógico; na realidade, o mestre dificilmente consegue polarizar sobre si mesmo toda a atenção de cada criança e impedir que se instaurem relações entre as crianças. Mas essas relações devem permanecer clandestinas e sua aparição é vivida pelo mestre como uma derrapagem pedagógica que tem o risco de levar à bagunça.

A organização material da própria classe traduz essa estrutura relacional. A classe tradicional é um espaço orientado segundo um eixo de trás para diante. Na frente, o mestre, empoleirado em seu estrado, que lhe permite ver cada um e ser visto por cada um, e dispondo do quadro-negro sobre o qual se inscreve a verdade.” (CHARLOT, 1979)

E assim se estabelece a reprodução: o cidadão, o aluno, está articulado, em termos ideais, ao pólo centralizador do monarca, do mestre, que monopoliza os movimentos do cidadão, ou do aluno. E o Vovô Felício, no lugar de monarca, é o sol que articula os movimentos dos netinhos, cometas, na medida em que os movimentos de ler e escrever de cada um estão, em termos ideais, sob a subordinação do monarca, do mestre, do avô, do patrono, que, na condição de chefe, exerce a direção, tutela, de seus subordinados, os netinhos: os leitores e os colaboradores, aqueles que lêem e escrevem ou, ainda, mandam outros tipos de contribuição não-lingüística.

E quem está na posição de monarca representa aquele que detém o saber assim como os súditos detêm a posição de dependência do saber do monarca uma vez que tal dependência, na relação, representa o não-saber.

É do interior dessa relação que surgem, então, as posições ideais de quem decide e de quem não decide sobre os significados idealizados que, por exemplo, transitam pela relação ideal do vovô com os seus netinhos nas mensagens que os aproximam: o vovô sabe e por isso decide; os netinhos não sabem, por isso não decidem, ainda que se possa relativizar tal posição de dependência quando se confere ao netinho a posição burocrática do dirigente que atua como colaborador na editoração. O colaborador é também um autor.

E com esse jogo de decisões fica caracterizada a diretividade que confere ao monarca o poder de controlar os movimentos de seus súditos: a *Correspondência do Vovô Felício*,<sup>47</sup> no seu conjunto, faz parte da direção que o editor, Vicente Guimarães, através de Vovô Felício, a figura da face ideal do narrador, procura exercer a fim de controlar os leitores e os colaboradores, para mantê-los articulados ao pacto de leitura que se estabelece. Tal pacto se projeta através de expedientes de direção que explicam e normatizam a produção, a circulação e a recepção da Revista *Era uma vez...* Com esses expedientes constitui-se, pois, o processo de legitimação que garantiria a institucionalização da Revista na medida em que através deles se pretende a tipificação dos papéis para a Leitura e para o Leitor.

---

<sup>47</sup> Veja-se a *Correspondência de Vovô Felício* às páginas 69 a 107.

Além disso, as falas do monarca, por serem expressão da voz que irradia a intenção e a ambição da verdade, ressoam como voz de oráculo. E, por isso, elas se manifestam com a força da diretividade de um centro que faz propagar certezas. E tais certezas conferem a essas falas aquele acento e tom absolutista, próprio de um sol que se põe, com força e firmeza, a controlar, mais imediatamente, a órbita da produção, da circulação e da recepção da Revista, da Leitura e do Leitor.

É nesse sentido que se entende o conjunto denominado *Palestra de Vovô Felício*<sup>48</sup>: os significados que emanam das palavras que formam as *Palestras* fazem parte da ambição totalizante de constituir uma Revista, uma Leitura e um Leitor que apresentem, por causa dessa ambição, os traços de semelhança constitutivos de uma identidade marcada pela força de domínio da universalidade, excluindo, assim, as manifestações da diferença em benefício, é claro, dessa semelhança constitutiva. Se, por um lado, existe essa ambição monárquica de cobrir todos os espaços de Revista, de Leitura e de Leitor com os raios luminosos que emanam do projeto de *Era uma vez...*, como se fosse possível universalizar a experiência desse projeto, tal ambição reconhece os limites de sua intervenção, mas, a despeito disso, faz coro com os significados que pretendem afirmar a universalidade do projeto político-ideológico do Estado Novo com a mediação cultural da atividade de Leitura e do Leitor como sendo a experiência do Estado brasileiro no ano que abre a década de 1940.

E esse coro inclui, ainda, os pequenos aprendizes de monarcas a quem o editor, Vicente Guimarães, confere o poder de contar histórias: os textos exemplares que formam as *Histórias que os netinhos contam*, afinadas com a direção moralizante de exemplar, de corrigir, de servir de exemplo, de modelo.

Enfim, a ambição de universalidade do projeto autoritário de *Era uma vez...* faz sintonia com a ambição autoritária de universalização do projeto do Estado Novo: a vocação absolutística de articulação dos cometas em torno da órbita do *um* expressaria, a nível da Pedagogia Tradicional, a face visível do sol no corpo do Estado, ou no corpo de Vovô Felício.

Ora, essa posição centralizadora do monarca na articulação dos súditos implica uma verticalidade que funda a hierarquia e tal hierarquia

---

<sup>48</sup> Veja-se a sessão da *Palestra de Vovô Felício*: páginas 108 a 151.

pressupõe a instauração da disciplina que, por sua vez, implica a obediência, ou a submissão.

Para se caracterizar a Pedagogia Tradicional a partir do ângulo desses temas é importante pensar que tal Pedagogia engloba um conjunto de concepções com uma certa afinidade histórica na sua raiz.

“A Pedagogia Tradicional se constitui ao longo da Idade Moderna, especialmente nos anos da sua emergência, com o Renascimento, e de sua cristalização, com a Revolução Francesa, incluindo aí, de modo especial, a proposta pedagógica dos padres Jesuítas, de João Amós Comênio e de Johan Herbart. Estas três concepções estão vinculadas à idéia de um entendimento metafísico do mundo, que implica a ordem, o método e a disciplina.” (LUCKESI, 1992)

Pode-se dizer, considerando a questão da disciplina no interior da Pedagogia Tradicional, que os séculos XVII e XVIII, quando surgem ou se consolidam as pedagogias tradicionais, foram o momento em que se buscou a consolidação da disciplina: o Iluminismo que inventou as liberdades trouxe, também, as disciplinas. E a disciplina inventada tem a força de uma forma arcaica se comparada com a inovação que tem lugar na modernidade pela ação da subjetividade. Graças ao exercício da subjetividade, o homem abre as portas da filosofia e da arte com o Renascimento e abre a natureza para uma relação de intimidade através do método científico, quando a postura metafísica da tradição, até então, interpretava a realidade de um ponto que se localiza fora dela mesma. De modo arcaico, esses dois séculos aprofundam os modos de disciplinamento embora a modernidade já tivesse aberto as portas para o exercício da subjetividade a despeito de tal dimensão não ter sido, ainda, realizada. Em outras palavras, o disciplinamento dos séculos XVII e XVIII imprime uma direção arcaizante ao modo de ser do homem em comparação com o modo de ser orientado pelo figurino revolucionário da modernidade emergente.

Ou seja: com relação às pedagogias tradicionais, pode-se dizer que elas acentuam o

“disciplinamento dos corpos e das almas como um meio de torná-los dóceis e úteis à sociedade e ao seu modo de produção emergente. A época histórica entrava na modernidade, mas a

sociedade emergente necessitava de corpos dóceis e úteis aos anseios do novo modo de produção; desta maneira, a modernidade, no que se refere à emancipação da subjetividade, não pode ser 'encarnada'. Ela só pode abrir as portas da subjetividade, como uma possibilidade; porém, a sociedade burguesa não suportou e não suportaria a subjetividade em realização plena. Ela necessitava e necessita de controles para que o seu modo de produção atinja os fins que deseja. Um ser humano livre tem possibilidades imponderáveis de conduta e isso não interessa a um modelo de sociedade que necessita da submissão dos indivíduos, para que os seus níveis de lucratividade sejam mantidos." (LUCKESI, 1992)

A Pedagogia Tradicional – ou a pedagogia dos jesuítas, de Comênio e de Herbat – enfatiza a socialização do disciplinamento através da relação pedagógica ainda que as duas primeiras orientações pedagógicas tenham delimitado e realçado com precisão e cuidado as condutas que os estudantes, os professores e os administradores devem exibir no interior do processo pedagógico.

Centrada na formação do cidadão pelo controle doutrinário e disciplinar, a Pedagogia Tradicional dos jesuítas, nas suas origens, tem como proposta a formação do caráter do cristão de acordo com o modelo de homem defendido pela restauração, que é orientada pela Contra-Reforma e sistematizada pelo Concílio de Trento, o que significa dizer que tal modelo assenta suas raízes na tradição medieval católica: trata-se de um modelo que se ancora numa concepção metafísica do ser humano, uma vez que se trata de uma imagem estabelecida *a priori* e a ser construída pela ação pedagógica.

E está, por exemplo, viva no seguinte texto:

#### DESCRIÇÃO DA SALA DE AULA<sup>49</sup>

"A nossa sala de aula tem 20 carteiras, uma mesa para a professora e um quadro negro, um mapa, de Minas Gerais e um do Brasil, um quadro para ensino de aritmética e outro de Língua Pátria, globo, relógio e contador. É bastante clara, arejada, mais comprida do que larga, com 3 portas e 2 janelas.

Na parede pende-se um Crucifixo. Tem também iluminação elétrica."

---

<sup>49</sup> Estelino Fiel - das Escolas Particulares de Brumado - 2º ano - *Histórias que os netinhos contam*, Era uma vez..., 01/06/42.

Ainda que a concepção pedagógica, no seu formato clássico e ortodoxo, esteja, com frequência, bem distante do formato real, as linhas do figurino que a desenha, contudo, revelam as marcas de seus constituintes fundamentais, ainda que de forma pálida ou empobrecida. Aliás, as próprias concepções apresentam fisionomias que entre si mostram diferenças, ainda que guardem traços indicadores de seus fundamentos originais nas manifestações posteriores de elaboração, sistematização, divulgação, operacionalização, prática.

Do ponto de vista de suas origens, pode-se dizer, da Pedagogia Tradicional, o seguinte: essa concepção pedagógica dos jesuítas estava mais ou menos difusa nas concepções eclesásticas do século XVI.

Ela se vinculava à experiência medieval católica ainda que tenha sido marcada pelo assentamento doutrinário do Concílio de Trento, que estabeleceu um sistema doutrinário teológico cuja vigência durou séculos na Igreja Católica. E só veio a sofrer modificações sensíveis em sua direção com o Concílio Vaticano II, nos anos 60 deste século, 1900.

Esse sistema doutrinário teológico que serve de fundamento para o ordenamento educacional jesuítico está expresso na orientação medieval da teologia escolástica tomista. E foi traduzida em dogmas pelo concílio tridentino, tendo como suporte principal o pensamento doutrinário de Aristóteles ainda que o suporte de São Tomás de Aquino seja a força de doutrina privilegiada pela Igreja Católica.

Tomando a doutrina do ser humano proposta pela teologia tomista, pode-se perguntar o seguinte: quais são os ingredientes teológicos que compõem a direção pedagógica dos jesuítas?

Na concepção clássica da teologia cristã católica, a sociedade é corrompida, intrinsecamente, na sua constituição: o ser humano traz em seu corpo e sua alma a corrupção primeira do pecado original. E em face dessa expressão primeira de pecado, o homem necessita da remissão com fundamento na graça que chega ao mundo através da pessoa de Jesus Cristo, esse Homem simultaneamente Deus que teve o papel missionário de sofrer e morrer para que o mal fosse eliminado do meio dos homens e da sociedade.

“Com isso, ficava definido que o ser humano nasce naturalmente mau e que é preciso trabalhar, rigorosa e disciplinadamente, para que ele saia do mundo do pecado e

construa o mundo *são*<sup>50</sup> da virtude e do amor a Deus. Para isso, conta com o auxílio da graça divina, concedida pelo Deus-Pai, através de Jesus Cristo Redentor. O ser humano é educável e possui as potências da virtude; mas para que busque a perfeição, deve, esforçadamente, trabalhar para que fortaleça o espírito, que deve se sobrepor à carne, ao pecado e ao mundo.” (LUCKESI, 1992)

Os ordenamentos educacionais da Pedagogia Tradicional dos jesuítas que estão, nas suas origens imediatas, situados historicamente, no século XVI, fundamentam-se, pois, na seguinte direção: os educandos precisam sair do mundo de pecados e caminhar na direção alternativa dos caminhos da salvação. É isso que explica o conteúdo curricular da educação segundo os jesuítas, expresso, ainda, nas suas finalidades principais: formar o ser humano que sirva a Deus, criador e redentor do homem; que sirva à Igreja de Deus e de seus representantes na terra; e que, além de servir, seja capaz de divulgar e defender essa doutrina e suas instituições. Com tal ordenamento e direção, com tal currículo e com tais finalidades, os jesuítas objetivam formar um ser humano portador de uma identidade marcada por um caráter submisso e serviçal, utilizando, como o fizera Comênio, aquilo que os educadores do século XVII e XVIII fizeram: a criação da disciplina como modo de formar o caráter do educando.

Aliás, é importante que a disciplina seja lembrada como um fator que preside a constituição da Pedagogia Tradicional. Mas, além da formação da disciplina, há outros fatores: a assimilação da cultura, *a formação da mente*,<sup>51</sup> a ordem e o esforço que todos devem exercitar para a assimilação e a garantia dessa ordem. Vale lembrar que ao se falar em *mente* não é, com frequência, muito claro o que se postula, mas trata-se daquela disposição que está presente na atitude para mandar e para obedecer conquistada pela disciplina ainda que se tenha o hábito de pensar que a disciplina produz apenas a obediência, esquecendo-se de que tal atitude não existe sem a atitude do mando.

---

<sup>50</sup> O grifo é meu.

<sup>51</sup> O grifo é meu.

E associando o fator da disciplina com o fator da cultura, ressalta-se que, na Pedagogia Tradicional dos jesuítas, a cultura é importante porque é tratada como veículo para incorporação dos valores que orientam a conduta, o que justifica, em todas as propostas dessa Pedagogia, o tratamento da cultura como veículo de formação do ser humano nos moldes de um padrão a ser perpetuado, reproduzido, e a ser submetido ao educando como algo a que, disciplinadamente, deveria se conformar.

Nesses termos, o disciplinamento, nos primórdios da Pedagogia Tradicional assume a direção valorativa da nova ordem social. Foi ele,

“uma forma arcaica de ser frente à modernidade que emergia, sonhando com a ciência, com um novo modo de administrar o poder e com a valorização da subjetividade, ... uma característica fundamental das pedagogias tradicionais. A sociedade vivia suas próprias contradições: uma burguesia emergente, que inventava o novo, mas que, ao mesmo tempo, necessitava do arcaico para assegurar-se de benefícios pelos quais estava lutando. A burguesia desejava o novo, mas o novo controlado e só para si. Necessitava, por isso, de um lado, de ter sujeitos que fossem dominados e submissos aos seus serviços e, de outro, necessitava dos próprios burgueses submissos (ainda que não dominados) aos seus anseios. Daí, todos deveriam ser disciplinados nas almas e nos corpos para servir a esse modelo de sociedade. Ao mesmo tempo, abertura e arcaísmo.” (LUCKESI, 1992)

Ainda que a questão da disciplina seja o solo comum das diversas concepções da Pedagogia Tradicional, foram os jesuítas os educadores que mais rigorosamente prescreveram uma disciplina externa ao educando imposta e administrada, centralizadamente, pela autoridade hierarquicamente ordenada.

A hierarquia cumpria a função de fixar uma rede de papéis que se articulavam, de modo vertical, por regras de mando e de obediência com as quais se fazia o tecido burocrático que identificava o superior e o inferior. Tal rede articulava não só os papéis, mas o resultado que se almejava: a conquista da disciplina e a conseqüente prática da submissão à figura do superior hierárquico que, centralizadamente, detinha o controle da direção administrativa e, por isso, supostamente, suprimia os subjetivismos ao guardar em suas mãos a responsabilidade pelas determinações institucionais que deveriam ser cumpridas ou executadas.

Por exemplo:

“ao professor cabia ensinar, controlar e disciplinar o estudante em sua classe, e fora dela, se fosse possível; por sua vez, os atos do professor eram controlados pelo Prefeito de Estudos, que, por sua vez, era controlado pelo Provincial; este era controlado pelo Superior Geral que, por sua vez, se entendia com o Papa, chefe geral da Igreja.” (LUCKESI, 1992)

Essa rede hierárquica faz lembrar o caráter de obediência e de disciplina que é privilegiado nos ordenamentos militares, o que se justifica pela marca militar que Inácio de Loyola procura imprimir na Ordem que fundara, a Companhia de Jesus, em razão de suas experiências como militar, anteriores à sua dedicação à vida religiosa. É isso que justifica, pois, a obediência irrestrita do jesuíta às determinações irrecusáveis do papa.

Esse caráter de aparelhamento hierárquico para a conquista da disciplina e da submissão, com uma forte atuação vertical dos papéis que, centralizadamente, guardam nas mãos o controle burocrático da educação faz para a Pedagogia Tradicional uma identidade particular.

É o que ocorre com determinadas vertentes ou concepções dessa Pedagogia: as

“pedagogias de cunho religioso e situadas em fins do século XVI e no decorrer do século XVII foram aquelas que propuseram os mais sofisticados meios de coação externa; e, entre elas, as católicas foram as mais rígidas. No caso, a pedagogia jesuítica serviu de matriz para muitas outras.” (LUCKESI, 1992)

Essa vocação da disciplina para a conquista da submissão, enfatizando a utilização de uma hierarquia com acento militar e fortemente verticalizada, ou com acento no mando e na obediência, no superior e no inferior, controlados por um centro que detém, absolutisticamente, o poder de chefe, encontra objetos de reprodução: a Pedagogia Tradicional se reproduz na orientação editorial de *Era uma vez...*

E a estruturação dessa Pedagogia e dessa Revista reproduzem a estruturação das relações dogmáticas ao postular essa uma relação burocrática de mando e obediência fundada no poder centralizador do pontífice. E essa estruturação acaba por fazer a reprodução da estrutura das relações teológico-políticas, pois o pontífice, na qualidade de chefe,

é o político que detém o poder por uma delegação divina. E é objeto de amor, de veneração, de admiração para poder exercer a censura que venha promover a submissão, embalando-a, ou camuflando-a, com as falas do amor. E é com esse amor, que alimenta o culto dos chefes, que se efetiva a direção mental típica da orientação monoteísta da liderança política e religiosa de tais chefes. E, ainda, com esse amor, a censura que o pontífice venha a exercer contra os atos de desobediência acaba sendo minimizada, pois ele se faz amar para submeter: justifica-se, pois, o amor do censor.

Em outras palavras, essa figuração religiosa de quem manda, politicamente, no interior das relações teológico-políticas, ou de quem aparece como superior, na relação com quem aparece como inferior, acaba encontrando reprodução na Pedagogia Tradicional, no projeto de *Era uma vez...* e na estrutura das relações dogmáticas: a figura teocrática dos chefes camuflaria, com a delegação religiosa, a determinação política que orienta as relações sociais estruturalmente autoritárias e conservadoras, no Brasil. E, assim, a orientação das relações teológico-políticas, que daria direção ao Estado Novo, encontraria, a meu ver, o lugar explicativo para a orientação conservadora que as elites procuram imprimir teocraticamente, no Estado, fazendo exercer o mando através de uma burocracia absolutista e moralizante, sob as ordens, por exemplo, do presidente. Por delegação divina, o presidente está, vicariamente, no lugar de Deus e, por extensão, reproduzindo tal lugar, está o professor na sala-de-aula, ou o editor na sua Revista: pontífices, ou monarcas, que, na posição de *sol*, articulam, em termos ideais, o movimento dos *cometas* ou cidadãos, alunos, educandos, leitores ou netinhos.

É bom lembrar que esse caráter de legitimação da estruturação burocrática do Estado Novo, prevista pelo projeto editorial de *Era uma vez...*, faz sintonia com o sentido de legitimação previsto, ainda no Estado Novo, para a prática da Educação Física, o que se indicia claramente no título que serve de inscrição nas faces, ou páginas, que abrem este trabalho: *Texto são em mente sã: um projeto de leitor; a prática da leitura na revista Era uma vez...: o Brasil da era Vargas – os anos 40.*

Ora, a prática da regeneração moral e física do brasileiro, que teria a homogeneidade racial ameaçada pela miscigenação, garantiria, com a educação do físico, o vigor que faria o corpo ser forte e, com a educação simultânea do espírito, a disciplina para a disposição da obediência e do mando, peças que são indispensáveis ao funcionamento da hierarquia que administraria o Estado, a sociedade, a empresa.

Esse caráter indissociável da relação entre o corpo e a mente, ou entre o texto e a mente, revela o sentido de intervenção no corpo e no texto, através da Educação Física e da Leitura, a fim de se obter um objeto com uma forma: a boa forma, traçada pelo desenho ideal do objeto.

E além disso, é preciso trabalhar, cultivando a negação da forma real indesejável : a má forma expressa o desenho ideal do objeto que não se deseja, o objeto disforme. Nisso, o corpo e o texto sadios teriam o seu potencial de boa forma na manifestação de disciplina revelada na direção da obediência e do mando, ou quando os corpos e os olhos se movimentam na direção dos significados esperados, que se conformam no quadro dessas dimensões burocráticas orientadas pelo figurino político-ideológico do Estado.

E como, então, o corpo atuaria sobre o espírito?

“O exercício constante da obediência e da disciplina, a partir da prática de atividades esportivas, seria capaz de transformar essas qualidades em hábitos, introjetando-as, dessa forma, nos indivíduos. Por outro lado, a própria disciplina dos movimentos e o controle da vontade necessários ao desempenho das atividades físicas conduziriam à introjeção do espírito de disciplina e funcionariam como ‘reforço da obediência’. (BERCITO, 1991)

O físico controlaria o espírito. É o que o médico Fernando Magalhães<sup>52</sup> explica, nas páginas da Revista de Educação Física, em outubro de 1935:

“Na educação física, há um conjunto de especiais atributos que o seguimento de suas regras tira milagrosamente do corpo e da alma dos homens.

A forma, culto dessa educação, compõe o indivíduo organizado na simetria e na proporção (...)

A simetria representa a disciplina; a proporção é a síntese da conformidade; dessa maneira, manipulam-se caracteres e virtudes. O fundamento da educação física está na observância das boas normas de obediência. O corpo humano é uma sinergia. Sinergia é a colaboração solidária dos esforços.

O espírito acompanha essa evolução, sentindo como o perfeito pode surgir do disforme. Daí a pouco, seus atos, como os músculos, entregam-se à disciplina e à moderação, e, como os músculos, seus atos chegam à harmonia e ao ritmo.”

---

<sup>52</sup> Citado por (BERCITO, 1991).

Reorganizando: a educação tem como objeto a *forma*, objeto de culto. Para ser objeto de culto, ela precisa de um *agente* que a cultue. Para tanto, esse agente precisa de dois atributos. Um deles é a *simetria*: expressão da disciplina. O outro é a *proporção*: expressão da conformidade. A disciplina e a conformidade pressupõem a *obediência*. E isso tudo implica na *sinergia*: reunião amigável de todos os esforços.

Ampliando, pode-se dizer o seguinte: se o agente precisa cultivar a forma, esta forma já está pronta. Para isso, é preciso se conformar a ela, o que exige disciplina para o exercício da conformidade ao modelo de forma que é estabelecido. Mas, ainda, o cultivo da forma exige a obediência que garante a disciplina e a conformidade para a integridade da forma, que é obtida pela ação conjunta de todos esses movimentos. Em outras palavras, o cultivo do corpo se fundamenta na Educação Física, como atividade semiológica de “paráfrase” do físico, pois, a expectativa é de que, a partir de uma forma ideal estabelecida, os corpos exerçam a sua reprodução. Com isso, a técnica prevista no tratamento da linguagem utilizada na Leitura, que consiste exatamente na atividade semiológica da paráfrase, acaba por ser a técnica privilegiada no tratamento da Educação Física. Tal técnica confere ao Leitor o lugar de agente que reproduz os significados estabelecidos e fixados como expressão de uma boa forma: significados “eugênicos”, isto é, que precisam ser buscados para a boa higiene da Leitura e do Leitor, assim como se buscam os traços físicos “eugênicos” para a boa higiene do corpo. E do espírito.

Por isso, na convergência que aproxima Educação Física e Leitura está a afinidade metodológica da paráfrase pelo seu potencial semiológico de reprodução do estabelecido naquilo que é importante politicamente: a reprodução dos comportamentos de mando e de obediência que legitimariam o Estado Novo.

E o espírito na relação com o corpo? O que faz?

Ele reproduz os movimentos do corpo. Aos poucos, os atos espirituais reproduzem os atos físicos: “... como os músculos entregam-se à disciplina e à moderação, e, como os músculos, seus atos chegam à harmonia e ao ritmo”.

É essa intimidade de reprodução que explica, a meu ver, o equilíbrio ideal da relação corpo-espírito expressa em *Corpo são em mente sã* e que se reproduz em *Texto são em mente sã*: os netinhos escrevem textos, que consistem em reprodução de textos, ou falas, que são estabelecidos para

serem lidos por netinhos que deverão reproduzi-los. Disso resulta, então, um jogo semiológico que multiplica o poder da reprodução e, com isso, o Estado estende os seus tentáculos com o fim de cobrir ideologicamente os espaços sociais, tecendo o esforço do seu exercício de hegemonia e, por isso, a ação política de domínio ideológico vai mostrando por quase todos os cantos o sinal da universalidade que é expressão da ambição de domínio que incendeia o Estado.

Nesse esforço de hegemonia é que se explica, ainda, o sentido de homogeneização que se insinua na prática de Educação Física nos limites do texto do médico, Fernando Magalhães: o espírito acompanha a evolução do físico na conquista da forma fixada como desejável para o corpo e, aí, vai sentindo que aquilo que é a negação da boa forma – o disforme – vai dando lugar para a forma, que se repete com o atributo de mesmo. A homogeneidade, como afirmação do mesmo, é o alvo educativo e pedagógico que legitima, ideologicamente o Estado, e, para tanto o aparelho estatal precisa contar com a militarização do espaço social, o que seria legitimado pela Pedagogia Tradicional, em face dos valores militares presentes em sua organização. É bom lembrar que Santo Inácio de Loyola, um de seus fundadores, no espírito de conquista e de combate da Contra-Reforma, colocou nessa corrente, alguns traços que são constitutivos das corporações militares: disciplina, obediência ao superior; hierarquia – verticalização e centralização.

Não seriam esses alguns dos valores disseminados pelo Estado Novo? Sim:

“A ênfase na disciplina, obediência e hierarquia, valores eminentemente militares, como fundamento da organização da sociedade pretendida, significava mais que uma concepção própria da matriz do pensamento relativo à Educação Física no período – a Escola de Educação Física do Exército. A própria Nação estava sendo concebida, naquele momento, como um exército que deveria caminhar em busca de progresso (...)” (BERCITO, 1991)

E é o que diz Getúlio Vargas:

“... a grande virtude nacional, neste momento histórico, deve ser uma virtude militar – a disciplina; as circunstâncias impõem à nossa conduta o atributo dos povos fortes – a tenacidade. A Nação, disciplinada e tenaz, há de realizar os seus altos objetivos de

progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde, símbolo da unidade e da grandeza do Brasil".<sup>53</sup>

Enfim, *Texto são em mente sã e Corpo são em mente sã* constituem-se como inscrições que apontam para um acento de moralização no tratamento da Leitura e da Educação Física: ambas, na especificidade em que se configuram os seus objetos particulares, são utilizadas com o fim de se promover o saneamento moral do país através da conquista de virtudes administrativas que legitimariam o Estado burocrático de 1937. São elas utilizadas como instrumento de coesão e harmonização social a serviço de uma batalha aparente: o objeto de conquista é o progresso da Nação, a grandeza da Pátria. Tal objeto, contudo, faz parte do tecido ideológico que camuflaria o controle autoritário da sociedade que deveria produzir gente sadia para a construção nacional: braços fortes e inteligências cultas para o Brasil grande e forte. Não se diz, é claro, que o trabalho material e o trabalho intelectual seriam o fator de divisão que no fundo explicaria o sentido da batalha real: a luta pela acumulação capitalista acentuada no Brasil a partir de 1937 com a industrialização.

Mas, a dominação ideológica precisa, para se efetivar, da afirmação do semelhante, com a negação do diferente, o que significa defender a postulação de uma boa forma que negue o disforme. Aliás, o disforme não é aquilo que nega o esperado? Se o esperado é a virtude, o que não se deseja é o disforme: o pecado original. Por isso, a conquista da boa forma significa a batalha contra o pecado, contra o disforme em busca da pureza, da virtude, do amor a Deus. Não se tem, aqui, um quadro católico que estaria sendo utilizado ideologicamente contra o diferente em benefício da afirmação do mesmo? Não se tem, aí, maniqueisticamente, uma batalha do bem contra o mal? Não é esta a concepção de batalha histórica para os católicos? Não é esta concepção um serviço ideológico que camuflaria a batalha econômica que divide o Capital e o Trabalho? Não é a utilização deste jogo ideológico um serviço que os católicos prestam ao Estado?

Nesta luta histórica, o diferente, que aparece, sob a forma de Estados Unidos, na aproximação que começa a ser estabelecida com o Brasil, na passagem para os anos de 1940, é tratado simultaneamente com os passos que indicam aproximação e afastamento.

---

<sup>53</sup> Álbum do DIP. [s.d.], segundo (BERCITO, 1991).

Dizendo de modo preciso, o Tio Sam chega visível ao Brasil é no início dos anos 40, amparado em condições e propósitos bem definidos. De modo menos visível, no plano econômico, a sua presença tinha sido anterior a essa data e, no plano cultural, o cinema também já havia entrado, inculcando valores e ampliando mercados.

Sintonizados com esse jogo de aproximações, os netinhos de Vovô Felício, leitores de *Era uma vez...* são flagrados, saindo do Cine Brasil, em Belo Horizonte, depois de uma sessão de cinema que exibira produtos da linha Walt Disney, para a qual foram brindados com ingressos de “matinée”, pela Empresa Cine Teatral Ltda. É bem possível que eles estivessem calçados com produtos da Sapataria Mickey, um dos grandes patrocinadores da revista, com presença bem ativa em suas páginas. Isto aconteceu no ano de 1940.

Mas a década de 40 traz uma forte presença da cultura norte-americana no Brasil: presença dos padrões de comportamento, da substância dos veículos de comunicação social, das expressões artísticas e dos modelos de conhecimento técnico e saber científico. As mudanças que ocorriam no Brasil, sob o impacto cultural dessa presença dos Estados Unidos entre nós, alterando a maneira de ver, sentir, explicar e expressar o mundo, traziam a marca daquilo que era chamado de “*american way of life*”.

E fazia parte daquilo que se chamava, na época, de *política de boa vizinhança* entre os Estados Unidos e os demais países americanos: convívio harmônico e respeitoso entre todos os países do continente e troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre os Estados Unidos e o restante da América.

Mas não se pode falar que houvesse espontaneidade nessas relações em 1940.

O Vovô Felício, numa de suas Palestras, acusa a presença dos Estados Unidos no mercado de revistas infanto-juvenis, através da ação de produtos estereotipados, que tratam de crimes, de absurdos planetários, de roubos, de assassinatos, de monstruosidades, de “gangsters” em clima de Chicago e Texas, numa demonstração visível de ação xenófoba contra o impacto do nocivo na alma das crianças brasileiras, meigas e puras, como o menino Jesus. Isso tudo é tratado quando a fala pontifical do Vovô Felício aborda a questão da política de saneamento contra o mal, que é visível na face do produto, e que se mostra forte no processo de produção, ao oferecer produtos baratos sob condições desfavoráveis, em termos de

competição, para os produtos nacionais, ameaçando, de paralisia, a vida das revistas nativas. A prática do “dumping” é uma grande ameaça.

Realmente, não há espontaneidade nas relações entre Estados Unidos e Brasil nesse ano de 1940. Se há aproximações, há também afastamentos.

Vovô Felício, apesar de ter feito aproximação na direção de Disney, se afasta das revistas americanas, que são, no modelo de saneamento, aquela face que seria o disforme: o nocivo, o pecado, o mal. E se aproxima da face que representa a boa forma: o saudável, a virtude, o bem.

E se tem assim um quadro singular. De um lado: a luta se revela no plano real da ação capitalista de produção de mercadorias do setor da cultura, quando se fala da paralisia de um produto pela prática comercial do “dumping”, caracterizando tal luta como ação para a conquista e domínio de mercado. De outro lado: a luta tem outra fisionomia. A luta real fica mascarada, segundo a leitura católica, pela ação do mal, do pecado, contra a virtude, o bem, o que faz dos significados religiosos um tecido de luta ideológica e, por isso, um tecido de mascaramento das determinações históricas.

É de se lembrar que a ação autoritária, e por isso, xenófoba, no Estado Novo, contra a ação estrangeira no Brasil, faz parte do pensamento nacionalista que postula a auto-determinação econômica do Brasil, o que explica, a meu ver, um certo matiz ingênuo da força do provincianismo contra o cosmopolitismo. É isso, aliás, o que vem mascarado, ideologicamente, por esse jogo do bem contra o mal, ainda que as determinações econômicas na produção da cultura devam ser relativizadas numa política de defesa da produção da cultura que afirme o nacional com a incorporação do internacional.

A afirmação do nacional com a exclusão do internacional faz parte de uma prática autoritária que é postulada por aquele grupo que se considera o centro a partir do qual se pode fazer o julgamento do mundo uma vez que os verdadeiros critérios moram no coração do próprio grupo. Não é essa postura etnocêntrica nacionalista, católica, conservadora, autoritária, com a ambição de universalidade típica do cristianismo de Roma, aquela vertente que serviu de seiva na sustentação político-ideológica do Estado Novo?

Mas esse vozerio da luta entre o nacional e o internacional, e aí, é necessário dizer Norte-América, estava acontecendo em 1940.

A partir de 1941, o Brasil foi invadido por missões de boa vontade americanas. E elas se compunham de professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários, sem deixar de mencionar as múltiplas iniciativas oficiais.

“Em 1942, já estávamos inundados de jornalistas, radialistas, editores, professores, cientistas, escritores, músicos, diplomatas, empresários, técnicos, estudantes, pesquisadores de mercado oriundos do norte – o que levou o ministro Osvaldo Aranha à tirada bem-humorada de que ‘mais uma missão de boa vontade e declaramos guerra aos Estados Unidos!’ (MOURA, 1984)

Isso produziu um grande impacto cultural no país e foi fruto de um planejamento cuidadoso de penetração ideológica e conquista de mercado e era parte integrante de uma estratégia mais ampla, que procurava garantir, no plano internacional, o alinhamento do Brasil e de toda a América Latina aos Estados Unidos. Naquele momento, esse país procurava afirmar-se como grande potência na posição de centro de um novo sistema de poder no plano internacional.

A luta de Vovô Felício, como uma luta das forças católicas, ao lutar com a ideologia religiosa do mal e do bem, do pecado e da virtude, na sinceridade e na pureza da luta, não favoreceu a penetração de conquista norte-americana no Brasil, mascarando-a ideologicamente, a despeito da denúncia explícita da realidade econômico-cultural dessa conquista?

É surpreendente que essa denúncia incisiva tenha surgido por entre os fios de um tecido maniqueísta religioso? E isso veio à tona em 1940.

Mas um outro acontecimento se manifesta mais tarde, segundo (SANTIAGO, 1976):

“Em 1945, realiza-se em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores, cuja principal motivação seria um questionamento da ditadura Vargas, aproveitando a vitória sobre o fascismo na cena mundial. A maioria dos intelectuais presentes não poderia pensar que um dos assuntos mais quentes seria uma proposta em aparência inocente de Vicente Guimarães (tio de outro Guimarães, o Rosa, e conhecido dos guris como Vovô Felício). Propunha ele que não se devia mais importar ‘flans’ porque se estava criando obstáculos futuros e intransponíveis para a incipiente indústria gráfica brasileira. O problema que tocava de perto Vicente era o dos ‘flans’ de histórias em quadrinhos (‘comics’ americanos) que

já dominavam o mercado nacional através das revistinhas da Editora Brasil-América e da Rio Gráfica e Editora. E portanto os participantes reagiram objetivamente à tese subjetiva de Vovô Felício falando de 'flans' e 'flans'.

É esta aliás a distinção que faz o jovem Carlos Lacerda. Afirma ele primeiro que 'não podemos ser contrários à importação do que quer que seja em material gráfico', para acrescentar depois que os 'flans' que servem à divulgação do Super-Homem e de outros heróis americanos deviam ter sua entrada proibida no Brasil. Por quê? A resposta vem clara e maniqueísta: 'A verdade é que nós estamos importando veneno para as nossas crianças'. Em favor desse mesmo argumento, levanta-se o romancista Dyonélio Machado (autor de *Os Ratos*), premiado em 36 pela Academia Brasileira de Letras): 'em Porto Alegre verificou-se o suicídio de um menor, em um banheiro, e se supõe, por vários indícios, que tenha sido sugerido por uma gravura do 'Vingador'. Como médico e, sobretudo, como médico psiquiatra, dou inteiro apoio à opinião do sr. Carlos Lacerda'."

É..., a Leitura e o Leitor estão sob a direção higiênica de um político que entende de veneno. E de um escritor, que entende de Leitura e de Leitor, mas que fala, sobretudo, do lugar privilegiado por tratar de questões que envolvem veneno: o saber do médico psiquiatra. E de um pedagogo que fala de Leitura sadia para a criança e para o jovem contra o caráter nocivo das "telhas de estereotipia" da Norte-América. Todos se unem numa ação profilática contra o veneno que assola o país que, por isso mesmo, precisa da ação saneadora e higiênica de uma produção cultural "democrática" mais do que oportuna num tempo em que os ventos da democracia começariam a soprar "discretos", de forma "quase" imperceptível.

"Num país até então dominado pela cultura elitista e européia, os primeiros que reagem à invasão cultural americana são elementos ligados ao mercado editorial infantil e concorrentes, como Vovô Felício, ou educadores que batalham pela escola pública, como Fernando de Azevedo. É este que, em *A Cultura Brasileira*, num capítulo praticamente dedicado a bibliotecas, chama a atenção para o crescente interesse no Brasil, desde a Segunda Grande Guerra, pela cultura americana, principalmente no Rio e em São Paulo. Os motivos que arrola são vários: a política pan-americana, a publicação de romances de autores anglo-saxônicos, escoltados pelos filmes de Hollywood, e finalmente a

criação em 1938 das instituições até hoje conhecidas como Institutos Brasil-Estados Unidos.” (SANTIAGO, 1976)

Não é fora do comum este tipo de atitude e de pensamento: o de negação do diferente como veneno. Depois de 1945, várias ocorrências dessa postura são vivamente manifestas na sociedade brasileira: em 1948-49, no Rio de Janeiro, o *Diário de Notícias* lança violenta campanha contra os “comics” importados.

Em 1953, a revista *Fundamentos* faz alarde contra os quadrinhos, em artigo de capa, assinado por Bráulio Pedrozo, onde exhibe, em manchete, a articulação da palavra “veneno” com a palavra “imperialista”. Contra esse veneno é preciso um combate, que, aliás, aparece sob a forma de argumentação ideológica: combater o “culto da violência”, os “heróis destituídos de inteligência” e de trato, pois “agem através da força bruta”.

Mais tarde, publicitários e homens de televisão fazem campanha contra o anúncio importado e contra os kung-fus dos horários nobres.

E na linguagem comprometida e profissional da década de 1970, surgem outros motivos: o aprimoramento do “design” e do “know-how” dos profissionais brasileiros acha-se sufocado pela concorrência desleal dos norte-americanos; a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais; o mercado para a produção dos intelectuais da cultura de massa “nativa”.

Existe muito veneno no ar. Existe doença. Mas existe remédio. E, aí, Silviano Santiago, de modo meio detetivesco, invade a intimidade de um escritor:

“Voltemos ao tempo da primeira frase: sigamos em fevereiro de 1945 os passos do repórter da revista *Leitura*, Ascendino Leite. Ele vai encontrar o mencionado romancista e psiquiatra Dyonélio Machado na residência de Zora Braga (hoje Seljan) restabelecendo de uma recente crise cardíaca. O repórter é curioso e percebe algo na mesa de cabeceira, um livro. Observa Ascendino: ‘era justamente Faulkner a sua leitura de convalescente’. Dyonélio lia *Enquanto agonizo (As I lay dying)*, romance daquele que o repórter julga o ‘Balzac americano’. (SANTIAGO, 1976)

Este é um flagrante curioso que atesta a presença da divisão entre veneno e remédio: para as crianças, que ocupam a posição dos que não sabem, é preciso evitar o contacto com o veneno do diferente, do estrangeiro. Para os adultos, os escritores, que ocupam a posição dos que

sabem, é providencial o contacto com o remédio que vem de fora. Providencial será se esse saber estiver fundamentado na área da Medicina.

Não é esta uma postura autocrática típica daqueles que se colocam na posição etnocêntrica de julgar o diferente a partir dos critérios do mesmo? Em favor daqueles que são definidos como ocupantes do não-saber, segundo a posição ocupada pelos “detentores” do saber, é preciso uma ação moralizante de um dirigente que se coloca no lugar do mestre, pois a sua palavra cala e, assim, ela salva: nos livra do pecado, ou do veneno, e nos faz meigos e puros como o Menino Jesus.

É esta a posição messiânica do pontífice: a sua palavra decide o que pode ser remédio e o que pode ser veneno; o seu interlocutor não decide por estar na sua dependência: obedece. Se ocorre a insubordinação da autonomia, quando deveria ocorrer a obediência, o pontífice aciona os mecanismos da censura. E isso não será problema, pois o amor que ele tem pelos que não sabem, e, que, por isso, não decidem, justifica a censura. É o que se pode, mais uma vez, chamar de amor do censor, quando essa dinamização afetiva está a serviço da manutenção autoritária dos lugares estabelecidos, onde existe uma cadeira “cativa” para a submissão.

Entre o veneno e o remédio: eis a questão.

Voltando pelas trilhas de Silviano Santiago, lá pelos idos da década de 70, pode-se escutar um pouco das ressonâncias dessa oscilação na farmácia da cultura brasileira.

“Oscilando entre o veneno para a criança e o remédio para o convalescente, oscilando entre os ‘comics’ para as crianças que não sabem discernir e os romances progressistas para os adultos que sabem discernir, oscilando entre as forças capitalistas que atacam de Wall Street e as forças aliadas que vencem as tropas do Eixo, passamos de uma atitude propriamente unilateral para o espaço conflituoso da dubiedade. E’ neste espaço que circulam os textos dos intelectuais brasileiros dos últimos 30 anos.”  
(SANTIAGO, 1976)

Lembrando bem, Vovô Felício não é diferente de Dyonélio Machado, na época de sua convalescença: os leitores de *Era uma vez...* não foram ao Cine Brasil ver Walt Disney? E não lêem as páginas de sua revista com o patrocínio da Sapataria Mickey? E não são advertidos sobre

o mal que representam as “telhas de estereotípias” que vêm da Norte-América?

Pois é: a Revista *Era uma vez...*, em 01/08/40, traz uma foto de crianças com seus respectivos pais na saída do Cine Brasil. É a foto de uma notícia:



“Grande Matinée Mickey oferecida aos leitores de *Era uma vez...* por gentileza da Empresa Cine Teatral Ltda. Farta distribuição de Caramelos Nestlé.”

Causou muito boa impressão nos meios infantis da Capital o gesto amigo da Empresa Cine Teatral Ltda oferecendo, por intermédio de *ERA UMA VEZ...* uma encantadora “Matinée Mickey, no dia 14 de julho. Dentro de cada revista vendida na Capital, encontrava-se uma entrada gratuita para a “matinée”.

Foi um sucesso. Mil e tantas crianças compareceram. O programa foi muito bem escolhido, como aliás são todos os programas das “Matinées Mickey do Cine Brasil. À entrada da “matinée”, Vovô Felício distribuía entre seus netinhos os gostosíssimos CARAMELOS NESTLÉ, gentilmente oferecidos pela Filial da Companhia Nestlé, desta Capital.”(...)

No momento em que os ventos democráticos acenam o seu sopro, lá por volta de 1945, no fim da primeira era Vargas, o maniqueísmo presente na vida social brasileira, como ideologia a serviço de conservação da sociedade, na medida em que apresenta, como superior, o bem, e como inferior, o mal, ao invés de propiciar um questionamento de tal era, acaba por colocar, no espaço da interrogação, a figura ambiciosa e pretensiosa de um ponto final, no esforço de repor os trilhos nos lugares de sempre: os devidos lugares.

É surpreendente: os ventos são da democracia. Exatamente, o “elemento que propicia e absorve as oposições contraditórias, que produz e soluciona os conflitos...” (SANTIAGO, 1976)

Mas a fala, a linguagem, é uma atividade contraditória: o que se fala e o que se lê, o que se ouve e o que se escreve não têm a obrigação de se manifestarem com a impureza do veneno ou com a pureza do remédio: o remédio pode vir do veneno e, nisso, as cartas se embaralham, pois as propriedades curativas tanto podem vir do homeopático como do alopático, ou da ação conjunta de ambas as orientações uma vez que a luta pela defesa da vida depende do semelhante e do diferente.

Ora, o projeto de *Era uma vez...*, sob a batuta de Vicente Guimarães e seus leitores, que se vestem ficcionalmente de Vovô Felício e de netinhos, pretende, com a negação do veneno estrangeiro, afirmar-se, independentemente, no mercado editorial brasileiro. E a isso aspiram, empunhando a bandeira da auto-determinação econômica que caracteriza o nacionalismo autoritário e moralizante da primeira era Vargas: todo cidadão deve ser um soldado a serviço da grandeza da Pátria. Com tal direção, o que se projeta para a ação cultural da Leitura e do Leitor é, dizendo de novo, a prática de garantir a dominação ideológica em favor da burocratização em curso, de forma acelerada, pelo gerenciamento do Estado, naquele período, 1930-1945. Vale lembrar que, aí, sob a capa que camufla esse processo de burocratização, está o reaparelhamento e a reforma do Estado para a acumulação capitalista que, assim, se amplia e se intensifica no Brasil daqueles dias.

Tal cenário histórico é fonte de inibição do diferente, pois o seu aparecimento suscita a questão que incomoda o estabelecido: a questão da divisão, que, aliás, é a personagem que a modernidade cria ao postular a excelência da propriedade privada em prejuízo de uma relação menos privatista na orientação das relações sociais. Com isso, ou seja, com a

divisão, cria-se, então, aquele que é *semelhante* aos que ficam com a classe que detêm a propriedade e aquele que é *diferente*, aos olhos dessa classe, por deterem apenas a propriedade da força de trabalho.

Ora, se as relações sociais de produção econômica são articuladas para sistematicamente explorar o diferente, em benefício da acentuada vantagem daqueles que aí se opõem e que se posicionam como semelhantes, tal jogo de relações precisa, na sua constituição intrínseca, da constante afirmação da prevalência do *um* em prejuízo da ação em que não prevalece o *outro*. Ou seja, tais relações operam pelo esforço da exclusão do diferente em benefício da inclusão do semelhante: do reino em que os semelhantes se incluem, aqueles que são súditos, os diferentes, são excluídos, se o maniqueísmo da divisão não for trincado pela resistência, ou pela oposição, que nasce do próprio modelo de divisão: aqueles que são excluídos não o são inteiramente uma vez que aqueles que se incluem na defesa do mesmo, para estarem nessa posição, precisam da participação do diferente. Ainda que, para tanto, venham a negá-la pela prática da ação ideológica e da ação econômica. Tais práticas, voltadas para a manutenção do lugar imaginário e real que se procura conquistar para o outro, reafirmariam o lugar de um, a ser perpetuado.

O maniqueísmo é um estilo de pensamento e de atitude com o qual se pretende exercer o jogo autocrático da exclusão do diferente em prejuízo do jogo democrático, em que a relação entre o semelhante e o diferente se faz pela interpenetração e pela incorporação da positividade dos opostos, o que é negado pelo jogo maniqueístico da dominação: o positivo é o semelhante, o negativo é o diferente. Aliás, vale lembrar o seguinte: é comum o maniqueísmo vestir-se de prática democrática quando se diz que se respeita a diferença desde que ela reconheça e respeite o seu devido lugar ou a pessoa com quem se está falando. Isto é o que se pode chamar, aliás, de postulação flagrante da reafirmação do mesmo ou do reestabelecimento dos lugares consagrados.

A direção autocrática do projeto de *Era uma vez...*, ao se posicionar, unilateralmente, em favor de uma linha editorial que favorece e privilegia o lugar do *um*, assume, por conta dessa opção, a direção do uso lingüístico e semiológico da incorporação (apropriação) e da interpenetração (estilização), dirigindo tais atividades para o eixo da semelhança, onde reside a figura da atividade da paráfrase, e exercendo, aí, o esforço de inibir o movimento lingüístico e semiológico para o eixo da diferença, onde reside a diferença, que sinaliza a atividade da paródia.

Por isso, a produção cultural na área da Leitura infanto-juvenil, com tal direção, do ponto de vista das relações com a produção estrangeira, estará sempre naquela posição conservadora de fazer campanha contra o veneno e de fazer a defesa do remédio. E a ação cultural fica na posição de ataque e de defesa, reduzida a uma luta de dois idiotas assentados no barril de pólvora do arsenal que cada um apronta para si. Tudo isso, em nome da conservação do *um*: o lugar instalado e estabelecido para ser perpetuado como o lugar privilegiado de cada um.

E a dependência do estrangeiro numa orientação democrática para a produção cultural da Leitura? A produção não privilegiaria, maniqueisticamente, o remédio, excluindo o veneno. Uma vez que esses elementos ocupam posições relativas e contraditórias, não faz parte da boa farmácia o desprezo do veneno, porque ele poderá ser um santo remédio. Nesse aspecto, a solidariedade homeopática e alopática obriga a exigência de um projeto lingüístico e semiológico, na área da Leitura, em que a atividade da paráfrase e da paródia estão presentes, simultaneamente, na intertextualidade e na bricolagem, marcadas pela relação simultânea e recíproca dos eixos da semelhança e da diferença, que convivem no jogo da inclusão que os aproxima embora os distancie. Diferente é a posição dos eixos na relação prevista pela prática autocrática: o eixo das similaridades excluiria o eixo das diferenças.

Dizendo de outro jeito, é aquilo que (SANTIAGO, 1976) postula ao pensar numa relação de dependência cultural que acena para a renovação e a originalidade:

“A cultura dependente (dependente por ser parte de um jogo econômico de dependência) se alimenta de objetos destituídos de vida na medida em que desvinculados de situações sociais precisas, mas ao se alimentar – curiosamente – dá-lhes de novo vida, porque os inscreve em outro e diferente (mas semelhante) contexto. Neste, o objeto morto passa a ter sua própria dinâmica, dependente e independente de sua situação de origem. A cultura dependente, como tão bem a definiu o teatrólogo José Vicente, é uma cultura de *abutres*. Diz ele: ‘Somos a procura, a entrega, a fome, e somos também o abutre do lixo americano.’”

Com essa direção, em que se postula uma produção cultural inovadora e original, o que se propõe, em outras palavras, é a interpenetração e a incorporação contraditória da cultura de importação, em que,

simultaneamente, se utilizam os poderes revitalizantes de um medicamento composto da ação de um remédio, que é manipulado com as propriedades salutares de um veneno: aquilo que está aparentemente morto ganha a força da vida, quando esse “morto” sofre a manipulação contraditória da intertextualidade e da bricolagem no jogo opositivo em que se cruzam o eixo das similaridades e o eixo das diferenças. Nesse jogo, enfim, o semelhante e o diferente, em oposição contraditória, obrigam a utilização recíproca da paráfrase e da paródia. Bem diferente, contudo, é o esforço maniqueísta de propor a reprodução do estabelecido, negando o estranho, o estrangeiro, com a utilização da paráfrase: cria-se uma política de higienização que valoriza, ingenuamente, o remédio esquecendo-se de que é inevitável a utilização do veneno, pelo potencial de vida que nele existe: é exatamente por ser um produto de ação contra o veneno, valendo-se da própria ação do veneno, que o soro antiofídico é positivo na garantia da vida.

Bom: a cultura do abutre, que implica na utilização do lixo, que é o resto, o restolho, o morto, como alimento que garante a vida, obriga a se fazer consideração sobre a fisionomia do narrador: aquele que conta histórias precisa vasculhar e manipular as ruínas, os despojos, os destroços: o lixo. Numa postura de auto-determinação econômico-cultural, suprimindo o outro como veneno desprezível, que é típica da ditadura estadonovista, quando se apregoa um nacionalismo arrogante, embalado pelo hino patriótico da auto-suficiência, o narrador não manipula o lixo: higienicamente, faz campanha de saneamento em favor da assepsia das mentes e dos corações através de uma literatura de orientação sadia, nacional nos temas, no assuntos, no ambiente.

Nesse aspecto, a literatura já está pronta: os temas, os assuntos, o ambiente já estão dados. O narrador está instalado: é só remexer os pacotes coagulados de vida que formam o material liberado pelo INDEX PROHIBITORUM..., ou pelo DIP, o que dá no mesmo, pois o censor precisa estar vigilante, fazendo circular o seu amor como se ele fosse um caramelo que facilita a conquista da submissão e a administração justa e legítima da censura em face da desobediência venenosa que cria a desordem, uma constante ameaça à ordem estabelecida.

Diferente é a postura do narrador que manipula as coisas sem vida: desinstaladas. Ele precisa andar: perambular. Precisa percorrer a cidade em busca do lixo que é semeado na sua lavoura de velho camponês. Por

isso, não fica parado junto ao solo, admirando, louvando, exaltando, exortando a necessidade do trabalho a ser executado pelos outros: os trabalhadores de corpo forte e de inteligência culta. Neste caso, ele estaria pregando um sermão em nome de outros velhos patriarcas e, com isso, estaria prestando um bom serviço aos outros velhos, todos eles reunidos sob o estandarte em que se inscreve o lema do trabalho a serviço da construção de um Brasil grande, para o cumprimento do seu destino de grandeza no conjunto das nações. Essa frase coagulada do sermão, ao som de hinos cívico-patrióticos e no compasso da ordem unida, extraída de um projeto de dominação político-ideológico, garante ao narrador um certo lugar: o lugar de agente da manutenção da ordem, a fim de mantê-la unida, com o fim de garantir a hegemonia do velho jogo econômico.

O outro narrador, porque anda, deixa de ser apenas o camponês e incorpora a sua vocação para jovem marinheiro: ele viaja por muitos mares, portos, cidades, em busca do lixo para a sua lavoura. E quando volta de suas expedições urbanas, ele se instala na biblioteca pública e ali faz a mistura das coisas instaladas e desinstaladas. E, aí, o veneno e o remédio produzem substâncias de raro sabor, de fino aroma, de delicado som, de agradável contacto: é o que costuma ser chamado de novo. Mas ele de novo sai: leva, consigo, algumas ferramentas utilizadas na sua lavoura, biblioteca. Com essas ferramentas, contaminadas pela riqueza do lixo, depois de contaminarem, ricamente, o próprio lixo, o narrador, vestido de camponês e de marinheiro, dirige-se para a farmácia pública e, ali, ele manipula as poções homeopáticas, alopáticas... e outras, com propriedades simultaneamente fundadas na semelhança e na diferença. Aliás, o narrador andarilho vive sob o regime da administração dos contrários e, por isso, ele executa o trabalho penoso e prazeroso de conviver, democraticamente, com o *um* e com o *outro*, a despeito de insucessos, sucessos... o que, aliás, já é previsto nas regras da farmacologia.

O outro narrador não anda, pois manipula as coisas instaladas, coaguladas: semi-vivas, semi-mortas. E, por isso, ele se encontra fundado no modelo do velho proprietário rural, que mandou executar o trabalho do solo, depois de ter feito a sua instalação na terra, como se fosse um posseiro, dono de muitas capitânias a serem transmitidas hereditariamente. E, nisso, virou pai, patrão, patriarca, patrono. E, simultaneamente, virou avô, vovô de muitos netos, netinhos. E proprietário de uma biblioteca particular, de um escritório privativo, de uma farmácia secreta, adminis-

trada por uma farmacologia que exhibe um receituário fundado na prevalência do *um* em prejuízo do *outro*: o semelhante é exaltado e o diferente é condenado, pois ele é o veneno que desorganiza a ordem, o mofo que faz a decomposição do fruto, a mancha que sinaliza a impureza do homem e que ameaça a criança brasileira, meiga e pura como o Menino Jesus. Aliás, essa posição maniqueísta que habita a farmacologia do velho narrador patriarca faz parte do receituário católico utilizado pelo Estado Novo no serviço de controle da emergência das forças sociais novas que, na sua condição de novo, produzidas pela velha ordem, precisariam estar sob o regime da coerção e do consenso, para se perpetuar a reforma da velha ordem reaparelhada para extrair a riqueza de modo mais extenso e intenso, a partir de 1937.

Disso tudo, fecham-se alguns desdobramentos: a narrativa do velho patriarca, fundada no culto do semelhante, que faz a prevalência da paráfrase, e fundada na fala instalada do mestre, estabelece, pois, para a Leitura e para o Leitor, a atividade de reprodução como prática socialmente legítima, justa e verdadeira. E isso é assim postulado porque tal postura pretende garantir os lugares instalados pela velha ordem, onde ficaria garantida a posição do narrador como o mestre que fala. Este, ao falar, cala o outro, porque a sua palavra, por ser sagrada, e, por isso temível, precisa produzir o silêncio. Este é o silêncio do temor inspirado pela força da palavra pontifical, que reduplica o temor ao tentar infiltrar no ouvinte e no leitor o sentimento de que a sua palavra nada vale. Se a palavra se destina à criança deve ela inocular o remédio que explicita nela a percepção de que criança não é gente, o que justifica a ação educativa desse remédio. A menos que a criança deva ser percebida com “vocação” a dirigente: na condição de futuro pontífice a sua palavra vale ouro. Mas a criança com vocação a “dirigido” não precisa de palavra: ele precisa ser obediente para ser mandada. Por isso, aquele remédio que a anulava aparece em registro no lema que dissemina a necessidade de se começar cedo a educação dos pequenos: é de pequenino que se torce o pepino. Ou seja, é de pequenino que se precisa cultivar a obediência a fim de que o adulto, o mestre, possa moldar as crianças, à sua imagem e semelhança, fazendo a boa forma prevalecer sobre o disforme, como fazia o Dr. Fernando Magalhães, com o seu receituário para a prática de Educação Física, em 1935, nas páginas daquele *Vademecum* que recebia o nome de *Revista de Educação Física*. O sermão pontifical dos padres e a ordem

unida pontifical dos militares estavam às ordens, somados aos conselhos sábios dos pedagogos e às prescrições científicas dos médicos, tudo isso, em prontidão para a reforma e o reaparelhamento do Estado, da sociedade, da economia.

E mais, essa narrativa do Vovô Felício a seus netinhos, instrumentada pela informação, na qualidade de aparelho técnico que objetiva construir a hegemonia burguesa, através dos diversos meios comunicativos, tem um objetivo fundamental. Com a modernidade industrial de suas páginas, ainda que relativamente “pobres”, na comparação com os produtos americanos que por aqui aportavam, a narrativa objetiva o esforço de garantir a hegemonia da acumulação capitalista, gerenciada pelo Estado Novo, atuando no serviço de conferir legitimidade político-ideológica a tal projeto. Para tanto, esse projeto se vale da estrutura das relações dogmáticas, ou da orientação teológico-política, conferindo ao gerenciamento do projeto de *Era uma vez...* uma direção teológica medieval que, aliás reproduz a orientação “laica” do Estado burocrático. Com essa orientação laica e religiosa, o projeto do Estado, sob a feição histórica de Estado Novo, além de moderno é arcaico: é medieval. Isso porque a manutenção da ordem precisa ser feita de forma a controlar a desordem iminente, o que exige o controle pelos expedientes arcaicos do hino, do sermão e da ordem do dia, todos unidos, em prol do progresso.

Disso então resulta, enfim, uma Narrativa com alguns atributos: conservadora, autoritária, religiosa, militar, pontifical, dogmática, teológica, moralizante, absolutista, autocrática... Mas é possível, para comodidade nas conversas mais formais, mais concisas e ligeiras, que tal Narrativa possa ser identificada com o nome de Narrativa burocrático-autocrática, que a distingue de uma Narrativa burocrático-democrática e, ainda, de uma Narrativa democrática.

No primeiro tipo, o Mestre fala, o aprendiz cala, a menos que o aprendiz tenha de falar para praticar os exercícios das lições para ser oráculo. No segundo tipo, o mestre fala, os aprendizes calam, mas eles falam e o mestre também cala. E, no fim, existe um centro que administra o coro dessas diversas vozes: cada um ocupa uma função específica no conjunto. Na primeira, o sol administra o movimento dos cometas. Na segunda, o sol administra, mas os cometas também o fazem, a despeito de o sol permanecer no centro administrativo do conjunto. No primeiro tipo, o mestre sempre ensina, o aprendiz sempre aprende. No segundo,

o mestre ensina, o aprendiz aprende; o mestre aprende, o aprendiz ensina a despeito de o mestre não abrir mão do seu lugar de mestre, no exercício da administração do conjunto.

No terceiro tipo, o mestre não é aquele que sempre ensina, mas aquele que de repente aprende. Ou seja, a sua posição de mestre é provisoriamente abandonada e suas vestes, em parte, se abrem para a entrada do outro, o aprendiz, que nesse movimento de interpenetração e de apropriação, acaba provisoriamente, também, abandonando, em parte, as suas vestes, uma vez que ele também está se abrindo para a recepção do outro que mora no antigo mestre. Nesse jogo narrativo, o sol energiza os movimentos da planta, mas a planta, nessa relação, também atua, administrando a ação tonificante do sol, o que reduz a pretensão absolutista que a ele é atribuída, reduzindo a sua energia mortífera para se extrair dela o poder de vida que convive com a morte.

Mas, nas bandeiras do Estado Novo, nas escolas e nas casas, sob a influência marcante dos professores e dos pais, pelas páginas dos exercícios escolares e dos exercícios de Para Casa, as crianças falam de um sol que se chama astro-rei: ele aparece no começo do dia, que começa, sempre, ao amanhecer: cada dia é um novo tempo, que, aliás, é sempre o mesmo, o velho. Aí, o sol comanda o movimento de todos: dos animais, das plantas, dos operários que se levantam com o galo e se põem em movimento pela ação dos raios solares: os raios surgem e abrem o dia para o trabalho e para o deleite daqueles que não trabalham, uma vez que os outros, em seu lugar, o fazem.

Esse retrato do dia diz mais ou menos aquilo que Capanema dizia:

“Sabemos que o Estado tem por função fazer com que a Nação viva, progrida, aumente as suas energias e dilate os limites de seu poder e de sua glória. É esta a decisão com que, no Brasil, o Estado agora se estrutura e mobiliza os seus instrumentos. Ora, sendo a educação um dos instrumentos do Estado, seu papel será ficar ao serviço da Nação.” (Brasil, Ministério da Educação e Saúde).

Isto é, a escola, a família... todos atuam como instrumentos do Estado para o serviço da Nação, ou para a acumulação das elites: o sol, na manhã de cada novo dia, gerencia como o faz desde os velhos tempos, de modo natural, ainda que, na realidade o faça pela coerção e pela persuasão, procurando garantir o movimento de todos para o serviço da Nação. Isso é típico da modernização conservadora daqueles tempos.

Mas ao se falar desses tipos de narrativa que postulam lugares específicos para agentes particulares, é preciso que se lembre que a opção por um tipo de narrativa já configura um lugar ideal para o leitor e um outro lugar ideal para o autor. Por exemplo: quem fala, articulando a sua voz com o ouvido ou olho de quem ouve e lê, com a perspectiva de fazer a produção do silêncio a ser implantado no corpo do outro, adota uma orientação específica proveniente do *autor-ideal*, conferindo, por isso mesmo, uma perspectiva para o *leitor-ideal*, que legitimaria, com a voz que cala, o lugar desse *autor-ideal*. E' necessário que apareçam "juntos porque o autor-modelo e o leitor-modelo são entidades que se tornam claras uma para a outra somente no processo de leitura, de modo que uma cria a outra." (ECO, 1994)

E aquele que fala, como agente que controla os significados que se materializam na atividade lingüística e semiológica, o que faz é um trabalho de estratégia textual que acaba por criar não um *leitor-empírico*, mas um *leitor-ideal*.

Aliás, o *leitor-empírico* de *Era uma vez...* forma um contingente numeroso: Haroldo Ribeiro de Paula, do Instituto de Preparatórios, de Ribeirão Vermelho, Flora Raile, Geralda Campos, Terezinha de Araujo Brandão, Angelina Gomes, Inezita, José Rodrigues Silva, que mora em Guiricema, interior de Minas Gerais... É bom lembrar que esse menino de Guiricema é aquele que arranjou o nome de Felício para o Vovô da Revista, que virou narrador em homenagem a seu avô falecido, um velho que gostava de contar histórias e que, por isso, suspendia a sua condição de corpo, de sexo e história para ser a voz que agencia o *autor-ideal* e o *leitor-ideal*: a voz do *narrador*. E este narrador, Vovô Felício, quando assume a sua encarnação de corpo, de sexo e de história, passa a ser o Editor do projeto de *Era uma vez...*, Revista de Vovô Felício para os seus netinhos: o *autor-empírico*.

A *narrativa* acontece, pois, na relação de um *narrador* que é agente de um *autor-ideal* e este, por sua vez, é o agente que convida o *leitor-ideal* a jogar o jogo configurado pelas regras da estratégia lingüística e semiológica que forma o patrimônio narrativo do autor-ideal. *Narrador*, *autor-ideal* e *leitor-ideal*: estas são as três peças básicas que formam a *narrativa*.

Avançando pela descrição do *autor-modelo*, pode-se dizer que a sua qualidade de estratégia textual que fala com a voz do narrador, assume,

como tal a fisionomia de um certo *estilo*: um jeito de narrar. Aliás, *estilo* faz lembrar, segundo (ECO, 1994), o *autor-modelo* que,

“isolado em sua perfeição, ‘como o Deus da criação, permanece dentro ou atrás ou além ou acima de sua obra, invisível, refinado, fora da existência, aparando unhas’. Por outro lado, o autor-modelo é uma voz que nos fala afetuosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer à seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo.”

Por outro lado, o *leitor-ideal*, ou *leitor-modelo*, é um certo estilo de colaboração, pois o texto só existe naquele pacto que o *autor-ideal* estabelece com o leitor, através de sua capacidade de participar do jogo que se narra, de sua disposição intelectual, de sua disponibilidade lúdica para jogar com o tema, através de tudo isso, enfim, e muito mais, como reserva de estratégias de colaboração cuja utilização é agenciada pelos pedidos que a voz do narrador lhe solicita: “... *olhar, ver, considerar, encontrar relações e semelhanças.*” (ECO, 1994)

Em outras palavras, poder-se-ia falar de

“leitores-modelo não só em relação a textos que estão abertos a múltiplos pontos de vista, mas também àqueles que prevêm um leitor muito obediente. Em outras palavras, há um leitor-modelo não só para *Finnegans wake*, como ainda para os horários de trem, e de cada um deles o texto espera um tipo diferente de cooperação. (...) O leitor-modelo de uma história não é o leitor empírico. O leitor empírico é você, eu, todos nós, quando lemos um texto. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como um receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto ou provocadas pelo próprio texto.”

É por isso que Vicente Mingo, aquele italianinho lá de Guiricema, ao reclamar do tratamento discriminativo que merecera de Vovô Felício, quando este projeta uma Revista para as crianças brasileiras, excluindo as estrangeiras, acaba por induzir um Editorial explicativo do bondoso Vovô: o *leitor-empírico* não respondera à leitura da Revista com uma estratégia de colaboração compatível com a estratégia fixada para o *leitor-ideal*.

Além deste italianinho do interior de Minas, a leitura de Monteiro Lobato, um outro leitor-empírico, lá da intimidade das cartas que o aproximavam de Vovô Felício, com um aparato de leitura que escapa ao controle do *leitor-ideal* de *Era uma vez...*, acena com atitudes que fariam o *autor-empírico*, Vicente Guimarães, a romper com os determinantes da estratégia lingüística e semiológica que formam o estilo configurado como *autor-ideal* para a sua Revista: a atitude de autonomia em relação à “padraria” e à “mentalidade pedagoga oficial” como condição para a liberdade pessoal de escrever.

É bom não confundir Vicente Mingo com netinho, ou com leitor-ideal. O leitor-ideal é o que participa do pacto. Vicente dele não participa a despeito de também se chamar Vicente, chará de Vicente Guimarães. E não pode ser netinho? Por quê?

Os netinhos são a *figura ficcional* que dá suporte ao *leitor-ideal* e, por isso, se acham alinhavados no corpo do *leitor-empírico*, apresentando como *figura* uma certa especificidade. Tal *figura* é o suporte que transporta o *leitor-ideal*: atua como canal. É o mesmo que se dá com a *figura ficcional* de Vovô Felício: a figura do bondoso vovô transporta o *narrador*, serve de suporte para a voz narrativa que possibilita a ação do autor-ideal: é também um canal.

Mas o canal, que é a figura ficcional do Vovô Felício e dos netinhos, na medida em que servem de suporte para a manifestação do *autor-ideal* e do *leitor-ideal*, acaba trazendo as marcas da contaminação da idealização que atravessa os membros da relação narrativa. Ou seja, o canal Vovô Felício, por exemplo, traz as marcas da afetividade que se acha presente na duplicação da primeira sílaba da palavra “vovô”. Além do mais, a afetividade recíproca, necessária ao estabelecimento e manutenção da relação com os netinhos, vem clara no diminutivo da palavra “neto”. Ora, a presença da afetividade é um fator condicionante do estabelecimento do pacto de leitura que se estabelece de acordo com a estratégia de linguagem, ou de acordo com o estilo, que preside o *autor-ideal* no momento em que sua voz de narrador articula o contacto com as estratégias de cooperação, ou de colaboração com o *leitor-ideal*, quando este se manifesta através dos netinhos. Aliás o Vovô Felício os chama de colaboradores.

Quais são as estratégias de colaboração que formam o pacto de leitura da narrativa de *Era uma vez...*? Quais são as regras que formam as

lições estratégicas da cartilha de leitura que orienta as ações do *autor-ideal* / *leitor-ideal*?

1. Uma das lições da estratégia da cartilha de cooperação reside na disposição para jogar um jogo afetivo que induza as ações do *leitor-ideal* ao sentimento de harmonia geral na relação com o *autor-ideal*: é o caso do nome de “Felício” para a figura ficcional que transporta a voz do narrador. Como o narrador de *Era uma vez...* é a voz que conduz o *autor-ideal*, e como a voz é a manifestação de um velho sábio que precisa, na lógica do pacto, ser apresentado como fonte de felicidade geral, essa figura precisa ser chamada de Felício. Esta felicidade de Felício é, pois, o centro afetivo que deve irradiar energia para todos à moda de um sol que deve ser fonte de energia para todos os cometas.
2. Induzir a disposição das ações do *autor-ideal* / *leitor-ideal* para o sentimento de participação coletiva numa associação universalizante que tenha a administração de um centro dirigente: os leitores devem participar do clube dos netinhos e netinhas de Vovô Felício.
3. O par *autor-ideal* / *leitor-ideal* precisa aprender e ensinar as disposições para ser dirigente e dirigido a fim de que ele possa participar de um pacto em que deverá mandar e obedecer. Por isso, o *leitor-ideal* deverá ler e escrever histórias que colaborem na defesa da obediência e na condenação da desobediência. E, aí, a obediência deverá ser o mocinho e a desobediência o bandido, que, aliás, deve aparecer na história para servir de exemplo em benefício da obediência.
4. O *leitor-ideal* precisa participar da leitura, aprendendo e ensinando aquilo que precisa ser fortalecido para a manutenção da relação com o *autor-ideal*: o *leitor-ideal* precisa agir disseminando um sentimento de amor ao dirigente, que centraliza, absolutisticamente, as chaves do poder de ler e de escrever. E os *leitores-ideais*, colaboradores particulares que, explicitamente, constituem a Revista, dedicam versos ao Vovô Felício, que, por sua vez, encaminha os gestos de amor ao *autor-modelo*.
5. O *autor-ideal* / *leitor-ideal* precisa aprender e ensinar a prática de submissão camuflada pelas palavras que exaltam o amor ao dirigente, ao *autor-ideal*, que submete os *leitores-ideais* em benefício da perpetuação do pacto administrativo de ler e escrever fundado no

mando e na obediência. Os autores-ideais/ leitores-ideais colaboram com pequenas fábulas do cotidiano de prêmio e de castigo que se associam à obediência e à desobediência.

6. O *autor-ideal / leitor-ideal* dissemina o sentimento de que a censura é necessária para o controle da obediência e da desobediência, o que justifica a necessidade do amor ao censor. Aliás, a censura pode ser vista como fonte de liberdade de expressão. É o que fala o *autor-ideal / leitor-ideal* que se manifesta na netinha que aparece como *leitor-empírico* com o nome de Angelina Gomes, quando aplaude a criação do DIP, na qualidade de agência promotora da expressão mais livre. (A Angelina Gomes é um leitor-empírico de 13 anos, está no 4º ano, estuda da na classe de D. Taninha, lá nas Escolas Reunidas de Jequeri. Ela colabora com a Revista *Era uma vez...* e com o jornalzinho Vozes de Primavera. Para que fique claro: isso aconteceu empiricamente em 1940).
7. O *autor-ideal / leitor-ideal* deve ensinar e aprender o culto da administração centrada na prática da direção ativa das mentes como dispositivo de direção que divide os súditos em dirigentes e dirigidos. E deve ensinar e aprender a cultivar os dirigentes monoteístas que administram a conquista das mentes e dos corações; a cultivar as revistas que ensinam a ler e a escrever as regras de direção burocrática; a cultivar a prática de divulgar as revistas que cuidem do ensino e da aprendizagem de leitura: *Era uma vez.....*, por exemplo; a cultivar a prática de formar uma biblioteca particular.
8. O ensino e a aprendizagem dos sentimentos de onipotência, sob a forma da onisciência e da onipresença devem fazer parte das disposições do *autor-ideal / leitor-ideal*, pois ele deverá agir como o pontífice, que tudo sabe, tudo vê e que está em todas as partes: acima, atrás, abaixo, ao lado. O *leitor-ideal* deve agir em consonância com o *autor-ideal*, como um Deus que, monarquicamente, reina sobre tudo e todos: mostrando-se atento; impondo-se vigilante; disseminando o temor; instilando a dependência; distribuindo o prêmio e o castigo; estimulando o desamparo; providenciando a salvação; promovendo a regeneração; falando como oráculo; fazendo-se heróico, grandioso, sobrenatural.

9. O *autor-ideal / leitor-ideal* precisa mostrar, em sua disposição mental, o conhecimento e o sentimento da relação de um monarca com os seus súditos. Para mostrar que conhece e sente essa relação, deve distribuir valorativamente as oposições constituintes da relação. De um lado, as cartas que formam o baralho do monarca: estar no alto, ser forte, ser poderoso, ser único, ser subordinante, ser disciplinarizante, corrigir, salvar, submeter, mandar e controlar as ações dos súditos. De outro lado as cartas do baralho dos súditos: estar embaixo, ser fraco, ser pequeno, ser múltiplo, ser subordinado, ser disciplinado, ser corrigido, ser salvo, ser submetido, obedecer e não controlar as ações do monarca.
10. Com relação à disponibilidade para o uso lingüístico e semiológico dos significados, o *autor-ideal / leitor-ideal* deve colaborar, ensinando e aprendendo a copiar, a imitar, a reproduzir os significados estabelecidos: deve favorecer a exploração lúdica do semelhante. Deve, por outro lado, colaborar, ensinando e aprendendo a evitar a transgressão, a invenção, a inovação que transforme os significados estabelecidos: deve desestimular a exploração lúdica do diferente. Deve exaltar o bem: a virtude, a pureza. Deve condenar o mal: o pecado, a impureza.
11. Finalmente, aparece, mais essa lição: do ponto de vista das relações administrativas, o *autor-ideal / leitor-ideal* deve revelar a disposição mental de conviver com a distribuição dos agentes sociais nas posições burocráticas de dirigente, na posição superior de mando; e de dirigido, na posição inferior de obediência. Ou seja, o mestre manda. O discípulo obedece. Nessas posições, aquele que dirige, fala; o dirigido cala, pois a palavra do dirigente é a verdade, o caminho, a luz e, com tais atributos, ela entra no recinto do sagrado: sai da história e entra na esfera do sobrenatural. Com isso, pode-se dizer que o *leitor-ideal/ autor-ideal* ensina e aprende a se comportar sob a orientação de uma pedagogia cristã regida pela batuta pontifical da Roma absolutista.

Em poucas palavras, a cartilha do par *autor-ideal / leitor-ideal* ajuda-o na orientação para a manipulação de um receituário que atua no ensino e na aprendizagem da administração política que se funda na concepção das relações dogmáticas ou no princípio das relações teológico-políticas. Com tal cartilha, o *autor-ideal / o leitor-ideal* poderá aprender e poderá

ensinar sobre a administração da família, da escola, dentro e fora da sala de aula, da igreja, dos presídios, dos hospitais... Poderá administrar o Estado. Assim fazendo, o *autor-ideal* / *leitor-ideal* estará aprendendo e ensinando a reproduzir, legitimando, uma concepção, ou um espírito, de administração que privilegia o governo autocrático, em que o chefe dirigente, age como leigo e age, também, como religioso, pois a burocracia do Estado, apesar de laica, é sempre teológica.

Para se ter um exemplo, o par *autor-ideal* / *leitor-ideal* poderá ensinar e aprender as regras históricas do receituário de leitura do projeto da Revista, *Era uma vez...*, que circulou no Estado Novo como projeto que se propunha a atuar na legitimação político-ideológica do gerenciamento da modernização conservadora que ali se acelera.

O receituário das disposições mentais, das formas de participação, da disponibilidade para lidar com os significados, dos estilos lingüísticos e semiológicos, tudo isso faz parte da cartilha, ou do estilo de cooperação, que forma o par *autor-ideal* / *leitor-ideal* de uma circunstância histórica particular. A esse *leitor-ideal* corresponde o *autor-ideal* se é prevista pelo estilo uma simetria na relação: se o *autor-ideal* é aquele que assume a posição de *mestre*, conferindo ao *leitor-ideal* o lugar de *aprendiz*, está estabelecida uma linha da simetria. Mas como o *autor-ideal* precisa ensinar ao *leitor-ideal* o lugar de *mestre*, está estabelecida a segunda linha da simetria. Ou seja, o estilo, ou as estratégias narrativas, de *mestre* e de *aprendiz* que são formatos do que se chama de *autor-ideal*, acaba por se reproduzir no estilo de cooperação que se chama *leitor-ideal*. Aliás, é o que fala (ECO, 1994), quando aborda essa questão da simetria entre o autor-modelo e o leitor-modelo: a voz do *autor-modelo*... “se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo.”

Ora, esse receituário de estruturas narrativas forma o *leitor-ideal* e o *autor-ideal* que se materializam, empiricamente, no projeto de *Era uma vez...*, Revista de Vovô Felício para os seus netinhos. Tal projeto se materializa empiricamente com o Editor, Vicente de Paulo Guimarães e com um conjunto majoritariamente composto de crianças e jovens mineiros de 1940.

Esse receituário forma aquilo que poderia ser chamado, higienicamente, de normas para uma boa leitura: ordem pedagógica e norma de

leitura. É com esse sentido ortopédico de quem torce o pepino desde pequenino que as normas precisam ser entendidas, pois o ideal do *autor-modelo / leitor-modelo* é conformar-se à boa forma, evitando o disforme, estando sempre em forma, seguindo a forma à risca, condenando a deformação, seguindo os formatos. Essas boas normas da higiene da leitura podem, enfim, aparecer no estandarte medieval da ação moralizante que recebe a seguinte inscrição: *Texto são em Mente Sã*.

A partir disso, pode-se explicitar aquele conjunto de chaves de investigação que orientam, metodologicamente, a investigação e a pesquisa que vem resultando nesse texto que, aqui, vai sendo apresentado.

Primeira chave: O que é uma leitura sadia? É aquela que postula a atividade de paráfrase. O que é uma leitura não-sadia? É a que postula a atividade de paródia?

Segunda chave: O que é um leitor sadio? É aquele que reproduz os significados estabelecidos. O que é um leitor não-sadio? É aquele que transforma os significados estabelecidos.

Terceira: O que é uma mente sã? É aquela que aceita e defende o semelhante e rejeita e ataca o diferente. O que é uma mente insana? É aquela que aceita o diferente.

Tal conjunto de chaves, marcadas pelo maniqueísmo que as perpassa, traz as marcas da posição vigente, ou oficial, sobre a leitura da tradição católica e, por isso, as chaves que abririam a percepção para o entendimento dos sinais que indicariam uma posição alternativa para a cartilha do leitor e leitura aí não aparecem de forma extensiva e intensiva. E não aparecem extensiva e intensivamente não só porque o modelo de estudo privilegia o receituário vigente no Estado Novo: aliás é por isso mesmo, pois a própria lógica do receituário traz, como uma das marcas de sua especificidade, o esforço para a exclusão do diferente. Dizendo isso, estou explicitando a direção dos movimentos lógicos que as chaves do estudo executam: a lógica da pergunta e da resposta que presidem o diálogo da relação de simetria que mobiliza o autor e o leitor. E assim fazendo, vou jogando com os registros que abririam a interpretação dos textos estadonovistas de *Era uma vez...* Ao mesmo tempo, com a manipulação dos registros que abrem e fecham os textos, estou tentando articular a reconstituição do diálogo desses textos com o seu público original.

Ao manipular estas chaves de observação, “pretendia-se” fazer a articulação sistemática do horizonte de expectativas que historicamente constituía e constitui o *leitor-ideal* e o *autor-ideal* na moldura histórica do Estado Novo. E isso é feito, especificamente, no limite circunscrito ao ambiente empírico de *Era uma vez...*, no ano de 1940, quando se instala oficialmente, a nível de massa, essa primeira revista nacional que, na sua primeira versão editorial, circula entre 1940 e 1947. Aliás, esse universo empírico, circunscrito a esse período, nesse instante de 1940, torna-se relevante para se entender o jogo oficial das chaves que abrem o projeto de leitura. É esse o instante primeiro em que se lança a público o receituário das estratégias narrativas que formam as expectativas, ou as estruturas de espera, que os indivíduos hipotéticos trazem para os textos de *Era uma vez...* Aliás, o que este estudo se “propõe”, “propunha”, a fazer é a reconstituição desse horizonte, ou desse sistema intersubjetivo, que se caracteriza no formato da relação dogmática entre *autor-ideal* e *leitor-ideal*, esclarecendo, por isso, o relacionamento de uma obra com o seu público.

A palavra formato pode sugerir que o horizonte de expectativas seja inviolável e infalível: isso, aliás, faz parte da estrutura de espera do receituário dogmático e teológico-político de leitura, no Estado Novo, ao postular a paráfrase que garantiria a manutenção do mesmo, a perpetuação do estabelecido, a dominação do um. Essa postulação faz surgir uma estrutura de espera, no terreno da leitura, marcada por um sistema intersubjetivo autoritário e moralizante, e que, por isso, circula como imaculado, em ação profilática contra o veneno. Com outras palavras, assim pensando, tem-se a marca do santo remédio que caracteriza a simetria autocrática e sadia de *autor-ideal* e *leitor-ideal*. Nessa posição, o sistema intersubjetivo pressupõe um pacto de leitura em que os agentes atuam como santos guerreiros em ação profilática contra o veneno, o flagelo.

Mas o veneno e o flagelo, no interior do horizonte de expectativas que se faz circular como vigente, representam a emergência do *diferente*, que, por estarem à margem do *mesmo*, fazem parte de um *outro* pacto de leitura em que as estruturas narrativas pressupõem um *outro* sistema intersubjetivo. Pode-se dizer, que nesse caso, a hegemonia do *um*, nos termos do pacto de leitura em vigor, é posta em questão pelos termos de um *outro* pacto.

Isso porque, o *leitor-modelo*, ainda que precise circular como único, para a persuasão prevista pela hegemonia, não é o único. Além disso, o

*leitor-modelo* é diferente do *leitor-empírico* que nem sempre atua conforme as expectativas do *leitor-modelo*, ou *ideal*, que é materializado no corpo do texto como agente que coopera na produção da leitura.

Veja-se o que diz (ECO, 1994) sobre o leitor:

“O *leitor-modelo* de uma história não é o *leitor empírico*. O *leitor empírico* é você, eu, todos nós, quando lemos um texto. Os *leitores empíricos* podem ler de várias formas, e não existe, lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como um receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto ou provocadas pelo próprio texto.”

Nesse aspecto, o leitor pode não ler pelo estilo de cooperação previsto: não se comporta, por exemplo, como subordinado, dócil, fiel, submisso, obediente, disciplinado, o que é esperado, por exemplo, pelo horizonte das expectativas dogmáticas. Com essa disposição viaja pelos textos de leitura, e acaba percorrendo os vazios do texto, os seus labirintos, os seus interditos, os limites de suas lacunas: vai além dos espaços do dito e, nesse movimento, detecta aquilo que o próprio texto diz de forma mais ou menos silenciosa: o não-dito. Ao fazer o preenchimento do espaço do não-dito, os leitores lêem de diferentes formas, movidos pelas forças de suas paixões pessoais ou pelas forças de mobilização cooperativa presentes no próprio texto. Por isso, a concretização de uma obra, de uma leitura, não é única, é múltipla: não existe lei que determine como os *leitores empíricos* devem ler uma vez que nele podem morar, também, outros projetos alternativos de *leitor-modelo*.

Por isso, a relação de leitura com uma obra, com um projeto, ainda que possa ser marcada por um receituário de boas maneiras para o ler, não consegue aprisionar o *leitor-empírico* nas malhas constrangedoras do *leitor-ideal* de tal receituário ainda que as suas normas sejam sedutoras, com o ar civilizado de *Na biblioteca com a revista*. O *leitor-empírico*, movido pela sua paixão ou pelos indícios textuais que suscitam uma outra relação de leitura, executa uma tarefa de emancipação que libera a si mesmo, a obra e a leitura dos limites cotidianos e dos aparelhos institucionais que aprisionaria a todos no lugar cativo da tradição, da ordem.

Diante disso, que projeto lingüístico e semiológico será desmobilizador do receituário dogmático de leitura segundo a caracterização particular das normas estratégicas do Estado Novo?

A estratégia lingüística e semiológica desse receituário prevê a utilização da intertextualidade e da bricolagem orientadas para o eixo das similaridades, o que resulta na utilização da paráfrase, em prejuízo da paródia, uma vez que o estilo de cooperação previsto para o *leitor-ideal* e para o *autor-ideal* consiste na reprodução dos significados.

A estratégia lingüística e semiológica alternativa, que implica numa outra concepção do que seja estilo de cooperação, poderá ser a utilização da intertextualidade e da bricolagem orientadas, simultânea e contraditoriamente, para o eixo das similaridades e das diferenças. Disso resulta a utilização fraterna da paráfrase e da paródia e, assim, se constitui um estilo de cooperação que forma um pacto de leitura fundado na reprodução e na transformação dos significados.

Esse estilo de cooperação que suscita a utilização dos eixos das similaridades e das diferenças, estimulado pela intimidade da própria obra, no diálogo que ela mantém com as circunstâncias históricas de sua produção, acaba por desvelar aquilo que ela procura velar. E o que se vela, com o esforço através do qual é feito o trabalho de encobri-lo, acaba por fazer descobrir o conteúdo que deve ser encoberto e, ainda, o próprio esforço de encobri-lo.

Nesse estilo de cooperação, a face textual que aparece próxima, deve ficar longe da que aparece distante, mas como o que está perto só existe porque existe o longe que deve ser escondido do que está próximo, o perto acaba indiciando, nas malhas do texto, os sinais do que está lá longe, distante. É claro que esse estilo de cooperação não se resume num jogo técnico de utilização lingüística e semiológica dos significados: uma disposição mental precisa acompanhar essa estratégia. É a paixão do *leitor-empírico*, que incendeia os estilos convergentes de cooperação, abrindo espaço para um estilo divergente que tem a possibilidade de desmascarar o jogo do esconde/não-esconde da moral vigente.

É o que acontece com a história do Burro, do Menino e do Estado Novo contada por (SANT'ANNA, 1978). A professora solicita à turma uma Redação que conte a história das três personagens. E o menino, já adulto e escritor, exhibe, na relação intersubjetiva de produção da linguagem escrita, o conflito entre os estilos de cooperação que passam a conviver no instante da produção textual: ou o estilo de cooperação que privilegia a cena que está próxima, imediata, ou a cena distante que, através da cena próxima, se manifesta próxima, deixando de ser mediata. E aí o que

deveria ser lido, ou escrito, como próximo, exhibe, também, a face do distante.

Eis a história do Burro, do Menino e do Estado Novo:

“– O que quer de novo a mestra  
com o álbum de falsas fábulas  
frente ao velho adolescente  
contido  
nas calças de seu desejo  
– menino tido  
como desatento  
com as asas de seus olhos  
brincando no verde vento ?  
– quer refrear em mim  
a imaginação demente?  
  
– quer me fazer exhibir  
a ortografia nos dentes?  
  
– ou quer me ensinar a mágica  
de tratar um tema exposto  
pelo avesso  
e desvelar na máscara do texto  
o duplo rosto?

– Será que ela não entende  
que em tempos de ditadura  
a imaginação se anula  
e gera além da moldura  
na gravura  
outra gravura  
como um louco que descerra  
na escuridão de seus gestos  
a interna luz da loucura ?

Tal história, ao exibir a convivência tensa dos estilos de cooperação que, simultânea e contraditoriamente, ocorrem na cena da produção textual, acaba por revelar a contradição do quadro histórico na imediatividade do ato de ler e de escrever em que se mobiliza o cotidiano escolar. E ao fazer isso, o próprio texto que se produz, sob o código da contradição, possibilita a manifestação da leitura para uma concretização alternativa que emancipa o leitor, a leitura, a história oficial, a experiência de escrever.

Neste cenário textual, a presença tão viva do Estado Novo, longe e perto, na ação de quem escreve e lê, abre o espaço de leitura para a manifestação contraditória dos estilos de cooperação previstos e imprevisos para o texto, tomando a leitura um objeto múltiplo, aberto ao jogo móvel dos significados, o que significa dizer que a presença da memória do Estado no corpo do texto, e no tecido social, ao longo da história brasileira, não atesta a ocorrência de uma hegemonia tranqüila, a despeito de se poder dizer que essa história, constitui, em parte, o resultado da ação do Estado em promover batalhas e conquistas para a reprodução da ordem econômico-social.

Pensando assim, a história brasileira pode ser vista do ângulo das batalhas e das conquistas do Estado para conformar os cidadãos aos seus projetos econômicos, políticos, sociais.

Bom: as crianças e os jovens mineiros, particularmente, são objeto de uma batalha e de uma conquista do Estado, na década de 1940, para a formação e a conformação da infância e da juventude nos moldes de um modelo de burocratização que atendesse aos interesses do gerenciamento estatal centrado na industrialização. Daí a importância de uma política de leitura que legitimasse político-ideologicamente os interesses hegemônicos do Estado: daí a higienização dos corações e mentes com a moralização dos atos de ler através da experiência do ensino e da aprendizagem moral de conviver bem com a experiência burocrática do mandar e do obedecer.

Mas, essa experiência de formação do cidadão, ou de sua conformação aos projetos do Estado, mostra sinais eloqüentes da ação política de agentes sociais, profissionais especializados, no exercício técnico de suas funções, utilizando seus saberes e suas práticas para a disseminação que favorecesse a inculcação das normas do bom cidadão. A família patriarcal do século XIX sofre a medicalização de sua vida cotidiana através

da politização de atos médicos que atendiam aos interesses burgueses de promover uma nova família através de normas administradas pela ordem médica: objetivava-se com isso a constituição da família nuclear urbana com fisionomia burguesa. Essa era a nova imagem e semelhança para o cidadão.

Aliás, a politização dos atos médicos no exercício do serviço de atender aos interesses do Estado, constituindo os agentes sociais para os seus projetos econômico-sociais, é presente não só nos fins do século XIX, com a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado. As primeiras décadas deste século – 1900 – atestam a ação de vários profissionais no atendimento da criança, por exemplo. É o que nos diz (RAGO, 1987):

“... desde o final do século XIX, a preocupação com os destinos da criança, rica ou pobre, ocupa cada vez mais os horizontes dos médicos higienistas, pedagogos e governantes. Através da apropriação da infância, o poder médico procura projetar-se no mundo da política, outorgando-se um papel de importância vital para a sobrevivência física e moral dos habitantes, das crianças aos adultos, de todas as classes sociais. De fato, os médicos adquirem uma crescente participação no aparato governamental, seja dirigindo o serviço sanitário, seja definindo dispositivos estratégicos de regulação dos comportamentos e da vida íntima dos diversos setores da sociedade.”

A criança é, pois, um alvo da ação do Estado e, para tanto precisa ser constituída segundo o molde que tem a marca de seus interesses dominantes, segundo (RAGO, 1987):

“Matéria facilmente moldável, o Estado deveria preocupar-se em formar o caráter, inculcando-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa.

Ora, interiorizar novos comportamentos significaria desenraizar hábitos tradicionais adquiridos em casa e incompatíveis com a industrialização...”

Se as primeiras décadas deste século – 1900 – são claras em privilegiar, também, a infância como objeto de ação interveniente do

Estado, as ações particulares sobre a infância acabam sendo materializadas em certas práticas consideradas instrumentais para a conquista da criança ideal: a criança para o molde burguês de vida. É o caso da Educação Física e da Leitura, por exemplo:

“Com relação às crianças das famílias abastadas, o poder médico recomendava o preenchimento das horas vagas com leituras selecionadas e ginástica, medida preventiva contra os vícios da imaginação e a prática onanista, característica dos jovens indolentes e fracos. A moralização do corpo pela educação física e a higienização da alma por atividades cientificamente orientadas e selecionadas afastariam, sobretudo nos adolescentes, o perigo das deformações físicas e da corrupção moral. Esse controle, no entanto, deveria se exercer de forma sutil.

Nas escolas privadas e instituições disciplinares da infância desamparada, à antiga disciplina “quase militar”, punitiva e violenta, que recorria aos castigos corporais, os médicos, higienistas, pedagogos e assistentes sociais do começo do século – 1900 – contrapunham as vantagens da educação voltada para a alma: a disciplina ‘inteligente’, imperceptível, sedutora, preocupada em constituir cidadãos modernos...” (RAGO, 1987)

Circulavam projetos de intervenção, objetos e agentes profissionais para a ação interveniente; disseminavam-se as normas do receituário para os objetos e para as práticas privilegiadas que enformariam tais objetos nos moldes dos interesses do Estado. Mas a resistência a esse projeto de modernização, que consiste na ação civilizatória da burguesia para a conquista da hegemonia de seu projeto de industrialização, surge, também, no início deste século. E vem das vozes libertárias dos anarquistas, segundo (RAGO, 1987):

“O que se pode esperar da educação tradicional, senão que constitua indivíduos padronizados, dóceis e profundamente autoritários? É para isso que serve a escola burguesa: para fazer as pessoas aceitarem cegamente as normas estabelecidas, para incutir valores sociais e morais da classe dominante, para produzir e reproduzir indivíduos concebidos à sua imagem. E isto através de relações autoritárias, punitivas, coercitivas, estabelecidas entre professores, de um lado, e alunos, de outro. A escola não nasceu para disciplinar, como afirma Ariès?

O eixo da crítica formulada pela pedagogia libertária dirige-se contra o exercício do poder nas relações que se produzem em todos os espaços de sociabilidade: na escola, na casa, no trabalho, nos lugares de lazer.”

Nesse pequeno percurso, que teve início naquele instante em que se flagrou a presença do conflito na cena textual do Burro, do Menino e do Estado Novo, figura da memória que o adulto faz, uma questão fez a viagem de tal percurso. Se, ao longo do século, a conquista da hegemonia burguesa para o seu projeto de industrialização não é pacífica, pois as resistências a ele se manifestam, o que dizer das resistências ao projeto de leitura de *Era uma vez...*?

Como tal projeto tem raízes na modernização conservadora, acredito que a face conservadora seria um fator determinante das explicações.

A face conservadora do projeto de leitura está caracterizada por uma forte pressão persuasiva na defesa do semelhante e na rejeição do diferente. Por isso, os textos que circulam para a leitura, como modelos para o ler e para o escrever, são orientados por um *leitor-ideal* e por um *autor-ideal* cujo estilo de cooperação contempla, entre outras atitudes, a disposição mental para ser semelhante, evitando-se o ser diferente. Isto significa dizer que a forte pressão autoritária do horizonte de expectativas, utilizando fortes mecanismos de consenso e acenando para a atuação dos fortes mecanismos de coerção, acaba sendo o determinante da exclusão. Nesse aspecto, a manifestação da netinha, Angelina Gomes, é exemplar: segundo ela, Vovô Felício, depois de ter visto *Era uma vez...* inscrita no DIP, deveria estar satisfeito porque assim a revista poderia circular livremente por todo o país. Estar satisfeito significaria, acredito, a motivação positiva em face do aval para circular, saindo da posição incômoda de não ser reconhecido oficialmente, o que faria da revista um objeto clandestino. Essa lógica seria um indicador da forte coerção exercida pelos mecanismos institucionais sobre a produção cultural no Estado Novo: a legitimidade institucional do Estado estaria sendo obtida pela coerção.

E se a satisfação significa a motivação positiva em face da condição para se produzir sob a censura, submetendo-se a ela e pontuando a ação editorial pela prática da censura sobre a produção dos netinhos, a felicidade do Vovô é explicada pela lógica das relações dogmáticas: o pontífice para submeter tem de se fazer amar. Logo, a obediência é

arrancada com o amor e a desobediência é punida com a censura, que é justificada pelo amor que o censor distribui a todos. Vovô Felício precisaria da censura para poder submeter os educandos, distribuindo o prêmio e o castigo para a obediência e para a desobediência respectivamente. Enfim, a lógica do projeto de *Era uma vez...*, como expressão de seu sucesso, postula a extirpação das resistências. Contraditoriamente, pois elas deveriam aparecer para serem punidas, operando, com isso, na legitimação do modelo de leitura: a desobediência e a punição aparecem predominantemente, apenas, nos textos moralizantes, o que explica, a meu ver, a atuação da censura oficial sobre o projeto, pois acolher a leitura divergente significaria comprometer a hegemonia da circulação da revista.

A face conservadora do projeto de *Era uma vez...* opera com a extirpação do diferente, que é o veneno, o flagelo, vale lembrar. Logo, a eficiência editorial de suas páginas depende dessa ação profilática, ainda que haja a resistência de Vicente Mingó, de Monteiro Lobato, que não chegam a comprometer a hegemonia do projeto, uma vez que tais vozes podem ser capitalizadas para o interior da produção do projeto.

Se, então, as resistências representam o diferente, que tem de ser extirpado, para ser fiel ao estilo de cooperação privilegiado pelo horizonte de expectativas do momento, a face conservadora do projeto tem a medida de seu sucesso pela sua capacidade de negar o leitor-ideal que tenha a orientação para a divergência.

E a face moderna do projeto?

O interesse fundamental deste trabalho de investigação e de pesquisa não é o de trabalhar com a produção da leitura do ponto de vista, por exemplo, de seus determinantes econômico-sociais, localizando tais determinantes na industrialização do objeto revista e, aí, devassar os determinantes da produção, da circulação e da recepção do periódico. O seu interesse reside na sistematização da especificidade lingüística e semiológica da leitura, condicionada pelos determinantes político-ideológicos que a fazem uma atividade política utilizada na legitimação do Estado, que se põe a serviço da construção da sociedade.

Contudo, pode-se considerar, o projeto de *Era uma vez...* como experiência de comunicação de massa destinada à infância e à juventude. E, como tal, faz sintonia com o projeto político-ideológico do Estado Novo de colocar todos os seus instrumentos no serviço da Nação. Um desses serviços é a construção da criança e do jovem para as funções previstas

no figurino do cidadão burguês. Logo, os meios massivos teriam, assim, a sua justificação política.

Amparado por essa justificativa política, o projeto de produção, circulação e recepção da revista, tem, ainda, o amparo de outros fatores. O mercado é favorável à circulação da leitura. Ou seja,

“o crescimento quantitativo da produção para crianças e a atração que ela começa a exercer sobre escritores comprometidos com a renovação da arte nacional demonstram que o mercado estava sendo favorável aos livros. Essa situação relaciona-se aos fatores sociais: a consolidação da classe média, em decorrência do avanço da industrialização e da modernização econômica e administrativa do país, o aumento da escolarização dos grupos urbanos e a nova posição da literatura e da arte após a revolução modernista. Há maior número de consumidores, acelerando a oferta; e há a resposta das editoras, motivadas à revelação de novos nomes e títulos para esse público interessado...” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1991)

Somados os fatores políticos aos sociais e aos econômicos, a revista *Era uma vez...* entra num circuito de compra e venda: o Editor vende assinaturas, os leitores compram revista; a revista vende espaços para sapatos, talco, sabonetes, roupas, livros, que passam a financiar a editoração das páginas de leitura; a leitura entra num circuito de troca, vira mercadoria de utilidade pública ao lado de balas, guaraná, serviços médicos. A revista está na rua, a leitura está exposta.

A Revista entra nas escolas, circula pelos grêmios e clubes de leitura e vira acontecimento: a leitura constitui uma experiência de solenidade. A visita do Editor às escolas é um acontecimento social.

Os leitores e o Editor trocam cartas: escrever e ler são moedas que circulam, dinamizando a recepção e a produção; os leitores publicam o que escrevem; e aqueles que lêem as publicações na Revista identificam um espaço de produção. E despacham livros e revistas; usa-se o correio, utiliza-se a postagem simples, a postagem sob registro. Participa-se de premiações, concursos, sorteios, cerimônias públicas: a leitura é a personagem pública, é o cidadão; o leitor faz circular a leitura, produz leitura, recebe leitura.

Toda essa dinamização na circulação, na produção e na recepção da Revista está a serviço, como já disse, de um projeto político e ideológico,

que pressupõe um certo leitor-ideal/autor-ideal marcado por uma orientação conservadora e autoritária. Mas a sua face moderna, a despeito de ser a expressão de tal orientação, o que implica o compromisso de formação de seu *leitor-ideal*, é também a expressão da possibilidade de constituição do *leitor empírico*.

A face moderna do projeto de *Era uma vez...* tem, pois, o mérito de ter prestado serviços à conservação da ordem, contribuindo para a sua reprodução, mas, por outro lado, tem, ainda, o mérito de haver contribuído para a constituição da leitura e do leitor como atividade pública e dinâmica, o que é expressão da possibilidade de nascimento do *leitor empírico*, fonte de transformação da ordem, uma vez que nada e ninguém obriga esse leitor a ler conforme o estilo de cooperação de uma estrutura de espera vigente. Aí, nesse lugar, nasce o diferente.

A modernização conservadora nasce, negando o diferente, promovendo o semelhante e, assim fazendo, multiplica o espaço de ação do semelhante, o que acaba promovendo a expressão do diferente, favorecendo-lhe espaços de manifestação ainda que isso não fosse do seu projeto.

Este capítulo procurou caracterizar, analisar e interpretar, enfim, alguns aspectos da modernização conservadora do Estado Novo, enfatizando a constituição da leitura e do leitor do ponto de vista do estilo de cooperação configurado no horizonte de expectativas desse período e presente nas páginas da Revista *Era uma vez...* Assim fazendo, chegou a caracterizar alguns traços desse horizonte, descrevendo, analisando e interpretando a estruturação burocrática da leitura e do leitor como expressão do projeto de legitimação político-ideológico do Estado. Este se organiza como agente gerenciador deste projeto: um Estado laico-religioso, que administra a sociedade por uma estrutura de relações dogmáticas, a serviço de uma acumulação capitalista acelerada, que moderniza o país, sob o controle de mecanismos tradicionais de força e coesão. Por fim, ao caracterizar o horizonte de expectativas para a leitura e para o leitor, descrevendo, aí, o estilo de cooperação da intertextualidade e da bricolagem articulado pela paráfrase, este capítulo procurou caracterizar um estilo de cooperação que pudesse ser expressão de uma leitura e de um leitor que atuasse na prática da emancipação: o exercício da paráfrase e da paródia em ação contraditória.

## CONCLUSÃO

## CONCLUSÃO

Neste estudo, que se chama *Texto são em mente sã: Um projeto de leitor, a prática da leitura na revista Era uma vez...: o Brasil da era Vargas – os anos 40*, deve ficar claro o conjunto dos significados que poderão dar direção, ou que imprimem sentido, à atividade de Leitura e às ações do Leitor.

Um deles está no sentido de direção mental que se indicia na relação entre *Texto e Mente* uma vez que se pensa a Leitura, no projeto de *Era uma vez...*, como atividade destinada a formar as ações do Leitor.

Isto significa dizer, em outros termos, que a Leitura destina-se à educação do Leitor, dirigido pela ação centralizadora de um Editor, ou dirigente, que se veste de narrador: Vovô Felício.

Nessa relação educativa, em que, pedagogicamente, o dirigente articula a leitura de seus leitores, vestidos de netinhos, o que se procura ensinar está localizado naquilo que seria a *Mente* dos leitores: a atitude de submissão ou de *obediência*. Isso porque o dirigente procura ensinar aquela atitude essencial que se espera do dirigido nas relações que se constroem com a linguagem, na atividade de Leitura ou nas ações do Leitor. Mas, por outro lado, o dirigente procura ensinar, ainda, a atitude essencial que se espera daquele que dirige: o *mando*, quando essa face da direção aparece, por exemplo, nas aspirações monárquicas de certos leitores ou nas direções monárquicas que conferem ao Vovô Felício o lugar centralizador de articulador dos significados que, semiologicamente, circulam com a linguagem escrita.

Para tanto, ou seja, para a conquista inerente a essa relação de direção, ou para a conquista da submissão, o dirigente precisa fazer-se amar e, nisso, precisa fazer circular o culto divino dos chefes à moda centralizadora do exercício praticado pela orientação monoteísta que os inspira. É esse, então, o sentido político do amor: fazer camuflar a atitude de submissão, em que se destaca a qualidade de objeto de conquista a ser estabelecido e mantido pela direção burocrática.

Em outros termos, pode-se dizer que, por baixo das vestimentas do amor, os chefes, no exercício da liderança, que objetiva a direção de seus dominados, ou súditos, cobrem-se com as vestimentas do monarca e, nisso, assumem os movimentos pontificiais de onipotência e de onisciência que marcam a superioridade daquele que manda. E os que obedecem ficam na posição inferior de dependerem da posição pontifical do dirigente, o que os coloca, em outras palavras, na posição de absoluta dependência do outro, que aparece, então, absolutiscamente, como Deus, ou como seu representante.

Isso tudo confere às relações de administração entre dirigentes e dirigidos, entre superiores e inferiores, o sentido das relações dogmáticas, pois as palavras do monarca, do pontífice, têm a marca da verdade na qualidade de certeza indiscutível da qual o inferior depende, pois sem essa verdade divina o dirigido, o inferior, nada é.

Embalados nas palavras de amor ao dirigente, que se faz amar para submeter, os dirigidos acabam, enfim, em termos ideais, por amar a relação de administração e suas regras: o amor às palavras que o pontífice fala, ou escreve, e faz circular, é o vetor que procura inocular nas mentes e nos corações dos que ouvem, ou lêem, o amor à submissão e, com esse amor, a justificativa para as ações de censura administradas pelo pontífice, que é, assim, o censor dos atos de desobediência ao livro sagrado das regras monárquicas da administração que dirige o reino.

A estrutura das relações dogmáticas, acrescida, ou não, da concepção da estrutura das relações teológico-políticas, seria uma chave que poderia ser utilizada, enfim, para se abrir a compreensão do Estado moderno. Por quê?

“Desde a Idade Média até nossos dias, a ação da teologia garante a dominação da instituição estatal centralizadora. Ontem religiosa, hoje secular e radicalmente laica, é sempre a teologia que está em operação...” (CHÂTELET, 1990)

E tratando das chaves que formam as relações dogmáticas e, acenando para as suas potencialidades explicativas, (CHÂTELET, 1990) ainda nos diz resumidamente:

“O dispositivo surgido há oitos séculos continua a funcionar, segundo as mesmas regras, com as mesmas conseqüências. Somente as peças mudaram: o Estado substituiu o pontífice; o pai

de família, o confessor; a lei econômica do rendimento, a Lei divina; as ciências humanas, as ciências morais; o nacionalismo, a religião; o Estado centralista, o monoteísmo; a Lei, a palavra do pontífice. Trata-se sempre de inocular 'amor à subordinação no coração do povo, por meio do amor à Lei'. A *administração* está no centro dessa organização tirânica,..."

Ora, a estrutura das relações dogmáticas, e a compreensão das relações teológico-políticas, que caracterizariam a natureza conservadora e autoritária da sociedade brasileira, permitem que se veja o Estado, ou a constituição de suas relações administrativas, burocráticas, como experiência marcada por uma forte centralização e concentração de poder, fazendo do Estado brasileiro, nos limites do Estado Novo, uma força social autoritária e conservadora.

E o projeto que aqui se denomina *Texto são em mente sã: Um projeto de leitor* objetiva fazer da Leitura uma atividade de paráfrase, ou do Leitor uma agente que reproduz o significado dos textos no processo de produção, circulação e recepção, o que significa dizer que o projeto de *Era uma vez...* procura reproduzir a orientação das relações dogmáticas, ou das relações teológico-políticas, atuando como projeto político que legitimaria, ideologicamente, a orientação política e social, autoritária e conservadora, do Estado Novo, nos limites da observação até então efetivada por tal projeto.

Assim, sadio e sadio seriam a Leitura e o Leitor que reproduzissem os significados das relações burocráticas que formam e dão continuidade ao corpo e ao espírito administrativo do Estado. Por exemplo, o comportamento político de dirigido, na forma de submissão, docilidade, *obediência*, ou subordinação, o qual é observado e privilegiado na escrita que forma a história de determinados netinhos, leitores de *Era uma vez...* Ou o comportamento político de dirigente: o *mando* que *aparece* nas aspirações à posição de dirigente, com vocações monárquicas, pode ser localizado, por exemplo, entre os textos, ou histórias, de netinhos que vestem e fazem circular as vestimentas absolutistas da onipotência e da onisciência típicas do líder pontifical. Nesses termos, a Leitura e o Leitor, marcados pela ação de saneamento, seriam, em outras palavras, objeto de uma empreitada de moralização político-ideológico. Nessa empreitada, a atividade lingüística, ou semiológica, materializada na linguagem, estaria a serviço da legitimação de uma política centralizadora e autoritária voltada

para a constituição e perpetuação do Estado burguês brasileiro naqueles dias de Estado Novo, pelos idos de 1940.

Além do mais, sadia ou sadio, a meu ver, diz respeito a uma Leitura, ou a um Texto que tenha a potencialidade de promover a superação do pecado original com a conquista de uma vida sã voltada para a virtude e para o amor a Deus, conferindo ao significado de sadia uma orientação religiosa que multiplica o sentido sócio-político de submissão, mesclando-se e reforçando-se, assim, o político com o religioso. E é isso o que confere à ação católica da Pedagogia Tradicional na revista *Era uma vez...*, ou à ação condutora de Vovô Felício, na atividade da Leitura e nas ações do Leitor, o sentido de luta. Tal luta tem uma especificidade: é a luta contra a corrupção primeira do ser humano como o mal que se aloja no caminho da virtude a que todo ser humano pode alcançar, imprimindo, com essas direções de luta, pela ação do trabalho e pela disciplina, aquela fisionomia religiosa que traz as marcas do medievalismo católico. E para a conquista da disciplina ou para a extração da obediência, essa Pedagogia de orientação religiosa procura armar a figura administrativa da hierarquia em que se distribuem as relações de mando e de obediência verticalmente articuladas com o poder centralizador do dirigente : o pontífice, o mestre.

Desse modo, a presença do catolicismo na Pedagogia Tradicional confere à condução pedagógica da Revista *Era uma vez...*, uma orientação cristã sintonizada com as aspirações do Estado, ou de alguns de seus artífices: a orientação conservadora para fazer circular o exercício da disciplina e a prática da autoridade, pois nessa chave religiosa, segundo Francisco Campos, o Estado nacional deveria “possuir grandeza mística e ser dirigido por um homem forte e admirado pelo povo”. (CARNEIRO, 1988)

Na medida em que tal pedagogia manifesta aquilo que é inerente ao catolicismo – o sentido da autoridade e da tradição – tais dimensões conferem às verdades católicas o sentido de dogmas ou crenças, com relação às quais não há o que discutir. Portanto, o autoritarismo e o conservadorismo, pela força que emprestam ao sentido da tradição, ao se encontrarem presentes, ambos, nessa chave de leitura compreensiva do catolicismo, indicam que a Igreja Católica conquista o lugar de fração político-social que se põe a serviço dos interesses dominantes que orientam a constituição e a perpetuação da administração do Estado Novo. Isso, se forem considerados os interesses do Estado sob o ponto de vista

de certos artifícios políticos que dão às direções políticas o sentido mais conservador e mais autoritário.

Sob o prisma da disciplina e da autoridade, presentes numa Pedagogia que orienta as relações de quem ensina e de quem aprende – o mestre e o discípulo – uma Leitura sadia e um Texto sadio seriam aqueles que produzissem, exatamente, um Leitor que efetuasse a reprodução dos significados estabelecidos pela tradição católica e que orientariam os interesses do Estado Novo: os valores da obediência, do respeito à autoridade, do amor à virtude e a Deus, da busca da perfeição, da luta contra o pecado.

Além do mais, sadia é a Leitura ou sadio é o Texto que sejam orientados para o bem, entendendo-se o bem como a manifestação do nacional, seja no *produto* isto é, no conteúdo dos temas, dos assuntos e dos ambientes das revistas, seja na *produção*, uma vez que o mercado editorial sadio seria orientado para o bem, ou para uma produção nativa em oposição ao mal que se localiza na produção da indústria internacional. Se nacional rima com a orientação para o bem e internacional rima com o significado de mal, essa marca de negativo para o estrangeiro faz sintonia com aquele estranho que ameaça a orientação cultural da tradição que pretende ser dominante. Isso explica Leitura sadia, ou Texto são como sendo os que defendem o bem, ou seja, o sentido espiritual do cristianismo católico e o mal aquela força que a esse sentido se opõe: a indústria cultural estrangeira para o lazer das crianças e dos jovens, por exemplo. Tal orientação faz da prática da Leitura ou das ações do Leitor uma atividade marcada pelo pressuposto católico de que o processo histórico se efetiva na luta, ou no combate, dos contrários metafísicos designados como bem e mal.

Se por um lado, sadio, ou sadia, seria, então, a expressão da afirmação do nacionalismo marcado pelo pensamento cristão, é de se lembrar que a ação do nacionalismo dá as mãos ao autoritarismo e se articula contra o liberalismo, que orienta a vida política e social brasileira a partir do advento da República e que se expõe, mais intensamente, sob o fogo cerrado das manifestações autoritárias, a partir de 1920. Nesse sentido, o nacionalismo, na perspectiva autoritária, significaria uma negação do liberalismo, que penetraria no Brasil, por exemplo, com o pensamento e a ação liberal do fordismo e que se manifestaria numa concepção de burocratização a partir da administração científica sistematizada pelo

taylorismo. São, sadio, sã assinalariam como positivo o conjunto dos significados que cunhassem o sentido de bem, ou seja, nacionalismo e autoritarismo. E assinalariam como negativos, ou nocivos, os significados que se fundamentassem no liberalismo uma vez que sob tal orientação circula a vigência democrática da descentralização dos papéis sociais com a conseqüente manifestação de relações burocráticas menos verticalizadas e menos concentradoras em oposição à acentuada verticalização, centralização e concentração dos papéis de mando dentro da burocracia do modelo político autocrático do Estado Novo. E é isso o que explica a prevalência da Pedagogia Tradicional, de orientação católica, no sentido de sadia e sadio do projeto de *Era uma vez...* em prejuízo da orientação liberal das pedagogias do movimento escolanovista.

Além do mais, uma Leitura sadia, ou um Texto são, seria também uma orientação que viria negar a força não só do liberalismo, mas ainda a força do comunismo, como ameaça à ordem do espiritualismo e do cristianismo pregados pela Igreja Católica, que, no Estado Novo, procura reafirmar-se como sendo a fisionomia do nacional, quando o catolicismo dá tradição do país, imprimiria, com sua marca, a identidade da nação brasileira. Nesses termos, tem-se uma associação em que o nacionalismo do Estado Novo faz sintonia com o catolicismo e, este, por sua vez, defende, em reforço, o patriotismo, usando do autoritarismo para resistir às manifestações exóticas que se infiltram pela Pátria adentro.

Com essa orientação é que se entende a ação moralizante contra o comunismo, sem deixar de considerar a ação repressiva dos aparelhos do Estado, lá pelas voltas do levante comunista de 27 de novembro de 1935.

Assim, segundo (HORTA, 1994), em sua Mensagem ao Povo Brasileiro, em janeiro de 1936, bem próximo do levante de 1935, Getúlio Vargas evoca a penetração comunista no país e denuncia a sua infiltração no ensino. E aí faz, ainda, a denúncia daqueles que, nas escolas, o ensinam. E isso exigiria não apenas o braço da repressão, que por si só não seria suficiente. Mas exigiria uma obra indispensável:

“fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho.”

Ainda nesse discurso de 1936, Getúlio Vargas associa a tal obra, a realização “de uma campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro”.

E, ainda em janeiro de 1936, em carta a Oswaldo Aranha, Vargas caracteriza o sentido dessa campanha: tratava-se de “*uma campanha de saneamento*” e para sua realização estava articulando o “*Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, a chefia do Estado-Maior do Exército e a Liga de Defesa Nacional*” com ramificações nos estados através das instituições de função educativa e cultural. Nessa mesma carta, segundo (HORTA, 1994), Vargas aponta a Oswaldo Aranha os motivos e os sentidos que justificam tal campanha:

“O vírus comunista nos contaminou mais cedo e com maior intensidade do que se pode imaginar. Nas escolas, entre os moços de espírito mais impressionável e nas classes militares, já está produzindo efeitos nefastos como esses do movimento de novembro. Ativa-se, agora, a repressão dos responsáveis, mas é preciso ir mais longe, iniciando uma campanha de saneamento, tenaz e prolongada. Vivemos numa pobreza franciscana em matéria de idéias políticas. Faltam, ao povo e aos espíritos novos, estímulos sadios de ordem moral e ideológica que, refletindo necessidades e aspirações próprias – do nosso ambiente, de nosso grau de civilização, do nosso estágio econômico – marquem um rumo, uma diretriz com poder bastante para neutralizar a sedução de doutrinas exóticas e subversivas.”

No bojo dessa campanha de saneamento, cruza-se, pois, a necessidade da educação moral do patriotismo como forma de defesa da Pátria contra a ação do comunismo.

E, na Revista *Era uma vez...* a educação do patriotismo é entendida como amor à Pátria e como a realização conseqüente de seu destino de grandeza no conjunto das nações uma vez que a vida dos afetos é fator de mobilização do outro para a efetivação do projeto de construção da nacionalidade. É, assim, que se entende o privilégio da família e da escola como instituições que, a serviço do Estado, realizariam através da educação, o culto do amor à Pátria.

De acordo com Vovô Felício, na sua Palestra de 01/09/40, sobre a Semana da Pátria, não é suficiente, nesse culto, o amor que entoa as belezas e as riquezas da terra brasileira, ou que entoa o orgulho dos antepassados que fizeram o Brasil livre e encantador, ou que entoa, ainda, a liberdade. O amor, nesse culto à Pátria, precisa ser acompanhado daquilo que faz cada um ser útil e proveitoso a sua pátria.

Em outras palavras, o amor à Pátria só se justifica se ele vem acompanhado daquilo que faz cada um merecer a Pátria que tem, aquilo que significa ser útil e proveitoso: a contribuição para a grandeza do Brasil. E essa contribuição vem materializada no trabalho, elemento produtor de riqueza, quando este se organiza na lavoura, ou nas atividades agropecuárias, na indústria, no comércio, nas atividades do funcionalismo público, no exercício das profissões liberais, ou na função de soldado ou marinheiro como guardas da nação, ou nas práticas dos deveres escolares, quando as crianças se preparam para o Brasil de amanhã.

Ora, a contribuição para a grandeza do Brasil, que se materializa nessas palavras, significa, em outros termos, a defesa da ordem capitalista, o que significa dizer que, para tanto, a ordem social, nos termos do apelo patriótico, ao fazer o culto do amor à Pátria, cultua, exorta, a divisão de trabalho e a conseqüente divisão das pessoas para a divisão social que o trabalho pressupõe. É o que se depreende dessas palavras de Vovô Felício nessa Palestra de 01/09/40:

“O Brasil precisa de gente sadia, de braços fortes e inteligências cultas. Prepara-te, criança; é nobre a sua missão e grande a sua responsabilidade.”

Enfim, a ação moral da educação que objetiva a aprendizagem do patriotismo constitui-se como prática defensiva contra a ação do comunismo pela reafirmação dos valores da ordem burguesa e, por isso, sadio ou sadia, são referências que dizem respeito à afirmação daquilo que é nacional, patriótico e patriótico faz sintonia com o amor à Pátria e se articula com as referências pragmáticas do que é útil e proveitoso: o trabalho sob a ordem social capitalista, o que pressupõe a divisão social e, por conseguinte, a divisão das pessoas. Uma Leitura sadia, ou um Texto são, teria a dimensão de sanidade marcada por essa defesa da ordem burguesa contra a ação das forças inimigas, ou exóticas. Por isso, tal Leitura deveria situar-se como atividade de paráfrase: atividade que disseminasse a reprodução dos significados que estivessem sob o eixo da direção burguesa.

Sadio e sadia fazem, pois, sintonia com a defesa aberta de uma ação que contemple, através das determinações do patriotismo, a direção burguesa da sociedade. E não trazem um significado de ataque aberto contra o exotismo da doutrina e da ação comunista a nível das ações de superfície dos textos.

Isso está a indiciar uma orientação peculiar no tratamento da ação moralizante do patriotismo, que poderia ser explicada por uma presença atuante de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação. No discurso de 2 de dezembro de 1937, nas homenagens ao Colégio Pedro II, fica evidente a orientação para se tratar a Educação como aparelho ideológico a serviço da orientação político-ideológico do Estado Novo. E, aí, “educar para a Nação” significa formar o cidadão que venha construí-la de acordo com as linhas de uma ideologia precisa e assentada e que venha defendê-la contra as agressões que tentem corromper essa ideologia ou abalar a estrutura e a vida nacional.

Já em 1940 não se fala mais em “educar para a Nação. Fala-se em “educação para a pátria”, que significa dar às crianças e aos jovens a compreensão e despertar neles o sentimento de que a Pátria é um patrimônio que precisa ser defendido e ampliado.

Diante disso, a defesa aberta da Pátria pela prática cívico-patriótica faz parte do coro que faz a sintonia de *Era uma vez...* com a orientação educativa oficial do Estado Novo. Não se tem, em outras palavras, um ataque aberto ao comunismo, mas uma orientação particular que faz o Texto sadio, ou a Mente sadia: “a educação para a pátria” expressa no culto cívico-afetivo de ação não utilitária de amor ao objeto e na ação cívico-afetiva utilitária de compreensão da organização social desse objeto. Enfim, é preciso, como cidadão, amar incondicionalmente a Pátria. E é preciso, ainda, amar esse objeto devotando-lhe uma ação útil que garanta o seu funcionamento: Amar a Pátria, Trabalhar pela Pátria. São esses alguns slogans sadios que orientam a Leitura ou o Leitor de *Era uma vez...*

E o leitor, por isso, deveria reproduzir os significados esperados uma vez que, em tal construção semiológica, os significados devem deslizar pelo eixo das similaridades uma vez que o esperado é a reprodução do estabelecido. E o que não se espera deve ser combatido ou pela repressão, ou pelo esforço de persuasão das campanhas moralizantes.

Assim, pelos significados que formam a experiência de linguagem, experiência semiológica, aparece inscrita a figura do Estado brasileiro, sob a direção conservadora, autoritária, e, por isso, centralizadora, daquela orientação que vem sendo conhecida como Estado Novo.

É, por exemplo, com esse sentido centralizador que se reconhece, em Getúlio Vargas, no discurso de 2 de dezembro de 1937, por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, o trabalho de articulação das forças

dísparos da sociedade colonial através da obra educativa dos jesuítas, quando tais forças passam a ser integradas ao esforço unificador da civilização cristã. Isto significa reconhecer a utilização que o Estado aponta para a educação: ação preventiva que viesse articular, organizando e disciplinando, as “energias espirituais e materiais da Nação”.

Ainda com esse sentido centralizador, é que se reconhece e se entende, em Gustavo Capanema, naquele discurso de 2 de dezembro de 1937, na comemoração do centenário do Colégio Pedro II, a direção que confere ao Estado o poder e a força de dar vida à Nação: os seus movimentos, que se mostram na sua vida, no seu progresso, nas suas energias, no seu poder e na sua glória estão subordinados à ação articuladora e centralizadora do Estado e de seus instrumentos.

Associado a essas vozes, fazendo sintonia com a direção centralizadora que orienta a ação do Estado, está o projeto de *Era uma vez...* É essa associação que explica o sentido articulador de um sol que subordina, a partir do centro, o movimento dos cometas: a vida dos cometas tem a sua direção prescrita pela órbita desenhada pelo sol.

A experiência de uma Leitura sadia, ou de um Texto sadio, responsáveis pela produção de Mentes sadias faz parte, então, de um projeto de linguagem centrado, preponderantemente, na atuação diretiva da leitura como atividade com que se educa a criança e o jovem para o projeto do Estado. E se propõe a ser, por isso, a experiência para o exercício político que legitime, ideologicamente, a organização centralizadora, ou burocratizada, que identifica esse Estado, orientado por uma ação política autoritária e conservadora a serviço, principalmente, dos interesses econômicos que operam a transformação da sociedade: a industrialização. E que, para tanto, atua com a educação, pela leitura, das relações burocratizantes, o que significa dizer que a educação está a serviço não só da disciplina que produz a *obediência*, mas da disciplina que autoriza o *mando* e o reconhecimento da autoridade, sem o que não se constitui e não se perpetua a burocracia, o Estado.

Além disso, a marca de sadio e de sadia estão presentes, é claro, por ser uma orientação das mentes para um certo projeto político-ideológico, na concepção do tratamento lingüístico e semiológico dos métodos e técnicas de linguagem e na orientação que define a direção de uso desse material ou desse instrumental.

Pode-se pensar no método da estilização com aquilo que é próprio dela: a interpenetração de significados. Nesse caso, a intertextualidade,

como técnica de estilização, surge com a possibilidade de receber a orientação para a paráfrase, quando os significados correm pelo eixo das similaridades. E isso a coloca a serviço da reprodução, possibilidade que não exclui a sua orientação para o eixo das diferenças.

Por outro lado, o método da apropriação, através da prática da incorporação de significados, vale-se da técnica da bricolagem que pode, também, ser orientada para a paráfrase. E guarda, também, a possibilidade de fazer os significados correrem pelo eixo das diferenças, quando ganha o serviço da transformação.

Os métodos e as técnicas de linguagem ganham, pois, a possibilidade de serem usados não só a serviço da reprodução. Mas podem ser utilizados na linha da transformação dos significados, o que abre o seu emprego para uma utilização contraditória.

No caso da Revista *Era uma vez...*, por atuar na reprodução político-ideológica do Estado industrial que se acelera a partir de 1930, com o traço acentuadamente conservador e autoritário de 1937, o uso dos métodos e técnicas de linguagem está circunscrito ao jogo da intertextualidade e da bricolagem orientado para a paráfrase, ou para o eixo das similaridades, onde reside o mesmo e de onde deve ser expulso o diferente. É isso o que explica o acento para ler e escrever textos que se reproduzem uns aos outros e que chegam até mesmo dizer qual a orientação a ser impressa na produção daquilo que foi escrito e que passa a ser modelo com o que se deve exemplar os futuros leitores e colaboradores. E os textos, por isso, precisam mostrar, estrategicamente, as pistas que o autor-ideal indica para a ação ideal de ler e de escrever. O autor-ideal indica pistas: no texto, a atividade de paráfrase é colocada como dimensão a ser experimentada pelo leitor-ideal, ou por um outro autor-ideal, através da referência explícita da categoria de ação que lhe é inerente: a reprodução. Por outro lado, a reprodução aparece sugerida ao leitor-ideal pelo apelo implícito do autor-ideal: faz ele, aqui, uma demonstração implícita ou explícita do jogo da imitação, ou cópia. E a reprodução, por fim, aparece explicitamente recomendada ao leitor no apelo direto do autor-ideal ao leitor-ideal com vistas à adoção da imitação que garante a reprodução, a cópia. É bom lembrar que a *Correspondência de Vovô Felício* traz alguns sinais da rejeição do diferente: não se deve escrever sobre a guerra, por isso escreva sobre outro tema. Uma instrução dessa natureza está à configurar um horizonte de expectativas em que o

autor/ideal e o leitor/ideal não devem ocupar os caminhos do diferente. Por exemplo, não escreva, tomando partido, pois nossa revista é apartidária. O que é, aliás, uma expressão particular de partidarismo político. Mas a revista tem uma estrutura de espera que ensina outros aspectos: o partidarismo por outras vias e não pelas vias do texto que o netinho colaborador escreve, ou lê.

Disso, fica claro que a orientação para a intertextualidade e para a bricolagem, orientadas para a paródia, ficam acentuadamente minimizadas, o que confere à Revista o seu caráter eminentemente conservador. E, nisso, a prevalência do mesmo é quase que absoluta: a mesmice é expressão de uma afirmação político-ideológica que pretende atestar a presença e a força da universalidade de um projeto político. Esse contexto de forte tendência para a universalização do mesmo faz a manifestação do diferente aparecer como um “flagelo”: os comunistas, por exemplo.

E este estudo, que se chama *Texto são em Mente sã: Um Projeto de Leitor*, revela esse esforço lingüístico e semiológico em uma Revista que procura trabalhar a serviço de um Estado que pretende se constituir e se perpetuar no serviço da afirmação e da continuidade de um projeto econômico – o projeto de *um*. Esse projeto aciona a modernização industrial com os braços simultâneos da transformação e da conservação, no jogo duplo de conservação pela conquista persuasiva dos corações e mentes e de conservação pelo controle repressivo das forças sociais que a tal projeto resistem. Nesse caso, elas – a manifestação do *outro* – ocorrem quando tal resistência se localiza, por exemplo, nos liberais, nos comunistas, nos maçons, nos espíritas, nos protestantes, nos estrangeiros, nos judeus, nos “Yankees”, especificamente.

A resistência está no outro. E isso oferece material para se pensar a questão do conhecido, ou do familiar, e do estranho, ou do desconhecido, nas relações que os grupos sociais entre si estabelecem. E daí, com isso, pode-se levantar uma certa direção que possa iluminar o caráter de sadio ou de sadia que atravessa o projeto de *Era uma vez...*

É verdade, por exemplo, que os grupos humanos revelam uma tendência simultaneamente positiva e negativa em relação a outros grupos, manifestando, ao mesmo tempo, os sentimentos de rejeição e desprezo e os sentimentos de aceitação e de admiração.

Mas há grupos que atuam, preponderantemente, motivados ou pela xenofilia, ou pela xenofobia. Motivado pela ação acentuada da xenofobia,

o grupo que rejeita e despreza um outro grupo pode dirigir a sua hostilidade para esse grupo, considerado estranho, e com isso pode fazer acentuar o preconceito e fazer surgir os conflitos mais ou menos intensos. Isto, porque as reações xenófobas partem de um grupo que se manifesta como o centro de tudo, ou como critério de avaliação para os outros grupos.

Ora, em outros termos, a manifestação do etnocentrismo redundava numa defesa do mesmo e numa negação do diferente, que se localiza no outro, como sendo esse o crime, a mancha, o mal, o pecado. E justifica a orientação para a busca política de afirmação e de reafirmação do um e a conseqüente negação do outro.

E justifica, ainda, a presença de significados que favorecem a forte manifestação da paráfrase e a fraca manifestação dos efeitos de paródia, por exemplo, no projeto de *Era uma vez...* como expressão daquilo que, psicologicamente, poderia caracterizar a atuação da personalidade autoritária na editoração dos significados que circulam com os textos. Tal tipo de personalidade seria responsável pela manifestação do julgamento de negação daquele que é estranho, ou diferente, o que seria, a nível sociológico, uma expressão do etnocentrismo em tal personalidade. E é isso o que explicaria, então, no projeto de *Era uma vez...*, a formação do “Exército da Boa Leitura”, ou da “Cruzada Juvenil da Boa Imprensa” contra a produção editorial de outros agentes, considerados, na editoração de *Era uma vez...*, como negativos para a criança e para o jovem brasileiro.

Está aí a referência a uma produção nociva à criança e ao jovem: uma literatura de absurdos planetários, de crimes, de “gangsters”. Nisso reside não propriamente um nacionalismo como movimento político, mas uma resistência nacionalista a uma produção estrangeira que asfixiaria a produção brasileira de leitura infanto-juvenil, na linha de um nacionalismo do tipo saudável: é

“o caso do nacionalismo dos países sul-americanos, freqüentemente defensivo, isto é, desenvolvido como processo de simples afirmação nacional diante do imperialismo. Mas ainda aqui, esse nacionalismo saudável é apenas forma de oposição ao expansionismo de outros países...” (LEITE, 1969)

A despeito desse sentido de militar e de conquista que aparece em “exército” e em “cruzada”, o projeto de leitura de *Era uma vez...* não tem o caráter das milícias fascistas italianas que está presente na proposta

paramilitar, concebida por Francisco Campos, em 1938, denominada Organização Nacional da Juventude, com o fim de promover a mobilização política dos jovens, reunindo-os em um sistema paralelo ao sistema de ensino, sob a jurisdição do Ministério da Justiça, pois o Ministro Capanema não apoiaria uma proposta com tal motivação.

Aliás, em 1939, Gustavo Capanema elabora um projeto de decreto que cria uma "instituição nacional" denominada Juventude Brasileira, que se vincula ao Ministério da Educação e que, estaria, segundo (HORTA, 1994),

"destinada a promover, além dos limites do ensino, e dentro ou fora das escolas, a educação da juventude, bem como da infância em idade escolar, a fim de que cada brasileiro, realizando superiormente o próprio destino, possa bem cumprir os seus deveres para com a pátria".

Orientando esse objetivo, a Juventude Brasileira teria uma finalidade essencial: dar à criança e ao jovem educação moral, cívica e física, educação pré-militar e educação doméstica. Mas a educação, ministrada pela Juventude Brasileira, será simultaneamente base e complemento da educação ministrada pelas escolas, havendo entre as instituições a desejável relação fundada no entendimento e nos vínculos de cooperação.

Outras iniciativas de articulação da juventude surgiram no Estado Novo e a despeito das diferenças existentes entre elas, todas afirmam a tecla de finalidade da educação moral, cívica e física da juventude.

Em outras palavras, o caráter *paramilitar* da Organização Nacional da Juventude, com o seu compromisso de ação política, contrapõe-se, pelo menos ao nível imediato das ações das lideranças governamentais, por exemplo, ao caráter *paradidático* da Juventude Brasileira. E ambas se reúnem como iniciativas que operacionalizariam, politicamente, o Estado Novo na realização de seus projetos.

E, com esse último sentido e com a finalidade da educação moral, cívica e física da infância e da juventude, o projeto de *Era uma vez...* arregimenta os leitores fora e dentro das escolas, sejam eles alunos ou professores. E os dirige para o interior das escolas onde, ali também, passam a ser objeto de uma ação educativa em que a Leitura é a atividade dominante, acompanhada das escritas, as mais variadas, que formam, na Revista, a colaboração dos netinhos.

Na escola, a Leitura, com a ação coadjuvante da Escrita, é a personagem que possibilita uma orientação moralizante, materializada na prática dos Grêmios Literários ou dos Clubes de Leitura que, em grande número, recebem o nome de Vicente Guimarães, ou de Vovô Felício: os alunos lêem e escrevem os textos em prosa e verso, expõem publicamente esses textos em auditórios, em sessões de grêmios, em jornais de clubes de leitura, em espaços da Revista *Era uma vez...*, participam de sorteios em que, freqüentemente, o livro é o prêmio.

Ou seja, a Leitura faz parte de um certo “espetáculo” que tem um caráter massivo: das Escolas para a Revista, e da Revista para as Escolas, quem escreve e quem lê está sujeito a um teatro de produção, circulação e recepção que, em parte, se torna público, sob a direção autocrática, pontifical de uma Editoração que objetiva fazer multiplicar as lições dogmáticas de ensino e de aprendizagem do mando e da obediência.

Por isso, os contingentes de leitores, de netinhos, formam as grandes massas do Estado, que precisa provocar a exposição de seus súditos, em atos de Leitura e de Escrita para disseminar, aí, o controle orfeônico das mentes e dos corações. E quando estes cantam, precisam entoar, harmoniosamente, o canto de submissão ao Estado a ser administrado pelos dirigentes pedagógicos que exercem uma chefia política, ainda que costumem eles dizer que a orientação de sua fala e de sua escrita não toma esse partido, nem aquele outro. Assim procedendo, os chefes revelam o que procuram esconder: a direção política que procuram mascarar ideologicamente.

Em face da direção político-ideológico em que a Leitura e o Leitor são colocados pelo projeto de *Era uma vez...*, o possível caráter paramilitar do Exército, ou da Cruzada, fica minimizado, o que não significa dizer que não haja um chamado militar para o exército de defesa da pátria, ou um chamado religioso para a cruzada de conquista do território da Leitura e do Leitor.

De qualquer forma, a orientação paradidática do projeto de *Era uma vez...*, ainda que venha ter um certo tom ocasional de patriotismo cívico-militar e de patriotismo cívico-religioso, com discreto matiz fascista, faz sintonia com a Juventude Brasileira de Gustavo Capanema em tal orientação. E nisso faz coro com as vozes que trabalham, educativamente, através das páginas político-ideológicas que vão formando os livros do Estado Novo. Aliás, Gustavo Capanema, em 1940, num telegrama a Vicente

Guimarães, reconhece a positividade dessa Revista: é promissora e é digna de louvor, pois oferece “sadia orientação educativa”.

Nesses termos, Sadio é o texto e Sadia é a mente que fazem parte da produção, da circulação e da recepção de uma Revista que atua como produto paradigmático de um projeto de Leitura a serviço da educação moral, cívica e física da infância e da juventude nos limites do território político do Estado Novo.

Com outras palavras é o que diz (LAJOLO, 1993) no que se segue.

“Assim inscritas na história, as formulações apressadas que fazem das crianças anjos ou demônios começam a mostrar os materiais e andaimes de sua construção, entre os quais destacam-se disciplinas como a Pedagogia, a Psicologia, a Biologia e outras senhoras.”

Por isso, as crianças e os jovens, fazem parte daquilo que se chama de *construções*. E é o que nos diz, ainda, (LAJOLO, 1993):

“Tando a criança à qual se destina a literatura infantil é uma construção, quanto o jovem ao qual se destina a literatura juvenil é outra construção, ambas sociais. E, na condição de *satélites*<sup>54</sup> de construções sociais, tanto o infantil de uma quanto o juvenil de outra são conceitos instáveis: o que é literatura infantil, em determinado contexto, pode ser juvenil em outro e vice-versa.”

Mas, sob o imaginário do Estado Novo, que as coloca na posição de cometas articulados pela ação do sol, as crianças e os jovens são, em outros termos, aqueles satélites cuja construção é feita com “materiais e andaimes” da Pedagogia Tradicional católica, que faz sintonia com a direção educativa oficial do Estado, que é concebido como pontífice, e, em particular, da burocracia estatal que organiza os cidadãos em posições hierárquicas de mando e obediência, pressupondo com isso, uma divisão das pessoas entre dirigentes e dirigidos para a reorganização e continuidade da ordem burguesa. Por isso, os satélites, os cometas, as crianças e os jovens, os anjos, formam aquele conjunto de “gente sadia” para o trabalho material e para o trabalho intelectual: gente de “braços fortes” e de “inteligências cultas” para o futuro de grandeza da Pátria.

---

<sup>54</sup> O grifo é meu.

Aliás, é pensando nos “braços fortes” que vem à lembrança uma outra construção que orientaria o sentido de sadio, de sadio. A criança e o jovem, marcados pelo atributo de sanidade que aparece nos termos da relação, dentro do “slogan”, Texto são em mente sã, trazem, na sua construção, a marca da moralidade expressa pela necessidade do dever de mandar e de obedecer.

Isso faz sintonia com um outro “slogan” que circula nas vizinhanças semânticas do “slogan” anterior. E dele difere pela ênfase na educação do físico integrado com o espírito, a despeito da moralidade que atravessaria tal prática, o que faria da leitura uma experiência de sintonia com as práticas de educação física. Isto porque tais práticas teriam o poder de regeneração física e *moral*<sup>55</sup> do povo brasileiro, atuando na conquista da homogeneidade racial (eugenia), ameaçada pela miscigenação racial brasileira, fator de degenerescência, segundo o ponto de vista das idéias racistas do período estadonovista, oriundas do pensamento conservador europeu, que postularia a necessidade da pureza das raças.

Aliás, esse pensamento aparece materializado em páginas da revista Educação Física, lá pelos idos de 1938, na voz de Geraldo Rocha, que não escondia a sua admiração pelo treinamento dispensado à mocidade pelos países nazi-fascistas. Isto, segundo (CARNEIRO, 1983):

“Os jornais alemães e italianos trazem documentos impressionantes, revelando o treinamento da mocidade, fortalecendo o corpo e disciplinando o espírito, constituindo as gerações de amanhã um *todo homogêneo e coeso*, sabendo *mandar e obedecer*, e podendo resistir aos combates dos dias incertos, reservados no futuro da humanidade.”<sup>56</sup>

Por isso, a Educação Física seria, nas vozes de seus teóricos, pelas páginas especializadas, uma das bases que solidamente contribuiria para a formação de uma nacionalidade forte e disciplinada em que ser forte torna-se condição para se fazer um Estado forte e, nisso, o cultivo integrado do físico forte e do espírito disciplinado fariam bem à raça brasileira.

Esse ponto de vista, que atribui à Educação Física uma ação regeneradora, uma vez que serviria de “remédio” contra a “não homogeneidade”

---

<sup>55</sup> O grifo é meu.

<sup>56</sup> Os grifos são do autor.

e contra “a fraqueza do tipo brasileiro”, faz de tal prática um instrumento de poder. O brasileiro jovem precisava de disciplina e de treinamento para se ter um homem produtivo e dócil, que se tomasse, por isso, afinado com o modelo idealizado pelos interesses do Estado autoritário implantado oficialmente em 1937.

Enfim, *Texto são em mente sã e Corpo são em mente sã* constituem-se como inscrições que se abraçam, em sintonia, com o saneamento, que é marcado pela moralidade, ao defender a disciplina materializada pela Leitura e pela Educação Física na conquista do mando e da obediência previstos pela burocratização que o Estado Novo defende.

Ou seja, nos espaços imediatos da Revista e de suas experiências de linguagem, nota-se, não muito longe, a presença do Estado que, também, não está muito perto: tem-se é claro, com isso, aquela experiência lingüística, ou semiológica, em que se faz presente o jogo da *alegoria*. O que está perto fala daquilo que está longe ainda que procure velar a relação que aproxima e afasta esses dois lugares do espaço lingüístico, ou semiológico, no corpo móvel do texto.

Nesses termos, uma atividade de leitura, ou as ações de um leitor, que pretenda exercer o jogo que devassa as relações entre o Estado e as manifestações de sua presença e de sua ausência no corpo imediato dos textos, precisa aproximar os dois pontos – o perto e o longe – e desarticular, explicitando, esclarecendo e sistematizando, esse jogo com que o Estado e seus agentes se cobrem – embora sejam descobertos – e se recobrem para se fazerem perpetuar como instância de dominação política e ideológica. É o que faria uma orientação didática que se pretenda crítica no terreno da leitura.

Em outros termos, uma orientação didática que se pretenda crítica, nesse terreno, precisaria devassar a intimidade do jogo alegórico com que o Estado articula a sua presença e a sua ausência na produção da sociedade, da cultura, da educação, da leitura, exibindo, nesse jogo, as máscaras com que o perto e o longe tecem os seus disfarces.

Nesse jogo, em que os agentes se escondem e não se escondem, a leitura da relação alegórica dos significados possibilitaria um trabalho crítico na captura dos traços que o *um* e o *outro* tecem, velando e revelando as marcas de sua ação. Assim, a leitura procuraria capturar os significados do esforço que o *um* faz para perpetuar-se, controlando os significados que vêm da resistência do *outro* e que são sinal da negação

do esforço do *um*, como força que, política e ideologicamente, exerce a aspiração de não ser a parte, mas o todo, para o todo e sempre.

Para tanto, o tratamento alegórico da leitura pressupõe não só a ação da intertextualidade e da bricolagem orientadas para a paráfrase, mas, ainda, orientadas para a paródia, pois o eixo das similaridades e o eixo das diferenças seriam a expressão lingüística e semiológica que fariam parte da contradição, que exhibe a divisão e que não permite, por isso mesmo, que a face do *um* reine sem o *outro*, ou que o *um* apareça como sendo o único.

Nesse sentido, a divisão, como marca que assinalaria a fisionomia da Modernidade, manifestação de cultura do capitalismo industrial, é aquela experiência que assinala o esforço de seus agentes. Tais agentes, se polarizam na contradição que os reúne, quando a dominação pretende exercer a afirmação do *um* e a conseqüente negação do *outro*, a fim de fazer-se como única. E, por isso, o jogo alegórico, ainda que possa ser pensado como prática de linguagem a serviço do *um*, pode, ainda, abrigar a divisão contraditória e acolher as experiências lingüísticas e semiológicas marcadas pelo *um* e pelo *outro*, o que significa, reafirmar que tais experiências tenham de conviver, simultaneamente, com o eixo das similaridades e o eixo das diferenças.

Metodologicamente, o estilo de cooperação fundado na alegoria, ainda que traçado, aqui, ligeiramente, precisaria cobrir alguns movimentos. Tais movimentos fariam parte das estratégias de narração, ou das disposição mentais e operacionais do *leitor-ideal* e do *autor-ideal*, desenhando o horizonte de expectativas de uma certa ação didática que se pretenda crítica, ou de um estudo que pretenda fazer, por exemplo, a história da leitura, da didática, da educação.

Com esse sentido, pode-se, delinear, superficialmente, alguns passos do movimento em que se jogam as cartas da alegoria.

Jogando simultaneamente com a orientação contraditória para a paródia e para a paráfrase, faz-se a intertextualidade e a bricolagem e, com isso, constituem-se os movimentos fundamentais da alegoria.

Do ponto de vista do processo alegórico de leitura, ler os movimentos é fundamental: ler o aqui presente e o lá ausente; aproximá-los provisoriamente. Em seguida, afastando-os provisoriamente, fazer a aproximação do aqui a certos textos que o aproximem e o afastem do lá ausente. E, ainda, fazer a aproximação do lá a certos textos que o aproximem e o afastem do aqui.

Assim, nessas aproximações e afastamentos que reúnem e separam os contrários, marcados pela ação recíproca e simultânea do eixo das similaridades e das diferenças, os elementos da oposição entram por esquemas de compreensão mais abrangentes. E, assim, o aqui e o lá passam a andar juntos. Se o movimento da leitura tende para o lado do lá, o aqui vai junto. E o mesmo acontece se a leitura tende para o lado do aqui.

Esse deslocamento é, pois, o movimento que aproxima, por exemplo, o Estado, quando este se posiciona do lado do lá, camuflando a sua ausência, no lado do aqui: estando lá, ele se aproxima daquelas manifestações imediatas onde ele procura estar presente, escondendo sob a máscara das coisas imediatas, a presença de seu rosto.

Com o jogo alegórico, esse jogo de esconde-esconde, fica desmascarado, se a alegoria for lida para a captura do movimento das oposições que se deslocam. Se for utilizada para congelar esse movimento, a alegoria ganha a força da reprodução do estabelecido, e o que se esforça por fazer circular são significados carregados pela paralisia meio movente das coisas coaguladas: coisas de vida aparente.

É assim dizendo que se pode entender a alegoria do Sol e dos cometas que Vovô Felício escolhe para explicar, inocentemente, o conceito de cometa a partir da exigência de um leitor-ideal curioso, que aliás, está a serviço da voz que precisa falar.

Com essa imagem, dada a ambigüidade constitutiva do jogo alegórico, uma vez que ele é constituído pela metáfora, muitos significados circulam e acabam sendo abrigados no interior do circuito, o que significa dizer que a condensação de significados possibilita o mascaramento relativo dos constituintes da alegoria.

Mascarando e desmascarando o Sol, ele é o Estado, ele é Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, o professor como mestre, o empresário, o patrão, o Vovô Felício, Vicente Guimarães, Caxias, Lúcio dos Santos, Afonso Pena. Do lado dos cometas, no mesmo jogo, tem-se a figura das crianças, da juventude organizada, da juventude brasileira, dos educadores, dos operários tutelados. Esses são os cometas puros: os que aparecem. Fora dessa órbita, e sob o controle do sol, estão os impuros: os que diferem do circuito, os que estão escondidos. E são: os comunistas, os espíritas, os protestantes, os Yankees, os maçons, os operários não tutelados ou independentes, os ateus.

Ora, a potencialidade crítica do processo alegórico de leitura, quando a contradição se aninha nos seus movimentos, pode fazer parte das estratégias narrativas ou dos estilos de cooperação do par que se relaciona na atividade de leitura: *o autor-ideal/o leitor ideal*. Mas uma obra pode ter, ainda, pelas suas lacunas e pelos seus silêncios, um lugar cativo para aquele leitor empírico que lê fora dos estilos de cooperação que escapam ao domínio dos estilos vigentes. E, desse modo, podem ser somados esses constituintes, ou seja: o estilo de cooperação crítico-alternativo para a leitura, as potencialidades indiciadoras de leitura presentes na obra e a ação de um leitor empírico liberado dos estilos de cooperação vigentes. Assim somados, a obra que é objeto de leitura ganha a força de uma concretização que promove a sua emancipação, liberando-a do aprisionamento a que a tradição a submete. Se isso ocorre com a obra, ocorre evidentemente com o leitor-ideal/autor-ideal de códigos de cooperação ou de estratégias de narração tradicionais e ocorre, também, com a obra que se sintoniza com o horizonte de expectativas da tradição, ainda que nessas obras o sentido da emancipação não faça parte da bandeira vigente de sua escrita.

Nessa experiência crítica de leitura pelo jogo da alegoria tem-se, pois, uma experiência que não se pode chamar de prática sadia para um leitor sadio. Com essa chave de compreensão, de um lado tem-se a leitura, maniqueísticamente, em dois pólos: de um lado a propriedade curativa do remédio; de outro, a propriedade infecciosa do veneno. De um lado, a propriedade revitalizante do remédio; de outro, a propriedade mortífera do veneno: o que tonifica, o bem, é o remédio certo; o que debilita, o mal, é o remédio que não dá certo. Nessa rotina que estrutura uma certa compreensão, uma santa Leitura, certa, pode ser chamada de Leitura sadia a favor do bom leitor: Leitor sadio. E, assim, o narrador, com a voz de locutor que responde à estrutura de espera das relações dogmáticas, determinando-lhe as estruturas de sua prática narrativa, terá de ser aquele que aplica o remédio em favor do Menino Jesus, a criança brasileira, como um São Jorge guerreiro na luta contra o dragão da maldade, que aparece com vestes de “comics”: “gangsters”, bandidos, criminosos ambientados em Texas e Chicago.

Na leitura alegórica, não se tem uma oposição maniqueísta, mas uma oposição contraditória dos elementos, em que as propriedades revitalizantes e mortíferas estão lá e cá, ou seja, na aproximação que reúne

remédio e veneno, pois nesses termos, aquilo que é bom poderá ser ruim, ou o contrário: o que arde cura, o que aperta segura.

A partir disso, tem-se um outro estilo de cooperação e um outra estratégia narrativa para a leitura. E o produto disso não será um Texto São em mente sã: será uma leitura, um leitor, um texto e uma certa mente marcados, todos, pelo atributo de saudável.

Por isso, pode-se dizer que o Narrador e o Leitor desse tipo de horizonte de expectativa fazem parte da cultura do abutre ou do velho narrador de Win Wenders. Manipulando as coisas cheias de vida e de morte, de veneno e de remédio, cada agente com o seu jeito voa por aqui, pousa ali, bica lá e assim vão andando, como andarilhos, pela cidade, na manipulação das ruínas, dos destroços, dos despojos... E de posse desse lixo, na farmácia, ou na biblioteca em que trabalham, operam a mágica operação de dar vida ao morto.

E chegando aqui, onde vou colocando um ponto final provisório, eu me pergunto se eu não estaria escrevendo a história a contrapelo. E por falar nisso, vou pedir ajuda a (SANT'ANNA, 1978), já que ele escreveu a história do Burro, do Menino e do Estado Novo, lançando a mesma pergunta que mais elaboradamente assim é feita:

- Estou reiventando a história?  
Cavando uma cova viva?  
no presente escrevendo o passado
- de trás pra frente?

Ora, como eu disse que o ponto final seria provisório, devo dizer o seguinte: o estudo que está aqui, presente na forma de um resultado que se chama *Texto São em Mente Sã: Um Projeto de Leitor* procurou trabalhar com a Narrativa de *Era uma vez...* Revista de Vovô Felício para os seus netinhos.

Trata-se, a partir do que se estudou, de uma Narrativa para crianças e jovens, situada nos limites históricos do Estado Novo, e que atua como instrumento de legitimação da ordem capitalista que se acelera com a industrialização daqueles dias de 1930 para 1940: é um instrumento de ação modernizadora e conservadora, ainda que sinais de resistência a seu projeto tenham surgido, ou ainda que o estudo proposto tenha ressaltado a face da conservação social, que é dominante no projeto da Revista.

Ao ser tratada como instrumento de legitimação político-ideológica, a Revista traz na sua intimidade a opção por uma certa concepção de Estado que se estrutura sob a fisionomia da orientação teológica das relações dogmáticas ou que se estrutura segundo o princípio teológico-político de organização estatal, o que pressupõe um certo jeito de organizar a sociedade.

Tal jeito está expresso numa forte centralização autocrática do poder, um controle autoritário da sociedade segundo os princípios de uma burocratização fortemente verticalizada, que, para tanto, exige uma disciplinarização centrada no cultivo e na prática da obediência, ou da submissão, e do mando. E que para tanto precisa fazer disseminar o culto do amor aos chefes como instrumento que pudesse facilitar a administração da obediência e da desobediência, justificando, com a afetividade, o exercício da censura efetivada. Com isso, ganha sentido o amor do censor. Além de censor, ele é também um salvador: a sua posição de superior é a garantia de vida daquele que é inferior. E, então, surge a sua posição de bom pai. Nesse quadro, de direção administrativa da sociedade, a posição do dirigente traz a fisionomia do pontífice, por isso, a sua palavra, destinada a dirigir as mentes e os corações, traz o sinal da orientação de uma única voz, a do Ausente que, nele, toma o lugar de voz vicária: a voz de Deus, a voz teológica do Estado dirigente que, apesar de leigo é religioso, pois, a experiência estatal, segundo a ordem dogmática, ou teológico-política, não traz apenas a dimensão do laico: ela traz a dimensão da teologia, sempre presente, segundo (CHÂTELET, 1990).

Por isso, a voz do pontífice faz sair palavras que são a verdade e que, então, soam como manifestação de um oráculo onipotente. Como tal, ele está ciente de tudo e está em todos os lugares, ele é um deus que circula amparado pela força do onisciente e do onipresente, os quais fazem do pontífice um monarca. Nessa condição de majestade, a sua voz poderosa, senhora da dominação é, também, vale lembrar a voz da salvação dos súditos: sem essa voz, o dirigido, ou súdito, nada é. É ainda a voz da defesa, pois, os exércitos do monarca, precisam defender o reino contra a manifestação dos inimigos da ordem, sempre presentes e ativos na espreita dos domínios estabelecidos.

Dentro desse quadro em que se concebe o Estado, a narrativa de Vovô Felício, está amparada por um estilo de cooperação ou de estrutura narrativa, ambientado e organizado na orientação católica da Pedagogia

Tradicional que, nos limites epistemológicos em que se situa, traz as marcas do medievalismo cristão católico, reproduzindo, desse modo, a estrutura das relações dogmáticas na organização do Estado.

Por isso, na estratégia narrativa do par *autor-ideal/leitor ideal*, a voz do narrador que daí emana ganha corpo em Vovô Felício num narrador onipotente de primeira pessoa: eu.

E porque ele é um eu onisciente e onipresente, está sempre fazendo palestras por escolas, clubes, asilos, rádios. Como o presidente Vargas: sempre fazendo discursos: em clubes, estádios, rádios. O Pontífice precisa pregar: precisa fazer chegar a sua palavra a todos os cantos na batalha pela conquista do território para a ação da economia industrial a todo vapor. O Vovô é sempre nomeado em muitas escolas pelos clubes de leitura e pelos grêmios literários. E os ouvintes estão sempre expostos para ler e ouvir naquela posição de receber as verdades que saem da boca de quem tem a verdade: a verdade que ensina, dá lições.

Tais lições estão a serviço de uma política de moralização, ou de saneamento, que é posta no país com o fim de extirpar as forças emergentes e inimigas da ordem nacional: é preciso sanear os ambientes da ação maléfica da desobediência que reside nesses gérmens. Por isso, a obediência e o mando precisam ser sistematicamente praticados, pois assim se estruturam as relações burocráticas necessárias à nova ordem emergente.

Em tal política de saneamento, o administrador, ou dirigente, superior, precisa obter do dirigido, inferior, a obediência. Além disso, precisa extirpar a desobediência e premiar a obediência com as recompensas que o façam objeto de amor para que ele possa disciplinar e usar da censura em tal tarefa. E os dirigidos precisam exaltar o seu amor ao Vovô.

Os netinhos exibem textos que são pequenas fábulas de ação moral em favor do mando e da obediência e contra a desobediência apoiadas numa defesa explícita da recompensa e do castigo. Todos os netinhos, que são a figura ficcional que permite a encarnação do leitor-ideal, admiram o vovô, fazem a exaltação de sua figura e reforçam, mesmo, esse sentido de avô, pai de todos os pais, ou patriarca, pontífice, como Getúlio, pai de todos os operários. Com uma diferença: os netinhos ganham balas Suissa, caramelos Nestlé, Suco de Uvas K D T, livros, revistas. E os operários ganham as leis trabalhistas. Todos ganham presentes como recompensa pela obediência e pelo amor que emana do Vovô e do Presidente Vargas,

agentes de doação irrestrita uma vez que o coração do pontífice é um território onde cabem todos. Por isso, a disciplina fica garantida. E se for preciso castigar, o amor que o dirigente tem, em circulação, justifica o castigo para o desobediente e o prêmio de reconhecimento pela justiça de sua ação dirigente fica justificado.

Esse horizonte de expectativas, ou essa estrutura de espera, que configura um certo tipo de autor-ideal/leitor ideal, tem a submissão como grande objeto de conquista por parte dos dirigentes. É claro que isso é obtido pela disciplinarização que possibilita a instauração da ordem burocrática. Fundada nos princípios burocráticos das relações dogmáticas, a disciplinarização objetiva o mando e a obediência. Por isso, o narrador fala. O ouvinte cala, pois a palavra sagrada do mestre, autoriza e exige o silêncio: *Magister dixit*. E nisso, a desobediência é prática que se manifesta, de modo raro, nos corredores oficiais: a palavra do mestre é inquestionável porque ela deve ser a única. Se ela é a única, todos estão destituídos de linguagem. Por isso dependem do mestre, que tem o poder de salvar: a sua palavra liberta: o oprimido, destituído de poder, está nas mãos generosas daquele que é fonte de amor e que, por isso, precisa ser admirado para poder ensinar e disciplinar exercendo, pois, o amor do censor.

Esse horizonte da Pedagogia Tradicional católica, que se funda no horizonte de expectativas da teoria das relações dogmáticas e dos princípios teológico-políticos, ao reproduzir tais teorias, reproduz e legitima o Estado orientado por elas. E, ao penetrar, no interior de uma Revista como *Era uma vez...* atua, aí, como a presença que obriga essa revista a agir como instrumento que reproduz e legitima o Estado, que por sua vez a orienta. Por isso, ela é um dos instrumentos de que o Estado se vale para articular a juventude e a infância através da Leitura e das ações do Leitor.

Por isso, a narrativa de *Era uma vez...*, por objetivar a reprodução político-ideológica do Estado, historicamente produzido como Estado Novo, toma a fisionomia de uma Revista centrada numa narrativa autocrática, que objetiva a instauração das relações burocráticas. Essas relações, que se destinam ao serviço da acumulação capitalista, atuando, por isso, na educação da criança e do jovem, infiltram nesse contingente a defesa da disciplina através de uma campanha de saneamento moral que canaliza, para a administração, as posições do mando e da obediência.

Finalmente, por estar a serviço da legitimação político-ideológica do processo capitalista da década de 1940, reproduzindo a orientação de

sua dinâmica, a revista *Era uma vez...*, por estar nesse processo, atua como um agente de promoção do livro, da revista, do leitor, da leitura: tais objetos são tratados sob a ótica da mercadorização e, como tal, são disseminados pelo país, penetrando pelas casas e escolas da capital, do interior, pelas fazendas...

E nessa cruzada de conquista pelo mercado, levando a mercadoria livro e revista, o projeto de Vicente Guimarães produz o leitor-ideal/autor-ideal do horizonte de expectativas em que se circunscreve. Mas produziu, e produz, ,ainda, a figura do leitor empírico, que é a condição fundante de outras estruturas de espera.

Tais estruturas podem possibilitar o nascimento de uma leitura, de um leitor, que não se reduz aos esquemas maniqueísticos do bem e do mal, do remédio e do veneno, concretizados em leituras que, têm como “slogam”, a inscrição moralizadora de *Texto são em mente sã*.

É a figura do leitor-empírico, criado pela mercadorização da leitura, que instala, então, o surgimento da possibilidade do nascimento de uma concretização emancipadora da leitura. E que, assim fazendo, pode fazer surgir, por isso mesmo, a perspectiva da ação emancipadora do objeto de leitura e do próprio leitor: aí ocorre a perspectiva da experiência que pode trazer as marcas de um atributo alternativo de saudável: a mistura das forças do remédio e do veneno – “Phármakon”...

## BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA

- APPEL, Carlos et alii. *Atualidade de Monteiro Lobato; uma revisão crítica*. Regina Zilberman.(Org) Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. O Discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. p.157-236.
- BARBOSA, João Alexandre. *As Ilusões da Modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BAUDELAIRE, Charles. O Pintor da Vida Moderna. In: BAUDELAIRE, Charles. *A Modernidade de Baudelaire*; Textos inéditos selecionados por Teixeira Coelho. Trad. de Suely Cassal. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988. p.159-212.
- BENJAMIN, Walter et al. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Textos Escolhidos*. Traduções de José Lino Grünnewald et al.. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.57-85. (Os Pensadores)
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Ser forte para fazer a Nação forte; A Educação Física no Brasil (1932-1945)*. São Paulo, USP/FFLCH-Departamento de História, 1991. ( Dissertação, Mestrado em História )
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo:Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Panorama da Educação Nacional; Discursos do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro: 1937. (Realizações, 1)
- Brites, Olga. *Infância, Trabalho e Educação*. A revista Sesinho (1947/1960). São Paulo: PUC, 1992. (Dissertação , Mestrado em História)
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Picapau Amarelo; Uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- CAMPOS, Edson Nascimento. A relação entre o processo e o produto na escrita do texto. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.2, n.3, p.51-52, jun.1986.
- CAMPOS, Edson Nascimento. *Memória e Escola - A Produção do Sentido na Redação*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 1988. (Dissertação , Mestrado em Educação)
- CAMPOS, Edson Nascimento. Memória e Escola: a produção do sentido na redação - o dito e o não dito. In: Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1991, Belo Horizonte. *2º Congresso Abralic – Literatura e Memória Cultural, Anais*.Belo Horizonte: Abralic, 1991. p.76-87.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semittismo na Era Vargas; Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- CHÂTELET, François et al. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Seminário: Sociedade, cultura e sindicato: ampliando os horizontes da formação sindical. In: *Promoção Programa Nacional de Formação de Formadores(RHPMF) da SNF-CUT*; Escola Sindical 7 de Outubro. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de outubro, 1993.
- COELHO, Teixeira. *Moderno pós moderno*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COUTINHO, Edilberto. *Amor na boca do túnel*; antologia. Seleção e apresentação de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e Escola Pública: o Curso Histórico de uma Polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n.17, p.20-37, jun.1993.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Intertextualidade: uma prática contraditória. *Ensaios de Semiótica*, Belo Horizonte, v.4, n.8, p.117-128, dez.1982.
- ECO, Humberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FAVARETTO, Celso F. Pós-moderno na Educação? *Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v.17, n.1 e 2, p.121-127, 1991.
- GUIMARÃES, Vicente. *O menino de Diamantina*. Belo Horizonte: Comunicação, 1976.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]
- HORTA, José Silvério Baía. O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-45). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.17, p.64-78, jun. 1993.
- HORTA, José Silvério Baía. *O bino, o sermão e a ordem do Dia; regime autoritário e a educação no Brasil (1931-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- KOTHE, Flávio R. *A Alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEGENDRE, Pierre. *O Amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Colégio Freudiano, 1983.
- LEITE, Dante Moreira. As raízes do caráter nacional. In: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro; História de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1969. p.11-33.
- LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e Modernidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- LOPES, Regina Maria Gonçalves Pereira. *Burocracia na Educação*. São Paulo: PUC, 1988. (Dissertação, Mestrado em Educação.)
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: Sendas Percorridas*. São Paulo, PUC, 1992. (Tese, Doutorado em Educação.)
- LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno explicado às crianças*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- MANACORDA, Mario A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARI, Hugo. Sobre a produção do sentido. *Boletim*. Belo Horizonte, v.1, n.2, 21-28; 1979.
- MATOS, Olgária. História e Memória. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 set. 1984. Folhetim, p.6-7.
- MENDES, Nancy Maria. Intertextualidade: noções básicas". In: PAULINO, Graça e WALTY, Ivete (Org.). *Teoria da Literatura na Escola; Atualização para professores de I e II graus*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura, 1992. p.28-35.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil; A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. São Paulo: PUC, 1989. (Tese, Doutorado em Educação)
- PEREIRA, Amarildo Gomes. *O Livro Didático na Educação Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 1995. (Dissertação, Mestrado em Educação)
- PESSANHA, José Americo Mota. Filosofia e Modernidade: Racionalidade, Imaginação e Ética. *Cadernos ANPED*, Porto Alegre, v.4, p.7-36, set.1993.

- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar; A Utopia da Cidade Disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RAMOS, Maria Luiza. A Linguagem Figurada . In: PAULINO, Graça e WALTY, Ivete (Org.). *Teoria da Literatura na Escola: Atualização para professores de I e II graus*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura, 1992. p.91-110.
- ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Linguagem Autoritária*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, Paráfrase & Cia*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, 1)
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. O Burro, o menino e o Estado Novo. In: LADEIRA, Julieta Godoy. (Coor.) *Lições de Casa; exercícios de imaginação*. São Paulo: Cultura, 1978. p.18-42.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. Carnaval e Carnavalização. In: SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Política e Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.35-45.
- SANTIAGO, Silviano. O Narrador Pós-moderno. In: SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da Letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTIAGO, Silviano. Brasil/Estados Unidos: Relações Culturais de Dependência. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis n.9, p.23-28, nov. 1976.
- SANTOS AZEVEDO, Francisco Ferreira dos. *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa; Idéias Afins*. Brasília: Coordenada-Editora de Brasília, [s.d.]
- SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é Pós-Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- SOARES, Magda Becker. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina e SILVA, Theodoro Ezequiel da. (Org). *Leitura, Perspectivas Interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988. p.18-29.
- SOARES, Magda. *Metamemória-Memórias; Travessia de uma Educadora*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- SOUZA, Eneida Maria de. Mário de Andrade, o representante do modernismo setentão. *Caminhos*. Belo Horizonte, v.3, n. 5, p.78-84, mai.1992.
- TODOROV, T e DUCROT, O. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

leitura: o processo de constituição da relação comunicativa entre um autor/ editor adulto e leitores crianças e jovens. Essa relação autor/adulto-leitor/ criança é, neste livro, inserida de forma pertinente e clara no contexto do projeto político e educacional do período do Estado Novo, de modo que o autor demonstra a estreita vinculação entre uma proposta político-ideológica e a leitura que se oferece a crianças e jovens, o leitor que se procura formar. Este é, pois, um livro fundamental para todos os que se interessam pela história das práticas sociais de leitura e pela formação de leitores: recuperar e repensar práticas de leitura propostas/impostas a crianças e jovens em um determinado momento de nossa história política e social não tem apenas o efeito – certamente de não pequena importância – de trazer de novo à vida experiências passadas de promoção de leitura, mas, para além disso, leva-nos a nos situar no fluxo da história das práticas de leitura infantis e juvenis, dando-nos, assim, instrumentos para caracterizar e melhor compreender as práticas atuais de leitura propostas às crianças e aos jovens e suas relações com o momento político-ideológico em que vivemos.

Magda Soares

Se as primeiras décadas deste século – 1900 – são claras em privilegiar, também, a infância como objeto de ação interveniente do Estado, as ações particulares sobre a infância acabam sendo materializadas em certas práticas consideradas instrumentais para a conquista da criança ideal: a criança para o molde burguês de vida. É o caso da Educação Física e da Leitura, por exemplo:

“Com relação às crianças das famílias abastadas, o poder médico recomendava o preenchimento das horas vagas com leituras selecionadas e ginástica, medida preventiva contra os vãos da imaginação e a prática onanista, característica dos jovens indolentes e fracos. A moralização do corpo pela educação física e a higienização da alma por atividades cientificamente orientadas e selecionadas afastariam, sobretudo nos adolescentes, o perigo das deformações físicas e da corrupção moral. Esse controle, no entanto, deveria se exercer de forma sutil.

Nas escolas privadas e instituições disciplinares da infância desamparada, a antiga disciplina ‘quase militar’, punitiva e violenta, que recorria aos castigos corporais, os médicos, higienistas, pedagogos e assistentes sociais do começo do século – 1900 – contrapunham as vantagens da educação voltada para a alma: a disciplina ‘inteligente’, imperceptível, sedutora, preocupada em constituir cidadãos modernos...”

(RAGO, 1987)

ISBN 85-87470-18-3



9 788587 470188